

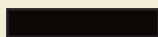
Estudos Funcionalistas Contemporâneos

DOUGLAS GONÇALVES DE SOUZA
JULIANO DESIDERATO ANTONIO
MARCELO MÓDOLO
(ORG.)


EDuneal

Douglas Gonçalves de Souza
Juliano Desiderato Antonio
Marcelo Módolo
(Org.)

ESTUDOS FUNCIONALISTAS CONTEMPORÂNEOS



Arapiraca/AL
2025



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Reitor: Odilon Máximo de Moraes

Vice-Reitor: Anderson de Almeida Barros

Diretor da Eduneal: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

CONSELHO EDITORIAL DA EDUNEAL

Presidente: Renildo Ribeiro-de-Siqueira

Titulares

Professores:

José Lidemberg de Sousa Lopes

João Ferreira da Silva Neto

Luciano Henrique Gonçalves da Silva

Natan Messias de Almeida

Maria Francisca Oliveira Santos

Márcia Janaina Lima de Souza - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Suplentes

José Adelson Lopes Peixoto

Edel Guilherme Silva Pontes

Maryny Dyellen Barbosa Alves Brandão

Ariane Loudemila Silva de Albuquerque

Ahiranie Sales dos Santos Manzoni

Elisângela Dias de Carvalho Marques - Sistema de Bibliotecas (SIBI)

Planejamento do Projeto gráfico e diagramação

Mariana Lessa de Santana

Capa

Marseille Evelyn Santana

Revisão

Douglas Gonçalves de Souza | Juliano Desiderato Antonio | Marcelo Módolo

Catálogo na Fonte

E82 Estudos funcionalistas contemporâneos / Douglas Gonçalves de Souza, Juliano Desiderato Antonio, Marcelo Módolo (Org.). – Arapiraca : Eduneal, 2025. 438 p. il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-65-6061-042-2.

1. Estudos funcionalistas. 2. História – tradição. 3. Processos gramaticais. 4. Práticas de ensino. I. Souza, Douglas Gonçalves de, org. II. Antonio, Juliano Desiderato, org. III. Módolo, Marcelo, org.

CDU: 81'36

Elaborada por Fernanda Lins de Lima – CRB – 4/1717



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO _____ 9

PARTE 1 - HISTÓRIA E TRADIÇÃO

**1. ORAÇÕES HIPOTÁTICAS CONDICIONAIS COM SI
NA PROSA LATINA CICERONIANA: DA TRADIÇÃO
GRAMATICAL À DESCRIÇÃO FUNCIONALISTA** _____ 19

Douglas Gonçalves de Souza

**2. ADVÉRBIOS MODALIZADORES EM ARTIGOS
CIENTÍFICOS DA LINGUÍSTICA E DA FILOGIA
PUBLICADOS NO BRASIL (1969-1979 / 2009-2019)** _____ 61

Gabriele Pecuch

**3. AS PROPAGANDAS ELEITORAIS FALSAS DA PRIMEIRA
ELEIÇÃO MUNICIPAL DE MARINGÁ-PR (1952) SOB A
ABORDAGEM FUNCIONALISTA: A EVIDENCIALIDADE** __ 97

Hélcio Batista Pereira

Gustavo Felipe Freitas dos Santos

PARTE 2 - PROCESSOS GRAMATICAIS

**4. ATUAÇÃO DO ESQUEMA [[[X] + [V_{INF}]ELOCUÇÃO]IMPESSOAL
+ [QUE]]MD SEQUENCIADOR NA ORGANIZAÇÃO TÓPICA DE
TEXTOS ACADÊMICOS** _____ 129

Kátia Roseane Cortez dos Santos



5. O PAR CORRELATIVO COMPARATIVO [MAIS...QUE] NO X-TWITTER: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-FUNCIONAL _____ 163

*Cayo Fellype de Sousa Danieli
Marcelo Módolo*

6. GRAMATICALIZAÇÃO EM SÓ DE E SOMENTE DE: FUNÇÃO CONJUNTIVA E INFERÊNCIA CAUSAL _____ 197

*Guilherme Aragão Cardoso
Marcelo Módolo*

7. PERO E SINO NO ESPANHOL EUROPEU CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL DE COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS ____ 223

*Carolina da Costa Pedro
Talita Storti Garcia*

8. O CAMINHO PARA A APROPRIAÇÃO DA PREPOSIÇÃO “DE” POR UM JOVEM COM A TRISSOMIA DO CROMOSSOMO 21 _____ 257

*Nayra Marinho Silva Paz
Carla Salati Almeida Ghirello-Pires*

9. A EXPRESSÃO DE SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL EM LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS _____ 281

*Mariany de Alencar Couto
Gabriela Fasolo Pivaro*

PARTE 3 - GRAMÁTICA E ENSINO

10. PERÍFRASES VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: NORMA, USO E ENSINO _____ 315

*Juliano Desiderato Antonio
Julia Daher Carrara
Julia Lourenço Pereira
Sofia Buzinelo Salvi*

11. “ELA NÃO SABIA COMO JOGAVA ENTÃO EU TIVE QUE ENSINAR”: PARA UMA ABORDAGEM DA ESCRITA INFANTIL NA TRADIÇÃO DISCURSIVA PRESCRITIVA _ 337

*Lúcia Regiane Lopes-Damasio
Melissa Gabriela Nunes Chimini*

12. MECANISMOS DE JUNÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA: UM OLHAR PARA A AQUISIÇÃO DA ESCRITA DE CRIANÇAS E ADULTOS _____ 369

*Lúcia Regiane Lopes-Damasio
Anaiza Araujo Carvalho*

13. LÉXICO E REFERENCIAÇÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA _____ 405

Beatriz Daruj Gil

SOBRE OS AUTORES _____ 427



APRESENTAÇÃO

Este livro tem como objetivo oferecer uma visão abrangente sobre os estudos funcionalistas contemporâneos, abordando história e tradição, processos gramaticais e práticas de ensino, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas linguísticas em diferentes contextos. Oriundos de diferentes perspectivas teóricas abarcadas pelo paradigma funcionalista dos estudos da linguagem, a obra se justifica pela necessidade de trazer à baila novas tendências teóricas e desenvolvimentos da pesquisa sobre o funcionalismo. Além do português, o livro trata também de línguas indígenas e de línguas estrangeiras como o espanhol. O público-alvo do livro é formado pelo pessoal da área de Letras e de áreas correlatas, sendo de interesse para professores e pesquisadores do ensino superior, professores da educação básica, alunos de graduação e de pós-graduação. Para que os conteúdos da obra sejam apresentados da forma mais organizada possível, os capítulos foram reunidos em três seções de acordo com os temas tratados.

Na primeira seção, cujo título é “História e tradição”, os trabalhos exploram a ligação entre a história e as tradições linguísticas, revelando como os contextos históricos e culturais moldam a linguagem. Essa seção é composta por três capítulos.



No capítulo 1, o professor Douglas Gonçalves de Souza descreve as orações hipotáticas adverbiais condicionais instanciadas pela conjunção *si* (“se”) em latim, a partir de exemplos extraídos da prosa de Cícero (séc. I a.C.). O capítulo está organizado em duas grandes seções: na primeira, apresenta-se uma sistematização gramatical das orações condicionais, com base em uma perspectiva mais tradicional, em que as orações condicionais são compreendidas como proposições que expressam relações de causa e consequência, em dimensão hipotética, conforme Ernout e Thomas (2002); na segunda, por um prisma funcionalista, são expostos fatores semântico-pragmáticos que contribuem para uma caracterização do período condicional em nível textual-discursivo, segundo Puente (2009), Bertocchi e Maraldi (2011) e Pinkster (2021). Por meio do confronto entre as duas abordagens, o autor ressalta as contribuições do aparato teórico funcionalista para uma descrição mais holística dos fenômenos da linguagem.

O uso dos advérbios modalizadores em artigos científicos produzidos no Brasil em diferentes períodos por linguistas e filólogos é analisado por Gabriele Pecuch no capítulo 2. Em seu texto, a autora compara publicações da década de 1970 e publicações dos anos 2000 a partir das definições de Neves (2000) acerca desses advérbios. No trabalho, observa-se como os diferentes contextos sócio-históricos de produção dos textos impactaram o emprego dos modalizadores por pesquisadores de diversas áreas dos estudos linguísticos e filológicos realizados no país.



No terceiro capítulo, Hércius Batista Pereira e Gustavo F. Freitas dos Santos analisam o fenômeno da evidencialidade em 17 folhetos falsos que circularam na primeira eleição municipal (de prefeito e de vereadores) de Maringá-PR, após sua emancipação em 1952. O fenômeno, comum nas *fake news* do mundo digital atual, como atesta Pereira (2022), era também frequente em textos impressos daquele período, estando no caso analisado a serviço da manipulação discursiva dos eleitores de então. Para essa investigação, os autores se apoiaram especialmente em Bybee (1985) e em Aikhenvald (2004), além de contar com outros trabalhos que contextualizam as produções em seu contexto sócio-histórico e político.

Na segunda seção, intitulada “Processos gramaticais”, os trabalhos fornecem uma visão detalhada das dinâmicas linguísticas em diferentes contextos, como textos acadêmicos, redes sociais e línguas indígenas. Os processos tratados dizem respeito à gramaticalização, à combinação de orações e ao funcionamento de diferentes construções. Ao todo, seis trabalhos compõem a seção.

No primeiro capítulo dessa seção (quarto capítulo do livro), a partir de um viés funcionalista, a professora Katia Roseane Cortez dos Santos discute a atuação de construções do tipo [vale ressaltar que], [é importante ressaltar que] e [há que se ressaltar que] como marcadores discursivos sequenciadores presentes na organização tópica de textos acadêmicos. Na perspectiva da autora, tais sequências já estão concretizadas como chunks linguísticos que são



empregados nas funções de abertura, encaminhamento e fechamento de segmentos tópicos mínimos.

O processamento de comparação é uma habilidade cognitiva fundamental que emerge desde os estágios iniciais da aquisição da linguagem. Dessa forma, no capítulo 5, Cayo Felype e Marcelo Módolo discutem a tipologia da correlação, especificamente o par correlativo comparativo [MAIS...QUE]. Os autores propõem um refinamento do processo de articulação de orações, ao inserir a correlação como um terceiro processo no continuum. No trabalho são apresentados e descritos diferentes tipos de construções correlativas comparativas [MAIS...QUE] no português brasileiro, por meio de dados extraídos da plataforma X-Twitter sob uma perspectiva cognitivo-funcional, diferenciando-as das abordagens tradicionais que as classificam como subordinação adverbial. Bem como, a discussão de padrões de comparações, expressividade e variações que emergem no contexto digital. O capítulo se alinha com a visão de estudiosos que propõem a correlação como um processo sintático e discursivo distinto, oferecendo uma análise que contribui para o estudo do fenômeno da correlação.

No capítulo 6, Guilherme Aragão Cardoso e Marcelo Módolo discutem a emergência das construções prepositivas complexas só de e somente de, com foco na gramaticalização e na recategorização da preposição. Na entrada dos advérbios só e somente na construção (unidade processual) advérbio-preposição, desencadeia-se a generalização por meio da construção morfossintática em que a implicatura conversacional e a reinterpretação induzida



pelo contexto circunscrevem as construções em função conjuntiva e inferência causal.

A língua espanhola é objeto de estudo do capítulo 7. Carolina da Costa Pedro e Talita Storti Garcia fazem uma análise discursivo-funcional das conjunções adversativas *pero* e *sino* no espanhol contemporâneo, oferecendo uma perspectiva inovadora sobre o uso desses juntores. A partir do uso do modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld e Mackenzie, 2008), as autoras investigam como *pero* e *sino* desempenham funções cruciais na organização do discurso e nas intenções comunicativas do falante. A pesquisa se baseia em dados extraídos do *Corpus del Español del Siglo XXI* (CORPES), com textos de comentários em redes sociais de falantes do espanhol da Espanha.

O uso das preposições, sobretudo, a unidade linguística “de”, nas produções orais de um jovem com a trissomia do cromossomo 21, identificado como JR, é abordado, no capítulo 8, por Nayra Marinho Silva Paz e Carla Salati Almeida Ghirello-Pires. Para as autoras, a entrada tardia do sujeito JR no período de aquisição de linguagem, favoreceu o surgimento de algumas lacunas em seu funcionamento linguístico, como por exemplo, as particularidades trazidas no capítulo quanto ao emprego da preposição “de”, pois ela é omitida em alguns contextos e produzidos em outros que, por sua vez, não são esperados no português brasileiro. Desse modo, as estudiosas apontam a importância de uma visão neurolinguística acerca das preposições, pois as produções orais de JR são vistas enquanto estratégias de



expressividade buscadas na língua em detrimento de um olhar que as denomine como agramaticais.

A expressão da subordinação adverbial em línguas indígenas brasileiras é explorada, no capítulo 9, pelas pesquisadoras Mariany de Alencar Couto e Gabriela Fasolo Pivaro. Para as autoras, a análise da subordinação adverbial, em uma abordagem funcionalista e tipológica, permite identificar as estratégias e regularidades que caracterizam esse fenômeno em diversas línguas indígenas, em especial nas famílias Tupi-Guarani, Arawak, Pano, Nambikwara e outras. O estudo enfoca as variadas formas de subordinação adverbial, como causal, condicional, temporal, concessiva e consecutiva, destacando os diferentes morfemas e estruturas sintáticas empregados. A pesquisa evidencia a riqueza e diversidade das estratégias de marcação de subordinação nessas línguas, contribuindo para o entendimento de sua gramática e para a valorização da diversidade linguística.

Na última seção, que tem como tema “Gramática e ensino”, os trabalhos propõem abordagens inovadoras para a educação linguística, refletindo o uso real da língua e facilitando uma aprendizagem mais eficaz. A seção é composta por quatro trabalhos.

No décimo capítulo do livro, que abre a seção “Gramática e ensino”, Juliano Desiderato Antonio, Julia Daher Carrara, Julia Lourenço Pereira e Sofia Buzinelo Salvi tratam do uso, da norma e do ensino das perífrases verbais no português brasileiro. O trabalho dos autores tem dois objetivos: 1) confrontar algumas perífrases verbais amplamente utilizadas por falantes com as formas encontradas nas listas



de conjugações das gramáticas escolares e das gramáticas tradicionais; 2) sugerir algumas atividades de gramática reflexiva para o trabalho com as perífrases verbais. O foco recai sobre perífrases temporais, perífrases aspectuais e perífrases modais. Servem como base para as atividades de gramática reflexiva ocorrências de formas perifrásticas encontradas em letras de música, poemas e entrevistas.

A escrita infantil é discutida, no capítulo 11, por Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Melissa Gabriela Nunes Chimini. Para essa discussão, as autoras apresentam resultados de uma investigação que focaliza o funcionamento dos mecanismos de junção (MJs) em textos escritos da tradição discursiva prescritiva, produzidos por crianças do 5º ano do Ensino Fundamental público, e mostram, por exemplo, a tendência de usos de MJs paratáticos em relação aos hipotáticos, nos textos analisados. Essa forma de junção, em que há uma menor “coesão estrutural”, mas uma maior “coesão pragmático-discursiva”, não foi analisada, entretanto, como indício de “pobreza” ou “primitivismo” dos textos em aquisição da escrita. Por outro lado, foi tomada como um dos aspectos da relação constitutiva entre fala/oralidade e escrita/letramento.

A aquisição da escrita também é tema do capítulo 12, produzido por Lúcia Regiane Lopes-Damasio e Anaiza Araujo Carvalho. Para essa discussão, as autoras apresentam resultados descritivo-analíticos, a partir de uma abordagem linguístico-discursiva, de dados aquisicionais da escrita de crianças e adultos. Ao focalizá-los sob o escopo dos mecanismos de junção em textos da tradição discursiva

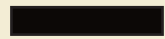


narrativa, são identificados, no trabalho, distanciamentos e aproximações relativos à aquisição da escrita por crianças e adultos.

Por fim, no capítulo 13, Beatriz Daruj Gil apresenta uma reflexão sobre a participação dos recursos lexicais no processo de referenciação. Para isso, discorre, inicialmente, sobre o papel do léxico nos atos de cognição da realidade e de categorização e organização da experiência, e como isso resulta na construção de referentes no discurso. Com base na perspectiva funcionalista da linguagem, debate a construção da rede referencial semântico-pragmática como processo de construção do enunciado, tratando da distribuição de informação, assim como da instalação e manutenção dos objetos discursivos no texto. Com a preocupação de como esses processos podem contribuir para o ensino-aprendizagem do léxico, discorre sobre modos tradicionais e inovadores do tratamento do vocabulário em sala de aula, com ênfase a formas de referenciação em que o léxico tem papel central.


Em conjunto, os trabalhos reunidos na obra ampliam o entendimento teórico e prático da linguística, destacando a importância de uma perspectiva multifacetada para o estudo das dinâmicas da linguagem.





PARTE 1
HISTÓRIA E TRADIÇÃO





1. ORAÇÕES HIPOTÁTICAS CONDICIONAIS COM SI NA PROSA LATINA CICERONIANA: DA TRADIÇÃO GRAMATICAL À DESCRIÇÃO FUNCIONALISTA¹

Douglas Gonçalves de Souza
<https://orcid.org/0000-0002-6605-8948>

INTRODUÇÃO

As construções oracionais condicionais ocupam posição de destaque na literatura linguística, no âmbito das orações subordinadas adverbiais. Por uma perspectiva tradicional, tais orações podem ser compreendidas como proposições que expressam, a partir de uma hipótese, relações de causa e consequência (Cf. Ernout e Thomas, 2002, p. 374). Entretanto, em investigações mais recentes, sobretudo, de cunho funcionalista, essas orações, inseridas em um nível intermediário entre a coordenação e a subordinação, são descritas como construções que expressam uma condição ou uma suposição com base na qual o estado-de-coisas da oração principal (nuclear) deve ser compreendido (Cf. Pinkster, 2021, p. 314). Nesse sentido, tal como nesta introdução, o presente estudo, partindo da sistematização



¹ Pela leitura cuidadosa e atenta, fazem-se votos de agradecimento à Livia Lindóia Paes Barreto e à Amanda de Lira Santos.

linguística proposta pela gramática tradicional acerca das orações condicionais em latim, apresenta as contribuições do aporte teórico funcionalista para uma descrição mais holística do funcionamento dos referidos construtos oracionais na prosa latina ciceroniana.

TRADIÇÃO GRAMATICAL DO LATIM

Não é comum encontrar, em língua vernácula, estudos gramaticais tradicionais que abordem uma caracterização detalhada acerca das noções de coordenação e de subordinação, voltada à descrição do Latim.² Além disso, as classificações e as considerações apresentadas por esses manuais levam em consideração apenas aspectos da oração (ou da cláusula) subordinada em termos estritamente do nível da sentença, sem proporcionar, por isso, explicações para as relações sintático-semânticas que transcendem o período.

Ao tratar, na esfera sintática, do emprego dos tempos e dos modos na oração subordinada, Faria (1995, p. 355) esclarece que uma oração subordinada difere de uma oração independente – ou de uma coordenada – por indicar uma relação de dependência, orientada referencialmente para outra oração no período, denominada principal. Ernout e Thomas (2002, p. 291) ainda acrescentam que a sintaxe da subordinação representa um estado de língua mais recente, visto que

2 São considerados, aqui, como estudos tradicionais do Latim, aqueles que se filiam a um modelo teórico, cujo legado assenta-se em concepções lógico-filosóficas provenientes dos ensinamentos greco-latinos. Esses compêndios gramaticais ainda são muito utilizados nas disciplinas de Latim de Ensino Superior no Brasil.



teria se desenvolvido a partir de proposições originalmente autônomas, justapostas com verbos no modo subjuntivo, como *uolo facias* (“quero: façás” > “quero que façás”).

Na tradição gramatical acerca da língua latina, são consideradas apenas a coordenação e a subordinação como processos de articulação sintática do período. A justaposição e a correlação seriam meios de organização de orações no período coordenado ou subordinado. Besselaar (1960, p. 201) associa parataxe à coordenação e hipotaxe à subordinação, e acrescenta que, uma vez originada da parataxe, a hipotaxe, por estabelecer a dependência entre as orações, pressupõe um grau mais alto de abstração e de capacidade lógica. Em latim, segundo essa perspectiva, no domínio da subordinação, estão inseridas as orações completivas (substantivas), as orações relativas (adjetivas) e as orações adverbiais, que abrangem matizes circunstanciais de causa, finalidade, consequência, concessão, condição, comparação e tempo.

Sobre as orações subordinadas adverbiais condicionais, especificamente, Bassols (1992, p. 423) explicita que o período condicional consta de duas orações relacionadas tipicamente pela conjunção *si*. Uma dessas orações, a que expressa, por certo, a condição, recebe o nome de prótase ou condicionante, e é considerada subordinada; a outra, a que expressa a consequência, é chamada apódose³ ou condicionada, e é considerada principal. Consoante o referido autor,

3 Consoante Vasconcellos (2013, p. 14), o termo prótase provém do grego πρότασις (“proposição: geralmente essa oração “precede”), como apódose,



A relação entre a prótase e sua apódose é de índole causal análoga a que existe entre uma causa e seu efeito. Se compararmos duas orações, uma condicional e outra causal, como “se me acompanhas, sairei” e “já que me acompanhas, sairei”, é evidente que em ambos os casos a ação de sair é uma consequência da ação enunciada na oração subordinada, mas com a diferença de que na primeira frase é considerada como uma simples suposição, no segundo caso como um fato real (Bassols, 1992, p. 423)⁴.

A aproximação entre as noções de condição e de causa já era prevista pelos gramáticos greco-latinos⁵, que ora indicavam os conectivos causais como continuativos isoladamente, ora inseriam tais conectivos continuativos como um subtipo dos conectivos causais⁶. Do ponto de vista lógico, ao se observar que a causa antecede a consequência, a ordem do período condicional não parece ser aleatória: compreendida como consequência (ou sequência) do conteúdo veiculado pela prótase, há uma tendência



de ἀπόδοσις (“restituição”, “ação de dar de volta”). São termos empregados no campo da dialética e da retórica grega (Cf. Traina e Bertotti, 2003, p. 430).

4 Cf. *La relacion entre la protasis y su apodosis es de índole causal analoga a la que existe entre una causa y su efecto. Si comparamos dos oraciones, una condicional y otra causal, como <<si me acompanas saldre>> y <<puesto que me acompanas saldre>>, resulta evidente que en ambos casos la accion de salir es una consecuencia de la accion enunciada en la oracion subordinada, pero con la diferencia de que en la primera frase es considerada como una simple suposicion, en el segundo caso como un hecho real.*

5 Cf. Souza, 2021.

6 Também na linguística moderna, a afinidade entre os campos semânticos da causalidade e da condicionalidade tem sido notada (Cf. Neves, 2012).

natural para que a apódose venha posposta. Levando-se em consideração que a oração condicional propala uma causa em suposição, Bassols (1992, p. 423) aponta que a prótase de um período condicional deveria ser formulada sempre com o subjuntivo, uma vez que enuncia uma simples representação mental. Contudo, o próprio autor adverte que isso não acontece e que, com frequência, o indicativo é empregado.

Faria (1995, p. 231), na seção da sua gramática dedicada aos aspectos morfológicos do latim, apresenta as principais conjunções condicionais. Essas conjunções se inserem, por sua natureza, no conjunto de conjunções subordinativas, por ligarem orações que se vão subordinar ao sentido de uma oração principal. São elas: *si* (“se”), *nisi* (“se não”, “exceto se”, “a menos que”), *ni* (“se não”), *sin* (“se pelo contrário”), *modo* (“contanto que”) e *dummodo* (“contanto que”). No exemplo (1), verifica-se uma estrutura prototípica de período hipotético, em que a prótase com *si* aparece anteposta à apódose, com ambas as formas verbais no presente do indicativo:

(1) *auaritiam si tollere uoltis, mater eius est tollenda, luxuries* (Cic., *De Or.*, 2, 171)⁷

“se quereis suprimir a cobiça, deve ser suprimida a sua própria mãe, a luxúria”

7 Em latim, não há a obrigatoriedade de que a conjunção inicie a oração em que se insere; ela pode vir posposta a uma estrutura topicalizada, sem que, por isso, a oração seja considerada intercalada.



[prótase: *uoltis* (presente do ind.) | apódose: *est* (presente do ind.)]

Como muitos autores⁸, Bassols (1992, p. 424) diferencia três subtipos de orações que podem constituir o referido período: (i) simples hipótese (ou condição real), (ii) hipótese contingente (ou condição eventual, potencial) e (iii) hipótese irreal. Nesse sentido, a observação dos tempos e dos modos verbais empregados no período hipotético é de grande valia, uma vez que os subtipos citados costumam ser construídos com modos específicos: o indicativo geralmente é utilizado em exemplos do primeiro caso e o subjuntivo é usado para os dois casos seguintes, com tempos específicos para cada um. Ressalta-se, contudo, que, com o conectivo *si*, as formas verbais empregadas nas orações condicionais podem estar flexionadas nos tempos do indicativo e do subjuntivo.

Ao focalizar a percepção do falante acerca do conteúdo veiculado nas construções condicionais, Traina e Bertotti (2003, p. 431) salientam que, no período hipotético, os subtipos abordados estão configurados a partir de duas perspectivas distintas de apreensão da realidade: a objetiva e a subjetiva. É objetiva quando o falante enuncia simplesmente a relação entre uma hipótese e sua consequência,

⁸ Cf. Bessellar, 1960, p. 213; Blatt, 1952, p. 312; Ernout e Thomas, 2002, p. 375; Faria, 1995, p. 382; Hofmann-Szantyr, 1972, p. 660; Lourenço, 2019, p. 330; Riemann, 1942, p. 386; Rubio e Rolan, 1990, p. 212; Touratier, 1994, p. 675; Tovar, 1946, p. 214; Vasconcellos, 2013, p. 109; Woodcock, 1959, p. 147.



sem exprimir seu juízo, sua avaliação sobre a realização da hipótese, como em:

(2) **si** *di* sunt,| est *diuinatio*; *sunt autem di*; *est ergo diuinatio* (Cic., *Diu.*, 2, 17, 41) (“se os deuses existem, existe a adivinhação; ora, os deuses existem; existe, portanto, a adivinhação”)

[prótase: *sunt* (presente do ind.) | apódose: *est* (presente do ind.)]

Nesse exemplo, parte-se da premissa de que os deuses existem e que, portanto, a hipótese é verdadeira; o conteúdo veiculado na apódose não é avaliado como possível, ele é uma consequência natural do conteúdo da prótase. Assim, por oposição, a perspectiva é subjetiva quando o falante torna explícito seu juízo, sua avaliação sobre a hipótese, que, nesse caso, será apresentada como possível ou irreal, respectivamente, conforme os exemplos:

(3) *dies* deficiat,| **si** uelim *paupertatis causam defendere* (Cic., *Tusc.*, 5, 102) (“um dia não será suficiente, se eu quiser defender a causa da pobreza”)

[apódose: *deficiat* (presente do subj.) | prótase: *uelim* (presente do subj.)]

(4) *ego* **si** *somnum* capere possem,| *tam longis te epistulis non obtunderem* (Cic., *Att.*, 8, 1, 4) (“se eu

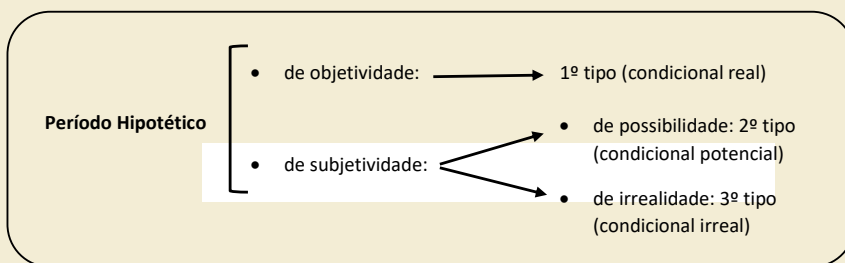


pudesse adormecer, não te incomodaria com cartas tão longas”)

[prótase: *possem* (pretérito imp. do subj.) | apódose: *obtunderem* (pretérito imp. do subj.)]

Nos exemplos (3) e (4), diferentemente do exemplo (2), as formas verbais estão no subjuntivo, o que reforça a perspectiva subjetiva dessas construções. A associação da natureza objetiva ou subjetiva do período hipotético aos subtipos de orações condicionais pode ser sistematizada conforme o quadro abaixo:

Quadro 01 – Natureza do período hipotético e subtipos de condicionais



Fonte: Adaptado de Traina e Bertotti (2003, p. 431)

Nas orações condicionais reais, segundo Besselaar (1960, p. 213), faz-se abstração da realidade ou da irrealidade da condição contida na prótase, e se diz simplesmente que, cumprida a condição, certamente ocorrerá um segundo fato, enunciado na apódose:



(5) **si** *fato omnia fiunt*, | *nihil nos admonere potest* (Cic., *Diu.*, 2, 21) (“se tudo acontece pelo destino, nada nos pode advertir”)

[prótase: *fiunt* (presente do ind.) | apódose: *potest* (presente do ind.)]

No exemplo (5), o conteúdo proposicional dos enunciados se verifica no mundo real. O conteúdo da prótase (*si fato omnia fiunt*) é condição suficiente para que o conteúdo da apódose (*nihil nos admonere potest*) seja considerado verdadeiro. A apódose apresenta uma consequência necessária, suficiente, para se apurar a veracidade da prótase: se as coisas acontecem movidas pelo destino, não há como controlar determinados acontecimentos e, portanto, não é possível que alguém seja advertido sobre tais acontecimentos. Ao se retomar o exemplo (2) – **si** *di sunt, est diuinatio; | sunt autem di; est ergo diuinatio* (Cic., *Diu.*, 2, 17, 41) (“se os deuses existem, existe a adivinhação; ora, os deuses existem; existe, portanto, a adivinhação”) –, percebe-se que, em muitos casos, a construção condicional real pode vir realçada por um elemento conclusivo/resumitivo como *ergo* (“então”), que aparece na condução do pensamento silogístico desse exemplo. Assim, recuperando o exemplo (5), uma construção como *si fato omnia fiunt, | nihil [ergo] nos admonere potest* reforça a natureza implicativa entre a proposição antecedente e o fato expresso pela consequente. Consoante Vasconcellos (2013, p. 109), por vezes, a conjunção *si* pode vir reforçada pela partícula *quidem* (“de fato”), para enfatizar a realidade da hipótese.



Segundo Bassols (1992, p. 426), as condicionais reais são formuladas geralmente com as formas verbais no modo indicativo, de modo que sejam utilizados os mesmos tempos em ambos os membros do período, como acontece em (5) e (2). Contudo, quando a ação em ambas as orações corresponde a planos temporais distintos, pode ser usado, em cada uma delas, um tempo verbal correspondente. Obviamente, isso significa um número grande de combinações temporais possíveis. O próprio autor destaca, entretanto, que, embora a combinação mais usada, nesse caso, seja *si* presente do indicativo + futuro (independentemente de ser o imperfeito ou o perfeito), Cícero e os autores de obras técnicas preferem usar, nessa situação, o futuro imperfeito nas duas orações. Todavia, Faria reforça que,

Quanto ao tempo empregado tanto na condicional quanto na principal, depende do próprio sentido tanto de uma como de outra oração, não havendo, pois, nenhuma correlação gramatical da construção. Assim, o presente pode estar em correlação tanto com o presente, como com o passado ou o futuro (1995, p. 372).

Ademais, os períodos condicionais do subtipo real podem aparecer eventualmente com a prótase no indicativo e a apódose no subjuntivo ou no imperativo. Nessa primeira situação, de acordo com Ernout e Thomas (2002, p. 375-376), o uso do subjuntivo na apódose pode expressar desejo, exortação, imprecação, ordem, deliberação:



(6) *ne sim saluus,| **si** aliter scribo ac sentio* (Cic., Att., 16, 13) (“Que eu esteja perdido, se escrevo de modo diferente do que penso”)

[apódose: *sim* (presente do subj.) // prótase: *scribo - sentio* (presente do ind)]

A mensagem imprecativa veiculada pela apódose (anteposta), com a forma verbal *sim* no presente do subjuntivo, combina-se com a apódose construída com os verbos *scribo* e *sentio*, no presente do indicativo. Bassols (1992, p. 426) salienta que o referido tipo de construção é especialmente frequente na língua familiar, o que pode ser corroborado com o próprio exemplo (6), visto que o excerto é retirado de uma carta de Cícero, destinada ao amigo Ático. Normalmente, nessas cartas, o orador romano se vale de um registro mais informal, dada a sua proximidade com o interlocutor e considerada a situação de informalidade peculiar a uma troca de mensagens entre amigos. Além dessa construção, também é representativo da língua familiar o período hipotético construído com o verbo da apódose no imperativo e com a forma verbal da prótase no indicativo:

(7) **si** *quid in te peccaui, |(...), ignosce*. (Cic., Att., 3, 15) (“se de alguma forma cometi alguma falta contra ti, (...), perdoa-me.”)

[prótase: *peccau* (pretérito perfeito do ind.) | apódose: *ignosce* (imperativo presente)]



Conforme Bassols (1992, p. 427), com o imperativo na apódose, as construções mais recorrentes são *si* presente do indicativo + imperativo ou *si* futuro imperfeito do indicativo + imperativo. Contudo, mesmo que menos frequente, a construção *si* pretérito perfeito do indicativo + imperativo, usada no exemplo (7), pode ser empregada para evidenciar a noção temporal de anterioridade da prótase. Nesses casos, não há uma correlação modo-temporal *a priori*: as formas verbais são empregadas a depender da relação temporal (de anterioridade, de simultaneidade e de posterioridade) que se queira enfatizar. Ernout e Thomas (2002, p. 375), por uma perspectiva mais sintática, frisam que a relação de dependência entre as duas proposições nesse tipo de construção – exemplos (6) e (7) – é mais fraca, balizada pela natureza volitiva do subjuntivo e pela natureza ordenativa do imperativo.

Nas orações condicionais potenciais, por outro prisma, a apódose é considerada como certa contanto que seja eventualmente satisfeita a condição exposta na prótase. Segundo Bassols (1992, p. 427), esse tipo de condicional se formula normalmente com o presente ou com o pretérito perfeito do subjuntivo. Apesar de o valor desses tempos ser bastante impreciso, é importante notar que há sempre uma referência ao futuro, isso porque somente as ações que estão prestes a acontecer podem ser compreendidas pelos falantes como possíveis. Assim, quando se quer manifestar que



a suposição é exclusivamente uma concepção imaginária, o verbo, de maneira geral, vai para o presente do subjuntivo⁹:

(8) *dies deficiat, | si uelim enumerare quibus bonis male euenerit, nec minus | si commemorem, quibus improbis optime (Cic., Nat., 3, 32)* (“um dia não será suficiente, se eu quiser enumerar os bons que se deram mal; e também não será, se eu mencionar os ímprobos que se deram muito bem.”)

[apódose: *deficiat* (presente do subj.) | prótase: *uelim* (presente do subj.)]

[apódose: *deficiat* (presente do subj.) | prótase: *commemorem* (presente do subj.)]

De acordo com Vasconcellos (2013, p. 112), as orações condicionais potenciais com presente do subjuntivo podem ser traduzidas para o português com o futuro do subjuntivo na prótase e futuro do presente na apódose, ou com o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase e futuro do pretérito na apódose. Assim, no exemplo (8), a correlação modo-temporal poderia ser traduzida da seguinte forma: *deficiat, si uelim enumerare* – “não será suficiente, se

9 Sobre a distinção entre uma situação provável e uma situação imaginária no uso da condicional potencial, Azevedo (1997) ressalta duas construções distintas: um caso eventual (de futuro mais intenso), construído com *si* futuro imperfeito ou perfeito + futuro imperfeito ou imperativo; e um caso possível (de futuro menos intenso), estruturado com *si* presente do subjuntivo ou pretérito perfeito do subjuntivo + presente do subjuntivo ou pretérito perfeito do subjuntivo. Tal diferenciação deve ser mais bem elucidada por pesquisas futuras.



eu quiser enumerar” ou “não seria suficiente, se eu quisesse enumerar”. No período hipotético exposto, o conteúdo veiculado pela prótase é avaliado pelo enunciador, isto é, toma-se a condição anunciada como algo que poderia vir a acontecer – o que também acontece no exemplo (3). De fato, na continuidade do texto ciceroniano, são citados exemplos de personalidades que ilustram os dois tipos de indivíduos abordados.

Emprega-se também, nas orações condicionais potenciais, o pretérito perfeito do subjuntivo na prótase, quando se quer indicar a anterioridade da ação ou quando se quer destacar valor aorístico do referido tempo verbal:

(9) *si gladium quis apud te sana mente deposuerit, repetat insaniens,| reddere peccatum sit, officium non reddere (Cic., Off., 3, 95)* (“se alguém em perfeito estado mental tivesse confiado a ti uma espada, e louco a viesse reclamar, seria um erro devolvê-la, e um dever não a devolver.”)

[prótase: *deposuerit* (pretérito perf. do subj.) | apódose: *sit* (presente do subjuntivo)]

No exemplo (9), é possível notar uma situação simulada para justificar um comportamento apropriado, tal como prescreve a obra de Cícero que aborda os deveres dos cidadãos romanos. Conforme Traina e Bertotti (2003, p. 434), quando os tempos verbais mencionados (presente do subjuntivo e pretérito perfeito do subjuntivo) estão regidos



pelo conectivo *si* (ou *ut si*) são, normalmente, encontrados os *exempla ficta*, isto é, exemplos inventados para melhor explicar determinada tese. Esses *exempla*, que implicam uma eventualidade pura e abstrata, correspondem a hipóteses imaginárias e/ou improváveis, concebidas para dar maior poder de persuasão ao discurso.

Por outro lado, nas orações condicionais irrealis, o conteúdo descrito na prótase é bastante improvável ou mesmo impossível de se concretizar na realidade. Conforme Bassols (1992, p. 428), as condicionais que expressam irrealidade se constroem com os verbos de ambas as orações (prótase e apódose) no pretérito imperfeito ou no mais-que-perfeito do subjuntivo, segundo o dado condicionado se encontre no presente ou no passado, respectivamente, como demonstram os exemplos abaixo:

(10) *sic sapientia, quae ars uiuendi putanda est, non expeteretur, | si nihil efficeret* (Cic., *Fin.*, 1, 42) (“assim a sabedoria, que deve ser considerada a arte de viver, não seria procurada, se não produzisse resultado algum”)

[apódose: *expeteretur* (pretérito imperf. do subj.) |
prótase: *efficeret* (pretérito imperf. do subjuntivo)]

(11) *si uenisses ad exercitum, | a tribunis militaribus uisus esses* (Cic., *Inu.*, 1, 87) (“se tivesses vindo para o exército, terias sido visto pelos tribunos militares”)
[prótase: *uenisses* (pretérito mais-que-perf. do subj.)



| apódose: *uisus esses* (pretérito mais-que-perf. do subj.)]

No exemplo (10), tanto a apódose quanto a prótase possuem as formas verbais no pretérito imperfeito do subjuntivo para expressar a condição irreal do presente. Já no exemplo (11), todo o período hipotético está construído com verbos no pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo para indicar a condição irreal do passado. Para além dessas equivalências na correlação modo-temporal das orações condicionais irrealis, Vasconcellos (2013, p. 112) ressalta que pode, em alguns casos, o pretérito imperfeito do subjuntivo da prótase estar em correlação com o pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo da apódose, como se fossem equivalentes. Tal construção acontece no exemplo (12), com as formas verbais *cuperem* (pretérito imperf. do subj.) e *fuisset* (pretérito mais-que-perf. do subj.) na prótase e na apódose, respectivamente:

(12) *Quintus fuit mecum dies compluris et, **si** ego cuperem,| ille uel pluris fuisset (...)* (Cic., Att., 16, 5)
 (“Quinto esteve comigo por vários dias e, se eu tivesse desejado, ele teria ficado mais”)

[apódose: *fuisset* (pretérito mais-que-perf. do subj.) |
 prótase: *cuperem* (pretérito imperf. do subj.)]

De acordo com Faria (1995, p. 385), como um vestígio de uso do latim arcaico, o presente do subjuntivo conti-



nuou no período clássico a ser usado também para exprimir o irreal. Nesse sentido, Ernout e Thomas (2002, p. 378-379) complementam que, no latim clássico, esse valor atribuído ao presente do subjuntivo mantinha-se em expressões formulares e em frases como *si scias* ou *immo si scias* (“se, de fato, soubesses”), muito frequentes nos autores cômicos, mas ainda usadas por Cícero. Ademais, o período condicional, não só o de índole potencial, mas também o de índole irreal, pode, eventualmente, ser construído com a forma verbal da apódose em indicativo. Isso acontece, de modo mais recorrente: (i) com verbos ou expressões de caráter modal como *posse* (“poder”), *debere* (“dever”), *ius est* (“é justo”), *necesse est* (“é necessário”), gerúndios e gerundivos, participios futuros ativos com *eram* ou *fui*; e (ii) quando se usam as segundas pessoas do verbo com acepção impessoal.

Como se pode notar, diante de tantas obras citadas em língua estrangeira, não há, em língua portuguesa, uma grande variedade de estudos gramaticais que apresentem, de modo satisfatório, as nuances dos processos de articulação de orações – com exceção da contribuição de Vasconcellos (2013), que, embora se detenha exclusivamente sobre a sintaxe do período subordinado, ainda deixa de considerar, em muitos momentos, fatores pragmáticos que possam interferir no uso. Deve-se notar, por outro prisma, que os estudos tradicionais aqui mencionados, apesar de abarcarem alguns aspectos semânticos (nível de hipotecidade das condicionais) e, até mesmo, de variação linguística, ainda estão muito centrados em tópicos morfossintáticos, como na correlação modo-temporal, por exemplo.



DESCRIÇÃO FUNCIONAL DO LATIM

De modo a complementar a descrição tradicional acerca do latim – e, em alguns pontos até mesmo para reorientá-la –, adotam-se pressupostos teóricos de base funcionalista, o que significa assumir que a estrutura linguística é influenciada e, ao mesmo tempo, moldada pelas particularidades discursivas que a motivam. Nesse sentido, parte-se do postulado de que a língua (e a gramática) não pode ser descrita como um sistema autônomo (Givón, 1984; 1995; 2018), como preconizam os estudos formalistas. Por essa perspectiva, a sintaxe é redefinida a partir das funções semânticas e pragmáticas que ela desempenha, isto é, buscam-se os parâmetros comunicativos e cognitivos que motivam e definem os domínios gramaticalmente codificados.

Por levarem em consideração fatores como fins comunicativos, interlocutores e contextos discursivos, os funcionalistas não compreendem a língua como uma entidade independente e uniforme, mas sim como um sistema fluido, uma vez que é constituído ao mesmo tempo por padrões mais ou menos regulares e por outros padrões que afloram de acordo com as necessidades cognitivas e comunicativas dos falantes. A gramática e o discurso, desse modo, não podem ser separados em áreas isoladas. Tais entidades devem ser entendidas como polos de um mesmo *continuum*, visto que espelham certas funções próprias da natureza humana: a necessidade de comunicação e de expressão (discurso) e a pré-disposição à repetição de parâmetros (gramática).



Em outro plano funcional, de acordo com Givón (1984; 2018), admite-se que fatores de natureza comunicativa, como o dinamismo da interação intersubjetiva, o grau de planejamento da produção e o conhecimento pragmático compartilhado interferem na forma linguística. Nesse sentido, conforme Halliday (2004), dado que a gramática organiza as opções de uso, o falante procede às suas escolhas – o que implica seleções simultâneas –, a depender de suas intenções comunicativas. Neves, ao salientar a natureza sistêmica da teoria hallidayana, indica que a interpretação acerca do sistema linguístico se estabelece a partir das “categorias funcionais (ideacional, interpessoal e textual), por onde se vai ao texto, que é o lugar da instanciação do significado potencial que surge nos contextos de uso” (2018, p. 35).

Por essa mesma perspectiva, Dik (1989) estabelece que, em um paradigma funcional, a língua deve ser concebida como instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo precípua de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Em seu modelo de interação verbal, Dik expõe que a expressão linguística do falante é moldada: (i) pela intenção do falante; (ii) pela informação pragmática do falante; e (iii) pela antecipação que ele faz da interpretação do destinatário. Por sua vez, a interpretação do destinatário se baseia: (i) na expressão linguística do falante; (ii) na informação pragmática do destinatário; e (iii) na sua conjectura sobre a intenção comunicativa projetada pelo falante.

No campo dos estudos sobre mudança semântica e gramaticalização, Traugott e Dasher (2002), propõem que



tais processos linguísticos podem estar associados às noções de objetividade, subjetividade e intersubjetividade. A perspectiva objetiva corresponde à pretensão do falante em descrever as situações da maneira com que elas se apresentam na realidade. A perspectiva subjetiva, por outro lado, está associada ao falante que, conscientemente, produz uma visão pessoal e subjetiva dos fatos, por meio de recursos linguísticos específicos, capazes de representá-lo no discurso. A perspectiva intersubjetiva, por seu turno, está relacionada à capacidade do falante em dedicar sua atenção ao ouvinte que participa do evento comunicativo. Tais noções são subjacentes ao modo de organização das orações na construção do período.

Diferentemente da proposta de classificação tradicional, que costuma caracterizar o processo de articulação de cláusulas¹⁰ de maneira dicotômica, a perspectiva funcionalista apresenta abordagens variadas para esse tipo de construção, o que parece indicar que o fenômeno em exame é um pouco mais complexo do que a tradição descreve. Segundo Neves (2010, p. 226), observar a língua sob uma ótica funcionalista implica considerar as categorias linguísticas de modo não-discreto. Desse modo, o corte rígido proposto pela gramática tradicional entre coordenação e subordinação torna-se bastante questionável.

Os estudos mais recentes, sobretudo aqueles associados à perspectiva funcionalista, tendem a abandonar a

¹⁰ Consoante Decat, os termos *cláusula* e *oração* podem ser considerados sinônimos, compreendidos como “qualquer estrutura provida de verbo” (2001, p. 103), mesmo que somente o verbo esteja presente nessa estrutura.



rigidez dessa dicotomia, com a proposição de um *continuum* que abarque estágios intermediários de integração oracional. Tais estágios são estabelecidos a partir de um conjunto de traços que, quando combinados, são capazes de diferenciar e particularizar os mecanismos de combinação de cláusulas. Segundo Hopper e Traugott (1993), os vínculos entre as orações percorreriam uma trajetória diacrônica: da combinação entre dois núcleos (compreendidos como duas formas do discurso com relativa independência e apresentados sob um mesmo contorno entonacional) poderiam surgir formas cada vez mais complexas de (inter)dependência entre um núcleo e uma margem. Conforme a proposição dos autores, essas cláusulas complexas manifestam forte tendência de gradual gramaticalização¹¹.

Assim, para Hopper e Traugott (1993), no que tange ao *continuum* de gramaticalização dos processos de combinação de orações, haveria três etapas graduais em sequência crescente de gramaticalização: (i) a parataxe; (ii) a hipotaxe; e (iii) a subordinação. Na parataxe, não há dependência relativa (o vínculo apenas se estabelece para que haja a relação semântica entre as orações) e não há encaixamento (sem que uma oração desempenhe função argumental na outra); na hipotaxe, há interdependência (entre núcleo e margem), um construto oracional modifica/realça o outro, o que demonstra uma relação assimétrica entre eles, e não há

11 O termo “gramaticalização”, conforme Hopper e Traugott (1993), pode ser entendido como um processo, por meio do qual itens do léxico e construções, inseridos em determinados contextos linguísticos, podem assumir funções gramaticais e, uma vez convencionalizados, podem vir a desempenhar novas funções gramaticais..



encaixamento (a margem funciona como satélite do núcleo, não como argumento); e na subordinação, há dependência completa entre núcleo e margem e há encaixamento (a margem, em função argumental, se insere como um constituinte do núcleo). Os exemplos abaixo ilustram os três processos com diferentes graus de integração entre as orações:

(13) *nolebas **aut non audebas*** (Cic., *Quinct.*, 39)
– PARATAXE

(“não querias ou não ousavas”)

(14) *si **diceret** non crederetur* (Cic., *Amer.*, 103)
– HIPOTAXE

(“se tivesse falado, não teria sido acreditado”)

(15) *equidem suasi **ut Romam pergeret*** (Cic., *Att.*, 16, 8, 2) – SUBORDINAÇÃO

(“com efeito, aconselhei que se dirigisse para Roma”)

A inserção das orações condicionais no grupo das orações subordinadas, no que diz respeito aos processos sintáticos de composição do período, é uma visão amplamente contestada por estudiosos do modelo teórico funcionalista, como se pode observar nos trabalhos de Halliday (2004), Hopper e Traugott (1993) e Matthiessen e Thompson (1988). Assim, segundo tais teóricos, a oração condicional pertenceria ao eixo intermediário – entre a



parataxe e a subordinação – denominado hipotático, no *continuum* de articulação de cláusulas. Essas orações se materializariam por meio de uma relação núcleo-satélite, em que, discursivamente, a condição tenderia a desempenhar papel periférico. No que tange às relações da esfera semântico-funcional, as cláusulas condicionais se caracterizariam por produzir uma expansão por realce¹², visto que podem expandir o conteúdo da oração nuclear, acrescentando-lhe a circunstância da condicionalidade.

Por uma perspectiva mais ligada à lógica, Comrie (1986)¹³ informa que a noção de condição se insere na zona maior da causalidade, visto que o conteúdo enunciado na prótase **p** configura-se como causa, para a consequência veiculada na apódose **q**, o que exige uma relação estreita entre **p** e **q**. Para esse autor, existe uma sequenciação lógica que organiza a causa em primeiro lugar e a consequência em seguida:

- (a) *Se o gelo for deixado ao sol, ele derrete.*
- (b) *Se ele ronca, dorme.*

Entretanto, tal relação de causalidade não pode ser sustentada em todos os tipos de construções condicionais, como já observara Haiman (1978). Em alguns casos, por interferência de fatores discursivos e pragmáticos, não é possível que seja proposta uma leitura do tipo causa-consequência:

12 Cf. Halliday, 2004.

13 Cf. também Neves (2011) e Dancygier (1998).



- (c) *Se você estiver com fome, tem comida na geladeira.*
- (d) *Se você me permite, posso fazer uma pergunta indiscreta?*

Levando-se em consideração, especialmente, os estudos realizados acerca das construções condicionais da língua portuguesa (Neves, 2011; Oliveira, 2008; Hirata-Vale, 2005; Gryner, 1990;), parte-se do pressuposto de que nem sempre o período hipotético se constrói embasado em uma relação de causa e consequência. Em outros termos, compreende-se que a relação de condicionalidade nem sempre implica uma relação de causalidade lógica, visto que pode estar relacionada à relevância comunicativa de um ato de fala ou mesmo estar ancorada em um valor de verdade, como acontece, respectivamente, em:

- (e) *Se você quiser, posso entregar o trabalho para você.*
- (f) *Se não me engano, aquele ali é o Luís.*

Quanto ao seu conteúdo semântico e pragmático, entende-se que as orações condicionais podem assumir diferentes configurações. Segundo Sweetser (1990), a relação condicional pode estar ancorada em três domínios: (i) de conteúdo; (ii) epistêmico; e (ii) de ato de fala. Assim, as construções condicionais do domínio do conteúdo en-



volvem relações entre estados-de-coisas ou eventos que ocorrem em algum mundo real ou possível. Nesse sentido, a realização do estado-de-coisas ou do evento contido na apódose depende da realização do estado-de-coisas ou do evento contido na prótase (como em (g)). As construções condicionais do domínio epistêmico, por sua vez, englobam as relações que ocorrem entre conteúdos proposicionais ou fatos possíveis. Dessa maneira, a validade do conteúdo veiculado pela apódose é dependente da validade do conteúdo expresso pela prótase. Há uma relação de implicação epistêmica (como em (h)). Já as construções condicionais do domínio do ato de fala correspondem à camada das frases, na qual a relação se estabelece entre atos de fala. Assim, a relação estabelecida entre as orações nesse domínio é de adequação do ato de fala, ou seja, a prótase válida, em termos de adequação pragmática, o ato de fala expresso na apódose (como em (h)).

(g) *If Mary goes, John will go.*

(Se Mary vai, John irá.)

(h) *If she is divorced, she's been married.*

(Se ela é divorciada, ela foi casada.)

(i) *There are biscuits in the side board if you want them.*¹⁴

(Tem biscoitos no armário se você quiser.)

14 Exemplos (g), (h) e (i) retirados de Sweetser (1990).



Na tradição gramatical latina, define-se a prótase condicional como a sentença que expressa uma condição de cujo cumprimento depende a realidade do que está enunciado na apódose, de modo que se estabelece uma relação causal entre os membros do período subordinado (Cf. Bassols, 1992; Woodcock, 1959). Conforme Puente (2009, p. 658), essas características atribuídas ao período hipotético são, em maior ou menor medida, válidas para os períodos condicionais prototípicos, mas não para os casos em que a condicional é uma oração completiva ou para os casos em que a verdade da oração principal não depende da oração introduzida pela conjunção condicional. De acordo com a referida autora, em latim, existem diferentes relações que se materializam entre a prótase e a apódose de um período condicional, visto que, além do variado nível de integração sintática, cada tipo de condicional apresenta traços sintáticos, semânticos e pragmáticos específicos.

Primeiramente, segundo o nível sintático de dependência, há vários tipos de orações condicionais: as que podem funcionar como argumento do predicador verbal, as condicionais de predicação, as condicionais de proposição e as condicionais de enunciação. Puente (2009, p. 661) ressalta que nem sempre é fácil distinguir o tipo de condicional correspondente a determinado exemplo e que algumas condicionais podem apresentar aspectos próprios de distintos tipos. A partir dessas constatações, propõe-se o seguinte quadro que sintetiza os tipos e os subtipos de orações condicionais existentes em latim:



Quadro 02 – Tipos de orações condicionais

ORAÇÕES CONDICIONAIS EM LATIM		
Tipos	Subtipos	
condicionais argumentais	completivas hipotéticas	
	interrogativas indiretas	
condicionais de predicação (adjuntos/domínio do conteúdo)	condicionais prototípicas	reais
		potenciais
		irreais ou contrafactuais
	condicionais com sentido	concessivo/ adversativo
		causal
		final
		temporal
condicionais de proposição (disjuntos atitudinais/domínio epistêmico)	usos modais	
condicionais de enunciação (disjuntos ilocucionários/domínio do ato de fala)	usos corteses, metalinguísticos ou metadiscursivos	

Fonte: Adaptado de Puente (2009) e Pinkster (2021)

Bertocchi e Maraldi (2011, p. 93), para além do nível de hipoteticidade das condicionais (real/factual, potencial e irreal/contrafactual), distinguem, com base em Sweetser (1990), três domínios da esfera semântico-pragmática para realização das orações condicionais: domínio do conteúdo, domínio epistêmico e domínio de ato de fala – que correspondem, respectivamente, às camadas de predicação, de



proposição e de enunciação, expostas no quadro anterior, pautadas na gramática funcional de Dik (1989). Assim, as condicionais de conteúdo (do nível da predicação) relacionam estados de coisas e são normalmente usadas pelo falante para fazer previsões; as condicionais epistêmicas (ou de nível da proposição) permitem que inferências dedutivas sejam feitas, isto é, o conhecimento previamente estabelecido pelo estado-de-coisas da prótase possibilita que o falante passe à conclusão na apódose; e as condicionais do ato de fala (ou do nível da enunciação) especificam uma condição não para a verdade, mas para a legitimidade de afirmar o conteúdo da apódose.

As condicionais de conteúdo, de acordo com Puente (2009, p. 663), introduzem complementos não necessários (adjuntos) no nível representativo e indicam a circunstância em que a situação se desdobra. Dentre os dois subtipos com que pode se realizar, o primeiro corresponde às orações condicionais prototípicas, que apontam uma condição que, se cumprida, terá como consequência o conteúdo expresso na apódose (se p acontece, segue-se q de maneira lógica); o segundo subtipo, por outro lado, é constituído pelas condicionais que, devido ao contexto, adquirem outros matizes circunstanciais como os de concessão, de adversidade, de causa, de finalidade e de tempo, e cuja efetuação não prejudica a realização da apódose.

No domínio do conteúdo, as condicionais prototípicas expressam uma condição indispensável para o entendimento do conteúdo da prótase e a apódose explícita a consequência da realização dessa condição prévia.



Produz-se, genericamente, entre a prótase e a apódose uma relação de dupla implicação (ou de reversibilidade), ou seja, se houver alguma mudança na condicional, há também alguma mudança na apódose:

(16) *adsequar omnia* | **si** *propero*:|| **si** *cunctor*,| *amitto*
(*Cic., Att., 10, 8*) (“apanharei todas as coisas, se [me] apresso: se hesito, perco”)

[apódose: *adsequar* (futuro imperf. ind.) | prótase: *propero* (presente do ind.)]

[prótase: *cunctor* (presente do ind.) | apódose: *amitto* (presente do ind.)]

Sobre o grau de integração sintática dessas orações condicionais, Puente (2009, p. 663) esclarece que elas se apresentam menos integradas dos que as completivas. Normalmente, na hipotaxe, a prótase e a apódose apresentam seus verbos no mesmo modo e no mesmo tempo em decorrência de um paralelismo modal, vinculado à grande interdependência existente entre os dois componentes do período. Como já mencionado anteriormente, o emprego de diferentes modos verbais evidencia variados níveis de hipoteticidade. O falante pode exprimir a relação estabelecida entre o enunciado da sentença condicional e a situação contextual de três formas, independentemente da realidade extralinguística: como possível (com as condicionais reais ou factuais), como indiferente à verdade (com as condicionais potenciais) ou como falso (com as condicionais irrealis



ou contrafactuais). Deve-se ressaltar, por conseguinte, que cada um desses tipos é singularizado por determinadas marcas morfológicas de modo e de tempo em relação ao verbo da prótase.

No que diz respeito às orações condicionais reais, Ernout e Thomas (2002) e Bassols (1992) assinalam que, quando o modo empregado na prótase é o indicativo, o verbo da apódose pode aparecer em subjuntivo ou em imperativo. Entretanto, Puente (2009, p. 664) observa que é bastante provável que essas condicionais não possam ser compreendidas como reais, uma vez que pertencem ao domínio epistêmico ou de ato de fala. No exemplo (17), as apódoses estão construídas com as formas verbais no imperativo e as condicionais, em decorrência disso, situam-se no nível do ato de fala:

(17) **si** dormis,| expergiscere;|| **si** stas,| ingredere;|| **si** ingrederis,| curre;|| **si** curris,| aduola (Cic, Att., 2, 23)
 (“se dormes, desperta; se estás de pé, põe-te a andar; se estás caminhando, corre; se corres, voa”)

[protáse: *dormis* (presente do ind.) | apódose: *expergiscere* (imperativo presente)]

[protáse: *stas* (presente do ind.) | apódose: *ingredere* (imperativo presente)]

[protáse: *ingrederis* (presente do ind.) | apódose: *curre* (imperativo presente)]

[protáse: *curris* (presente do ind.) | apódose: *aduola* (imperativo presente)]



Segundo Puente (2009, p. 666), as condicionais de conteúdo podem ainda adquirir pelo contexto um sentido concessivo, causal, final ou temporal. Em muitas dessas construções, as orações introduzidas por *si* aparecem coordenadas com orações tipicamente concessivas ou causais. Nesses casos, não é incomum que haja assimetria modo-temporal entre o verbo da prótase e o da apódose:

(18) *non possum disposite istum accusare,| **si** cupiam*
(Cic., Verr., 2, 4) (“não posso acusá-lo regularmente, se eu quiser > mesmo se eu quiser”)

[apódose: *possum* (presente do ind.) | prótase: *cupiam* (presente do subj.)]

(19) *reliquis diebus **si** quid erit quod te scire opus sit,| aut **etiam si** nihil erit,| tamen scribam cottidie aliquid*
(Cic., Quin., 2, 10) (“nos dias restantes, se houver algo que devas saber, ou mesmo se não houver nada, porém, escreverei alguma coisa todos os dias”)

[prótase: *erit* (futuro imperf. do ind.) | apódose: *scribam* (futuro imperf. do ind.)]

(20) *Nam **si** in hoc haberet cognitionis notam,| eadem uteretur in ceteris. Quam **quoniam** non habet, utitur probalibus* (Cic., Att., 13, 22) (“Pois se ele tivesse uma marca de conhecimento neste caso, empregaria a mesma marca em todos os outros casos. Mas como não tem, emprega probabilidades”)



[prótase: *haberet* (pretérito imperf. do subj.) | apódo-se: *legisses* (pretérito imperf. do subj.)]

(21) *qui optime nostros homines nouit, uel **quia** non nosset, uel **si** nosset,| contemneret (Cic., *Deiot.*, 23)*
 (“aquele que conheceu bem os nossos homens, ou porque não o tivesse conhecido, ou se o tivesse conhecido, o desprezaria”)

[prótase: *nosset* (pretérito mais-que-perf. do subj.) | apódo-se: *contemneret* (pretérito imperf. do subj.)]

Como se pode notar, nos exemplos (18) e (19), a oração principal é verdadeira independentemente da veracidade da condicional e entre ambos os membros do período há uma incompatibilidade ou um contraste; a sentença com *si* adquire, portanto, um valor concessivo hipotético, equivalente às orações introduzidas por *etiam si* (que pode ser conectivo condicional ou concessivo, pela sua própria formação). Em (19), especificamente, a oração condicional com *si* aparece coordenada com uma oração condicional-concessiva. Também a oração principal é verdadeira de maneira independente da veracidade do conteúdo da condicional quando a oração com *si* adquire valor causal, como acontece em (20) e (21); o que diferencia as concessivas das causais, nesse caso, é a ausência de contraste. Além disso, em (20) e (21), a condicional com *si* se encontra coordenada com uma oração causal com *quoniam* e *quia*, respectivamente.



Conforme Puente (2009, p. 667), existem estudiosos que, no nível dos disjuntos, não estabelecem distinção entre as condicionais epistêmicas e as de ato de fala, denominando-as conjuntamente pseudo-condicionais ou condicionais indiretas. Porém, para a autora, há um tipo específico de condicionais epistêmicas. Essas orações expõem uma condição para que o que está expresso na apódose seja verdadeiro, sem que o locutor se comprometa com a verdade do que a condicional exprime, de modo que se instaura uma relação de inferência dedutiva entre ambas as partes. Esse tipo de condicional se insere na esfera da modalidade epistêmica e, às vezes, pode ser parafraseado por “se é verdade que *p*...”.

Nesse mesmo sentido, Pinkster (2021, p. 343), esclarece que as cláusulas com *si* que funcionam como disjunção atitudinal indicam se e em que medida o falante/escritor assume a responsabilidade pela veracidade do conteúdo da cláusula principal; em outras palavras, a cláusula com *si* funciona como uma proteção para o conteúdo da apódose. Como alguns subtipos de condicionais epistêmicas, há, de um lado, a condicional epistêmica padrão, assimilável a modificadores adverbiais atitudinais, como “talvez”, e a satélite, que especifica a fonte da informação contida na proposição, como “de acordo com”; e de outro, há vários usos retóricos das condicionais epistêmicas, tais como as condicionais de realização óbvia:

(22) *Haec est una, si uere cogitare uolumus, in toto imperio tuo difficultas* (Cic., *Q. Fr.*, 1, 1, 32) (“Esta é,



se quisermos encarar os fatos de frente, a tua única dificuldade em todo o império”)

[apódose: *est* (presente do ind.) | prótase: *uolumus* (presente do ind.)]

(23) *quae est igitur alia praeter mortem? si enim est in exilio, sicuti est,| quid amplius postulatis?* (Cic., *Lig.*, 13) (“pois, que outro castigo há, exceto a morte? Ora, se ele está no exílio, como de fato está, o que mais solicitais?”)

[prótase: *est* (presente do ind.) | apódose: *postulatis* (presente do ind.)]

(24) *tu, si me amas tantum quantum profecto amas,| expeditus facito ut sis,| si inclamaro, ut accurras* (Cic., *Att.*, 2, 20) (“tu, se me amas tanto quanto realmente me amas, estejas preparado para vir, se eu te chamar, para que me acudas”)

[prótase: *amas* (presente do ind.) | apódose: *sis expeditus* (pretérito perf. do subj.)]

[apódose: *sis expeditus* (pretérito perf. do subj.) | prótase: *inclamaro* (futuro perf. do ind.)]

No exemplo (23), é possível perceber que, em um mesmo período, aparecem condicionais de domínios distintos. Em (24), a primeira condicional com *si* pertence ao domínio epistêmico e tem um uso retórico semelhante ao



do exemplo (22); a segunda oração é uma condicional de conteúdo prototípica.

De outro modo, acerca das orações condicionais de ato de fala, Puente (2009, p. 669) elucida que tais sentenças apresentam uma condição para a relevância ou a adequação da frase-tópico ou de algum elemento dela, de maneira que possam justificar, especificar ou modificar o próprio ato de fala. Nesse sentido, não é estabelecida a relação de causa-efeito de modo estrito e, portanto, essas condicionais não são reversíveis. O cumprimento da hipótese exposta não afeta a realização da apódose semanticamente, mas pragmaticamente. De acordo com Pinkster (2021, p. 345), as orações condicionais, consideradas ilocucionárias, especificam a maneira como o falante e o destinatário estão envolvidos em sua interação mútua, especificando a razão pela qual o falante profere suas palavras e como ele quer que elas sejam recebidas. Com certa frequência, essas condicionais se põem à apódose ou tomam a forma de orações parentéticas. Do ponto de vista pragmático, podem ser reconhecidos usos corteses, usos metalinguísticos ou metadiscursivos.

Sobre os usos corteses, pode-se notar que a prótase torna-se desnecessária pela ótica gramatical, mas permanece pertinente do ponto de vista pragmático, pois que revela o compromisso conversacional. Por meio dela, o falante exhibe pistas para negociar a conversa, por exemplo, sobre o modo como deseja conduzir a interpretação do conteúdo ou sobre a maneira de estabelecer o contato interpessoal. São frequentemente utilizadas as expressões *sis* (= *si uis*)



(“se queres”), *si licet* (“se é permitido”), *si placet* (“se agrada”), *si fas est* (“se é possível”):

(25) *condemnatus est C. Iunius qui ei quaestioni praefuerat; adde etiam illud | si placet: tum est condemnatus cum esset iudex quaestionis, (Cic., Cluent., 89)* (“foi condenado C. Iunius que havia sido o juiz do tribunal; acrescenta também aquilo, se te agrada: foi condenado então quando era juiz do tribunal”)

[apódose: *adde* (imperativo presente) | prótase: *placet* (presente do ind.)]

De outra parte, as orações condicionais com usos metalinguísticos são reflexões (e muitas vezes retificações) referentes a termos da apódose. Eventualmente, o comentário assume natureza metadiscursiva e passa a constituir uma reflexão com valor reformulativo sobre a estrutura linguística do discurso:

(26) *ciues, inquam, | si eos hoc nomine appellari fas est (Cic., Mur., 80)* (“cidadãos, digo, se é que possível chamá-los com este nome”)

[prótase: *fas est* (presente do ind.)]

Esses últimos exemplos, que se inserem nos domínios epistêmico e de ato de fala, ratificam a concepção de que o campo da condicionalidade, também em latim, expande-se para além da relação lógica de causa-consequência. Assim,



pode-se depreender que interferem no uso das orações condicionais fatores como a ordem dos componentes do período hipotético; a correlação modo-temporal entre as formas verbais da prótase e da apódose; o tipo de conectivo utilizado (neste caso, o *si*); os subtipos semânticos das condicionais (reais, potenciais e irreais); e os domínios semântico-pragmáticos (de conteúdo, epistêmico e de ato de fala) de realização das condicionais. Os fatores elencados dialogam de maneira harmoniosa com a abordagem funcionalista de descrição e análise dos fenômenos da linguagem, pela vinculação dos aspectos linguísticos aos elementos contextuais, inerentes às situações reais de interação comunicativa, e contribuem para um estudo mais detalhado das construções da língua latina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O confronto entre gramática tradicional e a descrição funcionalista acerca das orações hipotáticas condicionais, aqui proposto, intenta não só suprir carência de aprofundamento teórico sobre o referido tema, com também atualizar as poucas discussões já existentes acerca dos estudos gramaticais latinos em língua vernácula. Com o apoio de um aporte teórico mais recente, capaz de abranger diferentes níveis de análise, demonstra-se a necessidade de se levar em consideração, na descrição linguística, fatores que extrapolem o nível de codificação morfossintática. Aspectos semântico-pragmáticos cooperam, sobremaneira, para uma investigação mais global acerca do fenômeno linguístico



em análise. É necessário, por outro lado, que novos estudos neste campo sejam realizados, como, por exemplo, sobre as construções condicionais com outro tipo de conectivo, sobre as construções sem conectivo, sobre as construções com conectivos correlativos e também sobre as construções com conectivo polissêmico, que não foram consideradas neste capítulo. Além disso, é bastante relevante que se examine com mais atenção a relação entre os domínios semântico-pragmáticos e os níveis de hipoteticidade, de modo que se perceba, com mais clareza, como ocorre essa interinfluência no período condicional. Desse modo, espera-se que novos estudos se somem a este, para que sejam obtidas descrições e análises cada vez mais compatíveis com a realidade linguística dos textos latinos.

REFERÊNCIAS

ALLEN, J. H.; GREENOUGH, J. B. **New latin grammar**. Boston: Ginn & Company Publishers, 1903.

AZEVEDO, M. T. S. de. Orações condicionais potenciais latinas: que entendimento? **Humanitas**. v. 49, 1997, p. 135-146.

BASSOLS DE CLIMENT, M. **Sintaxis latina**. 10 ed. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1992.

BLATT, F. **Précis de syntaxe latine**. Paris: Lyon, 1952.

BENNET, C. E. **A latin grammar**. Boston/Chicago: Norwood Press, 1908.



BERTOCCHI, A.; MARALDI, M. Conditionals and concessives. In: BALDI, P.; CUZZOLIN, P. (Eds.) **News perspectives on historical latin syntax**. v. 4 – Complex sentences, grammaticalization, typology. Berlin/Boston: De Gruyter Mouton, 2011, p. 93-193.

BESSELAAR, J. V. **Propylaeum latinum**. São Paulo: Editora Herder, 1960.

COMRIE, B. Conditionals: a typology. In: TRAUGOTT, E. C. *et al.* (Eds.) **On conditionals**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.

DANCYGIER, B. **Conditionals and predication** (Cambridge Studies in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N. *et al.* **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2001, p. 103-166.

DIK, C.S. **The theory of functional grammar**. Part I. Dordrecht: Foris, 1989.

ERNOUT, A; THOMAS, F. **Syntaxe latine**. 3 ed. Paris: Klincksieck, 2002.

FARIA, E. **Gramática da língua latina**. 2ed. Brasília: FAE, 1995.
GIVÓN, T. **On understanding grammar**. 2 ed. rev. e atual. Amsterdam: John Benjamins, 2018.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction**. v. I. New York: Academic Press, 1984.



GRYNER, H. **A variação de tempo-modo e conexão das orações condicionais do português**. 1990. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1990.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language**, n. 54, 1978, p. 564-589.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3 ed. Revised by Mathiessen, C. M. I. M. London: Hodder Arnold, 2004.

HIRATA-VALE, F. B. M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático**. 2005. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

HOFMANN-SZANTYR, L. **Lateinische grammatik**. München: C.H.BECK'SCHE VERLAGSBUCHHANDLUNG, 1972.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LOURENÇO, F. **Nova gramática do latim**. Lisboa: Quetzal, 2019.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p. 275-329.

NEVES, M. H. de M. **A gramática passada a limpo: conceitos, análises e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.



NEVES, M. H. de M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, T. P. **Conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PALMER, L. R. **La lingua latina**. 2 ed. Torino: Giulio Einaudi Editore, 1977.

PINKSTER, H. **The Oxford latin syntax**. v. 2: The complex sentence and discourse. New York: Oxford University Press, 2021.

PUENTE, C. M. Condicionales y concessivas. In: BAÑOS, J. M. B. (Org.) **Sintaxis del latín clasico**. Madrid: Liceus, 2009, p. 657-678.

RIEMANN, O. **Syntaxe latine**. Paris: Klincksieck, 1942.

RUBIO, L.; ROLAN, T. G. **Nueva gramatica latina**. Madrid: Coloquio Editorial, 1990.

SOUZA, D. G. de. **Si me consulis**: um estudo funcionalista da hipotaxe adverbial condicional nas Catilinárias de Cícero. 2021. Tese (Doutorado em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

SWEETSER, E. E. **From etymology to pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. (Cambridge Studies in Linguistics, 54). Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TOURATIER, C. **Syntaxe latine**. Leuven: Peeters, 1994.

TOVAR, A. **Gramática histórica latina**: sintaxis. Madrid: S. AGUIRRE, 1946.



TRAINA, A.; BERTOTTI, T. **Sintassi normativa della lingua latina**. 3 ed. Bologna: Pàtron Editore, 2003.


TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

VASCONCELLOS, P. S. de. **Sintaxe do período subordinado latino**. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2013.

VON-ALBRECHT, M. **Cicero's style**. A synopsis. Leiden-Boston: Brill, 2003.

WOODCOCK, F. C. **A new latin syntax**. Londres: Bristol Classical Press, 1959.





2. ADVÉRBIOS MODALIZADORES EM ARTIGOS CIENTÍFICOS DA LINGUÍSTICA E DA FILOGIA PUBLICADOS NO BRASIL (1969-1979 / 2009-2019)

Gabriele Pecuch

<https://orcid.org/0000-0003-2003-9458>

INTRODUÇÃO

Os gêneros textuais são um meio importante de interação entre os indivíduos que participam dos diversos grupos da sociedade. Na esfera acadêmica, certamente o artigo científico é um dos gêneros mais difundidos. De acordo com Medeiros e Tomasi (2020, p. 1), a propagação de textos dessa natureza se deve, em boa parte, ao crescimento dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil e à valorização dessas publicações pelos concursos públicos para docentes das universidades do país.

Os autores de um artigo científico normalmente utilizam uma linguagem formal e dotada de objetividade, sobretudo em determinadas partes do texto como na descrição dos dados encontrados (Motta-Roth; Hedges, 2010, p. 65). Por outro lado, na seção dedicada aos resultados da pesquisa, é comum haver análises permeadas por



certa subjetividade. Mesmo assim, as avaliações subjetivas não costumam ser totalmente pessoais. Nesse sentido, Medeiros e Tomasi (2020, p. 136) apontam que muitos manuais de redação científica recomendam que se priorize, por exemplo, o uso da voz ativa ou da terceira pessoa gramatical para preservar a formalidade e a cientificidade esperadas nessas publicações.

É possível, no entanto, que os pesquisadores façam o uso da primeira pessoa do plural na escrita de artigos, ou até mesmo da primeira pessoa do singular, já que a objetividade e a subjetividade no âmbito textual não dependem exclusivamente do emprego das pessoas gramaticais (Medeiros e Tomasi, 2020, p. 137). Além disso, sabe-se que a subjetividade dos discursos não pode ser completamente eliminada. Segundo Medeiros e Tomasi (2020, p. 7), em áreas como a Literatura, a Semiótica e a Análise do Discurso, ao escolher um determinado texto em detrimento de outro, o pesquisador já está atribuindo valores que decorrem de seu papel como sujeito produtor de enunciados. Também existem marcas linguísticas que “denunciam” a subjetividade daquele que escreve, como os adjetivos e os advérbios modalizadores.

De acordo com Neves (2000, p. 244), os advérbios modalizadores compõem uma classe diversa de elementos que o falante utiliza para atribuir valor em seus enunciados, podendo expressar valores de verdade, deveres, avaliações ou restringir domínios. Juntamente com outros recursos da língua, como a prosódia, a parentetização e os verbos auxiliares modais, os advérbios e as locuções adverbiais



modalizadoras marcam a atitude do falante em relação ao que ele diz. Dentre esses elementos, há uma divisão de subclasses, em que se encontram diferentes modalizadores, incluindo os epistêmicos, os deônticos, os delimitadores e os afetivos.

Com base em Neves (2000), esta pesquisa pretende verificar especificamente o uso dos advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos, dos epistêmicos asseverativos relativos e dos modalizadores afetivos em artigos científicos produzidos no Brasil por estudiosos da Linguística e da Filologia em diferentes períodos. Para a análise proposta, constituiu-se um *corpus* de 50 artigos científicos encontrados em cinco periódicos das áreas da Linguística e da Filologia: Revista *ALFA*, publicada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); *Cadernos de Estudos Linguísticos*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); as revistas *Filologia e Linguística Portuguesa* e *Língua e Literatura*, ambas da Universidade de São Paulo (USP); e a Revista *Letras*, publicada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os textos foram divididos em dois recortes temporais, sendo 25 textos produzidos entre os anos de 1969 e 1979 e 25 textos publicados entre 2009 e 2019.

Na primeira parte do *corpus*, buscou-se abarcar as perspectivas teórico-metodológicas em destaque naquele momento, como os estudos que seguiam uma perspectiva histórica, os estudos dialetológicos, os estudos acerca das línguas indígenas, além de alguns voltados à toponímia, à Sociolinguística, à Semiótica ou à relação entre língua



e ensino. Já na segunda parte do *corpus*, priorizaram-se perspectivas teórico-metodológicas já consolidadas no cenário brasileiro, como o Funcionalismo, o Gerativismo, a Sociolinguística e suas interfaces. Também foram escolhidos artigos dos estudos filológicos, agora com outros objetos de análise e procedimentos metodológicos mais elaborados, alguns textos voltados às línguas indígenas e outros da área da Análise do Discurso.

A divisão dos artigos científicos em dois períodos distintos deve-se ao intuito de observar se houve diferenças quanto ao uso dos advérbios modalizadores, em suas formas simples ou perifrásticas, pelos autores das duas épocas. O que se propõe aqui, portanto, é uma análise comparativa entre os modalizadores utilizados na década de 1970 e os empregados entre 2009 e 2019. Essa análise partirá de uma visão funcionalista da língua (Neves, 2000) e, sempre que possível, tentará relacionar o uso dos advérbios aos contextos sócio-históricos de produção dos textos ou às perspectivas teóricas adotadas pelos pesquisadores.

OS ADVÉRBIOS MODALIZADORES EPISTÊMICOS E AFETIVOS

Os advérbios modalizadores constituem uma classe ampla e bastante heterogênea de elementos adverbiais que auxiliam o falante a atribuir valor em seus enunciados, podendo expressar valores de verdade, deveres, avaliações e até mesmo restringir domínios (Neves, 2000, p. 244). Em conjunto com a prosódia, os auxiliares modais e outros



recursos como a inserção de parênteses, os advérbios e as locuções adverbiais modalizadoras marcam a atitude do falante em relação ao que ele próprio diz. No grupo desses elementos, há uma divisão de subclasses, em que se encontram modalizadores como os epistêmicos, os deônticos, os delimitadores e os afetivos.

Conforme Neves (2000, p. 245), os advérbios modalizadores epistêmicos são empregados para expressar avaliações que passam pelo conhecimento dos falantes. Nesse sentido, a avaliação tem como foco o valor de verdade daquilo que se diz no enunciado. Assim, essa subclasse dos modalizadores é utilizada para asseverar algo, para marcar a adesão de quem fala com relação àquilo que se diz, e essas asseverações podem ser afirmativas, negativas ou relativas.

Quando o falante emprega um modalizador epistêmico asseverativo afirmativo, por exemplo, o conteúdo é apresentado como um fato em que não há dúvida e que é reforçado pelo advérbio. Dentre os asseverativos afirmativos, os advérbios podem expressar diferentes acepções, como evidência (*evidentemente, reconhecidamente*), irrefutabilidade (*indubitavelmente, indiscutivelmente*), naturalidade dos fatos (*obviamente, logicamente*), crença ou certeza do falante (*certamente, com certeza, sem dúvida, seguramente*) ou verdade dos fatos (*verdadeiramente, realmente*).

Já os advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos negativos são usados pelos falantes para expressar a ideia de contrafactualidade, em que o enunciado é apresentado como indubitavelmente não factual. Nesse uso dos modalizadores, empregam-se expressões como *de jeito*



nenhum ou *de forma alguma* (Neves, 2000, p. 247). Por sua vez, os asseverativos relativos transmitem a ideia de eventualidade. Assim, o falante acredita que algo seja possível ou impossível, provável ou improvável. Portanto, ele não se compromete com a verdade daquilo que é dito, dando ao enunciado um “efeito de atenuação” e demonstrando um baixo grau de adesão quanto ao conteúdo expresso. No grupo dos asseverativos relativos, encontram-se, por exemplo, formas como o *talvez* e o *provavelmente*.

Neves (2000, p. 249) ressalta que “o emprego de advérbios asseverativos não garante que o conteúdo do que se diz seja, realmente, verdadeiro, ou não verdadeiro, ou possível etc. O que, com certeza, esses advérbios indicam é que o falante quer marcar seu enunciado como digno de crédito, quanto a tais variáveis”. Logo, o uso desses elementos está ligado diretamente a impressões individuais. Nesse contexto, algumas pessoas costumam modalizar seu enunciado constantemente com elementos asseverativos ao anteciparem uma possível desconfiança de seu interlocutor. Também existem tipos de interlocução “muito frouxos”, nos quais a baixa credibilidade com relação ao enunciado é compensada a partir de repetidas manifestações de crença ou de certeza.

Por fim, quanto aos modalizadores afetivos, esses são empregados pelos falantes na manifestação de reações emotivas, que podem ser subjetivas, como felicidade, surpresa e curiosidade, mas também podem ser interpessoais, como franqueza e sinceridade (Neves, 2000, p. 253). O conjunto dos modalizadores afetivos subjetivos inclui formas como



felizmente e lamentavelmente, ao passo que, no grupo dos interpessoais, encontram-se elementos como *sinceramente, francamente e honestamente*.

UM BREVE PERCURSO DOS ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E FILOLÓGICOS NO BRASIL

De acordo com Faraco (2018, p. 46), os estudos linguístico-históricos tiveram início no Brasil em meados do século XIX, quando o filólogo Manuel Pacheco da Silva Jr., que também atuava como professor do tradicional Colégio Pedro II, publicou as obras *Estudo da lingua vernacula - Phonologia* (1877) e *Grammatica historica da lingua portugueza* (1878). Os trabalhos da área se debruçavam sobre o passado das línguas e seus processos de mudança. Mattos e Silva (1999, p. 149) afirma que, durante um bom tempo, não era preciso adjetivar esse campo de pesquisa, uma vez que a perspectiva histórica se sobressaiu no âmbito dos estudos linguísticos durante praticamente todo o século XIX.

Naquele momento, era comum que os filólogos se voltassem ao estudo de edições críticas de textos literários ou do estudo histórico do português, o que contribuiu consideravelmente com os estudos diacrônicos, sobretudo os de língua escrita (Altman, 2004, p. 79). Entretanto, embora aquele período tivesse o português como língua de cultura e os trabalhos de “grande erudição” como foco principal, havia também estudos dialetológicos, os quais, segundo Cardoso (1999, p. 253), constituíram a primeira fase da Dialetologia brasileira, compreendida entre os anos de 1826



e 1920. Essa fase terminou com o lançamento de *O Dialeto Caipira*, obra publicada em 1920 e muito relevante aos estudos de língua falada.

No entanto, apesar de haver vários estudos filológicos e dialetais até o início dos anos 1930, esse fato não correspondia necessariamente a um grupo de especialistas graduados, pois muitos pesquisadores eram autodidatas. A institucionalização dos estudos de língua no Brasil tem relação direta com a fundação das primeiras Faculdades de Filosofia. Castilho (1962, p. 135) apresenta duas datas e dois locais para o início desse processo: em 1934 em São Paulo e em 1939 no Rio de Janeiro. Até aquele momento, os pesquisadores tinham formação superior em outras áreas do conhecimento, como Engenharia ou Direito. Câmara Jr., por exemplo, considerado um dos principais nomes entre os precursores da Linguística brasileira, era graduado em Direito e Arquitetura (Altman, 2004, p. 70). Dessa maneira, para lecionar nos cursos de Letras, frequentemente eram contratados docentes que residiam em países europeus, como Portugal e França.

Entre as décadas de 1940 e 1960, a institucionalização dos estudos linguísticos no Brasil se fortaleceu ainda mais. De acordo com Coelho (2018, p. 68), a criação das primeiras turmas dos cursos de Letras no país resultou na formação de centros de estudo e de periódicos especializados. À época, foram produzidos alguns manuais introdutórios de disciplinas importantes à formação acadêmica. Além disso, em 1951, surgiram dois órgãos fundamentais ao processo de institucionalização da pesquisa brasileira como um todo: a



Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior (Capes) – atualmente, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – e o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) – nos dias de hoje, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Outro marco importante para os estudos de língua realizados no Brasil foi o surgimento da Geografia Linguística, que trouxe para as pesquisas um método científico para a recolha sistemática dos dialetismos, com a preparação de inquéritos linguísticos e trabalhos de campo para entrevistar os informantes. Os inquéritos continham uma série de questões ligadas aos hábitos dos moradores da região a ser estudada (Castilho, 1972/1973, p. 121). Após os informantes terem respondido ao questionário, interpretava-se o material recolhido para fazer a descrição dos diversos aspectos linguísticos do dialeto estudado.

A partir dos anos 70, a Linguística brasileira passou a integrar também projetos sociolinguísticos que seguiam uma perspectiva americana, a qual foi introduzida no Brasil por Anthony Naro e Sebastião Votre. Conforme Scherre e Roncarati (2008, p. 37), Naro ministrou uma disciplina sobre contatos linguísticos no curso de mestrado da PUC-RJ para tratar do assunto em 1976, “inaugurando” a Sociolinguística variacionista no país. Em 1969, também chegava ao Brasil o Gerativismo de Chomsky, que, basicamente, apresentava uma série de regras de transformação, que costumavam ser testadas com base na gramaticalidade ou na “ingramaticalidade” dos enunciados produzidos em diferentes contextos (Câmara Jr., 1967, p. 73). Outra perspectiva teórica que



despontava no Brasil na década de 1970 era a dos estudos funcionalistas das línguas. Neves (1999, p. 71) afirma que os pioneiros das pesquisas que seguiam essa abordagem no Brasil foram Evanildo Bechara, na linha estruturalista-funcionalista de Eugenio Coseriu, e Rafael Hoyos-Andrade, que se fundamentava na contração sintática de Martinet.

Nesse cenário de avanços epistemológicos e de crescimento das publicações periódicas e institucionais do início da década de 1970, a área de Filologia e Língua Portuguesa da USP procurava ofertar aos alunos cursos instrumentais que pudessem auxiliar nas pesquisas científicas (Spina, 1972/1973, p. 492). Dentre esses cursos, estavam o de *Edótica*, o de *Bibliografia e Documentação* e o de *Metodologia da pesquisa*. Embora esses cursos contribuíssem para o desenvolvimento das pesquisas e para a formação dos alunos, Spina (1972/1973, p. 492) destacava que o curso de *Metodologia da pesquisa* “infelizmente” aparecia “diluído nos chamados ‘colóquios de pesquisa’ de todas as Áreas”, o que o levava a não ter a atenção merecida. Além disso, a elaboração de teses e de monografias naquele período estava “relegada ao arbítrio pessoal” ou “inteiramente à mercê” das “idiosincrasias profissionais, para não dizermos à mercê da pura improvisação técnica”.

Cerca de 30 anos após os primeiros avanços dos estudos linguísticos no Brasil, o cenário do campo das línguas, assim como o de outras áreas do conhecimento, já havia passado por muitas mudanças. Ferreira e Moreira (2002, p. 307) afirmam que em 1976 havia no Brasil pouco mais de 500 cursos de mestrado e 200 de doutorado. Já no



início dos anos 2000, os cursos de mestrado eram 1453 ao todo, ao passo que existiam 821 cursos de doutorado, além de 37 mestrados profissionalizantes. Especificamente na área de Letras e Linguística, no ano 2000, havia 66 programas acadêmicos, mas nenhum programa profissional. Já em 2015, a área contava com 149 programas acadêmicos e sete programas profissionais (CAPES, 2016). Esse crescimento expressivo dos cursos *stricto sensu* em poucas décadas, logicamente, resultou em um avanço na produção científica brasileira de modo geral. Nesse contexto, a falta de parâmetros para a formatação de trabalhos científicos que era frequente nas pesquisas de língua das décadas anteriores já não existe recentemente.

Nos últimos anos, juntamente com as questões técnicas que envolvem a produção dos saberes científicos, os estudos linguísticos e filológicos também sofreram os impactos contextuais dos caminhos percorridos nessas áreas do conhecimento. Mesmo com as novas tendências linguísticas que chegaram ao Brasil entre 1950 e 1980, os estudos diacrônicos do português foram retomados em meados da década de 80 (Megale; Cambraia, 1999, p. 34). Nas publicações mais recentes, os pesquisadores deixaram de ter como foco principal a edição de textos literários, dando preferência a pesquisas que envolvessem outros temas, como a história da língua portuguesa no Brasil.

Nos anos 2000, a influência estrangeira nos estudos linguísticos e filológicos realizados no país também se fortaleceu com novas perspectivas. A Sociolinguística, por exemplo, passou a incluir a abordagem da chamada



Terceira onda da Sociolinguística (Eckert, 2007; Eckert; McConnell-Ginet, 2010), a qual tem como foco os engajamentos dos indivíduos em comunidades de prática e não mais em comunidades de fala, como apresenta a visão macro e quantitativa de Labov. Já os gerativistas viram suas pesquisas se multiplicarem no Brasil e tiveram, inclusive, a oportunidade de assistir ao primeiro curso sobre a teoria gerativa no país, ministrado na UnB por Sara Gudschinky em 1994 (Kato; Ramos, 1999, p. 105). Ao mesmo tempo, os funcionalistas já contavam com uma lista de representantes estrangeiros fundamentais à área, que incluía nomes como Givón, Chafe, Sandra Thompson, Hopper e Traugott (Neves, 1999, p. 93). Ainda, áreas como a Análise do Discurso e a dos estudos de línguas indígenas também passaram por um crescimento expressivo quanto ao número de pesquisadores e de publicações.



OS ADVÉRBIOS MODALIZADORES NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS DA LINGUÍSTICA E DA FILOGIA

Após a análise dos 50 artigos científicos, foram verificadas 85 ocorrências de advérbios modalizadores no total, dentre as quais se encontram modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos, modalizadores epistêmicos asseverativos relativos e modalizadores afetivos. É importante ressaltar que não houve ocorrências de modalizadores epistêmicos asseverativos negativos. A seguir, a Tabela 1 mostra as quantidades que correspondem a cada um dos tipos de modalizadores observados no *corpus*.

Tabela 1 – Total de ocorrências dos advérbios modalizadores no corpus.

Modalizadores	Ocorrências (1969-1979)	Frequência (%) (1969-1979)	Ocorrências (2009-2019)	Frequência (%) (2009-2019)
Epistêmicos asseverativos afirmativos	45	61,64	06	50
Epistêmicos asseverativos relativos	21	28,77	05	41,67
Afetivos	07	9,59	01	8,33
	73	100	12	100

Fonte – Elaboração própria.

Conforme observado na Tabela 1, foram constatadas 73 ocorrências de advérbios modalizadores nos artigos publicados entre 1969 e 1979 e 12 ocorrências nos textos da segunda fase do *corpus*. Ainda conforme se vê na Tabela 1, no primeiro período, os modalizadores mais frequentes foram os epistêmicos asseverativos afirmativos, totalizando 45 casos, seguidos pelos epistêmicos asseverativos relativos, que ocorreram 21 vezes. Já os modalizadores afetivos foram utilizados sete vezes. Na segunda fase, a ordem segundo o número de ocorrências foi a mesma do primeiro recorte de tempo: os advérbios epistêmicos asseverativos afirmativos também foram os mais encontrados, correspondendo a um total de seis casos, ao passo que os epistêmicos asseverati-



vos relativos totalizaram cinco ocorrências e somente um modalizador afetivo foi verificado.

De maneira geral, nota-se que os autores do primeiro período empregaram os advérbios modalizadores aproximadamente seis vezes mais quando comparados aos estudiosos que produziram textos entre 2009 e 2019. Na Tabela 2, inicialmente, detalham-se os advérbios epistêmicos asseverativos afirmativos utilizados nas duas fases analisadas.

Tabela 2 – Ocorrências de advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos.

Epistêmicos asseverativos afirmativos	Ocorrências (1969-1979)	Frequência (%) (1969-1979)	Ocorrências (2009-2019)	Frequência (%) (2009-2019)
Evidentemente	14	31,11	03	50
Com efeito	11	24,44	-	0
Obviamente	09	20	01	16,67
Sem dúvida	04	8,88	-	0
Seguramente	02	4,44	-	0
Certamente	02	4,44	02	33,33
Com certeza	01	2,23	-	0
Indubitavelmente	01	2,23	-	0
Sem erro	01	2,23	-	0
	45	100	06	100

Fonte – Elaboração própria.

Na Tabela 2, observa-se que, nos dois períodos, o modalizador epistêmico asseverativo afirmativo mais fre-

quente foi o *evidentemente*, verificado 14 vezes nos textos mais antigos e somente três vezes nos artigos mais atuais. A seguir, os exemplos (01), (02) e (03) mostram duas ocorrências da primeira fase do *corpus* e uma do segundo recorte de tempo analisado.

(01) Por conseguinte, para explicar a evolução das línguas românicas não se pode aceitar uma posição hipotética, que contraria evidentemente tôdas as tendências da língua. (Back, 1969, p. 78)

(02) Evidentemente, uma norma léxica criteriosa é a condição *sine qua non* de qualquer trabalho estatístico e computacional, nesse campo. (Pais, 1972, p. 82)

(03) Evidentemente, a indústria tecnológica não é neutra, mas opera em função de interesses econômicos e políticos. (Severo, 2013, p. 463)

No exemplo (01), retirado de um texto publicado em 1969 sobre a evolução do sistema das consoantes portuguesas, nota-se que o autor do artigo científico utiliza o modalizador epistêmico asseverativo afirmativo *evidentemente* para reforçar seu posicionamento favorável “às tendências da língua” e contrário a posições hipotéticas acerca da evolução das línguas românicas. Nesse contexto, o autor marca sua adesão ao grupo de estudiosos da época que se dedicavam a estudos



linguístico-históricos e que defendiam uma mesma visão sobre a evolução das línguas românicas.

Já no exemplo (02), que corresponde a um artigo produzido em 1972, o pesquisador redige uma espécie de ensaio, no qual ele discorre sobre aspectos relevantes do tratamento estatístico e computacional empregado no âmbito das pesquisas linguísticas da época. Por isso, utiliza-se o modalizador *evidentemente* para ressaltar a importância de normas criteriosas para o trabalho nesse campo dos estudos da linguagem, demonstrando o quanto o cuidado com os dados era fundamental naquele momento, já que os estudos linguísticos envolvendo uma abordagem computacional e estatística ainda eram incipientes, o que exigia critérios bem estabelecidos para que os trabalhos tivessem o êxito esperado.

Por sua vez, o exemplo (03) diz respeito a um artigo científico da área da Análise do Discurso publicado em 2013. O artigo em questão tem como objetivo principal discutir os conceitos de poder e de política no campo de saber intitulado “Política Linguística”. No decorrer do texto, a autora mantém um tom argumentativo ao abordar temas importantes e passíveis de “defesa” como as políticas linguísticas em contextos pós-coloniais e a realidade multilíngue de países como a África do Sul. Logo, justifica-se o emprego de modalizadores como o *evidentemente*, que a auxiliam na defesa de seus pontos de vista. Aliás, muitos dos trabalhos da Análise do Discurso, tão difundida atualmente, costumam apresentar um tom predominantemente



argumentativo, decorrente, dentre outros motivos, dos objetos de estudo analisados.

Outro modalizador epistêmico asseverativo afirmativo observado nos artigos foi o *com efeito*, o qual só foi verificado nos textos publicados entre 1969 e 1979, totalizando 11 casos. O exemplo (04) demonstra uma das ocorrências desse advérbio, retirada do mesmo texto publicado em 1972 no qual se encontra o exemplo (02) apresentado anteriormente.

(04) Com efeito, se gravarmos os atos de fala de 10.000 informantes, durante um tempo razoável, poderemos dispor de uma amostra válida, talvez, para a descrição do português falado no Brasil, desde que respeitadas as condições que garantam a representatividade do *corpus*. (Pais, 1972, p. 80)

Em (04), o autor emprega o *com efeito* a fim de delimitar uma quantidade razoável de informantes que possibilite a constituição de uma “amostra válida” para descrever o português falado no Brasil de maneira estatística. Nesse caso, o pesquisador utiliza esse elemento linguístico para transmitir ao leitor a certeza de que o número sugerido por ele é suficiente para empreender os estudos desejados.

Outra forma que foi usada sobretudo nos artigos mais antigos foi o modalizador epistêmico asseverativo afirmativo *obviamente*. Na primeira fase do *corpus*, empregou-se esse modalizador em nove casos, ao passo que ele foi utilizado somente uma vez nos artigos escritos entre 2009 e



2019. Os exemplos (05), (06) e (07) mostram duas ocorrências de artigos produzidos entre 1969 e 1979 e uma terceira ocorrência de um artigo publicado mais recentemente.

(05) Os mais moços talvez não tenham chegado a dominar o emprego do subjuntivo porque obviamente estão num nível de instrução mais baixo. (Wherritt, 1978, p. 106)

(06) Obviamente essa indagação preliminar tem de ser complementada por outros dados, mas de qualquer forma dá para constatar certo tradicionalismo nas posições, o que choca frontalmente com o tipo de alunos hoje disponível, que reclama soluções novas. (Castilho, 1978, p. 18)

(07) Os resultados obtidos encontram-se nas tabelas 3 e 4 abaixo e são, obviamente, muito pouco ilustrativos. (Othero; Spinelli, 2017, p. 181)

O exemplo (05) corresponde a um artigo produzido a partir da perspectiva da Sociolinguística, em que a autora analisa as orações substantivas e o uso de alguns modos verbais por falantes do português brasileiro. Por se tratar de uma pesquisa variacionista, é comum haver dados analisados com base em variáveis como a idade do falante, a classe socioeconômica em que ele se encontra ou seu nível de escolaridade. Desse modo, o exemplo (05) retrata uma parte da discussão dos dados da autora, na qual ela utiliza o *obviamente* para defender que um falante



mais novo não dominaria o uso do modo subjuntivo em decorrência de sua pouca idade e de seu nível de conhecimento acerca da língua.

Por sua vez, o exemplo (06) demonstra um excerto de uma pesquisa sobre variação dialetal e ensino de língua portuguesa. Em seu texto, embora o autor do artigo científico se posicione a todo momento sobre a relação entre variação linguística e o contexto de ensino de língua portuguesa, especificamente no trecho exemplificado, ele faz uso do *obviamente* para admitir que suas análises precisam ser complementadas. Já o exemplo (07), retirado de um texto de 2017, mostra um trecho em que os pesquisadores discutem seus resultados por meio de tabelas, que consistem em um recurso textual amplamente utilizado nos estudos mais recentes da Linguística e da Filologia. Na ocasião, os autores usam o modalizador *obviamente* somente para atestar a escassez de dados encontrados em sua pesquisa, de forma semelhante ao observado no exemplo (06).

Outros dois modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos verificados nos artigos foram o *sem dúvida* e o *seguramente*, observados, respectivamente, quatro e duas vezes apenas entre os textos publicados no primeiro recorte temporal do *corpus*. A seguir, os exemplos (08) e (09) correspondem a duas ocorrências do *sem dúvida* e o exemplo (10), a uma do *seguramente*.



(08) Se existe uma língua indígena brasileira que melhor sirva às diversas indagações comparativas dos filólogos, é, sem dúvida, o tupi. (Robl, 1976, p. 1)

(09) Relaciona-se com os fonemas vocálicos o problema do acento, que existia sem dúvida e incidia sobre uma das três últimas sílabas da palavra. Se era intensivo ou melódico, é assunto controvertido e muito debatido. (Borba, 1972-1973, p. 261)

(10) Quanto a você, um estudo estatístico do tipo do de Duncan aplicado a uma amostragem brasileira dos anos 40 a 70, seguramente indicaria um alto índice de uso para esse pronome. (Biderman, 1972-1973, p. 370)

No exemplo (08), encontrado em um artigo publicado em 1976, o autor emprega uma linguagem predominantemente dotada de subjetividade. A todo momento, é possível perceber que o pesquisador ressalta a importância das pesquisas acerca do tupi pelos estudiosos da época, inclusive, tecendo críticas sobre aqueles que tinham uma visão diferente daquela que ele defendia. Pelo exemplo (08), pode-se notar que o advérbio *sem dúvida* é empregado na tentativa de convencer o leitor sobre a língua tupi ser a ideal para os trabalhos comparativos realizados pelos filólogos, o que mostra a adesão do autor com relação ao objeto de estudo escolhido por ele.



Já no exemplo (09), o autor utiliza o *sem dúvida* no intuito de comprovar a existência de um determinado acento derivado do latim perante discussões sobre a natureza desse mesmo acento. É importante ressaltar que, naquele momento, eram frequentes os estudos acerca da língua latina e de sua influência em outras línguas como o português. Assim, era comum que os pesquisadores se debruçassem sobre as mudanças de aspectos linguísticos e tentassem defender seus pontos de vista, uma vez que ainda havia muito a se “descobrir”. Por sua vez, no exemplo (10), retirado de um artigo publicado em 1972, a autora faz uso do *seguramente* a fim de afirmar que o pronome *você* era altamente utilizado pelos falantes nas décadas de 40 a 70. Para reforçar seu posicionamento, a estudiosa ainda cita outro pesquisador, Duncan, a fim de aumentar a probabilidade de o leitor acatar suas afirmações.

Quanto ao modalizador *certamente*, houve quatro ocorrências dessa forma no *corpus*, duas em cada um dos períodos analisados. Os exemplos (11) e (12) mostram dois casos em que os autores dos artigos científicos empregaram esse elemento, um verificado em um texto de 1969 e outro observado em um texto de 2012.

(11) No port. arc. havia tão só *eivigar* (evolução de *aedificare*), com o sentido não só moral, mas ainda físico. Foi desalojado por *edificar*, certamente favorecido pelos cognatos. (Guérios, 1969, p. 55)



(12) A razão da maior probabilidade de adoção da regra padrão de concordância pelos informantes com nível médio e superior de ensino está certamente arraigada no contato maior que esses indivíduos mantêm com a atividade normativa e que se aplica como uma injunção prescritiva rigorosa no sistema escolar. (Camacho; Salomão, 2012, p. 1088)

Comparando-se os dois exemplos, é possível perceber que, embora o *certamente* corresponda a um elemento que se encontra formalmente no grupo dos advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos, o exemplo (11) demonstra um uso dessa forma que não confere certeza ao enunciado do autor. Ao contrário, na ocorrência observada, parece haver uma ideia de possibilidade expressa pelo pesquisador por meio do uso desse modalizador. Logo, nesse contexto, o *certamente* se aproxima mais dos modalizadores asseverativos relativos que dos afirmativos.

Já no exemplo (12), os autores utilizam o *certamente* para afirmar que, com certeza, a adoção da regra padrão de concordância pelos informantes com nível médio e superior de ensino está atrelada ao fato de esses falantes terem mais contato com a atividade normativa e com as prescrições do sistema escolar. Isso demonstra que os autores do artigo mais recente provavelmente já se depararam com outras pesquisas que ratificam as ideias discutidas por eles em seu estudo. Dessa forma, o uso do modalizador *certamente* aumenta o grau de envolvimento dos pesquisadores com relação àquilo que se defende no artigo. Por fim, ainda foram observados outros três advérbios modalizadores



epistêmicos asseverativos afirmativos, *com certeza, indubitavelmente* e *sem “êrro”*, todos encontrados apenas uma vez nos textos produzidos entre 1969 e 1979.

Conforme já mencionado, de acordo com Neves (2000, p. 247), existem também advérbios modalizadores asseverativos relativos, que transmitem a ideia de eventualidade. Nesse sentido, o falante acredita que algo seja possível ou impossível, provável ou improvável. Portanto, ele não se compromete com a verdade daquilo que é dito, dando ao enunciado um “efeito de atenuação” e demonstrando um baixo grau de adesão quanto ao conteúdo expresso.

Nos artigos que compõem o *corpus*, foram verificadas 26 ocorrências de modalizadores asseverativos relativos no total. Novamente, o número maior de casos foi observado no primeiro recorte de tempo, totalizando 21 casos. Nos artigos publicados entre 2009 e 2019, esses elementos apareceram apenas cinco vezes, como mostra a Tabela 3.



Tabela 3 – Ocorrências de advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos relativos.

Epistêmicos asseverativos relativos	Ocorrências (1969-1979)	Frequência (%) (1969-1979)	Ocorrências (2009-2019)	Frequência (%) (2009-2019)
Provavelmente	10	47,62	04	80
Talvez	10	47,62	01	20
Quiçá	01	4,76	-	0
	21	100	05	100

Fonte – Elaboração própria.

Percebe-se pela Tabela 3 que os modalizadores epistêmicos asseverativos relativos mais empregados no primeiro período foram o *provavelmente* e o *talvez*, os quais ocorreram dez vezes cada. A seguir, o exemplo (13) mostra uma das ocorrências do *provavelmente*, que corresponde a um artigo com data de 1976, e os exemplos (14) e (15) demonstram duas ocorrências do *talvez*, ambas retiradas de textos publicados em 1972.

(13) Os substantivos que se combinam com os prefixos t- e h- apresentam a alternância t/r, h/r quando antecedidos por prefixo pronominal da 1ª e da 2ª pessoa ou por outro substantivo, p. ex.: je-r-up “meu pai”, ne-r-ekowé “teu coração”, jakaréa r-ekowé “o coração do jacaré”. Estes fatos constituem, provavelmente, resquícios de um antigo sistema de classes. (Seki, 1976, p. 225)

(14) Parece, pois, hábito de contagem, talvez inspirado pela sucessão das fases da Lua. (Salum, 1972/1973, p. 23)

(15) Talvez você simplesmente represente uma daquelas variantes que corriam na Espanha senão em toda a Península Ibérica. (Biderman, 1972/1973, p. 363)

O exemplo (13) foi encontrado em um artigo científico da década de 1970 que tem como objeto de estudo a língua indígena Kamaiurá. Nota-se que a autora não afirma com certeza que as expressões por ela analisadas são resquícios



de um antigo sistema de classes. Para manter certo afastamento com relação ao enunciado produzido, a pesquisadora faz uso do *provavelmente*, não “se comprometendo” totalmente com a análise dos dados que ela apresenta. Nesse contexto, é importante ressaltar que o artigo em questão tem como foco uma língua indígena e foi produzido na década de 1970. Esses fatos justificam a escolha da autora por essa modalização de seu discurso, uma vez que os estudos de línguas indígenas ainda eram muito incipientes e imprecisos à época. Inclusive, atualmente, ainda há muitas línguas indígenas a serem descritas.

No texto que corresponde ao exemplo (14), publicado em 1972, o autor se volta ao estudo das designações e da origem da semana hebdomadária. Assim, ele utiliza o modalizador epistêmico asseverativo relativo *talvez* para se referir a uma possível inspiração para o fato de os gregos contarem os dias do ano em grupos de sete. Nota-se, portanto, que o produtor do texto não consegue afirmar com toda certeza que esse seria o motivo de o povo antigo fazer essa divisão dos dias. O mesmo ocorre no exemplo (15), em que a autora discorre sobre os usos do pronome *você*, mas não consegue afirmar completamente que sua hipótese sobre esse pronome representar uma variante presente na Espanha está correta. São, portanto, suposições por parte da pesquisadora.

Por outro lado, nos artigos publicados entre 2009 e 2019, o modalizador *provavelmente* foi observado quatro vezes e somente um caso do *talvez* foi registrado. O exemplo (16) demonstra uma das ocorrências do *provavelmente* entre



os textos mais atuais, ao passo que o exemplo (17) mostra a única ocorrência do *talvez* nos artigos recentes.

(16) De acordo com o que foi exposto nas seções anteriores, “lá” pós-nominal seria inserido por *merge* em uma posição baixa na estrutura do DP. Essa posição seria, provavelmente, a primeira localizada acima de NP e abaixo dos modificadores. Isso explicaria, portanto, por que “lá” pode estar posposto a modificadores. (Pereira, 2011, p. 103)

(17) Nota-se que este modelo de investimento e apropriação das línguas ainda persiste quando, paralelamente à defesa de um multilinguismo, tem-se uma homogeneização discursiva. Talvez seja tal homogeneização discursiva que, conforme já visto, leva Hill (2010) a diagnosticar na África do Sul, um país com onze línguas oficiais, uma desproporção na circulação das línguas em contexto público (...) (Severo, 2013, p. 461)

No exemplo (16), há um excerto que corresponde a um texto de 2011 redigido sob a perspectiva do Gerativismo, a partir da qual muitos estudiosos costumam realizar testes de gramaticalidade e de movimentos de elementos da língua dentro da estrutura sintática. Logo, explica-se o uso do *provavelmente* pela autora do texto referente ao exemplo (16), uma vez que o objetivo de seu estudo é confirmar ao máximo suas hipóteses sobre o funcionamento do “lá” pós-nominal. Já no exemplo (17), emprega-se o modalizador epistêmico



asseverativo relativo *talvez* no intuito de aproximar as ideias defendidas pela autora do artigo do pensamento de outra pesquisadora da mesma área. Nesse contexto, a produtora do texto não considera que sua afirmação seja totalmente verdadeira, o que justifica o uso do *talvez*, já que se trata de uma possibilidade aventada por ela.

Ainda quanto ao uso dos modalizadores epistêmicos asseverativos relativos, houve uma ocorrência da forma *quiçá*, observada em um artigo publicado em 1975, exemplificado em (18) a seguir.

(18) É preferível essa teoria, segundo parece, à anteriormente usada entre os autores, que associavam a palavra “boneca” aos adjetivos *bom* e *bonito* ou a um deles. Para A. Coelho quiçá “boneco” fosse o nome dado a uma figura do teatro de bonifrates (...) (Miazzi, 1975, p. 365)

Mais uma vez, percebe-se o emprego de um modalizador asseverativo relativo em um estudo que objetiva descrever aspectos históricos de elementos da língua. No artigo referente ao exemplo (18), as análises da pesquisadora ainda não contam com bases teóricas tão sólidas, como era comum no período de produção do texto. Assim, a autora utiliza o *quiçá* para mencionar uma possível fonte das informações que ela apresenta aos leitores. Ainda, é importante destacar que, para além da influência do contexto sócio-histórico em que o artigo foi publicado, a forma empregada pela autora também já está em desuso quando



consideradas as publicações mais recentes da Linguística e da Filologia.

Por sua vez, com relação aos modalizadores afetivos, que são utilizados para que o falante manifeste reações emotivas (Neves, 2000, p. 253), constataram-se oito ocorrências desses advérbios, quase todas na primeira parte do *corpus*, sendo que apenas um dos casos foi observado em um texto publicado mais recentemente. A Tabela 4 apresenta todas as ocorrências desse tipo de modalizador.

Tabela 4 – Ocorrências de advérbios modalizadores afetivos.

Modalizadores afetivos	Ocorrências (1969-1979)	Frequência (%) (1969-1979)	Ocorrências (2009-2019)	Frequência (%) (2009-2019)
Infelizmente	03	42,86	01	100
Erroneamente	02	28,58	-	0
Surpreendentemente	01	14,28	-	0
Elegantemente	01	14,28	-	0
	07	100	01	100

Fonte – Elaboração própria.

O advérbio modalizador afetivo mais recorrente foi o *infelizmente*, encontrado três vezes nos textos produzidos entre 1969 e 1979 e uma vez entre 2009 e 2019. O exemplo (19) apresenta uma das ocorrências da década de 70, ao passo que o exemplo (20) mostra o único caso registrado entre os textos mais atuais.



(19) Há professores secundários que, infelizmente, parecem esquecer-se de que significante e significado são inseparáveis e parecem supor que fazer memorizar nomes é suficiente. (Costa, 1972, p. 60)

(20) Infelizmente, temos poucas ocorrências de pronomes de 2ª pessoa em função de objeto direto no *corpus* (apenas 12), o que nos impede de tirar generalizações sólidas. (Othero; Spinelli, 2017, p. 183)

Como se vê no exemplo (19), o modalizador *infelizmente* é empregado para expressar uma avaliação da autora com relação ao enunciado exposto. No excerto apresentado, nota-se que a pesquisadora avalia negativamente a atitude de alguns professores do ensino básico que costumavam utilizar uma abordagem tradicional para os padrões educativos da época. Destaca-se, inclusive, que o exemplo (19) corresponde a um artigo em que o uso de expressões avaliativas é constante, uma vez que a estrutura do texto parece se aproximar muito da estrutura de um ensaio. Já no exemplo (20), retirado de um artigo de 2017, não há uma subjetividade tão expressiva, comparando-se ao que se vê no exemplo (19). Em (20), os autores fazem uso do *infelizmente* apenas para pontuar que há poucas ocorrências de um elemento analisado no *corpus*.

Os exemplos (21) e (22) demonstram as duas ocorrências de outro modalizador afetivo observado somente na primeira fase do *corpus*, o *erroneamente*.



(21) É inquestionável que os filhos de Santo Inácio procuraram sistematizar o tupi, em consonância com os cânones gramaticais greco-latinos, pois não lhes era possível eximir-se das influências lingüísticas da época. Mas isso não implica, de modo algum, que eles tenham latinizado a estrutura do tupi, como erroneamente pretende Mattoso Câmara. (Robl, 1976, p. 3)

(22) CHURRASCO – Assim o conceitua Carlos de Moraes: “Assado feito sôbre brasas, sem o auxílio do espêto”, ao passo que o assado pròpriamente dito, isso que por aí se diz errôneamente *churrasco*, é feito recorrendo-se ao auxílio do espêto, no qual é a carne espetada e assim levada ao fogo, sem nunca tocá-lo diretamente. (Guérios, 1969, p. 55)

Novamente, é possível verificar que os autores dos artigos exemplificados em (21) e em (22) também expressam uma avaliação com um alto grau de subjetividade. No exemplo (21), o autor rejeita o ponto de vista de Câmara Jr. acerca dos estudos de tupi, afirmando de maneira contundente que o precursor do Estruturalismo no Brasil erra ao afirmar que os “filhos de Santo Inácio” tenham “latinizado a estrutura do tupi”. Para tanto, utiliza-se o modalizador afetivo *erroneamente*, conforme verificado em (21). De forma semelhante, o autor responsável pelo artigo correspondente ao exemplo (22) também refuta ideias alheias sobre um determinado vocábulo com o uso de *erroneamente*.



Por fim, foram verificados dois outros advérbios modalizadores afetivos, *surpreendentemente* e *elegantemente*, os quais resultaram em uma ocorrência cada, exemplificadas, respectivamente, em (23) e em (24) a seguir.

(23) Os métodos e materiais didáticos também não mudaram ou mudaram pouco – o que em nada socorre os professores, perplexos ante esse público, e despreparado para ele. Nesse particular, o que mais de pronto choca o observador é o fato de que os livros didáticos são surpreendentemente iguais, a despeito da diversidade dos estabelecimentos quanto ao nível de seus alunos. (Castilho, 1978, p. 18)

O exemplo (23) mostra a ocorrência de *surpreendentemente*, observada em um artigo publicado em 1978. Conforme se vê, o autor utiliza o modalizador para avaliar o fato de que os livros didáticos são todos iguais e expressar sua surpresa quanto à desconsideração dos diferentes níveis de aprendizagem dos alunos e da situação dos estabelecimentos de ensino. O artigo científico que deu origem a esse excerto também contém uma subjetividade marcada ao longo de todo o texto, já que se trata de um artigo que busca avaliar a relação entre variação linguística e o contexto de ensino. Dessa maneira, o autor utiliza recursos como os modalizadores para expressar suas percepções sobre o assunto ao mesmo tempo em que avalia as situações expostas em seu estudo.



(24) A imitação é o processo natural da aprendizagem de uma língua, convém não esquecer. Isso não significa – é óbvio – que o conhecimento da língua literária não ajude também a aprender a falar e escrever correta e elegantemente. (Costa, 1972, p. 63)

Por último, no exemplo (24), a autora também faz uma avaliação de aspectos do ensino, no entanto, diferentemente do que ocorre no artigo correspondente ao exemplo (23), em que o autor defende a abordagem da variação linguística no ensino, desta vez, a autora expressa sua subjetividade para exaltar as regras ditadas pela norma-padrão da língua. Assim, verifica-se em (24) que a pesquisadora usa o modalizador afetivo *elegantemente* para defender a importância de uma escrita considerada por ela como correta.

Portanto, com base nos exemplos expostos, foi possível observar neste estudo que o uso dos advérbios modalizadores foi mais recorrente no período que compreende os anos de 1969 e 1979. Durante o levantamento das ocorrências, percebeu-se que muitos dos pesquisadores da década de 1970 utilizavam uma linguagem mais pessoal e avaliativa em comparação aos pesquisadores da atualidade. Provavelmente, a consolidação dos estudos linguísticos e filológicos no campo das ciências trouxe aos artigos científicos mais recentes uma linguagem mais padronizada e objetiva. Além disso, com a expansão de diversas abordagens teórico-metodológicas no país, o número de pesquisas acerca de um mesmo objeto de estudo aumentou de forma considerável, o que fez com que os conhecimentos fossem



reiteradamente reproduzidos, possivelmente resultando na redução do emprego de modalizadores para confirmar ou refutar tantas hipóteses.

CONCLUSÕES

Com base em uma perspectiva funcionalista da língua (Neves, 2000), esta pesquisa procurou investigar o uso dos advérbios modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos, dos epistêmicos asseverativos relativos e dos modalizadores afetivos em artigos científicos produzidos no Brasil por estudiosos da Linguística e da Filologia em diferentes períodos. Para tanto, constituiu-se um *corpus* de 50 artigos científicos encontrados em cinco periódicos das áreas da Linguística e da Filologia: Revista *ALFA*, publicada pela Universidade Estadual Paulista (Unesp); *Cadernos de Estudos Linguísticos*, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); as revistas *Filologia e Linguística Portuguesa* e *Língua e Literatura*, ambas da Universidade de São Paulo (USP); e a Revista *Letras*, publicada pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os textos foram divididos em dois recortes temporais, sendo 25 textos produzidos entre os anos de 1969 e 1979 e 25 textos publicados entre 2009 e 2019.

Após a tabulação dos dados, foram verificadas 85 ocorrências de advérbios modalizadores no total, dentre as quais se encontram modalizadores epistêmicos asseverativos afirmativos, modalizadores epistêmicos asseverativos relativos e modalizadores afetivos. Ressalta-se que não houve ocorrências de modalizadores epistêmicos



asseverativos negativos. Dentre todas as ocorrências, constataram-se 73 casos de advérbios modalizadores nos artigos publicados entre 1969 e 1979 e 12 casos nos textos da segunda fase do *corpus*.

No primeiro período, os modalizadores mais frequentes foram os epistêmicos asseverativos afirmativos, que apareceram 45 vezes, seguidos pelos epistêmicos asseverativos relativos, que ocorreram 21 vezes. Por sua vez, os modalizadores afetivos foram utilizados sete vezes. Dentre os textos produzidos de 2009 a 2019, os advérbios epistêmicos asseverativos afirmativos também foram os mais encontrados, correspondendo a um total de seis casos, ao passo que os epistêmicos asseverativos relativos totalizaram cinco ocorrências e somente um modalizador afetivo foi verificado.

De modo geral, verificou-se que os autores da primeira fase do *corpus* empregaram os advérbios modalizadores aproximadamente seis vezes mais quando comparados aos estudiosos que produziram textos entre 2009 e 2019. Essa diferença deve-se, possivelmente, ao fato de que muitos dos pesquisadores da década de 1970 utilizavam uma linguagem mais subjetiva em comparação aos pesquisadores atuais, além de a consolidação dos estudos linguísticos e filológicos no campo das ciências exigir dos artigos científicos mais recentes uma linguagem mais padronizada e objetiva. Ainda, com a expansão de diversas abordagens teórico-metodológicas no Brasil, o número de pesquisas realizadas com base em determinadas perspectivas teóricas e acerca de um mesmo objeto de estudo aumentou consi-



deravelmente, ratificando-se conhecimentos previamente difundidos e, provavelmente, resultando na redução do emprego de modalizadores na confirmação de hipóteses e de pontos de vista.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, C. **A pesquisa lingüística no Brasil** (1968-1988). 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

CÂMARA JR., J. M. O Estruturalismo. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 11, p. 43-88, 1967.

CARDOSO, S. A. M. A Dialectologia no Brasil: perspectivas. **Lingüística**, v. 11, p. 251-272, 1999.

CASTILHO, A. T. de. Estudos lingüísticos no Brasil: Notas para sua história. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 2, p. 135-143, 1962.

CASTILHO, A. T. de. Rumos da Dialectologia Portuguesa. **ALFA: Revista de Linguística**, v. 18/19, p. 115-153, 1972/1973.

COELHO, O. F. Filologia, Linguística e Historiografia linguística no Brasil. In: COELHO, O. F. (Org.) **A historiografia linguística no Brasil (1993-2018)**: Memória, Estudos. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

ECKERT, P. Variation, convention and social meaning. **Annual Meeting of the Linguistic Society of America**. Oakland, CA, 2007.

ECKERT, P.; MCCONNELL-GINET, S. Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA, B. (Orgs.). **Linguagem. Gênero. Sexualidade**: clássicos traduzidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.



FARACO, C. A. Breve retrospectiva do pensamento linguístico-histórico no Brasil. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). **História do português brasileiro**: o português brasileiro em seu contexto histórico. São Paulo: Contexto, 2018.

FERREIRA, M. de M.; MOREIRA, R. da L. (Orgs.). **Capex, 50 anos**: depoimentos ao CPDOC/FGV. Brasília, DF: CAPES, 2002.

KATO, M. A.; RAMOS, J. Trinta anos de sintaxe gerativa no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 105-146, 1999.

MATTOS E SILVA, R. V. Orientações atuais da Linguística Histórica brasileira. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 147-166, 1999.

MEDEIROS, J. B.; TOMASI, C. **Redação de artigos científicos**: métodos de realização, seleção de periódicos, publicação. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2020.

MEGALE, H.; CAMBRAIA, C. N. Filologia portuguesa no Brasil. **Linguística**, v. 11, p. 27-42, 1999.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. 1. ed. 8. reimpr. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.


NEVES, M. H. de M. Estudos Funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. especial, p. 71-104, 1999.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

SCHERRE, M. M. P.; RONCARATI, C. Programa de estudos sobre o uso da língua (PEUL): origens e trajetórias. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. (ed.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil**: uma homenagem acadêmica. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

SPINA, S. Língua Portuguesa e Pós-Graduação. **ALFA**: Revista de Linguística, v. 18/19, p. 489-495, 1972/1973.





3. AS PROPAGANDAS ELEITORAIS FALSAS DA PRIMEIRA ELEIÇÃO MUNICIPAL DE MARINGÁ-PR (1952) SOB A ABORDAGEM FUNCIONALISTA: A EVIDENCIALIDADE

Hélcio Batista Pereira

<https://orcid.org/0000-0002-5222-9267>

Gustavo Felipe Freitas dos Santos

<https://orcid.org/0009-0002-4494-513X>



INTRODUÇÃO

O processo de criação da cidade de Maringá-PR está ligado à atuação da Companhia de Melhoramentos Norte do Paraná. Essa empresa, inicialmente chamada de Companhia de Terras Norte do Paraná e controlada por capital inglês, adquiriu do Governo do Estado do Paraná cerca de 500 mil alqueires de terra roxa na região localizada entre os rios Parapanema, Tibagi e Ivaí. “Nessa área executou um plano de colonização dividindo as terras em zonas que, após os trabalhos de medição e demarcação, aberturas de ‘picadas’ e estradas, eram sucessivamente colocadas à venda” (Luz, 1997, p. 19). Desde 1929, a Companhia colocou em prática um plano que envolvia três atividades principais: “1)

Colonização, incluído o planejamento, o loteamento e a venda de terras; 2) Construção de estradas, essenciais ao escoamento da produção e à ligação dos vários núcleos de povoamento entre si e com os principais centros urbanos do país; 3) Implantação de núcleos urbanos (cidades e partrimônios) (Luz, 1997, p. 37).

Com fundação datada oficialmente de 1947, Maringá foi distrito de Londrina, de Apucarana e de Mandaguari, até que, finalmente, em 1952, tornou-se um município independente. Segundo Luz (1997, p. 109), naquela altura, o município contava com mais de 38.588 habitantes, dos quais 7.270 residentes na zona urbana e 31.318 na zona rural, como constava em dados do censo de 1950. Assim, assistindo a um crescimento populacional relativamente acelerado, considerando o pouco tempo de ocupação do território nessa etapa do projeto colonizador da Companhia, já era de se imaginar que a eleição para o primeiro prefeito do município independente de Maringá também seria bastante disputada.

Segundo Dias (2023), iniciada a campanha eleitoral, dois candidatos se apresentaram como mais fortes, justamente os que pertenciam a partidos que haviam sido estruturados primeiro. Assim, Waldemar Gomes da Cunha lançou-se pela União Democrática Nacional (UDN), que recebia financiamento da Companhia do Norte do Paraná. Já Ângelo Planas contava com o apoio do então governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, concorrendo pelo Partido Republicano, partido liberal que havia surgido de um desmembramento udenista. Para além desses dois ‘ve-



lhos partidos' de Maringá¹⁵, correram por fora, Innocente Villanova Jr., um curitibano empresário do ramo de madeira e de combustível, que saiu candidato pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), do presidente Getúlio Vargas. Por fim, o médico Raul Maurer Moletta, concorreu pelo Partido Social Progressista (PSP), fundado sob sua presidência¹⁶, tendo recebido o apoio do popular governador paulista Adhemar de Barros, líder nacional desse mesmo partido. Iniciada a campanha eleitoral, a disputa aparentemente se manteria entre os candidatos da UDN e do PR. Entretanto, aos poucos, o candidato petebista foi crescendo gradativamente na preferência do eleitorado, investindo em especial no voto das áreas rurais e explorando especialmente seu vínculo com o getulismo (Dias, 2023, p. 58-59).

Além da concorrência para prefeito, o pleito foi formado pela Câmara Municipal. Citando apenas os candidatos vencedores, essa disputa contou com as candidaturas de Cezar Haddad, Malachias de Abreu e Napoleão Moreira da Silva pela UDN; de Basílio Sautchuk, Mário Luiz Pires Urbinati, José Mário Hauari, pelo PR; e, finalmente, pelo PTB, de Arlindo de Souza, Joaquim Pereira de Castro e Jorge Ferreira Duque Estrada, o advogado fluminense que depois escreveria *Terra Crua*.

15 A expressão aqui usada é a que Duque Estrada se utiliza para se referir à UDN e ao PR (Duque Estrada, 1961, p. 40).

16 O Partido Social Democrático (PSD), embora existisse em Maringá, não participou da primeira eleição. Sobre essa organização partidária recaía ataques por abrigar Aníbal Goulart e Alberto Ribeiro Andrade, chefes de violentos bandos de jagunços que atuavam na região (Dias, 2023, p. 58)



Foi nesse contexto de eleições acirradas que começaram a circular pela cidade folhetos com informações falsas como tentativa de difamar os adversários políticos. Esse material era espalhado por todo o município com o intento de deslegitimar os concorrentes ao cargo de prefeito da cidade de todos os partidos, em uma tentativa de interferir no resultado das eleições e influenciar o voto dos eleitores maringuaenses.

A falsidade dessas produções é atestada por Jorge Ferreira Duque Estrada. Duque concorreu na eleição ao cargo de vereador e trabalhou pela campanha petebista para a eleição de Villanova. Ao final do pleito, as duas campanhas saíram vitoriosas. O advogado, tornou-se, então, vereador, participando ativamente dos fatos que marcaram a primeira legislatura maringuaense, que foi marcada pelo processo de afastamento movido contra o prefeito eleito naquela altura. Colecionador dos ‘boletins’, constou-os em seu *Terra Crua*, publicado quase uma década depois, avaliando-os da seguinte forma: “Desencadeou-se uma guerra feroz de boletins anônimos que não respeitavam ninguém. Atacavam a honorabilidade dos candidatos e faziam acusações medonhas. É certo que não falavam a verdade, mas deram muitas dores de cabeça” (Duque Estrada, 1961, p. 60).

Mais adiante nessa obra, Duque Estrada completou a sua avaliação de que se tratavam de peças marcadas pela falsidade:



A título de curiosidade, publico alguns desses boletins neste livro. Todavia, mas uma vez deve ficar certo que não têm valor algum, não só por serem anônimos, como – e principalmente – não exprimem a verdade. Apenas darão uma ideia do que foi a primeira eleição nesta gloriosa cidade de Maringá (Duque Estrada, 1961, p. 63).

Para realização do presente trabalho, constituímos um *corpus* de análise a partir da coleção de ‘boletins’ – termo usado por Duque Estrada – em *Terra Crua*. Nessa obra, o autor fez constar 17 exemplares desses textos. Desses, 7 atingiam diretamente as candidaturas do PTB, a maior parte visando a figura de Inocente Villanova; 4 eram direcionados ao PR, focando, em sua maioria, em Ângelo Plana; 4 voltaram-se contra a UDN e Waldemar Ferreira; 1 buscava ferir a imagem de Raul Molleta do PSP. Completando essa seleção de Duque, há um folheto que ataca, a um só tempo, todas as quatro candidaturas a prefeitos naquela ocasião.

Nessa seleção conservada por Duque Estrada, buscamos observar as estratégias de *evidencialidade*. “Os evidenciais são geralmente definidos como marcadores que indicam algo sobre a fonte da informação na proposição (Bybee, 1985, p. 184).¹⁷

Segundo Bybee (1985, p. 182), “os evidenciais [...] sinalizam apenas a forma como o orador chegou ao conhe-

¹⁷ No original: “*Evidentials may be generally defined as markers that indicate something about the source of the information in the proposition.*” Tradução nossa.



cimento sobre o evento, seja no passado, presente ou futuro. As evidências sinalizam definitivamente como o orador vê o valor de verdade da proposição.¹⁸

Neves (2011, p. 165) afirma que a ausência de uma marca evidencial implica que “[...] essa fonte seja o próprio falante, filtro natural das proposições por ele expressa”. Seguindo o raciocínio da professora, aquele que diz algo, sem evidenciar a fonte será interpretado como o autor, o mentor ou, ao menos, o compartilhador da ideia sustentada em seu enunciado. Se tiver a possibilidade de marcar a evidencialidade e avaliar pertinente o uso dessa estratégia poderá se eximir da responsabilidade sobre o que for dito. Por fim, acrescentamos ainda que a presença do evidencial poderá também colaborar para transmitir uma certa segurança ao seu interlocutor/leitor de que a informação que veicula é confiável¹⁹.



18 Do original: “The evidentials [...] signal only the way the speaker arrived at knowledge about the event, whether in the past, present or future. The evidentials definitely signal how the speaker views the truth value of the proposition”. Tradução nossa.

19 É importante explicitar aqui que não estamos sustentando que a evidencialidade sirva apenas aos propósitos de explicitar o grau de certeza do falante em relação ao que foi dito ou de transmitir confiabilidade em relação à sua verdade. Aikhelvald (2004) defende que a evidencialidade não está necessariamente relacionada a essas duas dimensões. Além disso, é importante deizer que não há consenso entre os teóricos sobre as interações entre a evidencialidade e a modalidade epistêmica: a primeira é parte da segunda ou os dois fenômenos são independentes? Para a discussão que fazemos neste trabalho, não selecionamos a modalidade como categorias de análise, de modo que não é necessário que assumamos aqui uma posição sobre este ponto. Para saber mais sobre esse debate, pode-se consultar Neves (2011).

Para finalizar esta seção introdutória, cumpre-se dizer que não encontramos pesquisas que tenham analisado especificamente folhetos eleitorais falsos. Há, no entanto, mais recentemente uma série de trabalhos que investigaram, no contexto digital, o fenômeno das *fake News*, tão comum na contemporaneidade a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Desses últimos, gostaríamos de citar Pereira (2022) que lançou um olhar sobre a constituição desses textos a partir do instrumental da gramática funcional, ou seja, o mesmo que utilizamos em nosso percurso investigativo. Dentre as categorias que analisou²⁰ está justamente a *evidencialidade*, que se mostrou bastante produtiva nos textos falsos que analisou. Segundo a pesquisadora, “[...] quase todos os textos apresentavam uma fonte de informação, mas que, no geral, apresentavam uma informação incorreta ou parcialmente incorreta (Pereira, 2022, p. 87)”. Esse resultado levou-nos a considerar que, também nos folhetos eleitorais da eleição municipal de Maringá de 1952, essa categoria de análise poderia ser relevante.

A EVIDENCIALIDADE NOS FOLHETOS ELEITORAIS FALSOS DA ELEIÇÃO DE 1952

O primeiro folheto coletado por Duque Estrada é o que apresentamos na figura 1, a seguir. Nele, percebemos

20 Pereira (2022), avalia além da evidencialidade, a modalidade (deônticas e epistêmica), a categorização, a polifonia, o uso de primeira pessoa, a polaridade das categorias gramaticais, a inadequação no uso da escrita e o mundo comentado.

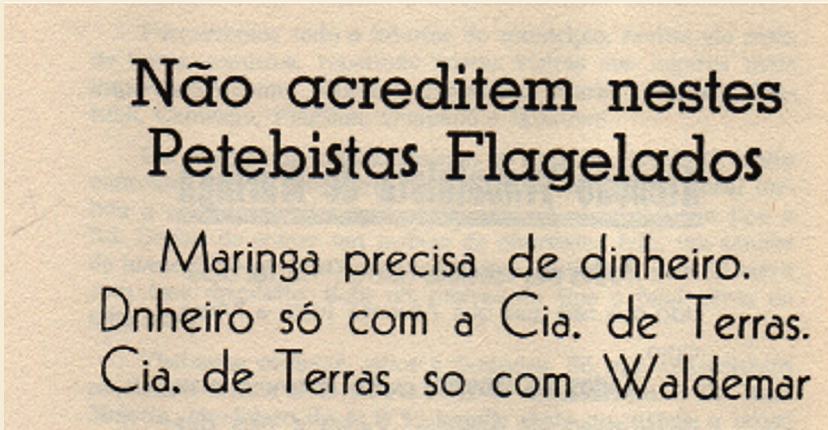


que a fonte da proposição não foi explicitada. O folheto, com finalidade de atingir negativamente a campanha dos petebistas, estabelece uma relação entre a viabilidade financeira da cidade e o apoio da Companhia colonizadora. Essa relação não era verdadeira, uma vez que a Companhia era a maior proprietária dos lotes urbanos (datas, no uso linguístico local) e, como tal, seria a maior contribuinte para a arrecadação municipal. Se os políticos eleitos tivessem um grau muito elevado de comprometimento com a empresa colonizadora, de modo a isentá-la a pagar os seus tributos, o tesouro municipal sofreria. É essa, aliás, a situação que prevaleceu quando o primeiro prefeito eleito foi afastado e o Código Tributário foi refeito de modo a privilegiar os interesses da Companhia, como denunciou Duque Estrada em *Terra Crua*. Como apontou Dias (2023):

Na aprovação do Código Tributário, obtive benefícios com efeitos retroativos, o que penalizou muito o erário municipal. Havia tudo a fazer: só não havia dinheiro. Como a companhia era a grande proprietária dos terrenos havia uma enorme diferença pagar ou não pagar impostos municipais. A consequência era o atraso da oferta e expansão dos serviços públicos e bens sociais (Dias, 2023, p.69).



Figura 1: Folheto ‘Não acreditem nestes petebistas Flagelados’

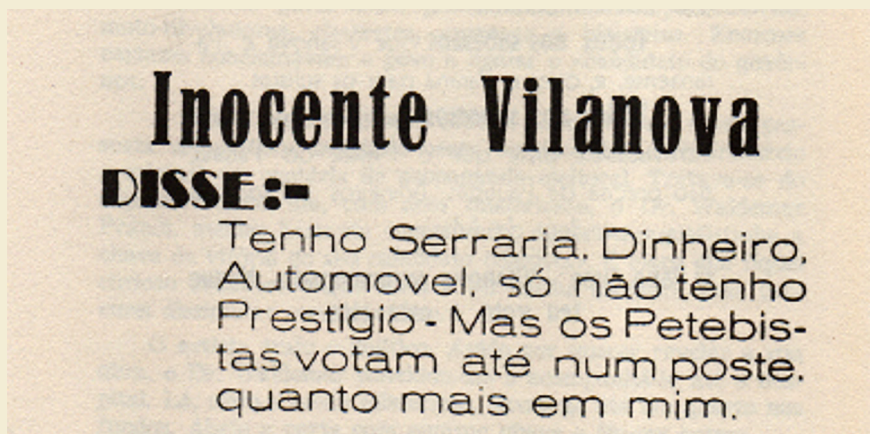


Fonte: Duque Estrada (1961, p. 57)

Já na Figura 2, as marcas de evidencialidade são evidentes. O autor optou por iniciar o texto com o marcador “Inocente Villanova disse”. Esse uso atesta que o candidato petebista seria a fonte da proposição que aparece na sequência. E, nela, o político ofenderia seus eleitores afirmando que esses “votam até num poste”. Acresce-se a isso a opção pelo discurso direto que simula uma transcrição textual e fiel do que teria sido dito. Tais procedimentos colaboraram para que o folheto falso pudesse ser lido como verdadeiro pelos eleitores que intencionavam direcionar seu voto para o candidato do PTB.



Figura 2: Folheto ‘Não acreditem nestes petebistas Flagelados’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 57)

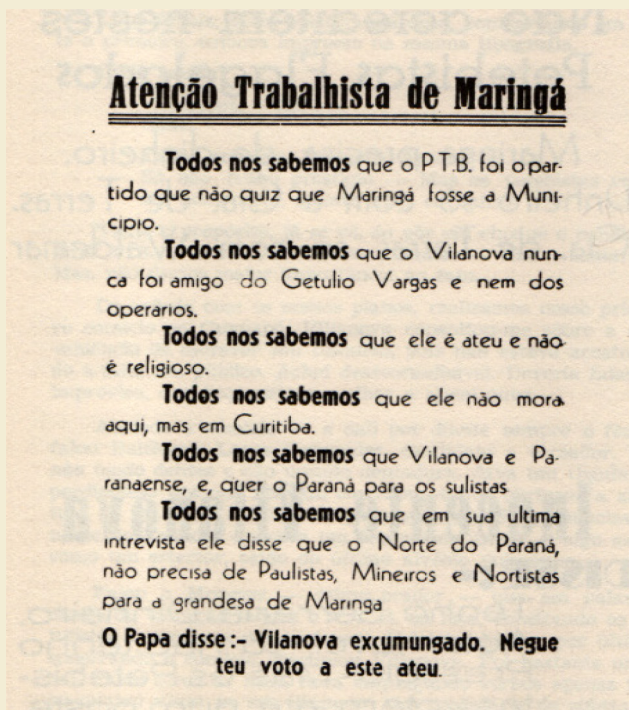
A evidencialidade está também marcada no folheto que apresentamos na Figura 3. Ao optar pelo uso repetido de “Todos nós sabemos” antes de seis proposições que apresenta sobre Inocente Villanova, o autor colocou como fonte um conhecimento que seria comprovado pelo consenso mais geral formado. A amplitude do uso da segunda pessoa do plural e o emprego de “todos” incluiu como evidencial o conhecimento do autor, do leitor e de todos os eleitores do pleito. Trata o que está sendo dito como verdade já pré-estabelecida. Dentre as afirmações feitas estão algumas de difícil defesa como a ideia de que o PTB tivesse sido contra a emancipação municipal. Outras para serem melhor compreendidas precisam ser melhor contextualizadas sócio-historicamente, como o é o caso da acusação



de o candidato a prefeito residir em Curitiba, ou ainda, a sustentação de que esse teria dito que não precisava de paulistas, mineiros e nortistas. Na década de 1950, o peso dos paranaenses na formação do perfil populacional dos residentes em Maringá era pouco significativo; São Paulo, Minas Gerais e Estados do nordeste brasileiro contribuíram mais como ponto de origem do processo migratório que formou a cidade (Luz, 1999). Ser paranaense e curitibano, como Villanova era, nesse contexto, poderia ser considerado discursivamente como um “defeito”, fato que poderia ser explorado pelos adversários, como ocorre no folheto em questão. E é com esse objetivo que as acusações (falsas) de residir na capital ou de pretender governar apenas para os ‘sulistas’ se configuram como muito graves. Do mesmo modo, associar a imagem de Inocente com o ateísmo e argumentar que ele seria contrário à religião, configurava-se também uma acusação grave, dado o peso do catolicismo na formação da nova cidade. E para reforçar esse ponto o autor novamente explicita a evidencialidade ao lançar mão de “O Papa disse” antes de sugerir com discurso direto o que o Papa teria dito ao excomungar o político do PTB. Oras, se Maringá tinha naquela altura pouco mais de 38 mil habitantes, sustentar que o pontífice teria se preocupado com a disputa eleitoral de uma localidade remota na *boca do sertão* brasileiro de então, é algo indefensável. Ainda assim, o procedimento tinha o potencial de convencer os eleitores menos críticos da veracidade da informação. É o que podemos ver a seguir.



Figura 3: Folheto Atenção Trabalhista de Maringá”



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 58)

O tema da religião também apareceu no folheto que apresentamos na Figura 4. A produção de verdade da peça é construída atribuindo como tendo como fonte da informação veiculada o próprio político do PTB. A essa marca evidencial, acrescenta-se o uso de uma foto manipulada de Inocente Villanova Jr. segurando um crucifixo quebrado e do texto que teria sido dito pelo político. No discurso fictício, apresenta-se novamente a ideia de que desprezava a religião e os votos da massa de eleitores. Também estaria ali

a sustentação de que ele, um empresário do setor madeireiro e de combustíveis, seria um comunista, apoiador do governo soviético.

Figura 4: Folheto ‘Que inocente é o Villanova’



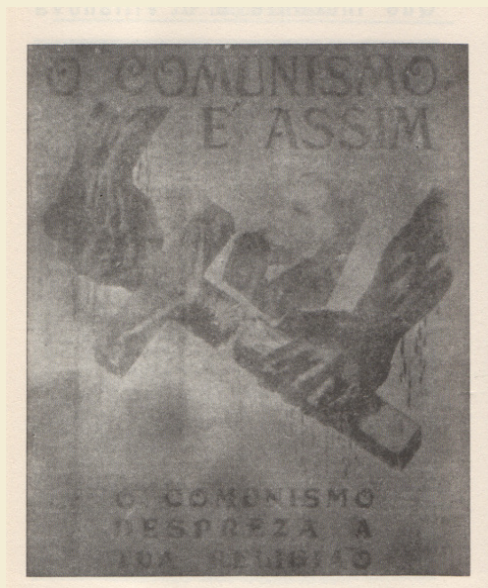
Fonte: Duque Estrada (1961, p. 61)

Já o folheto 5, embora não apresente marcas linguísticas de evidencialidade, explora os efeitos de verdade produzidos pela imagem. No folhetim, o desenho de uma mão quebrando um crucifixo novamente é novamente o me-



canismo pelo qual a veracidade do que sustenta – o discurso de que o petebista seria contra a religião – seria verificado.

Figura 5: Folheto ‘O comunismo é assim’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 62)

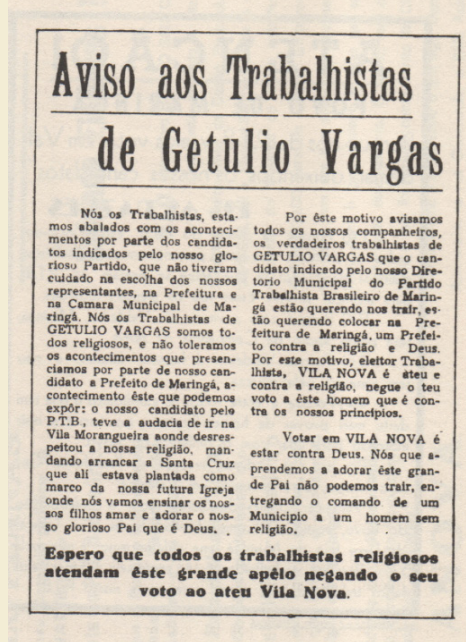
A força da imagem desse folheto foi percebida por Duque Estrada (1961, p. 64) que sobre ele escreveu: “A guerra anônima dos famigerados boletins se aperfeiçoava com os *clichês* [grifos nossos]”. Este último vocábulo era usado exatamente para se referir às imagens usadas nas obras e peças impressas em gráficas.

Já a produção que apresentamos na Figura 6 contém marcas explícitas de evidencialidade. Nele, tenta-se produzir a crença de que os próprios trabalhadores estariam



contrários à campanha de Villanova Jr. E, para isso, ao início do texto, utiliza a expressão “Nós os trabalhistas”, que depois se reforça em “Nós os trabalhistas de GETÚLIO VARGAS”. Em ambos os casos, lança-se mão de um aposto explícita a fonte da informação – os getulistas – para em seguida acusar o candidato do PTB de ser contrário à religião.

Figura 6: Folheto ‘Aviso aos trabalhistas de Getulio Vargas’

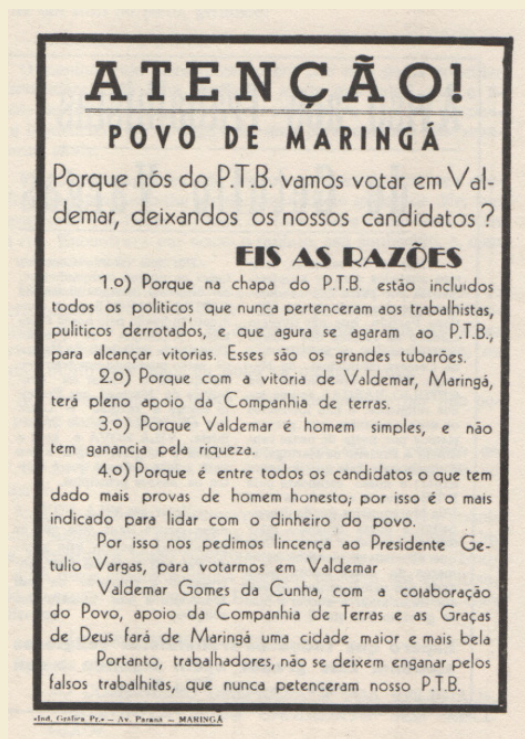


Fonte: Duque Estrada (1961, p. 65)

O mesmo procedimento do folheto anterior foi utilizado na peça que apresentamos na Figura 7. A expressão “nós do P.T.B.” marca o fenômeno da evidencialidade. Com esse procedimento, sustenta-se que os próprios petebistas

assumiriam que os candidatos do partido não seriam de fato petebistas, mas figuras de outros partidos que para lá migraram apenas com interesse eleitoreiro. Além disso, manifestariam seu apoio ao candidato da UDN, apresentado com o honesto, simples e aquele com pleno apoio da Companhia.

Figura 7: Folheto ‘Atenção! Povo de Maringá’

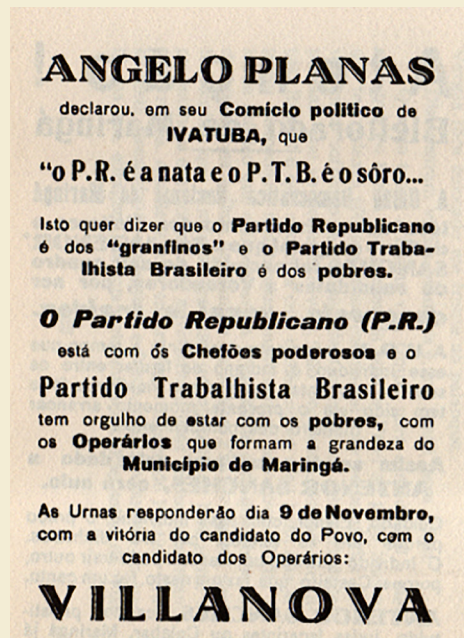


Fonte: Duque Estrada (1961, p. 66)

Na figura 8, temos o primeiro folheto contra Ângelo Planas, candidato pelo PR. A marca da evidencialidade transparece em “ANGELO PLANAS declarou”. Com esse pro-

cedimento a frase destacada entre aspas “o P.R. é a nata e o P.T.B. é o soro” fica atribuída ao político. Ainda que de fato ele tenha pronunciado a sentença complexa em questão, o fato de ter sido destacada do contexto na qual foi dita – o comício em Ivatuba – e ter recebido uma interpretação a partir de “Isto quer dizer que” distorce a realidade dos fatos. Ao leitor acrítico, a interpretação dada à frase é associada às intenções comunicativas do candidato ao produzi-la publicamente.

Figura 8: Folheto ‘Angelo Planas’



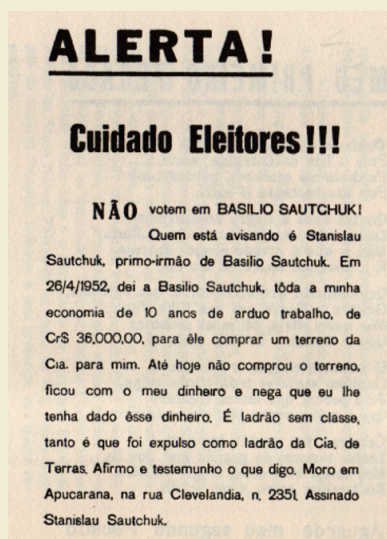
Fonte: Duque Estrada (1961, p. 67)

O alvo do folheto constante na Figura 9, disposta a seguir, era o candidato a vereador – eleito ao final do



processo - Basílio Sautchuk. Sobre ele, recai a acusação de apropriação indevida de dinheiro de um parente. E a informação bombástica teria como fonte a aludida vítima do político. Isso aparece marcado no texto em “Quem está avisando é Stanislau Sautchuk, primo-irmão de Basílio Sautchuk”. Para dar maior credibilidade à fonte, o texto foi ainda escrito em primeira pessoa e apresenta, ao final, o endereço da fonte. A leitura da peça tinha o potencial de ser considerada crível pela marca de evidencialidade e pela possibilidade de se checar a informação veiculada, uma vez ser possível localizar o parente denunciante.

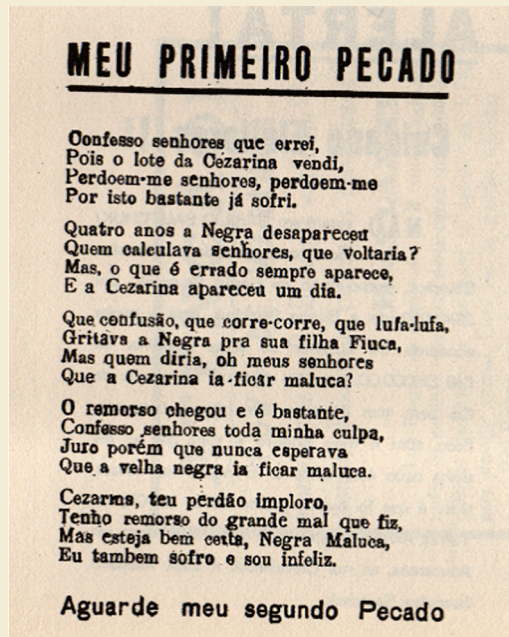
Figura 9: Folheto ‘Alerta! Cuidado eleitores!!!’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 67)

O folheto constante na Figura 10 constitui-se como exercício literário. Em versos e com voz lírica em primeira pessoa, um político assume ter cometido um crime de se apropriar do terreno de uma mulher negra de nome Cezarina. No folheto disposto na Figura 16, que analisaremos mais adiante, ficamos sabendo a identidade de quem teria feito isso: é Waldemar Gomes da Cunha da UDN. Para os que conheciam a acusação, o uso da primeira pessoa no poema “Meu primeiro pecado” atribui como fonte da informação o político apoiado pela Companhia colonizadora, sendo, portanto, uma marca evidencial.

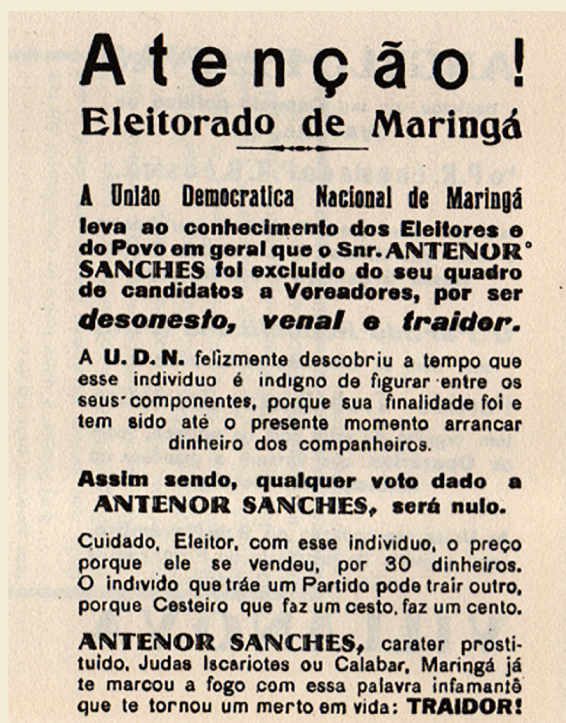
Figura 10: Folheto ‘Meu primeiro pecado’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 68)

Já a Figura 11 apresenta folheto produzido para prejudicar a campanha de Antenor Sanches. A peça fez acusação que questiona a honestidade do candidato e tentou difundir a ideia de que sua campanha estava cancelada, de modo que os votos computados ao político no pleito seriam anulados. A tão grave acusação e a bombástica decisão de expulsá-lo do partido teriam como marca evidencial a própria UDN. Desse modo, a peça tinha o potencial de produzir facilmente a crença na falsidade que sustentava.

Figura 11: Folheto ‘Atenção! Eleitorado de Maringá’



A t e n ç ã o !
Eleitorado de Maringá

A União Democrática Nacional de Maringá
leva ao conhecimento dos Eleitores e
do Povo em geral que o Snr. ANTENOR
SANCHES foi excluído do seu quadro
de candidatos a Vereadores, por ser
desonesto, venal e traidor.

A **U. D. N.** felizmente descobriu a tempo que esse indivíduo é indigno de figurar entre os seus componentes, porque sua finalidade foi e tem sido até o presente momento arrancar dinheiro dos companheiros.

Assim sendo, qualquer voto dado a
ANTENOR SANCHES, será nulo.

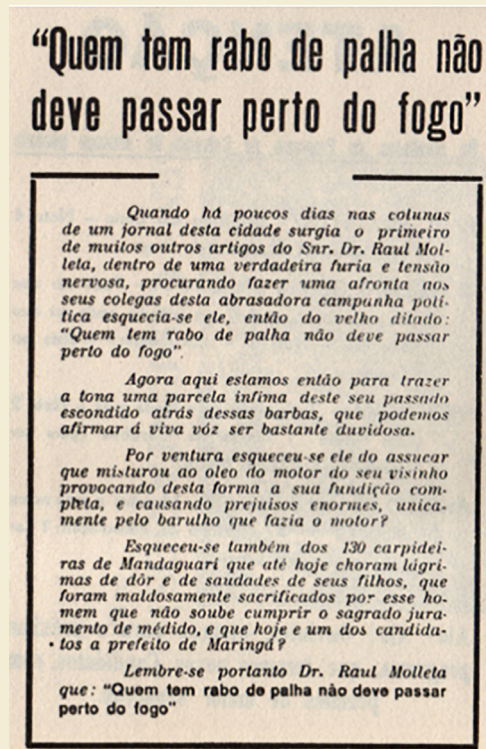
Cuidado, Eleitor, com esse indivíduo, o preço porque ele se vendeu, por 30 dinheiros. O indivíduo que trõe um Partido pode trair outro, porque Cesteiro que faz um cesto, faz um cento.

ANTENOR SANCHES, carater prosti-
tuido, Judas Iscariotes ou Calabar, Maringá já
te marcou a fogo com essa palavra infamantê
que te tornou um merto em vida: TRAIADOR!

Fonte: Duque Estrada (1961, p. 68)

O folheto disposto na Figura 12 tinha por objetivo prejudicar a campanha de Raul Molleta do PSP. Sem qualquer fonte, sustenta que o candidato teria no passado cometido crimes ao prejudicar um vizinho, que viu a sua máquina ser fundida, após o postulante ao cargo de prefeito ter misturado açúcar ao óleo utilizado pelo rival. Como fonte, há um “nós” que se mantém anônimo e, portanto, com referência não determinada.

Figura 12: Folheto ‘Quem tem rabo de palha não deve passar perto do fogo’

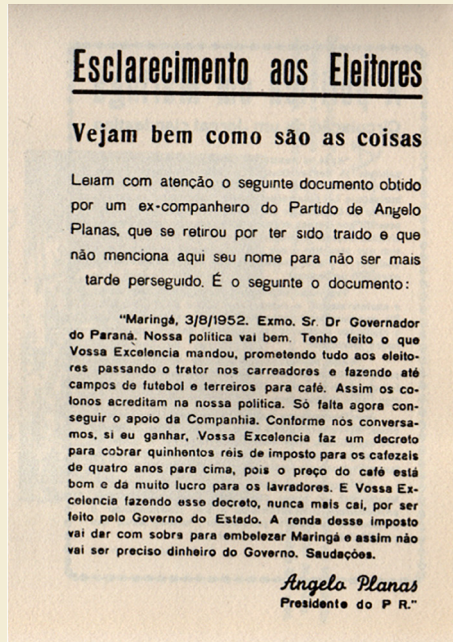


Fonte: Duque Estrada (1961, p. 71)



O mesmo não ocorre no folheto da Figura 13. Nele, faz-se acusações graves contra Ângelo Planas do PR. Estaria esse, em conluio com o governador do Estado, manipulando os eleitores com ações e promessas para arrebanhar votos para ser aclamado vencedor. Quando isso ocorresse, um decreto estadual imporia pesados impostos sobre o café, principal produto da economia maringense de então. A peça traz dupla marca evidencial. Em primeiro lugar, atribui como fonte da informação um “ex-companheiro do Partido de Angelo”. Na sequência, apresenta parte de uma carta assinada pelo candidato à prefeitura de Maringá ao governador Bento Munhoz da Rocha Neto, na qual todo o ‘esquema’ estaria revelado. Com essa dupla fonte, a peça mostrava elevado potencial para difusão do fato falso sobre o candidato.

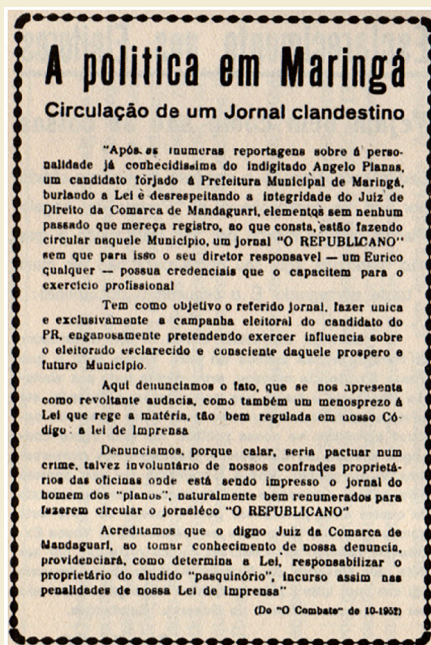


Figura 13: Folheto ‘Esclarecimento aos Eleitores’

Fonte: Duque Estrada (1961, p. 71)

Já no folheto que pode ser visto na Figura 14 a marca evidencial está explícita. O texto teria como fonte o jornal “O Combate” publicado em outubro de 1952. O texto acusa Ângelo Planas, do PR, de ter criado um jornal clandestino, chamado “O Republicano”, que circularia em Mandaguari e seria dirigido por “um tal Eurico” - que não teria as credenciais para tal tarefa. O veículo atuaria, na realidade, apenas para fazer campanha para Planas. A referência à fonte da informação garantiria novamente, uma maior credibilidade para os fatos narrados.

Figura 14: Folheto 'A política em Maringá – Circulação de um Jornal clandestino'

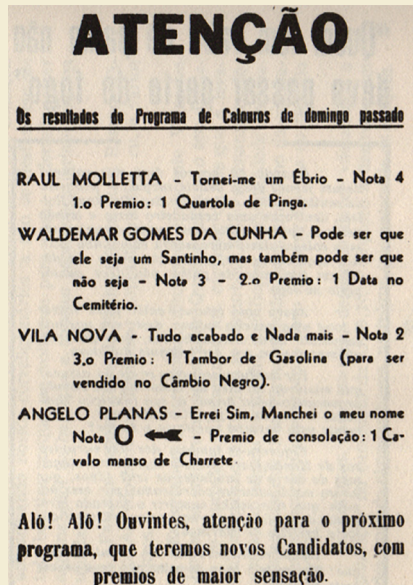


Fonte: Duque Estrada (1961, p. 72)

O folheto que vemos na Figura 15 apresenta uma marca evidencial que é, ao mesmo tempo, desqualificada pelo tom de humor com que o texto foi construído. Da coleção apresentada por Jorge Ferreira Duque Estrada em *Terra Crua*, este é o único que ataca todos os candidatos à prefeitura sem exceção. Sua estratégia textual é a paródia, simulando o resultado do programa de calouros da rádio local. O leitor, ao se deparar com o texto, percebe que a fonte – a rádio – não é verdadeira justamente pelo absurdo de tra-

tar os candidatos como cantores que executariam canções que criticam as suas próprias figuras. Aparentemente, foi produzido por um grupo político excluído do processo eleitoral ou contrário à corrida eleitoral que estava em curso.

Figura 15: Folheto 'Atenção – Os resultados do Programa de Calouros de domingo passado



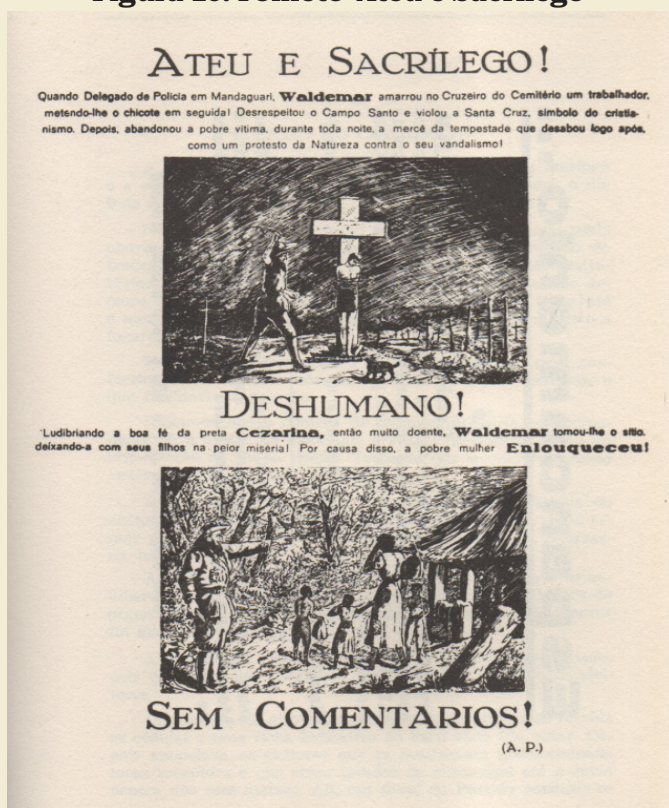
Fonte: Duque Estrada (1961, p. 72)

Waldemar Gomes da Cunha, candidato da UDN, é o alvo do folheto que apresentamos na Figura 16. O texto o acusa de ser ateu, de ter profanado o cemitério de Mandaguari quando era delegado de polícia naquele município ao surrar um trabalhador naquela área. Também expõe o caso que já mencionamos sobre ter se apropriado de terras de uma



mulher negra chamada Cezarina, que doente, enlouqueceu. Ao final do texto, apresenta apenas uma sigla entre parêntesis (“A. P.”) que pode ser as iniciais do nome do seu autor, por sinal, remetendo ao adversário do udenista, filiado ao PR. Essa marca evidencial tinha a capacidade de também atingir a candidatura de Ângelo Planas, que figuraria como autor de um folheto com informações falsas ou distorcidas sobre seu adversário.

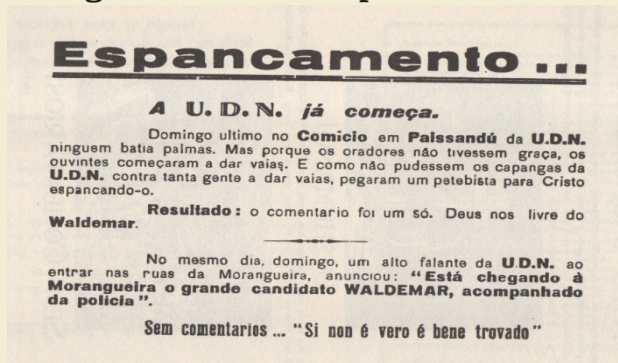
Figura 16: Folheto ‘Ateu e Sacrílico’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 73)

Por fim, a Figura 17 mostra o último folheto colecionado por Duque Estrada como falso. O seu alvo era a UDN acusada de violência em comício que teria sido realizado por Waldemar Gomes da Cunha. Não há qualquer marca evidencial que garanta as informações constantes na peça. E, nesse caso, como afirma Neves (2011), é o próprio enunciador que se coloca como fonte dos fatos que enuncia. O mais pitoresco dessa última produção é o seu encerramento com o provérbio italiano “Se non è vero, è ben trovato”, usado normalmente após se contar algo que pode ser verdade ou pura invenção!

Figura 17: Folheto ‘Espancamento ...’



Fonte: Duque Estrada (1961, p. 74)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 17 folhetos eleitorais falsos coletados por Duque Estrada na eleição municipal de Maringá em 1952, 12 apresentam marcas explícitas de evidencialidade. Destas, apenas 1 não tinha a intenção de, com esse meca-

nismo, manipular a crença do (e)leitor sobre a veracidade dos discursos que veicula.

Tal resultado dialoga com os achados de Pereira (2022) sobre as *fake News*. O processo de difusão da desinformação atualmente lança mão frequentemente desse mecanismo linguístico, distribuídas em larga escala com as ferramentas do mundo digital.

O trabalho aqui mostrou que tal procedimento já existia fora do mundo digital, sendo amplamente utilizados nos folhetos eleitorais impressos que circulavam pela pequena Maringá dos anos 1950. Tais produções tinham relevante potencial para interferir na disputa eleitoral, por meio da propagação de inverdades. Mais ainda se eram sustentadas por fontes explicitamente marcadas no texto.



REFERÊNCIAS

AIKHENVALD, A. Y. **Evidentiality**. New York: Oxford University Press, 2004.

BYBEE, J. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Amsterdam: John Benjamins, 1985.

DIAS, Reginaldo Benedito, **Da arte de votar e ser votado: as eleições municipais em Maringá**. Maringá: Maringá Histórica / Sinergia Casa Editorial, 2023.

DUQUE ESTRADA, Jorge Ferreira. **Terra Crua**. Curitiba: sem editora, 1961.

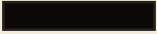
LUZ, France **O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá**. Maringá-PR: A prefeitura, 1997.

LUZ, France. Maringá a fase de Implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito; GONÇALVES, José Henrique Rollo. (Orgs.). **Maringá e o Norte do Paraná: estudos de História Regional**. Maringá: EDUEM, 1999a. pp. 123 – 140.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2011.

PEREIRA, Luiza Prevedel. **É verdade ou fake news? Uma análise funcionalista das características linguísticas de textos que promovem a desinformação**. Dissertação (Mestrado em Letras). Maringá-PR. Universidade Estadual de Maringá. 2022.





PARTE 2
PROCESSOS GRAMATICAIS



4. ATUAÇÃO DO ESQUEMA $[[[X] + [V_{\text{INF}}]_{\text{ELOCUÇÃO}}]]_{\text{IMPESSOAL}} + [\text{QUE}]]_{\text{MD SEQUENCIADOR}}$ NA ORGANIZAÇÃO TÓPICA DE TEXTOS ACADÊMICOS

Katia Roseane Cortez dos Santos
<https://orcid.org/0000-0003-0395-6633>

INTRODUÇÃO

Sob uma perspectiva construcional da gramática e considerando a modalidade de escrita acadêmica do português brasileiro (PB, daqui em diante), a proposta desta pesquisa consiste na investigação da construção de sequenciação discursiva $[[[X] + [V_{\text{inf}}]_{\text{elocução}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$, que permite a instanciação de construções do tipo [vale ressaltar que] e [é importante ressaltar que]. Entendemos *construção* como a unidade resultante do pareamento de forma e função, cuja extensão vai desde afixos até sentenças complexas (Goldberg, 2003). Seguem exemplos da construção em exame, retirados do *corpus* constituído para esta investigação.

- O caráter fragmentado da identidade política curda, embora certamente reflita realidades provenientes da complexidade das respectivas sociedades da qual fazem parte, também deve ser



levado em consideração na análise das relações transnacionais dessas organizações. Os Estados que contêm população curda tentam deliberadamente aumentar as divisões entre as organizações que os representam, enquanto estas, na busca do apoio de um desses Estados, na maior parte reforçam e não transcendem o caráter fragmentado da identidade política curda. **Vale ressaltar que** o PKK, uma das organizações curdas mais bem-sucedidas e influentes na história dos movimentos nacionalistas curdos, abandonou sua demanda por independência e seu discurso político de base marxista por reivindicações centradas em direitos linguísticos e culturais para seu povo dentro dos limites da Turquia desde 1993 (LN/n.106/p.243).

- Por que Maquiavel seria um seguidor da “sabedoria délfica”. Maquiavel seria um seguidor da “sabedoria délfica”, por sua visão dos “limites da autonomia heroica” e do “encontro fatal da virtù com o declínio e a morte” (Martinez, 1993, p. 138). **É de se ressaltar que** a “sabedoria délfica” perpassava a literatura trágica antiga. Martinez remete aos trechos dos Discursos (Livro 1, cap. 2; Livro III, caps. 1 e 9) em que Maquiavel escreve sobre nascimento e renascimento, doença e envelhecimento, para descrever a ascensão e queda dos estados (LN/n.107/p.141).
- No exemplo 1 o pronome relativo que foi obrigatoriamente adicionado pelo tradutor e no exemplo



2 a colocação algo que não é equivalente óbvio de outra no TF. Nos exemplos 3 e 4, para traduzir expressões como *something like it* e *anything like it*, Folch utiliza a colocação *algo así*, mantendo o clima de incerteza do TF. **É importante ressaltar que** o tradutor tinha a opção de tradução por algo como, usada pelos outros tradutores. A Tabela 2 mostra os padrões com alg* mais recorrentes em OD_Herrero (D/vol. 35/n. 2/MCC/p.16-18).

As expressões destacadas em negrito acima são descritas nos moldes funcionalistas clássicos como casos de orações matrizes compostas de predicados impessoais – *vale, cumpre, cabe, é importante* etc. –, de natureza semântica variada – avaliativos, deônticos etc. –, nas quais se encaixam uma oração subordinada com predicado na forma infinitiva – *ressaltar, dizer, mencionar* etc. – em cujo interior ocorre uma oração finita (Gonçalves; Sousa; Casseb-Galvão, 2016).

Diferentemente dessa análise, esta pesquisa parte da hipótese de que construções desse tipo integram um esquema abstrato do tipo $[[[X] + [V_{\text{inf-elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$ MD sequenciador? que deve ser considerado uma construção esquemática, cujas posições relativamente abertas em [X] e em [V] permitem a instanciação de três subesquemas: $[[[V] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]]$, como em no primeiro exemplo, $[[([V]) + [\text{CONNECT}]] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]]$, como no segundo exemplo, e $[[[(V_{\text{estativo}})] + [\text{ADJ}]] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]]$, como no terceiro exemplo. Tais construções, por sua vez, instanciam, respectivamente microconstruções diversas: [vale/



cumpre/cabe etc. + ressaltar/dizer/mencionar que etc.], [é de/há de etc. + se ressaltar/destacar etc.] e [é/torna-se/faz-se etc. + relevante/importante/bom etc. + ressaltar/destacar/recordar que etc.]. De acordo com Santos (2024), essas construções funcionam como Marcadores Discursivos basicamente sequenciadores de um tópico discursivo, atuando na organização tópica do texto, nos moldes propostos pela Gramática Textual-interativa (Jubran, 2015).

Dessa forma, esta pesquisa conjuga três abordagens teóricas a partir das quais nosso objeto é investigado: os Modelos Baseados no Uso (MBU), a Gramática de Construções (GC) e a Gramática Textual-Interativa (GTI) (ver seção “Fundamentação teórica”). A metodologia empregada nesta pesquisa, em acordo com as abordagens citadas, é quali-quantitativa, uma vez que lida tanto com dados estatísticos, relacionando frequência de uso (*token* e *type*), quanto com interpretações a respeito desses dados, as quais são realizadas à luz das teorias mencionadas (ver seção “Corpus e metodologia”). Ademais, seguindo as orientações da corrente funcionalista de estudo da linguagem (em oposição à corrente formalista), é a partir de um *corpus* específico que as ocorrências são coletadas e analisadas (ver seção “Análise dos dados e discussão dos resultados”).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta pesquisa, três perspectivas teóricas são empregadas para análise do fenômeno em foco, a saber, os Modelos Baseados no Uso (MBU), a Gramática de Construções (GC) e



a Gramática Textual-Interativa (GTI). Todas elas, embora se constituam como teorias distintas, apresentam pressupostos compatíveis, sendo um deles a concepção de língua como um fenômeno situado e mutável, cujo lócus de investigação deve ser o uso real da língua, considerando-se fatores sócio-interacionais que exercem influência sobre o sistema. A seguir, discorreremos brevemente sobre cada uma delas.

Os Modelos Baseados no Uso (MBU) têm suas raízes na junção de perspectivas funcionalistas e cognitivas da linguagem. Partimos dessa abordagem porque consideramos que todo e qualquer fenômeno linguístico deve ser analisado à luz do uso real que as pessoas fazem da língua, considerando seus mais diversos propósitos comunicativos. No entanto, além dos fatores pragmáticos intervenientes na situação comunicativa, a partir dos quais as funções dos itens linguísticos são definidas, consideramos que atuam também na linguagem restrições de ordem cognitiva, cujas propriedades nos ajudam a explicar os fenômenos da língua.

Um ponto central dos MBU é que os processos que geram as estruturas linguísticas não são específicos à língua, mas se aplicam a outros domínios cognitivos, sendo, portanto, processos de domínio geral (Bybee, 2016). Os processos estudados por Bybee (2016) são os seguintes: *categorização*, *chunking*, *memória enriquecida*, *analogia* e *associações transmodais*. Tais processos são explicados no quadro abaixo, extraído de Gonçalves (2020):



Quadro 1 - Processos cognitivos de domínio geral e processos específicos à língua

Processos	Atuação na cognição geral	Atuação na língua
Categorização	Categorias perceptuais são criadas a partir das nossas experiências.	Entidades linguísticas associam-se a representações exemplares disponíveis no sistema linguístico.
Chunking	Tarefas cognitivas e neuro-motoras são aprimoradas com a prática.	Sequências linguísticas complexas que, formadas de sequências de unidades repetidas, são acessadas como unidades simples de processamento.
Memória enriquecida	Memórias não linguísticas têm impacto sobre as representações cognitivas e as estruturas neurológicas.	Detalhes da experiência com a língua são estocados na mente, por meio de seu mapeamento (ou categorização) em representações existentes.
Analogia	Manifesta-se em termos de estruturas relacionais sobre estímulos visuais, como cenas, formatos e cores etc.	Expressões novas são criadas com base em experiências linguísticas prévias.
Associação transmodal	Experiências coocorrentes tendem a se manter cognitivamente associadas.	Sentido e forma são ligados por elo simbólico de associação.

Fonte: Gonçalves (2020), adaptado de Bybee (2016)

A Gramática de Construções (GC), por sua vez, possui estreita relação com os MBU, mas focaliza de forma mais



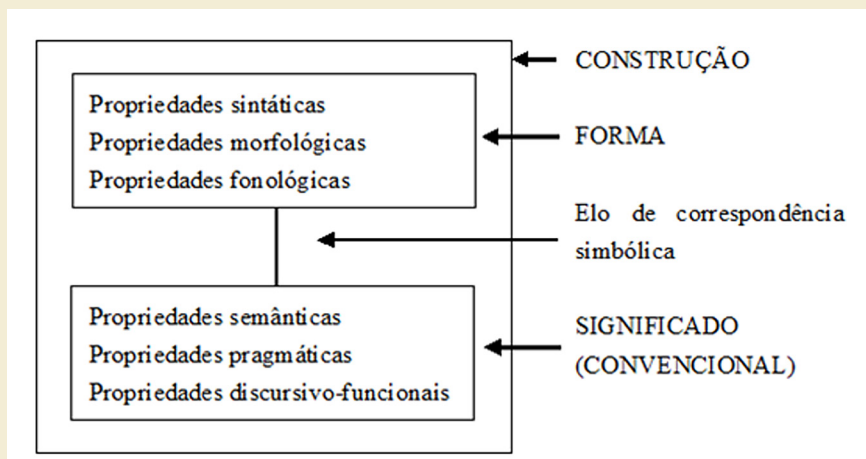
detalhada e aprofundada a noção de *construção*, um pareamento convencional entre forma e significado. A utilização dessa abordagem como fundamento para nossas análises é de grande relevância, visto que nos permite conceber nosso objeto de estudo como construções que atuam como marcadores discursivos, e não como simples sequência de itens linguísticos ordenados em um arranjo sintático típico de subordinação sentencial.

Segundo Croft (2007), o princípio fundamental da Gramática de Construções é de que “a forma básica de uma estrutura sintática é a construção – pareamento de uma estrutura gramatical complexa com seu sentido – e que as construções são organizadas em uma rede” (p. 463, tradução nossa)²¹. Sobre o primeiro ponto, o autor afirma, em trabalho anterior, que uma construção é “uma unidade convencional simbólica [...], uma rotina sedimentada (‘unidade’) [na língua] que é geralmente usada em uma comunidade de fala (‘convencional’), e envolve o pareamento de forma e significado (‘simbólica’)” (Croft, 2005, p. 274, tradução nossa)²². Na figura 1, dada a seguir, é possível observar as propriedades que compõem a forma e o significado de uma construção, um modelo de representação traduzido de Croft (2007).



21 “[...] the basic form of a syntactic structure is a construction—a pairing of a complex grammatical structure with its meaning—and that constructions are organized in a network” (Croft, 2007, p. 463).

22 “[...] a conventional symbolic unit, [...] an entrenched routine (‘unit’), that is generally used in the speech community (‘conventional’), and involves a pairing of form and meaning” (Croft 2005, p. 274).

Figura 1 - Modelo de estrutura simbólica de uma construção

Fonte: Extraída de Croft (2007, p. 472)

Por fim, a Gramática Textual-Interativa (GTI) integra nosso arcabouço teórico justamente porque nos auxilia na delimitação das funções exercidas pelas construções investigadas. Tal proposta, embora tenha surgido a partir de um projeto realizado com a língua falada, constitui-se como ferramental adequado para o tratamento de alguns fenômenos também da modalidade escrita da língua, como é o caso dos marcadores discursivos empregados na sequenciação do discurso.

Segundo Penhavel (2011), o enfoque da GTI recai sobre os processos de construção do texto, também conhecidos como processos constitutivos do texto, os quais são citados pelo autor: *Topicalidade*, *Referenciação*, *Parentetização*, *Parafraseamento*, *Repetição*, *Correção*, *Tematização-Rematização* e *Marcação Discursiva*. É com



o primeiro e com o último processo, a Topicalidade e Marcação Discursiva, que este trabalho estabelece contato.

Para os fins desta pesquisa é importante estabelecer o que é o *Tópico discursivo*, uma vez que recortes selecionados do *corpus* são divididos levando-se em consideração essa unidade de análise. De acordo com Jubran (2015, p. 87), o Tópico discursivo é “uma categoria abstrata e analítica com a qual se opera na descrição da organização tópica de um texto”. Assim, não se trata aqui da noção de tópico presente nos estudos sentenciais sobre o par tópico/comentário ou tema/rema, uma vez que os segmentos textuais tomados pela GTI ultrapassam o nível sentencial. Na identificação de um Tópico discursivo, é preciso se ter em mente duas propriedades: a de *centração* e a de *organicidade*.

Mais importante para os propósitos deste estudo é a primeira propriedade, pois ela é essencial para a identificação dos *Segmentos Tópicos mínimos* nos recortes de textos em que ocorre a construção em foco nesta análise. Essa propriedade faz referência à construção dos grupos de enunciados que estão a serviço do desenvolvimento dos tópicos do texto, sendo chamados de *Segmentos Tópicos*. É possível definir um Segmento Tópico como “um grupo de enunciados formulados pelos interlocutores a respeito de um conjunto de referentes concernentes entre si e em relevância num determinado ponto do texto” (Penhavel, 2020, p. 127). Nesse sentido, a centração abrange três traços: a *concernência*, a *relevância* e *pontualização* (Jubran, 2015).

Enquanto os Segmentos Tópicos desenvolvem os tópicos do texto, os Segmentos tópicos mínimos refe-



rem-se aos menores grupos de enunciado em um texto e desenvolvem os tópicos mais específicos da hierarquização tópica. Além disso, tanto na transição intratópica quanto na transição de segmentos maiores de texto, atuam muitas vezes Marcadores Discursivos (MD) cuja função é promover a coesão textual. Eles são chamados de “basicamente sequenciadores”, que estabelecem abertura, encaminhamento ou fechamento de tópicos e subtópicos. Além dos marcadores discursivos basicamente sequenciadores, existem também os basicamente interacionais (Risso; Oliveira e Silva; Urbano, 2015).

Nesta pesquisa, o enfoque recai sobre os marcadores discursivos basicamente sequenciadores, dado que se defende que a construção objeto desta investigação seria um exemplar desse grupo. No entanto, é preciso esclarecer que “todo mecanismo com estatuto textual, como os marcadores discursivos, cumpre sempre uma função orientadora da interação, ainda que fragilmente” (Risso; Oliveira e Silva; Urbano, 2015, p. 375).

CORPUS E METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa foi constituído um *corpus* que contém 1.366.274 palavras e é composto de artigos científicos de diversas áreas do conhecimento publicados em 2019 e constantes na plataforma SciELO Brasil²³, com exceção dos artigos da área de Direito, os

²³ <https://www.scielo.br/>.



quais foram retirados da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo²⁴.

A fim de manter a isonomia na escolha dos periódicos, optou-se por selecionar os periódicos que continham a maior quantidade de números. Quando havia mais de um número, optou-se pelo primeiro, escolhendo-se outro, caso o número de palavras não fosse alcançado. No caso da área de Ciências Sociais Aplicadas, foram necessárias duas revistas para que se atingisse o número de palavras desejado. A área de Direito é um caso especial, pois ela foi incluída posteriormente. Segue-se um quadro com informações mais detalhadas sobre os textos que compõem esse *corpus*.

Quadro 1 - Constituição do *corpus* da sincronia atual do PB

Área	Revista	Quantidade de palavras
Ciências Agrárias	Arquivo Brasileiro de Medicina Veterinária e Zootecnia, v. 71, n. 1 - 2, 2019.	150.463
Ciências Biológicas	Rodriguésia: v. 70, 2019.	148.702
Ciências da Saúde	Cadernos de Saúde Pública, v. 35, n. 1 - 3, 2019.	150.394
Ciências Exatas e da Terra	Química Nova, vol. 42, n. 1 - 7, 2019.	149.321
Ciências Humanas	Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 106 - 107, 2019.	153.366
Ciências Sociais Aplicadas	Revista de Administração de Empresas, v. 59, n. 1 - 6, 2019. Revista de Administração Contemporânea, v. 23, n. 1 - 2, 2019.	152.971
Engenharias	Cerâmica, v. 65, n. 373 - 376, 2019.	155.877
Linguística, Letras e Artes	DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, v. 35, n. 1, 2 e 4, 2019.	152.058

24 <https://www.revistas.usp.br/rfdusp>.



Área	Revista	Quantidade de palavras
Direito	Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, v. 114, 2019.	153.122
Total de palavras		1.366.274

Fonte: Elaboração da autora

Nesse *corpus*, foram realizadas as buscas das construções em foco de forma manual, observando-se ocorrências que pudessem representar instâncias de uso do esquema abstrato $[[[X] + [V_{inf}^{elocução}]_{impessoal} + [que]]]_{MD\ sequeciador}$. A busca manual não partiu de uma lista fechada de expressões linguísticas definidas a princípio, mas sim de alguns verbos já descritos na literatura, como “cabere”, “convir”, “cumprir”, “urgir” e “valer” (Gonçalves, 2011), bem como da observação empírica de ocorrências de “vale ressaltar”, “é importante destacar” etc. e expressões análogas, que pareciam funcionar de forma semelhante no texto.



ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando que as construções investigadas neste trabalho atuam como marcadores discursivos sequeciadores, um dos parâmetros selecionados para a investigação quanto ao polo do sentido dessas construções é sua atuação na organização tópica, isto é, a verificação de seu papel abrindo, encaminhando ou fechando o tópico discursivo.

A seguir serão dispostos exemplos para cada uma das atuações do $[[[X] + [V_{inf}^{elocução}]_{impessoal} + [que]]]_{MD\ sequeciador}$ (abertura, encaminhamento e fechamento de tópico). Em geral,

tais exemplos apresentam a seguinte estrutura: são compostos por tópicos discursivos, que são os Segmentos Tópicos mínimos analisados; e, no interior do Segmento Tópico mínimo em que a construção em foco aparece, estão segmentadas as unidades intratópicas, para que seja possível observar a função da construção. Sempre que a construção está presente na primeira unidade intratópica de um tópico discursivo, ela o abre; sempre que a construção está presente entre a primeira e a última unidade intratópica de um tópico discursivo, ela o encaminha; já nos casos em que a construção está presente na última unidade intratópica de um tópico discursivo, ela pode encaminhá-lo ou fechá-lo, sendo este último caso bastante raro.

Abaixo consta um exemplo da construção atuando na abertura do tópico.

(01)

Tópico discursivo: Perfil dos manifestantes do MPL (Movimento Passe Livre)

Por outro lado, ainda que o MPL se identifique pela luta contra um modelo excludente de transporte público, o perfil dos manifestantes revela que nem todos se encontravam em situações específicas de exclusão, mas que esses participantes, de algum modo, podem ter se sensibilizado com a pauta e decidiram aderir aos protestos.



Tópico discursivo: Influência do MPL nas manifestações

Unidade intratópica: Momento de maior influência do MPL nas manifestações

É importante destacar que a influência do MPL se deu de forma mais intensa durante a *primeira fase* das manifestações, que compreende no protesto realizado no *dia 3* ao ato realizado no *dia 13 de junho*.

Unidade intratópica: Momento de divulgação de retirada e de retorno às manifestações

No *dia 21*, o movimento chegou a divulgar sua retirada das ruas, sob a alegação de que as manifestações passaram a assumir características conservadoras, mas decidiu retornar no *dia seguinte*.

Tópico discursivo: Outro coletivo que teve efetiva participação nos protestos

1.2. O coletivo Anonymous

Apesar de seu protagonismo inicial, o MPL não é o único movimento importante para a análise do cenário das manifestações de junho. O coletivo Anonymous também teve efetiva participação nos protestos, principalmente na segunda fase das manifestações. (RFD/vol. 114/p.589)

A ocorrência acima contém três segmentos tópicos mínimos, nomeados de “Perfil dos manifestantes do MPL (Movimento Passe Livre)”, “Influência do MPL nas manifestações” e “Outro coletivo que teve efetiva participação nos protestos”. No primeiro, é possível observar os referentes sublinhados que formam um conjunto que está em relação de concernência, contribuindo para o estabelecimento



do perfil dos manifestantes: “MPL”, “perfil dos manifestantes”, “nem todos” e “esses participantes”. No segundo Segmento Tópico mínimo, a partir dos objetos de discurso “influência do MPL”, “protesto”, “ato” e “decidiu retornar”, é possível abstrair o tópico discursivo “Influência do MPL nas manifestações”. Nesse Segmento Tópico mínimo, encontra-se a construção [é importante destacar que], sinalizando sua abertura, uma vez que esse Segmento Tópico mínimo fornece informações diferentes daquelas presentes no Segmento Tópico mínimo anterior, como foi aqui demonstrado. As duas unidades intratópicas que compõem o segundo Segmento Tópico mínimo puderam ser divididas em dois conjuntos distintos de referentes: “primeira fase”, “dia 3” e “dia 13 de junho”, que indicam a unidade intratópica nomeada de “momento de maior influência do MPL nas manifestações”, e “dia 21” e “dia seguinte”, que formam uma rede semântica, intitulada “Momento de divulgação de retirada e de retorno às manifestações”. Por fim, nota-se ainda a existência de um terceiro Segmento Tópico mínimo, que foi identificado a partir das expressões “protagonismo inicial”, “MPL não é o único movimento importante” e “efetiva participação”.

A seguir, está um exemplo em que é possível observar a atuação da construção no encaminhamento de tópico.



(02)

Tópico discursivo: Relação entre Friedmann e Touraine

A obra de Friedmann apresentava uma nova perspectiva de produção do conhecimento que parecia preencher a distância que separava a sua formação intelectual e o mundo do trabalho, o quartier Latin e Billancourt. “Eu não era conduzido pela teoria ou pelas hipóteses; eu queria simplesmente refletir sobre o trabalho e não mais somente sobre textos”, escreveu Touraine (Touraine, 1977, p. 46, tradução nossa). Imediatamente após devorar o livro, enviou uma carta à Friedmann, que lhe respondeu calorosamente e o recomendou regressar imediatamente à Paris, terminar o curso de história na ENS e trabalhar com ele no recém-criado CES, compondo, assim, a equipe que levaria à frente as primeiras pesquisas sobre o mundo do trabalho francês.

Tópico discursivo: Motivos por que a sociologia ganhou prestígio nas décadas de 1950 e 1960

Unidade intratópica: Motivos por que a sociologia era atraente aos jovens

Além da sociologia apresentar uma maior capacidade e dinâmica para analisar a realidade concreta contemporânea e de propor soluções aos problemas, a perspectiva de rápida ascensão acadêmico-profissional oferecida pela nova disciplina, desenvolvida em modernas instituições, era um *forte elemento de sedução* aos jovens acadêmicos.

Unidade intratópica: Rapidez com que a sociologia adquiriu prestígio

É surpreendente o *quão rápido ela adquiriu prestígio* e reconhecimento científico nas décadas de 1950 e 1960, um fenômeno que não esteve restrito à França.

Unidade intratópica: Relação entre a sociologia e as políticas modernizadoras do país



Nesse caso, **vale lembrar que** a sociologia se tornou uma disciplina de prestígio, com *fortes vínculos com as políticas modernizadoras do país*, proporcionando-lhe um significativo aporte financeiro às suas pesquisas (Tanguy, 2017).

Tópico discursivo: Relação entre a sociologia do trabalho e a sociologia industrial

A proposta de uma sociologia do trabalho na França foi elaborada a partir de críticas e delimitações com a sociologia industrial norte-americana, principalmente por meio das elaborações de Friedmann (1946, 1963, 1956), Touraine (1952, 1955, 1961) e Naville (1961, 1963), quando ainda eram membros do CES. Todavia, esse processo não se tratou de um distanciamento no âmbito puramente teórico, pois as pesquisas empíricas dirigidas por esses autores ao longo dos anos 1940 e 1950 os fizeram confrontar as teses da sociologia industrial com a realidade concreta do mundo industrial francês. (LN/n.106/p.68)

No exemplo acima, observa-se que o primeiro Segmento Tópico mínimo pode ser identificado considerando-se a relação semântica entre os referentes “a obra de Friedmann”, “Touraine”, “Touraine, 1977”, “enviou uma carta à Friedmann”, “lhe”, “o”, “ele”, dos quais podem ser abstraídos o tópico discursivo “Relação entre Friedmann e Touraine”. Já os elementos “maior capacidade e dinâmica para analisar a realidade”, “propor soluções”, “adquiriu prestígio”, “décadas de 1950 e 1960”, “disciplina de prestígio” e “aporte financeiro” criam uma rede semântica distinta da anteriores, o que nos faz analisar a porção textual em que ocorrem como um segmento tópico mínimo distinto do anterior, nomeado de “Motivos por que a sociologia ganhou prestígio nas décadas de 1950 e 1960”. Esse Segmento Tópico mínimo, por sua vez,



foi segmentado a partir do agrupamento de três conjuntos diversos de objetos de discurso, formando, assim, três unidades intratópicas “Motivos por que a sociologia era atraente aos jovens” (reconhecida a partir dos referentes “rápida ascensão acadêmico-profissional” e “forte elemento de sedução”), “Rapidez com que a sociologia adquiriu prestígio” (reconhecida por “quão rápido ela adquiriu prestígio” e “forte elemento de sedução”) e “Relação entre sociologia e as políticas modernizadoras do país” (reconhecida por “fortes vínculos com as políticas modernizadoras do país”). Diante disso, nota-se que a última unidade intratópica não se configura como um fechamento de tópico, no sentido de apresentar uma operação de conclusão ou de retomada do que foi mencionado anteriormente. Tal unidade apenas fornece mais informações sobre o tópico. Em tal caso, o marcador discursivo é classificado como um marcador de encaminhamento de tópico, não de fechamento, apesar de estar presente na última unidade do Segmento Tópico mínimo. Finalmente, o último Segmento Tópico mínimo da porção textual em análise pode ser identificado a partir da observação do seguinte conjunto de referentes: “sociologia do trabalho”, “sociologia industrial”, “sociologia industrial” e “mundo industrial”, podendo-se abstrair, então, o tópico discursivo “Relação entre a sociologia do trabalho e a sociologia industrial”.

A seguir, estão duas ocorrências que se instanciam sob a construção esquemática $[[[X] + [V_{inf}^{elocução}]_{impessoal} + [que]]]_{MD\ sequenciador}$ atuando no fechamento de tópico.



(03)

Tópico discursivo: Anúncio de destaque de três características da concepção aristotélica de *philia*

Antes de explorarmos a ligação entre *philia*, pólis e democracia, atentemos primeiramente à concepção aristotélica de *philia*, destacando três características que consideramos centrais.

Tópico discursivo: Relação entre *philia*-amizade, igualdade e reciprocidade

Unidade intratópica: Primeira característica da *philia*

A *primeira característica* diz respeito à afirmação da igualdade como traço essencial da *philia*-amizade.

Unidade intratópica: A construção aristotélica do o traço de igualdade da *philia*

Aristóteles constrói esse traço partindo da seguinte ideia: o amigo (ou praticante da *philia*) ama o que é bom para si, na mesma medida em que deseja o bem e proporciona o prazer aos amigos (Aristote, 1987, VIII, 5).

Unidade intratópica: Relação entre o homem virtuoso e a amizade

Dessa maneira, o *homem virtuoso* “torna-se um bem” para aquele que é seu amigo (Aristote, 1987, VIII, 7).

Unidade intratópica: Relação entre igualdade e reciprocidade

Aristóteles estabelece na relação de igualdade uma equivalência ou reciprocidade, pela qual dois amigos que amam o seu próprio bem dão ao outro exatamente o que recebem. Trata-se de um gesto de retribuição, sem ser uma compensação.

Unidade intratópica: Caracterização da amizade como um tipo de igualdade

Em *Aristóteles*, desejar aos outros os mesmos bens em reciprocidade ou ainda trocar uma coisa por outra (sem



necessariamente ser da mesma espécie) caracteriza a amizade como um tipo de igualdade.

Unidade intratópica: Caracterização da relação de philia

Importante ressaltar então **que** a relação de philia se caracteriza por prezar pelo máximo de igualdade possível.

Tópico discursivo: Relação entre philia-amizade, igualdade e “outro eu”

Aristóteles formula o traço da igualdade ainda de outra maneira, mobilizando elementos da tradição pitagórica, tão enraizada na cultura grega: o amigo é concebido como “o meu igual”. Conceber o outro como o meu igual equivale a conceber como Epicuro o concebeu na carta a Meneceu: “a sociedade de amigos, isto é, de semelhantes”. Considerar o amigo como “outro eu” corresponde também a considerá-lo como parte de si próprio e, como nota Fraise (1974), isso não deixa de ser o embotamento da antítese entre altruísmo e egoísmo. A partir do encadeamento desses termos que dão feição ao traço da igualdade, podemos afirmar que o princípio da igualização constitui condição sine qua non da existência da amizade. Derivamos da argumentação de Aristóteles a seguinte proposição: sem igualdade não existe amizade. Dito de outra forma: se a amizade supõe a igualdade, onde houver desigualdade, menos presente se faz amizade. Por conseguinte, onde a amizade for restrita, mais desigualdade se amplia. (LN/n.107/p.94)

(04)

Tópico discursivo: Relação entre biopoder e população

Este poder novo, o biopoder, portanto, vai levar em conta este novo personagem político que aparece no contexto do fenômeno da cidade, a população. E, embora esta não seja uma novidade absoluta na história do pensamento político, o que surge de fato como novidade, é a forma que a população toma no contexto dos



dispositivos de segurança [NOTA DE RODAPÉ]²⁵ (CASTRO, 2014, p. 112). Desta forma, consoante Edgardo Castro (2014, p. 112), no biopoder a população vai aparecer, por um lado, “em sua dimensão biológica, em sua naturalidade: suas variações em relação ao clima e à geografia, suas taxas de crescimento e mortalidade, os desejos que movem seus comportamentos, etc.”, e, por outro, “em sua dimensão pública: as opiniões, os comportamentos, os hábitos, as convicções, etc.”.

Tópico discursivo: Utilização do conceito de “segurança”

Unidade intratópica: A primeira distinção de Foucault entre os mecanismos de segurança e os mecanismos disciplinares

[NOTA DE RODAPÉ]

Quanto aos dispositivos de segurança, vale o seguinte esclarecimento: conforme a nota do editor presente no curso Segurança, território, população (FOUCAULT, 2008, p. 32), é na última aula (17 de março de 1976) do curso Em defesa da sociedade o momento no qual Foucault distingue pela *primeira vez os mecanismos de segurança dos mecanismos disciplinares*.

Unidade intratópica: Explicação da não retomada do conceito de “segurança” no primeiro volume da História da sexualidade

Deve-se notar, então, **que** o conceito de “segurança”, utilizado em Segurança, território e população, *não foi retomado no primeiro volume da História da sexualidade*, A vontade de saber, pois *nesta obra* Foucault prefere, em oposição às disciplinas, as quais são exercidas sobre o corpo dos indivíduos, o conceito de “controles reguladores”, que são os dispositivos encarregados da saúde e da vida das populações.

²⁵ Nessa ocorrência, a construção aparece em uma nota de rodapé que remete ao termo “segurança”, por isso o destaque da inserção da expressão [NOTA DE RODAPÉ].



Tópico discursivo: Modelos Foucaultianos de análise do poder

Em suma, pode-se dizer que Foucault opera de duas maneiras distintas: primeiro, a partir do que ele chama de uma “analítica do poder”, por meio da qual ele procede à refutação das principais versões de um modelo que se poderia chamar de “substancial” ou “essencialista” do poder; em um segundo momento, a esse poder, que Foucault também denomina de “jurídico-discursivo”, se oporia o modelo da normalização, modelo no qual o poder será pensado enquanto estratégia. (RFD/vol. 114/p.614-615)

Diferentemente dos casos em que a construção está presente na última unidade intratópica de um Segmento Tópico mínimo, mas não o fecha, nos exemplos acima, de fato há um encerramento do tópico, reforçado pela presença de “então”. No exemplo (03), o tema da igualdade, que perpassa todo o Segmento Tópico mínimo, é reforçado, resumido numa formulação única “a relação de philia se caracteriza por prezar pelo máximo de igualdade possível”, não se tratando, assim, de uma informação nova. No exemplo (04), por sua vez, a última unidade intratópica apresenta o resultado de uma operação conclusiva do tipo “se p, então q”, equivalente a “se é apenas na última aula de março de 1976 que Foucault distingue pela primeira vez os mecanismos de segurança dos mecanismos disciplinares, então o conceito de segurança não foi retomado no primeiro volume de História da sexualidade”.

No que concerne ao método utilizado para a análise da função do esquema $[[[X] + [V_{\text{inf-elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$



MD sequenciador no segmento tópico, foram realizadas as ações detalhadas abaixo.

1. Identificação das ocorrências do esquema $[[[X] + [V_{\text{inf}}]_{\text{elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$, resultando em um total de 186 ocorrências.
2. Separação das ocorrências por subesquema, a fim de se observar se há diferenças no comportamento de cada um: para o subesquema $[[[V] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, foram encontradas 96 ocorrências; para o subesquema $[[([V]) + [\text{CONNECT}]] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, 8 ocorrências; e, para o subesquema $[[[(V_{\text{estativo}})] + [\text{ADJ}]] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, 82 ocorrências.
3. Contabilização da quantidade total de unidades intratópicas presentes no Segmento Tópico mínimo em que a construção está presente: para o subesquema $[[[V] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há um total de 335 unidades intratópicas; para o subesquema $[[([V]) + [\text{CONNECT}]] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há um total de 28 unidades intratópicas; e para o subesquema $[[[(V_{\text{estativo}})] + [\text{ADJ}]] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há um total de 314 unidades.
4. Contabilização da quantidade de unidades intratópicas que abrem, encaminham ou fecham o Segmento Tópico mínimo: para o subesquema $[[[V] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há 93 aberturas de tópico, 232 encaminhamentos e 10 fechamentos; para o subesquema $[[([V]) + [\text{CONNECT}]] + [V_{\text{inf}}]]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há oito aberturas, 20 encami-



nhamentos e nenhum fechamento; e, para o subesquema $[[[(V_{\text{estativo}})] + [ADJ]] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$, há 79 aberturas, 224 encaminhamentos e 11 fechamentos.

5. Cálculo do percentual de presença da construção atuando em cada função: o subesquema $[[[V] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$ sinaliza 29% das unidades intratópicas de abertura, 28% das unidades de encaminhamento e 40% das unidades de fechamento; já o subesquema $[[([V]) + [CONNECT]] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$ sinaliza 12% das unidades intratópicas de abertura e 35% das unidades de encaminhamento; por fim, o subesquema $[[[(V_{\text{estativo}})] + [ADJ]] + [V_{\text{inf}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]$ sinaliza 47% das unidades intratópicas de abertura, 19% das unidades de encaminhamento e 18% das unidades de fechamento.

Abaixo consta uma tabela em que esses números são dispostos lado a lado, auxiliando no entendimento dos dados analisados e na visualização das semelhanças e diferenças entre os subesquemas.



Tabela 1 - Distribuição da função do esquema $[[[X] + [V_{inf}]]$ e dos subesquemas 1. $[[[V] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]]_{MD}$ sequenciador e 2. $[[([V]) + [CONECT]] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]]$ e 3. $[[([V_{estativo}]) + [ADJ]] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]]$ e proporção de unidades intratópicas analisadas na sincronia atual do PB

Subesquema Função	Subesquema 1		Subesquema 2		Subesquema 3		Σ	
	Freq. Função	Proporção função / U.IntraT.	Freq. Função	Proporção função / U.IntraT.	Freq. Função	Proporção função / U.IntraT.	Freq. Função	Proporção função / U.IntraT.
Abertura de tópico	27/96 28,1%	27/93 29%	1/8 12,5%	1/8 12%	37/82 45,1%	37/79 47%	65/186 34,9%	65/180 36,1%
Encaminhamento de tópico	65/96 67,7%	65/232 28%	7/8 87,5%	7/20 35%	43/82 52,4%	43/224 19%	115/186 61,8%	115/476 24,1%
Fechamento de tópico	4/96 4,1%	4/10 40%	-	-	2/82 2,4%	2/11 18%	6/186 3,2%	6/21 28,5%
Σ	96/186 51,6%	96/335 28,6%	8/186 4,3%	8/28 28,5%	82/186 44%	82/314 26,1%	186/186 100%	186/677 27,4%

Fonte: Elaboração da autora

No que se refere ao total disposto na tabela acima, a proporção de unidades intratópicas analisadas para as três funções resulta uma média de 27,4% (=186/677), o que significa que de um total de 677 unidades intratópicas analisadas, a função de MD se manifestou em 186 delas. A distribuição dos subesquemas não parece se dever à proporção de unidades intratópicas analisadas, pois, na totalização de cada um (última linha), as proporções de unidades intratópicas são muito próximas, variando de 26,1 a 28,6%. No entanto, na totalização das funções (última coluna), a função de abertura de tópico é a que apresenta uma maior proporção de unidades intratópicas analisadas



(65/180=36,1%), sem que isso reflita a função mais frequente encontrada, dentre os três subesquemas analisados. Como se observa, apesar de a função abertura de tópico ter demandado uma proporção maior de unidades intratópicas analisadas, a função que se destaca para o total de ocorrências analisadas, e, portanto, para o esquema mais abstrato $[[[X] + [V_{\text{inf}}]_{\text{elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$ é a de encaminhamento de tópico (115/186 = 61,8%).

A disposição, lado a lado, da coluna que apresenta a frequência da função e da coluna que apresenta a proporção da função por quantidade de unidades intratópicas, portanto, ajuda-nos a perceber que a atuação do esquema geral primordialmente na função de encaminhamento não é apenas um reflexo da maior quantidade de unidades intratópicas de encaminhamento nos textos. Se fosse este o caso, o que se esperaria é que os dados reproduzissem o seguinte cenário na última coluna da tabela: porcentagem alta de utilização da construção no encaminhamento (visto que há mais unidades intratópicas de encaminhamento no *corpus*), porcentagem média de utilização da construção na abertura e porcentagem baixa de utilização da construção no fechamento (visto que a quantidade de unidades intratópicas de fechamento é pouco expressiva). No entanto, não é isso que os dados revelam, o que nos faz constatar que, de fato, a frequência da função (penúltima coluna) é o fator determinante para o estabelecimento da função da construção.

Considerando-se, agora, cada um dos subesquemas, é possível constatar que há diferenças significativas em sua



atuação quando observamos separadamente as funções de abertura, encaminhamento e fechamento de tópico. Em relação ao subesquema 1, percebe-se que ele atua com uma frequência semelhante na abertura e no encaminhamento de tópico, em 29% e em 28% do total de unidades intratópicas. No entanto, ele é mais frequentemente acionado para a função de encaminhamento de tópico ($65/96 = 67,7\%$), refletindo, assim, a função mais geral do esquema $[[[X] + [V_{inf}]]_{elocução}]_{impessoal} + [que]]_{MD\text{ sequenciador}}$.

Quanto à função de fechamento desempenhada por esse subesquema, embora o percentual seja mais alto em relação às demais funções (40%), verifica-se que o número total absoluto de fechamentos é baixo (apenas dez). Além disso, em todos os pouquíssimos casos (quatro ocorrências), há a coocorrência com outras construções que contribuem para o sentido de conclusão (“assim” e “então”, por exemplo), o que possibilitou tal identificação. Dessa forma, é possível questionar se, na verdade, o fechamento é proporcionado pela junção desses outros marcadores discursivos às construções, e não apenas pelas construções em si, as quais estariam também contribuindo para um relevo positivo da informação. Para Travaglia (2015, p. 159), o relevo se refere ao grau de saliência dos elementos que atuam no desenvolvimento dos tópicos discursivos dos textos. Segundo o autor, o falante pode, no momento em que produz seu texto:

- a) manter todos os elementos do texto em um mesmo plano, considerado básico, caso em que não se tem relevo; b) colocar determinados elementos do texto em um plano



mais elevado, dando um destaque especial a eles, colocando-os em proeminência em relação a outros. Nesse caso, tem-se um relevo positivo, que chamamos de *proeminência*; c) colocar determinados elementos do texto em um plano inferior, fazendo um rebaixamento deles em relação a outros ou promovendo seus ‘ocultamentos’. Nesse caso, tem-se um relevo negativo, que chamamos de *rebaixamento* (Travaglia, 2015, p. 159, grifos do autor)²⁶.

No subesquema 2, por outro lado, a proporção de unidades intratópicas analisadas é maior para a função de encaminhamento de tópico ($7/20 = 35\%$) do que para a de abertura ($1/8 = 12\%$), o que indica a função preponderante de encaminhamento de tópico ($7/8 = 87,5\%$) para esse subesquema e reflete a função predominante do esquema geral $[[[X] + [V_{\text{inf-elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$. Contudo, é preciso reforçar que tal subesquema é bastante periférico na rede do esquema $[[[X] + [V_{\text{inf-elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$ em comparação com os outros dois subesquemas, os quais apresentam um número muito maior de ocorrências.

Finalmente, para o subesquema 3, observamos na tabela 1 que a proporção de unidades intratópicas é bem maior para a função de abertura ($37/49 = 47\%$) e praticamente igual para a de encaminhamento ($43/224=19\%$) e de fechamento ($2/11=18\%$) de tópico. Porém, quando nos voltamos para

²⁶Essa interação entre a função de marcador discursivo sequenciador e marcador de relevo, motivado pela coocorrência de conectivos com a semântica de conclusão, foi explorada em trabalho anterior (Santos, 2024) e, devido ao recorte efetuado para este texto, não será tratada aqui.



a frequência de ocorrência de cada função, notamos que prevalece, para esse subesquema, tanto a função de encaminhamento ($43/82 = 52,4\%$) quanto a de abertura ($37/82 = 45,1\%$) de tópico. Diante disso, é possível afirmar que a função de encaminhamento está alinhada à função geral do esquema $[[[X] + [V_{\text{inf-elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$, como ocorre para os outros dois subesquemas. Contudo, para explicar a significativa frequência da função de abertura, valemo-nos daquilo que Kaltenböck (2005) demonstra em seu estudo.

Em uma perspectiva construcional, Kaltenböck (2005) investiga a construção “It-extraposition”, que traduzimos como “It-extraposição”, em inglês. Um dos subtipos dessa construção é aquele que o autor nomeia de “Filler matrix predicate”, traduzido aqui como “Predicado matriz de preenchimento”. Segundo o autor, tal construção “assume função introdutória, preparando o terreno, por assim dizer, para as novas informações da oração extraposta. Normalmente funciona assim fazendo referência à relevância das informações que se seguem (*it is interesting (to note), worth (noting), important (to remember)*) [é interessante (notar), válido notar, importante (lembrar)]” (Kaltenböck, 2005, p. 145, tradução nossa)²⁷. Essas construções agem “como uma espécie de preenchimento que ‘adia’ a introdução do novo estado-de-coisas, fornecendo algum ‘espaço para respirar’ que facilita o processamento” (Kaltenböck, 2005,

²⁷ “[...] assumes an introductory function, preparing the ground, as it were, for the new information in the extraposed clause. It typically does so by making reference to the relevance of the information that is to follow (e.g. *it is interesting (to note), worth (noting), important (to remember)*)” (Kaltenböck, 2005, p. 145).



p. 146, tradução nossa)²⁸. Ainda segundo o autor, em textos escritos, elas estão presentes principalmente no início de um novo parágrafo, o que refletiria essa relutância do escritor de apresentar um novo tópico sem que o leitor estivesse preparado de alguma forma para isso.

Diante disso, seria possível propor uma diferença entre os subesquemas 1 e 2, de um lado, e o subesquema 3 de outro. Essa diferença, não afetaria apenas o polo da forma, mas também o polo do sentido, mais especificamente na propriedade discursivo-funcional, uma vez que, no que concerne ao fluxo da informação, o último subesquema estaria mais especializado na abertura de tópico do que os outros dois, os quais são mais frequentes apenas na função de encaminhamento de tópico. Em outras palavras, quando observamos a primeira linha da tabela 1, constatamos que os dados indicam que, para a função de abertura, há preferência pelo subesquema 3, já que, de 65 casos de abertura, 37 ocorrem com o subesquema 3. Quando analisamos a segunda linha da mesma tabela, por sua vez, notamos que a função de encaminhamento tem preferência pelo subesquema 1, uma vez que, do total de 115 casos de encaminhamento, 65 ocorrem com o subtipo 1.

No que diz respeito à investigação da atuação de cada microconstrução na organização tópica, é possível chegar a certas generalizações. A tabela a seguir demonstra a quantidade de ocorrências das microconstruções que aparecem

28 “[...] as some kind of filler which ‘postpones’ the introduction of the new state-of-affairs, providing some ‘breathing space’ which facilitates processing” (Kaltenböck, 2005, p. 146).



no *corpus* três vezes ou mais, na abertura, encaminhamento e/ou fechamento de tópico.

Tabela 2 - Microconstruções mais frequentes dos subesquemas 1. [[[V] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]], 2. [[(V)] + [CONNECT]] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]] e 3. [[[(V_{estativo})] + [ADJ]] + [V_{inf}]]_{impessoal} + [que]] e suas funções na organização tópica na sincronia atual do PB

Subesquema	Microconstrução	Abertura	Encaminhamento	Fechamento
Subesquema 1	[Cabe destacar que]	6	9	-
	[Cabe mencionar que]	-	3	-
	[Cabe ressaltar que]	2	6	1
	[Convém notar que]	2	2	-
	[Deve-se ressaltar que]	-	3	-
	[Vale destacar que]	-	6	-
	[Vale lembrar que]	3	3	-
	[Vale ressaltar que]	2	16	-
	[Vale salientar que]	-	3	-
	∑ parcial	15	51	1
Subesquema 2	[Há de/que se considerar que]	1	3	-
	∑ parcial	1	3	-
Subesquema 3	[(É) importante destacar que]	4	8	-
	[(É) importante mencionar que]	2	1	-
	[(É) importante ressaltar que]	4	7	1
	[(É) interessante notar que]	5	3	-
	[É importante frisar que]	1	2	-
	[É importante observar que]	1	3	-
	[É importante salientar que]	1	2	-
	∑ parcial	18	26	1

Fonte: Elaboração da autora



Na tabela acima, chamamos a atenção para as micro-construções [Cabe ressaltar que] e [(É) importante ressaltar que], que são as únicas a exercerem as três funções (abertura, encaminhamento e fechamento). Isso aponta para sua prototipicidade como marcadores discursivos sequenciadores, podendo ser, por parte do usuário da língua, uma escolha menos marcada, do ponto de vista da semântica dos verbos que as compõem, para o papel sequenciador. No entanto, não é possível desprezar o alto de número de ocorrências de [Cabe destacar que], [Vale ressaltar que] e [(É) importante destacar que], as quais podem não ter aparecido na função de fechamento de tópico apenas por uma questão de idiosincrasia do *corpus*.

CONCLUSÃO

Na análise empreendida neste texto, procuramos demonstrar, então, como atua o esquema $[[[X] + [V_{inf}]_{\text{elocução}}]_{\text{impessoal}} + [\text{que}]]_{\text{MD sequenciador}}$ na organização tópica dos textos: o subesquema $[[[V] + [V_{inf}]_{\text{impessoal}}] + [\text{que}]]$ atua mais frequentemente no encaminhamento de tópico, enquanto o subesquema $[[[(V_{estativo}) + [ADJ]] + [V_{inf}]_{\text{impessoal}}] + [\text{que}]]$ apresenta uma maior especialização tanto na função de abertura quanto de encaminhamento de tópico, sendo a primeira função motivada possivelmente pela sua recorrente presença em início de parágrafos. Quanto à função de fechamento de tópico, constatamos que, em geral, ela é rara, com o subesquema $[[([V]) + [CONNECT]] + [V_{inf}]_{\text{impessoal}}] +$



[que]], que é o mais marginal de todos eles, inclusive, não apresentando nenhuma ocorrência nessa função.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BYBEE, J. **Língua, uso e cognição** [Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha; Sebastião Carlos Leite Gonçalves]. São Paulo: Cortez, 2016.

CROFT, W. Construction Grammar. *In*: GEERAERTS, D.; CUYCKENS, H. **The oxford Handbook of Cognitive Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 463-508.

CROFT, W. Logical and typological arguments for Radical Construction Grammar. *In*: ÖSTMAN, J.; FRIED M. (Orgs). **Constructions Grammars: Cognitive Grounding and Theoretical Extensions** [Constructional Approaches to Language 3]. Amsterdam: John Benjamins, 2005, p. 273-314.

GOLDBERG, A. E. Constructions: a new theoretical approach to language. **Trends in Cognitive Sciences**, v. 7, n. 5, p. 219-224, 2003.

GONÇALVES, S. C. L.. Construções complexas em rede. *In*: CARVALHO Cristina, LOPES Norma, RODRIGUES Angelica. (Org.). **Sociolinguística e Funcionalismo: vertentes e interfaces**. 1ed. Salvador: EDUNEB, v. 1, p. 135-167, 2020.

GONÇALVES, S. C.; SOUSA, G. C.; CASSEB-GALVÃO, V. As construções subordinadas substantivas. *In*: NEVES, M. H. M. (Org.) **A construção das orações complexas**. São Paulo: Contexto, 2016, p. 69-121.

JUBRAN, C. S. Tópico discursivo. *In*: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.



KALTENBÖCK, G. It-extraposition in English: a functional view. **International Journal of Corpus Linguistics**, v. 10, n. 2, 2005, p. 119-159.


PENHAVEL, E. O funcionamento de Marcadores Discursivos no processo de estruturação interna de Segmentos Tópicos mínimos. **Línguas e instrumentos linguísticos**. n. 27/28, p. 63-84. 2011.

RISSO, M. S.; OLIVEIRA E SILVA, G. M.,; URBANO, H. Traços definidores dos marcadores discursivos. In: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.

SANTOS, K. R. C. **Funcionamento e consolidação da construção de sequenciação discursiva** [[[X] + [V_{inf}]^{elocução}]_{impessoal} + [que]]_{MD sequenciador} **em textos acadêmicos**. 2024. 284 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista (UNESP), São José do Rio Preto, 2024.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2015.





5. O PAR CORRELATIVO COMPARATIVO [MAIS...QUE] NO X-TWITTER: UMA ABORDAGEM COGNITIVO-FUNCIONAL

Cayo Fellype de Sousa Danieli

<https://orcid.org/0009-0007-8874-1960>

Marcelo Módolo

<https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

INTRODUÇÃO

O processamento de comparação é uma habilidade cognitiva fundamental que emerge desde os estágios iniciais da aquisição da linguagem. Muitos dos resultados dos estímulos sociais são derivados de uma operação prévia de reconhecimento por analogia. Nesse sentido, a comparação desempenha um papel essencial, primariamente expressando-se por meio da atividade sensorial, com o objetivo de compreender, avaliar o mundo e estabelecer relações associativas para negociar significados com o interlocutor, como no exemplo apresentado a seguir:

1. Evitar guerras é muito **mais** gratificante **do que** vencer mil batalhas (*X-Twitter*, 03/07/2023).²⁹

²⁹ Todos os exemplos apresentados neste capítulo integram o *corpus* elaborado pelos pesquisadores por meio da extração de ocorrências no *X - Twitter*.



A comparação, assim como em (1) é um recurso bastante comum no cotidiano, sendo usado para cumprir funções específicas em discursos e argumentos sob diversos contextos. Essa comparação pode ser expressa pelo fenômeno da correlação, especificamente as correlatas comparativas, ricamente utilizadas na fala e na escrita.

Apesar de ser um recurso importante e amplamente aplicado, a correlação parece não receber a devida atenção nas gramáticas tradicionais da língua portuguesa. Autores como Oiticica (1952), Módolo (2004, 2008), Castilho (2010) e Rosário (2012) defendem que certas estruturas do português não são subordinadas nem coordenadas, contrariamente ao sugerido pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Esses autores sugerem que tais estruturas organizam-se por meio de um terceiro processo distinto, a correlação, que seria mais adequado para categorizar diversas construções correlativas.

As gramáticas tradicionais tendem a incluir as estruturas comparativas no âmbito da subordinação adverbial, sem considerar suas particularidades ou as diferenças estruturais e funcionais que elas possuem em relação a outras formas também classificadas como subordinadas adverbiais.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo apresentar e descrever, sob uma perspectiva cognitivo-funcional, construções correlativas comparativas [MAIS... QUE] no português brasileiro (PB), utilizando dados extraídos da plataforma X – *Twitter*. Esta análise é parte de uma pesquisa mais ampla que examina o par correlativo



comparativo [MAIS...QUE], alinhando-se com estudiosos que defendem a correlação como um mecanismo sintático e discursivamente distinto tanto da coordenação quanto da subordinação.

O FENÔMENO DA CORRELAÇÃO

Pesquisadores que analisam a língua a partir de situações reais de uso, tendem a defender a correlação como um terceiro tipo de organização sintática, que não se limita ao vínculo entre orações, mas também inclui construções não oracionais. Estes estudos desafiam e questionam a visão tradicional de coordenação³⁰ e subordinação³¹, destacando uma distinção entre essas estruturas e incorporando outros processos de combinação de orações.

Matthiessen e Thompson (1988) identificam três processos de articulação de orações: parataxe, hipotaxe e subordinação. Segundo os autores, a parataxe é composta por orações coordenadas e justapostas; a hipotaxe, por orações adverbiais e subordinadas adjetivas explicativas; e a subordinação, por orações subordinadas substantivas e adjetivas restritivas, não considerando a correlação como um processo de articulação de orações.

Hopper e Traugott (1993, p. 170) propõem um *continuum* de articulação de orações, considerando a parataxe,

30 As coordenadas também são denominadas *paratáticas*, termo derivado do grego *paratáxis*, “ordenado lado a lado” (Castilho, 2010, p. 339).

31 As subordinadas também são denominadas *hipotáticas*, termo derivado do grego *hypotáxis*, “ordenado sob outro”. Este termo se especializou na indicação das subordinadas adverbiais (Castilho, 2010, p. 339).



hipotaxe e subordinação e a interação entre as propriedades desses processos, podendo revelar um percurso unidirecional de gramaticalização:

Figura 1 – Continuum de articulação de orações proposto por Hopper e Traugott

<i>Parataxe ></i>	<i>Hipotaxe ></i>	<i>Subordinação</i>
- dependente	+ dependente	+ dependente
- encaixada	- encaixada	+ encaixada

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p. 170).

Lehmann (1988) em contramão dos autores mencionados, inclui as orações correlativas em seu *continuum* de articulação de orações, como explicitado na Figura (2):

Figura 2 – Continuum de combinação de orações proposto por Lehmann

*PARATAXE → DÍPTICO CORRELATIVO → HIPOTAXE →
COSSUBORDINAÇÃO → ENCAIXAMENTO*

Fonte: Lehman (1988, p. 183-184).

De acordo com essa hierarquia, as orações correlativas situam-se entre a parataxe e a hipotaxe, enquanto a coordenação conecta orações ou palavras de maneira equivalente e a subordinação estabelece uma relação de dependência entre uma oração principal e uma oração subordinada.

No âmbito da Gramática Tradicional (GT), a correlação não é reconhecida como uma categoria sintática. Em



vez disso, é abordada como um recurso retórico, passível de ocorrer tanto em estruturas coordenadas quanto subordinadas. Com essa visão, o estudo tradicional das sentenças complexas nas gramáticas se restringe ao período composto, focando apenas nesses dois processos.

Segundo Oiticica (1952), Módolo (2004, 2008), Castilho (2010) e Rosário (2012), o tratamento dado às construções correlativas é insatisfatório, pois não consegue abranger de maneira adequada a diversidade de usos linguísticos observada no discurso. Esses autores criticam a divisão rígida entre coordenação e subordinação, e questionam a escolha desses dois processos como os únicos para classificar uma variedade de estruturas linguísticas que, devido às suas disparidades, não podem ser reunidas sob um mesmo conjunto.

Em sua obra **Teoria da Correlação** (1952), Oiticica reconhece a existência de pelo menos quatro processos: coordenação, subordinação, correlação e justaposição. O autor define a coordenação como a relação entre orações que são independentes, ou seja, possuem “declaratividade total” e podem ser separadas, as quais são ligadas por conjunções que ele chama de “meramente aspectuais” (Oiticica, 1952, p. 16-17). A subordinação, por sua vez, é descrita como a organização em que uma oração depende da outra para alcançar sua declaratividade, as quais são conectadas por um único conectivo (Oiticica, 1952, p. 20).

Quanto à correlação, Oiticica (1952) explica que, nesse tipo de estrutura, as orações são ligadas por dois termos conectivos. O conectivo presente na primeira oração exige o uso de seu correlato na oração seguinte, estabelecendo



uma conexão entre os sentidos expressos por ambas. Apresentamos um exemplo para representar o que Oiticica verificou:

2. Acabar uma amizade é 1000x **mais** complicado **de que** acabar uma relação amorosa (X-Twitter, 02/05/2024).

Em (2) o intensificador representado por **mais** exige seu complemento, o **de que**, para obter o sentido de o porquê acabar uma amizade é complicado, nesse caso, uma comparação com acabar uma relação amorosa. Dessa forma, a correlação envolve a conexão de duas partes da oração que se correspondem mutuamente e possuem uma relação de interdependência. Na literatura, a interdependência tem sido destacada como a particularidade da correlação, como destaca Blanche Benveniste (2000):

Em uma correlação, duas partes são mutuamente dependentes: ‘Às vezes ele chora, às vezes ele ri’. Dizer um sem o outro tem o efeito de uma afirmação interrompida, às vezes ele ri..., possivelmente usada como tal (Blanche-Benveniste, 2000, p. 100, tradução nossa).

Assim, o fenômeno da correlação pode ser descrito como uma forma de ligação sintática frequente e eficaz, especialmente para dar força a um argumento, criando uma coesão sólida entre sentenças ou sintagmas, sendo encon-



trado principalmente em textos apologéticos e enfáticos (Módolo, 2004). Desse modo, para se expressarem de maneira mais eficiente ou argumentar de forma mais eficaz, os usuários de uma língua constantemente utilizam esse artifício.

TIPOLOGIA DA CORRELAÇÃO

Oiticica (1952) foi o primeiro a destacar que as relações de coordenação e de subordinação não captam todas as possibilidades de relacionamento intra ou intersentencial. O autor propôs um estatuto próprio para as correlatas e identificou a seguinte tipologia: **correlação aditiva, correlação comparativa, correlação consecutiva e correlação alternativa**. Para ilustrar a correlação como um mecanismo de organização sintática, observa-se as seguintes ocorrências:

Correlação aditiva

3. Eu odeio o que Kafka representa, pelo menos para a classe jovem petit-bourgeois brasileira, **não só** Kafka, **como também** outros autores caem nesse pacote (X-Twitter, 18/08/2024).

A junção de advérbios de negação, focalização na prótase, comparação e inclusão na apódose, em (3), tem-se uma correlação aditiva por meio de **não só...como também**.



Correlação alternativa

4. Espero que o Grêmio tenha treinado alguma forma de anular a saída de jogo do São Paulo. Zagueiros trocam bola com Tiago Volpi até Daniel Alves baixar e receber a bola, se anula Daniel Alves **ou** a zaga entrega **ou** dá balão e facilita o trabalho da zaga (*X-Twitter*, 30/12/2020).

5. É aquele que toca e emociona o leitor, **seja** pela história/passado dele, pelo caminho/desenvolvimento, **seja** pela sua personalidade e a maneira como age durante a história, personagens assim (*X-Twitter*, 08/06/2024).

A repetição de expressões em (4) e (5), tem-se uma correlação alternativa representada pelas conjunções **ou... ou** e **seja...seja**, introduzindo dois segmentos de estruturas iguais.

Correlação consecutiva

6. Vocês pediram **tanto** a Dunny na Netflix **que** ela não esperou e resolveu invadir a nova série “The Politician” (*X-Twitter*, 01/10/2019).

Analisando a ocorrência (6) vê-se que na prótase encerra o intensificador **tanto**, que exige, obrigatoriamente, na segunda, a conjunção **que**. Observa-se em (6) que **tanto**



e **que** estabelecem um encadeamento indissolúvel, a noção de consequência, sendo uma correlação consecutiva.

Correlação comparativa

7. Hoje em dia eu tenho **mais** medo de aparecer um porsche na rua **do que** dois cara numa moto (X-Twitter, 04/08/2024).

Observa-se que em (7), o intensificador **mais** funciona como o primeiro termo da comparação, exigindo seu correlato **do que**, figurando este numa sentença cujo sintagma verbal (SV) é normalmente omitido, tratando-se de uma correlação comparativa.

Dessa forma, como apresentado, nota-se que de (3) a (7) a primeira sentença contém um elemento gramatical, destacado nas ocorrências, a que corresponde obrigatoriamente outro elemento gramatical na apódose, igualmente destacado.

Basicamente, as ocorrências (3), (4), (5), (6) e (7) mostram um tipo de conexão estabelecida por meio de dois elementos, diferentes das conexões por coordenação, pois não há independência entre as sentenças, e diferentes das conexões por subordinação, pois não há dependência de uma à outra, marcadas habitualmente por uma só conjunção.

As sentenças correlativas exemplificam, portanto, uma relação de interdependência, em que as estruturas dos dois segmentos que se correlacionam estão estreitamente vinculadas por expressões conectivas, no caso das ocorrên-



cias apresentadas: **não só...como também, ou...ou, seja... seja, tanto...que e mais...do que.**

A relação de interdependência que a correlação exibe é uma das manifestações do processo de redobramento sintático. Esse processo consiste na ocorrência de um segmento X, a que corresponde obrigatoriamente um segmento Y. Os impactos do redobramento sintático estão amplamente presentes na gramática do português e por isso, nem sempre fica evidente que estamos diante de um mesmo fenômeno (Moraes de Castilho, 2005). A autora admite que as seguintes estruturas manifestam o redobramento sintático, com maior ou menor visibilidade:

Quadro 1 - Estruturas que manifestam o redobramento sintático

X	Y	REDOBRAMENTO
SN, SP	SN, SP	por repetição
construção de tópico	pronome resumptivo	por topicalização
pronome pessoal, possessivo, demonstrativo	sintagma preposicionado (= SP)	de clíticos pessoais e de outros pronomes
pronome circunstancial locativo, temporal	= SP	de clíticos locativos e temporais
advérbio de negação	advérbio de negação	da negação
quantificado	quantificado	de quantificadores
complementizador	complementizador	de complementizadores
sentença 1	sentença 2	por correlação

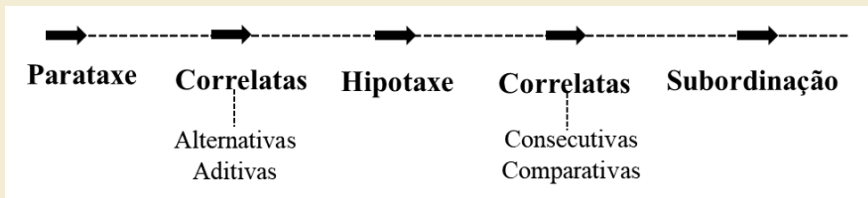
Fonte: Elaboração própria.



A formação das conjunções correlativas é, assim, mais uma consequência do processo sintático de redobramento, que resultou e recebeu o nome de correlação, que se refere a “relacionamento simultâneo” (Castilho, 2010).

Módolo (2004) sugere substituir a dicotomia coordenação e subordinação por um *continuum*. Nesse sentido ele descreve que, a correlação é entendida como uma etapa intermediária recortando esse *continuum* e dividindo propriedades ora com as coordenadas e ora com as subordinadas (Módolo, 2004, p. 128). A fim de atualizar e refinar a esquematização do *continuum* de Módolo (2004), propomos o seguinte *continuum*:

Figura 3 – Proposta de *continuum* do processo de articulação de orações



Fonte: Adaptado de Módolo (2004, p. 128).

Como observa-se na proposta de *continuum* na Figura (3), a correlação está no intervalo entre as orações prototípicas da parataxe, hipotaxe e da subordinação, possuindo traços característicos tanto de uma como da outra. Conforme destaca Castilho (2010) não é seguro considerar as aditivas e as alternativas exclusivamente como coordenadas, nem as comparativas e as consecutivas

como subordinadas adverbiais, pois, tendo dois elementos conectivos são construções distintas: (i) discursivamente, pois destacam dois atos de fala; (ii) semanticamente, pois combinam diferentes categorias; e (iii) gramaticalmente, pois são interligadas por meio de conjunções complexas.

A composição das estruturas correlativas ainda pode suceder-se de duas maneiras: correlatas espelhadas, formadas pelo espelhamento ou repetição do mesmo conectivo como: **ou...ou**, **seja...seja**, **ora...ora** entre outros e correlatas não espelhadas, em que os conectivos são diferentes como: **não só...mas também**, **tanto...quanto**, **mais...que** entre outros.

As correlatas comparativas

A comparação é uma estratégia de comunicação que envolve a análise paralela de pelo menos, dois elementos, com o objetivo de identificar semelhanças e/ou diferenças entre eles. Esse recurso é amplamente utilizado pelos falantes de uma língua para se expressarem com mais clareza ou argumentarem de maneira mais eficaz, dependendo da intenção do discurso. Por ser uma prática comum no cotidiano, a comparação assume diversas formas e funções no discurso, constituindo assim, um mecanismo complexo cujas características estruturais e funcionais precisam ser exploradas de forma integrada (Barros; Rosário, 2024).

No que diz respeito à correlação em estruturas comparativas, Oiticica (1952), Módolo (2004, 2008) e Castilho (2010) ressaltam a interdependência que se forma entre os



elementos comparados, reforçada pela presença de conectivos organizados de maneira correlata e paralela, ou seja, um em cada segmento de uma construção.

A tipologia das correlatas comparativas é bastante rica e variada. Módolo (2008, p. 1096) afirma que as correlatas comparativas podem se manifestar estabelecendo as seguintes ideias: igualdade [TANTO... QUANTO]; superioridade [MAIS... QUE ou DO QUE]; e inferioridade [MENOS... QUE ou DO QUE] entre duas realidades ou conceitos.

Nas correlatas comparativas encontramos basicamente três construções:

(i) Na primeira sentença, há intensificação relativa de um processo (verbo), de uma qualidade (adjetivo), de uma circunstância (advérbio) ou quantificação relativa de um elemento (substantivo). Na segunda sentença, há apenas um segundo termo da comparação, da mesma natureza que o primeiro. Observemos alguns exemplos com o par correlativo comparativo [MAIS...QUE]:

8. O setor público atrapalha **mais que** ajuda (X-Twitter, 05/05/2024).
9. U2 e Bom Jovi faturam **mais que** Lady Gaga, Justin Bieber e Katy Perry juntos (X-Twitter, 20/05/2011).
10. É **mais** fácil imaginar o fim do mundo **do que** o fim do capitalismo (X-Twitter, 07/05/2024).



Em (8) o advérbio **mais** funciona como intensificador de atrapalha, já em (9) o advérbio **mais** opera como quantificador de faturam, enquanto em (10), assim como em (8) o **mais** atua como intensificador de fácil.

(ii) Na primeira sentença, um termo é destacado por uma marca formal, como primeiro membro de um cotejo, enquanto a segunda sentença também traz um membro destacado por meio de uma marca formal, o segundo membro do cotejo (da mesma natureza que o primeiro). Tais construções são sempre de igualdade, implicando uma adição correlativa do tipo **tanto...quanto**, como em (11):

11. Acabei de descobrir esse perfil de resenhas e ele é perfeito, **tanto** as fotos **quanto** as resenhas e eu não acredito q tem poucos seguidores (*X-Twitter*, 07/01/2021).

(iii) Na segunda sentença, o segundo termo correlacionado é posto a altura do primeiro expresso na primeira sentença, ocorrendo ambos em pé de igualdade:

12. Preciso de um chocolate **assim como** a planta precisa da luz (*X-Twitter*, 10/07/2009).

De acordo com Neves (1999, p. 894) a base da comparação está em “dois membros que têm algo em comum”. Há uma expansão construcional na qual a natureza do primeiro



elemento do par está relacionada ao segundo elemento, em que o intensificador ligado ao comparativo atua como um marcador de foco. Como observa-se na ocorrência (13):

13. A lei do retorno é implacável. Por isso hoje me preocupo **mais** com as minhas ações **do que** com as atitudes dos outros (X – Twitter, 02/05/2024).

Nota-se na ocorrência (13) que existe um intensificador **mais** ligado à informação comparada por meio do “elemento de contraste” **do que**. Existe uma intensificação do autor do *post* em comparar as duas porções informativas a respeito da ideia de suas ações com as atitudes de outras pessoas. Ao serem analisadas as construções correlativas comparativas, verifica-se sempre a intensificação ou quantificação de um elemento que ocupa um *slot*³² na primeira oração ou primeiro sintagma.

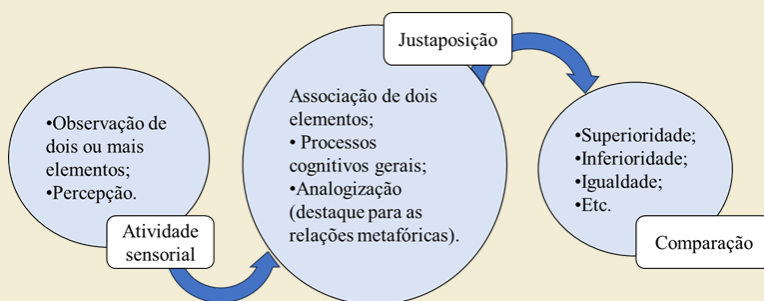
Sob uma perspectiva cognitivista, Lima-Hernandes (2006) enfatiza que a prática da comparação é comum em todos os indivíduos. Nesse tipo de estrutura, ocorre uma análise entre dois elementos, cuja discrepância em idade é frequentemente percebida por meio da aplicação de estratégias de codificação linguística. Isso ocorre porque, para a elaboração de uma estrutura linguística complexa, exige-se o envolvimento de compartimentos cerebrais que

32 As construções possuem *slots* a serem preenchidos com os valores adequados, cada *slot* seria uma casa que pode ser preenchida por tipos específicos de constituintes, correspondendo a uma subparte aberta, portadora de sentido.



se desenvolvem conforme a progressão da complexidade, juntamente com a associação de intermódulos mentais. Além do processamento cerebral, o falante também conta com um conhecimento prévio que auxilia na realização da comparação, feita por meio da associação de um ou mais termos. Sousa e Vieira (2020) esquematizaram os micropassos da comparação, como observa-se na Figura (4):

Figura 4 – Processamento de comparação



Fonte: Adaptado de Sousa e Vieira (2020, p.15).

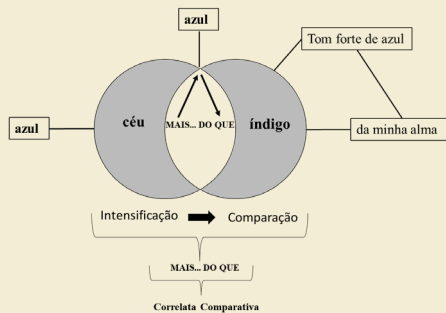
Conforme a Figura (4), a comparação pode ser conduzida pela associação com atividade sensorial, uma vez que o falante, antes de realizar a comparação, observa cuidadosamente. Posteriormente, ocorre a justaposição de elementos em um processo cognitivo “[...] que sugere um conhecimento pré-estabelecido: o emolduramento pragmático” (Lima-Hernandes, 2006, p. 1323). Além disso, é na justaposição que ocorrem as relações metafóricas, pois o falante recupera na memória elementos que podem ser assimilados, como eventos, objetos e situações,

para, em seguida, compará-los. Lima-Hernandes (2006) ressalta, por fim, que certas palavras ou verbos facilitam o processo comparativo, uma vez que algumas delas incorporam a ideia de relação. Em (14) há um exemplo:

14. céu tá **mais** azul **do que** o índigo da minha alma, cara! (X - Twitter, 13/07/2018).

Em (14) podemos observar um processo de comparação, o autor do *post* faz uma comparação do céu (panorama obtido a partir da Terra) com algo abstrato (índigo da minha alma), fazendo a associação de dois elementos. Ilustramos na Figura (5) esse processo:

Figura 5 - Ilustração da comparação com a ocorrência (14).



Fonte: Elaboração própria.

O comparativo **mais** funciona como intensificador de azul. Também podemos identificar na ocorrência, um traço de polissemia: a frase “mais azul do que o índigo da minha alma” pode ser uma metáfora poética que combina o



significado literal e figurativo de “azul”. Dessa forma, “azul” poderia representar tanto a cor do céu quanto um estado emocional profundo e introspectivo, expressando uma intensa sensação de melancolia ou reflexão.

X-TWITTER: CONSTRUÇÃO DO CORPUS

O *corpus* consistiu em 82 ocorrências de comunicação escrita extraídas do *X - Twitter*, considerando-se diversos temas e contextos comunicativos, desde o ano 2009, período em que foi disponibilizada versão em português da plataforma aos usuários no Brasil. Para a coleta, realizou-se uma pesquisa no campo “buscar” da plataforma, em que foi digitado o par correlativo [MAIS...QUE].

O nome *Twitter* origina-se de *tweet* (pio), que em inglês designa o som produzido pelos pássaros. Foi criado por Evan Williams, Jack Dorsey e Biz Stone (programadores da empresa *Obvious Corp.*) em março de 2006, na cidade de São Francisco, Califórnia (EUA). Em 24 de julho de 2023, Elon Musk, dono do *Twitter*, informou a mudança de nome da plataforma para *X*. Optamos por utilizar a nomenclatura *X - Twitter* ao longo de todo capítulo para garantir a consistência da rede social.

A plataforma foi selecionada pelo fato de refletir o uso linguístico atual, ou seja, como os falantes brasileiros usam a língua, num suporte de linguagem específico. É uma plataforma de mídia social popular, frequentemente atualizada, em que são expostas as construções sintáticas de uma comunidade de falantes. Embora utilizada por



uma ampla faixa etária, predominam usuários jovens que empregam a linguagem informal do português brasileiro contemporâneo.³³

A linguagem empregada no *X - Twitter* apresenta características distintivas, influenciadas principalmente pelo formato condensado e pelo limite de caracteres imposto pela plataforma. A concisão é uma marca registrada, levando os usuários a expressarem ideias de forma sucinta e direta. A comunicação é frequentemente facilitada por meio de abreviações, gírias e *emojis*, recursos que são utilizados para transmitir informações de maneira eficiente e rápida.

Uma característica proeminente da linguagem do *X - Twitter* é a informalidade, refletindo a natureza pública e interativa da plataforma. Os usuários se engajam em interações dinâmicas e frequentemente adotam uma linguagem escrita permeada de traços de oralidade para comunicar pensamentos, sentimentos e opiniões. Além disso, a inclusão de *hashtags* e referências culturais contribui para a construção de uma linguagem compartilhada e reconhecível entre os usuários.

Nesse contexto, a linguagem do *X - Twitter* não apenas reflete as tendências linguísticas contemporâneas, mas também desempenha um papel importante na disseminação de informações e na construção de identidades virtuais.

33 Indivíduos com idades entre 25 e 34 anos são os usuários mais frequentes do *X - Twitter*, representando a maior parcela da audiência global, com 38,5%. Em seguida, a faixa etária de 35 a 49 anos surge como a segunda mais popular, com 20,7% (Lima, 2024).



O PAR CORRELATIVO [MAIS...QUE] NO X-TWITTER

Na rede das construções correlativas comparativas da língua, há algumas generalizações cognitivas encontradas na plataforma *X – Twitter*. No plano sintagmático, essas generalizações são instanciadas em esquemas sintático-semântico, em que o primeiro sintagma contém os *slots* a serem ocupados em X e o segundo sintagma contém os *slots* a serem ocupados em Y. Como apresentado no esquema e ocorrência (15):

[X <i>mais que</i> Y]		[_{prim} S <i>mais que</i> _{seg} S] ³⁴
Generalização cognitiva		Instanciação sintático-semântica

15. Homem engraçado vale **mais que** homem bonito (*X-Twitter*, 22/01/2022).

Em (15), compara-se a qualidade atribuída a dois tipos de homens: o engraçado, valorizado por seu senso de humor e capacidade de gerar alegria, e o bonito, reconhecido pela aparência atraente.

Para entender o funcionamento dessas estruturas comparativas, buscamos descrever a organização morfossintática dos termos nas ocorrências e o processo de construção. Inicialmente, identificamos a relação entre *type*

34 _{prim}S - Primeiro Sintagma
_{seg}S - Segundo Sintagma



e *token* nas ocorrências do *corpus*. A frequência *type* corresponde ao número de expressões distintas geradas por uma construção. Em contrapartida, a frequência *token* refere-se ao número de vezes que uma instância específica aparece em um dado contexto de uso. Dessa forma, a produtividade de uma construção está ligada à análise das frequências *type* e *token* (Goldberg, 1995):

Tabela 1 - Frequência de *types* e *tokens* encontradas do par correlativo [MAIS...QUE]

	<i>TYPES</i>	<i>TOKENS</i>	<i>PERCENTUAL</i>
1	<i>X mais que Y</i>	13	15,85%
2	<i>mais X que Y</i>	13	15,85%
3	<i>mais X do que Y</i>	28	34,14%
4	<i>X mais do que Y</i>	20	24,39%
5	<i>mais X de que Y</i>	4	4,87%
6	<i>X mais de que Y</i>	4	4,87%
	TOTAL	82	100%

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se na Tabela (1) que, os *types* [**mais X do que Y**] e [**X mais do que Y**] foram os mais frequentes, com 48 *tokens* no total, dado o quantitativo de ocorrências encontrado no *corpus* analisado. Isso demonstra que a alta frequência desses dois *types* atesta a convencionalidade das correlatas comparativas na plataforma *X-Twitter*.

Após esse levantamento, foi feita a relação morfossintática estabelecida entre o primeiro e o segundo sintagma em cada *post* extraído da plataforma *X - Twitter*.



O primeiro sintagma pode ser um atributo de coisas do mundo, eventos ou entidades. Assim, [**X mais do que Y**] foi mais produtivo com sintagmas verbais (SV) (46,6%) do que as outras estruturas encontradas. A expressividade em [**mais X do que Y**] foi alta com sintagmas nominais (SN) (68%) em relação aos outros *types*. O *type* [**X mais que Y**] também foi produtivo com (SVs) (40%), enquanto o *type* [**mais X que Y**] teve significativa expressão com sintagmas adjetivais (SAdj) em relação aos outros sintagmas. Os *types* [**mais X de que Y**] e [**X mais de que Y**] apresentaram menor produtividade, com apenas quatro ocorrências cada um.

Já o segundo sintagma, pode acrescentar ao atributo, valores de comparação que anteriormente não faziam parte do seu domínio semântico, ou alternativamente, intensifica traços já presentes, por meio da comparação.

Em relação aos sintagmas encontrados na posição de segundo sintagma, a estrutura [**X mais que Y**] foi mais produtiva com sintagmas nominais (SNs) (17,5 %), e somente uma ocorrência cada com sintagma adverbial (SAdv), sintagma verbal (SV) e sintagma adjetival (SAdj). A estrutura [**mais X do que Y**] foi a mais produtiva entre os *types*, com 21 ocorrências com sintagmas nominais (SNs) (36,8%). Observou-se que a estrutura [**mais X que Y**] possui maior produtividade com sintagmas nominais (SNs) (12,2%) com 7 ocorrências encontradas no *corpus*.

Enquanto os *types* [**mais X de que Y**] e [**X mais de que Y**], assim como no primeiro sintagma, no segundo sintagma foram os que apresentaram menor produtividade. Em [**mais X de que Y**] decorreu-se 2 ocorrências com sintagma



verbais (SVs), 1 com sintagma adverbial (SAdv) e 1 com sintagma nominal (SN). Já em [**X mais de que Y**] todas as 4 ocorrências verificadas foram classificadas em sintagmas nominais (SNs).

Com a intenção de explicar como esse recurso é estruturado e quais são os elementos envolvidos em sua elaboração, foram utilizados os critérios estabelecidos por Neves (2011) para análise dos dados. De acordo com a autora “do ponto de vista sintático, as construções comparativas têm como características centrais a interdependência de dois elementos, e do ponto de vista semântico, o estabelecimento de um confronto entre esses elementos” (Neves, 2011, p. 893) considerando tanto aspectos estruturais quanto semânticos. Com base nessa definição, Neves (2011) propõe uma classificação que leva em conta o papel do contraste nas comparativas, resultando nos seguintes componentes: a) elemento comum; b) elementos em contraste; c) marcador de contraste; d) expediente sintático do contraste; e e) juntura.

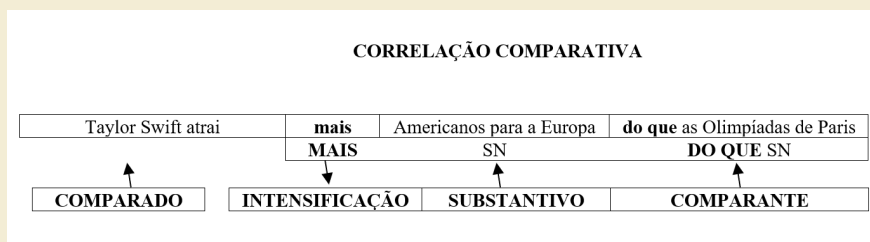
O elemento comum é definido como o fator semelhante que inicia a relação de comparação. Os elementos contrastantes são os itens que permitem a análise de semelhanças e/ou diferenças. O marcador de contraste refere-se ao primeiro elemento conectivo da correlação, encontrado na prótase (primeira parte da construção). Enquanto o expediente sintático do contraste é responsável por complementar a inter-relação entre cada uma das partes da sentença, isto é, o correlator da apódose (segunda parte da construção). Por fim, a juntura representa o conjunto infor-



macional construído a partir da elaboração da comparação (Neves, 2011; Barros; Rosário, 2024).

A partir disso, vejamos dados do *corpus*, primeiramente representado pelo *type* mais produtivo na coleta dos dados, ou seja, **[mais X do que Y]**:

16. Taylor Swift atrai **mais** americanos para a Europa **do que** as Olimpíadas de Paris (X-Twitter, 07/05/2024).

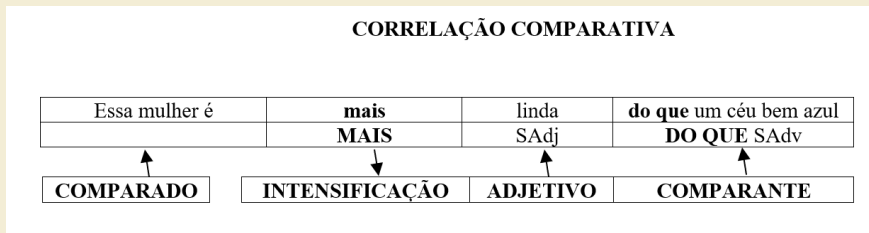


Em (16), o autor do *post* focaliza no uso do advérbio **mais** com o conjuntivo **do que** fazendo a comparação entre a cantora Taylor Swift e as Olimpíadas de Paris, ou seja, a quantidade de pessoas americanas nos shows da cantora pela Europa é maior do que a quantidade de pessoas americanas que compareceram nas olimpíadas. Entende-se que o par correlativo **[mais X do que Y]** funciona como recurso de comparação entre coisas do mundo, eventos ou entidades, cujo objetivo é comparar os elementos contidos na prótase com os elementos contidos na apódose. A comparação do conteúdo da apódose é instanciada pela junção do conectivo **do que**, já o valor de superioridade se estabelece por meio do advérbio de intensidade **mais**. A partir de Neves

(2011) podemos fazer a seguinte classificação: elemento comum (padrão): atrair americanos (em determinado grau); o elemento em contraste: Taylor Swift / Olimpíadas de Paris; o marcador de contraste: MAIS (desigualdade, com superioridade); o expediente sintático do contraste: DO QUE; e a juntura: Taylor Swift atrai MAIS americanos DO QUE as Olimpíadas de Paris.

O intensificador **mais** pode anteceder um adjetivo qualificativo e indica, assim, superioridade qualitativa, como em (17):

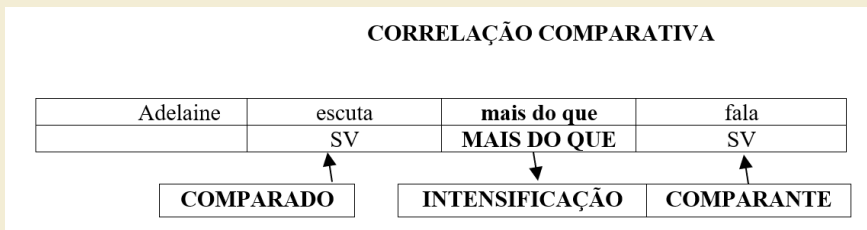
17. Essa mulher é **mais** linda **do que** um céu bem azul com pássaros voando e som do vento batendo (X-Twitter, 01/01/2024).



Agora vejamos em (18), um dado representativo do *type 4* [**X mais do que Y**], o segundo mais frequente em nosso *corpus*:



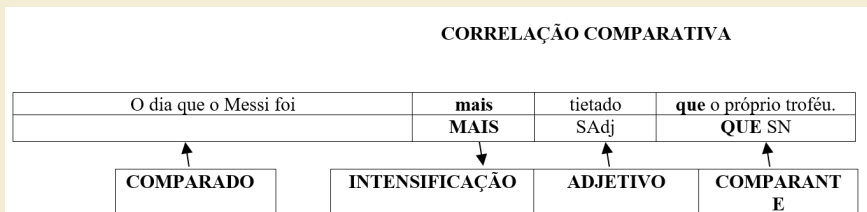
18. Adeline escuta **mais do que** fala (X-Twitter, 18/08/2023).



Em (18), temos dois fatos atribuídos ao mesmo indivíduo; porém, o primeiro opera-se com maior intensidade. Aqui os dois termos são indispensáveis, primeiro, o advérbio de intensidade **mais**, depois, a conjunção **que**, frequentemente acrescida de **do (do que)**. Na ocorrência (18) é impossível conectar diretamente a segunda oração a um verbo, como ocorre na subordinação das orações substantivas e adverbiais, ou a um substantivo, como acontece com as orações adjetivas. A segunda oração apoia-se exclusivamente no intensivo **mais**.

Em (19), vejamos um dado representativo do *type 2* [**mais X que Y**]:

19. O dia que o Messi foi **mais** tietado **que** o próprio troféu (X-Twitter, 02/05/2024).



Assim como na ocorrência (17), em (19), o intensivo **mais** antecede um adjetivo qualificativo, indicando superioridade qualitativa. Nas construções correlativas comparativas que transmitem ideia de superioridade, a relação de interdependência entre os termos postos em confronto responde por uma característica altamente ocorrente: a redução de volume do segundo termo da comparação, como observado em (19).

Vejam agora, em (20) uma ocorrência do *type 1* [**X mais que Y**]:

20. Vai la, acredita que o ChatGPT ta pensando e vai ficar **mais** inteligente **que** Einstein (X - Twitter, 03/07/2023).

CORRELAÇÃO COMPARATIVA

Vai la, acredita que o ChatGPT ta pensando e vai ficar	mais	inteligente	que Einstein.
	MAIS	SAdj	QUE SN
↑ COMPARADO	↓ INTENSIFICAÇÃO	↑ ADJETIVO	↑ COMPARANTE

No caso da ocorrência (20) trata-se de uma ironia, na qual o Chat GPT, um modelo de inteligência artificial que interage por meio de *chat* com a capacidade de responder diversas questões é comparado com o famoso físico teórico alemão Albert Einstein, ironizando que a inteligência artificial, apesar dos vários recursos e parâmetros, não tem potencial para torna-se mais inteligente do que um ser humano. Dessa forma, podemos explicitar o meca-



nismo de comparação em (20) da seguinte forma: elemento comum (padrão): ser inteligente (em determinado grau); o elemento em contraste: ChatGPT / Einstein; o marcador de contraste: MAIS (desigualdade); o expediente sintático do contraste: QUE; e a junção: ChatGPT ta pensando e vai ficar MAIS inteligente QUE Einstein. Ressalta-se que o autor do *post* (20) usou o mecanismo de comparação como uma forma de ironia, atribuindo mais um valor semântico à correlação comparativa.

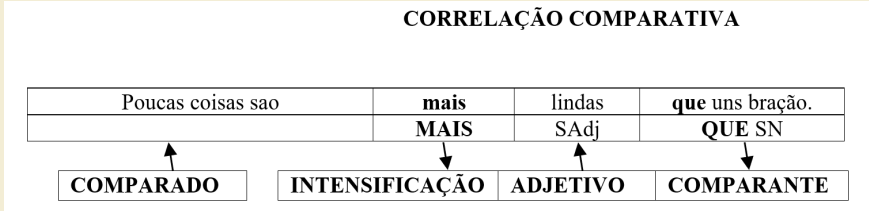
Na estrutura semântica da construção comparativa, o foco nas diferenças, em vez das semelhanças, possibilita a ideia de “eventos paralelos”, já que os dois elementos comparados se distinguem apenas em dois aspectos: um sintagma que é comparado, desempenhando um papel central, e o grau em que esse sintagma apresenta alguma qualidade.

Assume-se então, que a oração ou sintagma comparado possui a qualidade em questão numa extensão mais alta ou mais baixa, ou nem mais alta nem mais baixa do que outra oração ou sintagma (subjacente) paralela.

Podemos identificar um exemplo, em (21), que se refere a uma situação em que o elemento tem sua extensão comparada, sendo um adjetivo:



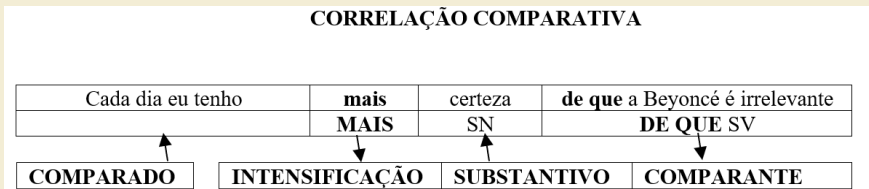
21. Poucas coisas são **mais** lindas **que** uns braço
(X-Twitter, 18/10/2022).



O mecanismo de comparação em (21) pode ser detalhado da seguinte maneira: elemento comum (padrão): ser lindo (em determinado grau); o elemento em contraste: Poucas coisas, não explícito / uns braço; o marcador de contraste: MAIS (desigualdade, com superioridade); o expediente sintático do contraste: QUE; e a junção: Poucas coisas são MAIS lindas QUE uns braço.

Vejam agora, em (22), uma ocorrência menos prototípica, representativa do *type 5* [**mais X de que Y**]:

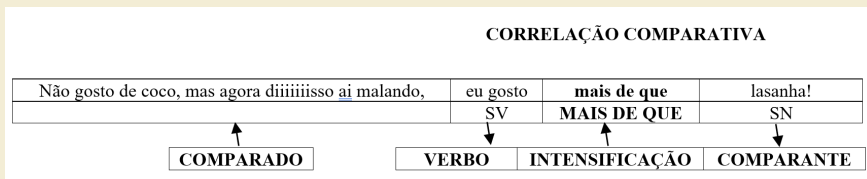
22. Cada dia eu tenho **mais** certeza **de que** a Beyoncé é irrelevante apenas no twitter (X-Twitter, 09/05/2024).



Os elementos que podemos apontar em (22) são: o elemento comum (padrão): ter certeza (em determinado grau); o elemento em contraste: Um (eu) / Beyoncé; o marcador de contraste: MAIS (desigualdade, com superioridade); o expediente sintático do contraste: DE QUE; e a juntura: Eu tenho mais certeza de que Beyoncé é irrelevante apenas no *twitter*.

Por último, apresentamos uma ocorrência do *type 6* [**X mais de que Y**], também pouco prototípico na correlata [MAIS...QUE]:

23. Não gosto de coco, mas agora diiiiiiiiisso ai malandro, eu gosto **mais de que** lasanha! #youpix (X-Twitter, 28/04/2011).



Observamos em (23) o seguinte mecanismo: elemento comum (padrão): gostar (em determinado grau); o elemento em contraste: algo não explícito / lasanha; o marcador de contraste: MAIS (desigualdade, com superioridade); o expediente sintático do contraste: DE QUE; e a juntura: diiiiiisso ai malandro eu gosto MAIS DE QUE lasanha!

Esse “algo” que o autor do *post* aponta não fica explícito por meio da ocorrência. Mesmo assim, podemos indicar que, **mais de que lasanha**, funciona como uma



metáfora para expressar a preferência que alguém tem por algo, comparado a um prato prazeroso e desejado.

Salienta-se que as ocorrências dos *types* 5 e 6 nas instâncias analisadas são consideradas incomuns, o que pode explicar a baixa produtividade no *X - Twitter*, possivelmente devido ao fato de a variante não padrão “de que” ser socialmente estigmatizada, conforme destacado por Módolo (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, procurou-se delimitar o percurso do fenômeno da correlação, apresentando a tipologia levantada por Oiticica (1952), Módolo (2004) e Castilho (2010), mostrando as correlatas comparativas e propondo um refinamento do processo de articulação de orações, ao inserir a correlação como um mecanismo no *continuum*. Mais precisamente, o foco deste capítulo foram as construções correlativas comparativas, enfatizando-se no par correlativo comparativo [MAIS...QUE], por meio de dados da plataforma *X-Twitter*.

A partir de um *corpus* constituído por 82 ocorrências, encontramos padrões de comparação e expressividade, bem como variações que emergem no contexto digital, como foi verificado na pesquisa por meio dos *types* observados, sendo eles [X mais que Y]; [mais X que Y]; [mais X do que Y]; [X mais do que Y]; [mais X de que Y]; e [X mais de que Y]. Além disso, a plataforma *X - Twitter* oferece um vasto



corpus de dados, permitindo a observação e compreensão de fenômenos linguísticos em tempo real.

No que diz respeito à frequência, importante em estudos de caráter centrado no uso, verificou-se que houve um maior número de *tokens* na estrutura [**mais X do que Y**], representando 34,1% no *corpus*. Em seguida, a estrutura mais frequente foi [**X mais do que Y**] com 24,3% de expressividade. As estruturas [**X mais que Y**] e [**mais X que Y**] tiveram, cada uma, 15,8% de expressão. Por fim, com apenas 4,8% de representação em cada uma no *corpus* analisado, as estruturas [**mais X de que Y**] e [**X mais de que Y**].

A análise revelou que as pessoas utilizam a comparação para expressar nuances de sentido que atendem a novas demandas comunicativas nas interações humanas. Levando isso em conta, as construções correlativas comparativas [MAIS...QUE] são redobramentos sintáticos socialmente rotinizados, disponíveis ao falante, na expressão de noção de comparação. Assim, destaca-se a importância de ampliar os estudos sobre o processo da correlação, pois essa abordagem parece ser mais adequada do que às classificações das gramáticas tradicionais, que dividem as sentenças complexas em duas categorias, coordenadas e subordinadas.

Portanto, este trabalho buscou apresentar e descrever diferentes tipos de construções correlativas comparativas [MAIS...QUE] no *X - Twitter*, contribuindo para o estudo do fenômeno da correlação, expandindo a “floresta inexplorada” sobre o tema, como ressalta Oiticica (1952, p. 2) e em sentido mais amplo, com os estudos da gramática do português de uma perspectiva cognitivo-funcional.



REFERÊNCIAS

BARROS, L. M. M.; ROSÁRIO, I. da C. Correlação comparativa. *In*: ROSÁRIO, I. da C. (Org.). **Correlação em Língua Portuguesa**. 1 ed. Campinas, SP: Ponte Editores, 2024.

BLANCHE-BENVENISTE, C. **Approches de la langue parlée em français**. Paris: Ophrys, 2000.

CASTILHO, A. T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GOLDBERG, A. **A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

HOPPER, P; TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization across clause. **Grammaticalization**. Cambridge: CUP, 1993.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. *In*: MAN, J; THOMPSON, S. A. (Orgs.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

LIMA-HERNANDES, M. C. O processamento das funções de base comparativa: proposta de análise funcional. *In*: **Seminários de Linguística Funcional**. São Paulo: USP, 2006.

LIMA, M. Estatísticas 22 X (Twitter) para profissionais de marketing em 2024. **Cloudad**. 9 mar. 2024. Disponível em: <https://cloudad.com.br/estatisticas-22-x-twitter-para-profissionais-de-marketing-em-2024/>. Acesso em: 25 de abr. 2024.

MATTHIESSEN, C. M. I. M; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and subordination. *In*: MAN, J; THOMPSON, S. A. (Orgs.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988, p. 275-329.



MÓDOLO, M. **Gramaticalização das conjunções correlativas no português**. 2004. 154 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MÓDOLO, M. As construções correlatas. *In*: CASTILHO, A. **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008.

MORAES DE CASTILHO, C. M. **O processo de redobramento sintático no português medieval**: o redobramento pronominal e a formação das perífrases de estar + *ndo/-r*. Tese (Doutorado) Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

NEVES, M. H. de M (org). **Gramática do português falado**. São Paulo/Campinas: Humanitas/Editora da Unicamp, 1999b.

NEVES, M. H. de M. **Gramática de usos do português**. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

OITICICA, J. **Teoria da correlação**. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1952.

ROSÁRIO, I. C. **Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional**. 2012. Tese de Doutorado em Estudos da Linguagem. UFF, Instituto de Letras, Niterói, 2012.

SOUSA, V. V; VIEIRA, C. A. A confluência entre o Funcionalismo e a Gramática de Construções: um estudo sobre as construções comparativas no Português Brasileiro. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista. V. 18, n.1. p. 5-24, 2020.



6. GRAMATICALIZAÇÃO EM *SÓ* DE E *SOMENTE* DE: FUNÇÃO CONJUNTIVA E INFERÊNCIA CAUSAL

Guilherme Aragão Cardoso

<https://orcid.org/0000-0001-6397-0280>

Marcelo Módolo

<https://orcid.org/0000-0001-5808-9368>

INTRODUÇÃO

De acordo com *Network Model* (Bybee, 2007, p. 281), modelo teórico cujo fundamento compreende o princípio da redundância, as unidades processuais são unidades básicas da língua, as quais são constituídas pelo par forma-função³⁵. A função não é desenvolvida pela natureza lexical assim como a forma não é projetada pela exigência lexical. A construção não é mononuclear e se resolve nas instâncias linguísticas da linguagem. No mesmo sentido, agramaticalizações ou restrições às construções também estão associadas ao par forma-função, ao contexto, e não ao léxico.

As características de uma construção são esquemáticas, nas quais se encontram esquemas fechados ou abertos.

³⁵ Na construção, inserem-se a forma, composta pela morfossintaxe, e a função, composta pelo empacotamento da informação (pragmática) e pelo conteúdo semântico. (Croft, 2022, p.4).



Isso significa que as construções têm posições que podem ser preenchidas por uma variedade de palavras, de relações entre itens no interior do sintagma, de flexões verbais e nominais. Nessa dinâmica, a renovação e a frequência desempenham um papel importante na manutenção de padrões recorrentes, confirmando, portanto, o princípio da redundância. A construção ou *chunk*, termo utilizado pela autora, entra em funcionamento com a chegada de itens lexicais, funcionais e/ou gramaticais, acionando o conhecimento linguístico armazenado na memória do falante para elaborar novas combinações ou reelaborar construções frequentes no uso. (Bybee, 2010, p. 25-28).

A redundância implica que as unidades processuais³⁶ das línguas naturais estejam armazenadas na memória, mas nem todas têm o mesmo grau de uso. As unidades processuais com alta frequência têm representação forte ou possivelmente até múltiplas representações. As unidades processuais com baixa frequência têm representação fraca, mas não significa improdutividade (Bybee, 2007, p.281), pois podem estar em grau incipiente de gramaticalização, portanto, em baixo grau de analisabilidade pelos falantes, ou em alto grau de desuso, por razões históricas e sociais.

A reelaboração da construção por meio da entrada de novos itens léxico-gramaticais é engendrada tanto pela frequência quanto pelo *vínculo de herança assimétrico* (Goldberg, 1995, p. 72-75), do qual se traçam relações de motivação entre as unidades da construção, identificando-

³⁶ Unidades processuais são tomadas como cognatas para os termos *construção* e *chunk*.



-se as generalizações acionadas pelos falantes. Vínculos de herança assimétricos são postulados entre construções que estão relacionadas tanto semanticamente quanto sintaticamente. Ou seja, a construção A motiva a construção B se B herda de A. A herança nos permite capturar duas construções que são em alguns aspectos iguais e em outros aspectos são distintas. Assim como em *Network Model* (Bybee, 2007), o vínculo de herança também está fundamentado em um sistema de redundância na transmissão de informações entre as unidades processuais. As informações são transmitidas em quatro distintos tipos de vínculos de herança: *vínculo de polissemia*; *vínculo de extensão metafórica*; *vínculo de subsegmento*; *vínculo de instância* (Goldberg, 1995, p. 75-89). Verifica-se que *só de e somente de* enquadram-se no vínculo de polissemia, pois esse tipo de herança

[...] captura a natureza das relações semânticas entre um sentido particular de uma construção e quaisquer extensões desse sentido. As especificações sintáticas do sentido central são herdadas pelas extensões; portanto, não precisamos declarar a realização sintática para cada extensão – tais especificações são herdadas da construção dominante. O mesmo tipo geral de ligação é postulado para capturar a polissemia morfológica³⁷ (Goldberg, 1995, p. 75, tradução dos autores).

37 *Polysemy links* capture the nature of the semantic relations between a particular sense of a construction and any extensions from this sense. The syntactic specifications of the central sense are inherited by the extensions; therefore we do not need to state the syntactic realization for each extension—such specifications are inherited from the dominating



Na língua portuguesa, a construção *advérbio-preposição*, cuja convenção gramatical denominou-se preposição complexa, da qual emergiram as representações *dentro de*, *fora de*, *perto de*, *longe de*, *antes de*, *depois de*, *junto de*, *através de*, *quanto a*, configura-se como unidade processual em que se reelaboram combinações, que se resolvem pelo princípio de redundância, pela frequência e pela cooperação entre interlocutores de uma mesma comunidade linguística. Na reformulação da unidade processual em *só de* e *somente de*, a gramaticalização é desencadeada pela herança informacional por meio de uma relação assimétrica de polissemia. Nesse processo, os fenômenos de semantização e sintatização ocorrem simultaneamente, promovendo uma generalização estruturada pela construção morfossintática. Esse contexto permite que a implicatura conversacional e a reinterpretação contextual delimitem as construções com funções conjuntivas e induzam inferências de natureza causal.



CLASSES DE PALAVRAS NA TRADIÇÃO E NO USO

A preservação da tradição gramatical greco-latina constitui um fator central que permeia a compreensão das classes de palavras. Na tradição linguística europeia, as classes derivam da análise de partes das sentenças: *meroi logou*, do grego, e de *partes orationis*, do latim, que significam “partes de uma frase”. As partes de uma frase

construction. The same general type of link is posited to capture morphological polysemy.

eram tomadas como funções que posteriormente foram “elaboradas num esquema de classes de palavras, estabelecido com base nos diferentes potenciais flexionais que diferentes palavras tinham no grego clássico” (Halliday, 1994, p.28). Os critérios dessa tradição são definidos pela morfologização que se dá na entrada de afixos, conforme o quadro:

Quadro 1 - Classificação greco-latina para classes de palavras

Flexão (define) →	Classe de palavras
número, caso	substantivo
número, caso, gênero	adjetivo
tempo, pessoa	verbo
∅	outra palavra

Fonte: (Halliday, 1994, p.28, adaptado)

Em linguística funcional, a categorização é orientada por princípios que integram fatores semânticos, prosódicos, morfossintáticos e pragmáticos, os quais definem as categorias em função do uso efetivo da língua. Essa abordagem prioriza a dinâmica entre forma e função, reconhecendo que a classificação das unidades linguísticas emerge das interações contextuais e dos padrões de uso comunicativo, em vez de categorias fixas e abstratas. De acordo com Halliday, o potencial gramatical não é estanque, portanto, toda construção linguística é multifuncional: “define-se estrutura [linguística] como qualquer configuração viável de



funções” (Halliday, 1994, p.30). Discutir classes de palavras dentro do paradigma de categorias baseadas em protótipos, tanto na organização que impõe ao mundo, quanto na maneira como se organiza a si própria, é reconhecer que a categorização prototípica é em algum sentido falha e precária. Pela tradição gramatical, estabeleceu-se agrupar as palavras sob um mesmo grande título, sem que se pudesse verificar nas ocorrências o papel que uma palavra desempenha numa construção.

Para Croft (2022, p.745), classe de palavras é “o conjunto de palavras definidas por sua ocorrência em uma função específica em uma construção”. O autor inicia a discussão retomando a noção histórica, pois na tradição gramatical das línguas indo-europeias e na manutenção da tradição gramatical greco-latina, incluindo o português nesse legado, fixou-se o conceito de verbo, substantivo, adjetivo e advérbios como classes universais na língua naturais. Entretanto, a incompatibilidade de teorias fundadas na descrição indo-europeia surge com a classificação de palavras diante da diversidade linguística, cujas tradições não se assentam na herança greco-latina. Entende-se por incompatibilidade a tentativa de enquadrar e descrever as palavras por meio de padrões semânticos e morfológicos que dizem respeito a um comportamento linguístico legitimado.

Em razão das diferenças linguísticas e culturais entre as línguas naturais, os testes formais de posição, flexão e concordância não garantem a verificabilidade de determinadas palavras em determinadas categorias. Croft (1991, p.13) argumenta que esses testes formais tomam como



parâmetro e critério as línguas pelas quais os testes foram embasados. Nesse cenário, o autor apresenta a construção (forma-função) como meio de aproximar ou de equiparar o conteúdo semântico e a proposição pragmática que uma construção expressa para decodificar a função desempenhada por ela. Nas construções há a convergência das instâncias discursivo-pragmática, semântica e sintática, o que significa que as construções localizam-se em fronteiras limítrofes de categorias: *boundary case* (Croft, 1991, p.19). Com isso, para analisar o *potencial de comportamento* de uma construção, verificam-se o cruzamento entre o *domínio de aplicação* e a *codificação estrutural* (estrutura marcada e estrutura não marcada). Potencial de comportamento é “a capacidade da forma de uma construção de assumir as flexões ou outros elementos gramaticais característicos de uma construção” (Croft, 2022, p.671). Domínio de aplicação diz respeito à função exercida pela construção, em que “a semântica e a pragmática do uso da construção definem o seu domínio de aplicação” (Croft, 1991, p.16). Codificação estrutural significa que “uma classe lexical usada em uma função de ato proposicional não prototípica será codificada com pelo menos tantos morfemas quanto em sua função prototípica” (Croft, 2022, p.58).

No caso das preposições, a classe é abordada em Croft (2022) e Svorou (1994) como caso específico em razão do paradigma flexional não se aplicar a ela, além da estratégia pragmático-discursiva que codifica a relação entre modificador-referente e predicado-argumento. No caso das preposições, em que existe um terceiro elemento,



a preposição codifica a relação semântica entre duas proposições. Nesse sentido, a análise das preposições estaria em uma posição não similar às classes principais (verbo e nome), demandando, portanto, tratamento específico para cada língua.

Croft (2022, p.723) apresenta a noção de *presentational*, que é um conceito diferente do conceito de preposição: “Um tipo de empacotamento de informação tética centralizada na entidade que introduz um referente no discurso, a fim de tornar a identidade do referente conhecida ao ouvinte; e a construção que expressa essa embalagem de informação”³⁸. O autor divide o conjunto de preposição no subconjunto de preposição locativa (*presentational location*) e de construção preposição-possessiva (*presentational possetions constructions*). Apenas a explicação sobre preposição locativa é tomada nesta pesquisa. Ainda de acordo com o autor, a categoria preposição locativa é “um empacotamento de informação apresentacional da relação de localização espacial em que a figura da relação locativa é introduzida no discurso, ancorada pelo objeto; e a construção que expressa esta função” (Croft, 2022, p. 723). O que se pode interpretar dessas proposições é que a preposição, antes de seu conteúdo semântico de espacialidade, tem conteúdo relacional, no domínio pragmático-discursivo. Na obra, o autor não apresenta a relação entre forma e

³⁸ *A type of entity-central thetic information packaging that introduces a referent into the discourse, in order to make the identity of the referent known to the hearer; and the construction that expresses that information packaging.*



função das preposições no interior das construções. O que evidencia seu foco nos universais linguísticos, tomando o verbo e o nome como classes universais e as preposições como casos específicos de cada língua natural.

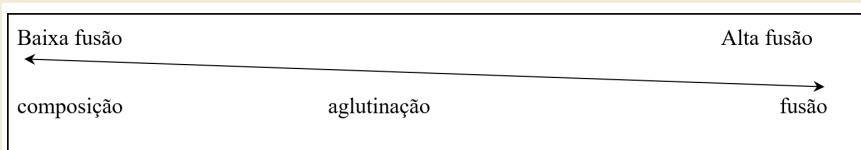
Entretanto, Svorou (1994, p.21-23) argumenta que a noção de espacialidade, na qual se inscrevem o movimento, o direcionamento, e a localização, é elemento de percepção inerente à cognição humana. A direcionalidade do movimento pode ser simétrica ou assimétrica, que depende da referência na qual se estabelece as entidades. Movimento é a mudança de localização e de direção de entidades, cuja mudança é decodificada pelos sistemas visual e conceitual. A orientação espacial pode ter como parâmetro os pontos cardinais ou ter referências ambientais, arquitetônicas e culturais. As preposições cumprem, portanto, o propósito de representar a espacialidade por meio de específicas construções morfofonêmicas. A autora aprofunda a investigação sobre as preposições, concentrando-se na descrição da forma e função, e apresenta modelos esquemáticos que abarcam construções exemplares e não exemplares.

Svorou (1994, p.35-36) propõe o esquema de *Contínuo do grau de fusão de estruturas espaciais* no domínio morfossintático. A representação esquemática tem dois pólos, de *Baixa fusão* e de *Alta fusão*, nos quais e entre os quais ocorre o processo de gramaticalização, que se verifica na Composição, Aglutinação e Fusão: i) Composição (*embraced*) refere-se às construções adverbiais e adposicionais nas quais a construção e seu complemento são unidades fonológicas independentes, mas ainda formam uma unidade;



ii) Aglutinação (*agglutinated*) refere-se a morfemas afixados que são identificáveis em contextos fonológicos; Fusão (*fusion*) refere-se a morfemas afixados que estão sujeitos à alteração fonológica causada pelo radical, mas também apresentam alomorfa condicionada por categorias morfológicas como número, gênero, classe nominal ou classe de declinação. Os processos de configuração morfofonêmica das preposições estão representados no seguinte esquema.

Figura 1 - Contínuo do grau de fusão de estruturas espaciais



Fonte: (Svorou, 1994, p.35, adaptado)

A autora argumenta que, embora o paradigma verbo-flexional não se ajuste às construções prepositivas, as preposições demonstram um comportamento linguístico específico, revelando uma estabilidade nas construções de preposições simples e complexas nas línguas naturais, o que indica uma característica de natureza universal. Os dados do inglês, turco e pomo³⁹ trazidos pela autora enquadram-se nos graus de fusão, assim como os dados do hebraico moderno, em Borochofsky e Reppen (2002, p.127-143) e do português brasileiro, em Castilho (2010, p.588) e Ilari *et al* (2008, p.674-710), enquadram-se em al-

³⁹ Língua do povo Pomo, população indígena que habitava a costa oeste dos Estados Unidos (Califórnia).



gum ponto dos graus de fusão. No caso do português, as construções *preposição-preposição* (por entre, para com), *preposição-artigo* (à, ao) *preposição-pronome* (dela, comigo), *preposição-substantivo-preposição* (ao redor de, em vez de), *preposição-advérbio-preposição* (em cima de, acerca de), e *advérbio-preposição* (depois de, fora de) refletem o padrão variante nos graus de composição e aglutinação. Croft (1991, p.16) também discute a recategorização, via semântica e pragmática, apresentando a noção de “padrões de variação”. Seria necessária uma pesquisa tipológica aprofundada para apontar tal característica.

Quadro 2 - Classificação das preposições na tradição gramatical do português

Preposição		
Forma	simples	prep
	complexa	adv+prep prep+sub+prep prep+adv+prep prep+prep
Função	essencial	espacial, juntiva
	acidental	assunto, causa, companhia, finalidade, tempo
Frequência (uso)	+gramaticalizada	por<com<a<em<de<para
	-gramaticalizada	contra<sem/sobre/ sob<até<entre

Fonte: Autores

Sob a perspectiva da Linguística Funcional, a relação entre preposições complexas e conjunções manifesta-se na



capacidade de preposições complexas de realizar funções interproposicionais típicas de conjunções, ao estabelecer conexões semântico-pragmáticas de dependência espacial, temporal ou causal no discurso. Pragmático, pois, as preposições empacotam a informação com propósito de introduzir ou de sequenciar eventos e/ou referentes no enunciado. Semântico, pois, as preposições não projetam exclusivamente o sentido de espacialidade. Nelas também se introduzem conteúdos de tempo, partitivo, finalidade, agente e ângulo ⁴⁰ (Ilari *et al*, 2008, p.674-710). Svorou (1994) e Croft (1991, 2022) tomam a teoria dos protótipos como princípio que rege o domínio semântico. O que significa que essas funções desempenhadas pelas preposições são resultado do processo de gramaticalização, pois se toma a propriedade de espacialidade como princípio ontológico. Entretanto, para compreender os diferentes conteúdos semânticos que se projetam do uso das preposições, adota-se a teoria dos exemplares que, ao invés de protótipos, propõe-se um inventário lexical no qual cada unidade linguística tem armazenado diversos significados elaborados pelos falantes ao longo do uso social e histórico, vide Smith; Minda (2000 p.3-27). Na análise da multifuncionalidade da preposição *in*, do inglês, em Lebas ⁴¹ (2002, p. 59-73), e das

40 “Definiremos anguladores aqui, muito grosso modo, como maneiras de restringir o âmbito de aplicação de uma propriedade [...] como ‘ponto de vista’ e ‘forma’: sob o ponto de vista; sob a forma de arquivo [...]” (Ilari *et al*, 2008, p. 666).

41 Lebas (2002, p.61) se serve da Teoria de Propriedades Extrínsecas (*The Extrinsic Properties Theory*), proposta por Pierre Cadiot, que, do ponto de vista teórico, equivale à Teoria dos Exemplares.



preposições ך (em, sobre) e ך (para, a) do hebraico moderno, em Borochofsky e Reppen (2002, p.127-143), os autores também propõem a mudança paradigmática do conteúdo semântico, em que se pressupõe o uso das preposições em função da experiência comunicativa e pragmática dos falantes, em oposição ao princípio ontológico de espacialidade das preposições.

GRAMATICALIZAÇÃO E RECATEGORIZAÇÃO DAS PREPOSIÇÕES COMPLEXAS

Na proposta de Heine; Claudi; Hiinmeyer (1991, p. 15), a gramaticalização é o conjunto maior de conjuntos menores nos quais ocorrem os processos de sintatização, mobilizando a distribuição e regência; de morfologização, mobilizando a aglutinação, a composição, e a justaposição; de redução fonológica, mobilizando a adaptação, a erosão, e a fusão; de semantização, mobilizando a expansão e a simplificação. Na análise linguística, o tipo de processo envolvido está diretamente relacionado com o grau evolutivo de gramaticalização, no qual se verifica a emergência de uma estrutura na expansão da forma e função na sincronia, e na reelaboração da forma e função cujo registro de uso retoma-se a diacronia, reavendo-se na sincronia. No caso da preposição *de*, nas relações morfossintáticas com outros

Cadiot, Pierre; Nemo, François. Propriétés extrinsèques en sémantique lexicale. *Journal of French Language Studies*, v. 7, p.1-19, 1997.

Cadiot, Pierre. Les prépositions abstraites en français. Paris: Armand Colin, 1997.

Cadiot, Pierre. Espaces et prépositions. *Revue de Sémantique et Pragmatique*, v. 6, p.43-70, 1999.



elementos linguísticos e na expansão semântica, verificam-se construções partitivas, genitivas subjetivas e objetivas, infinitivas na formação de anguladores, e na construção de “resíduos” (Ilari, 2019, p. 249). Na propriedade semântica residual da preposição *de*, aponta-se o uso que se afasta dos esquemas imagéticos de espacialidade e de origem: “o que sobra como resíduo são casos bastante disparatados, mas entre esses fatos disparatados muitos se prestam a um tratamento conjunto” (Ilari, 2019, p. 249), do qual se expande a construção de preposições complexas que ora desempenham função prepositiva ora função conjuntiva. Esse “tratamento conjunto” pode ser apontado como o caso no qual o comportamento potencial das preposições complexas se inscrevem em um conjunto de construções que apresentam estabilidade quanto à forma do padrão de uso, vide as formas supracitadas em 1.1. Entretanto, a noção de “resíduo” não parece encontrar compatibilidade com a epistemologia da linguística cognitiva, pois se pressupõe a reminiscência do protótipo de espacialidade. As generalizações não necessariamente são estendidas a partir de um núcleo semântico ontológico, as generalizações estendem-se porque diferentes formas e funções compõem a cadeia de conceptualização das ramificações de sentidos do uso e não da ramificação de um núcleo. A forma da preposição *de*, no sentido de direcionamento, e a forma *dele*, no sentido de posse, não se prevê que a posse é algo que se relaciona com o direcionamento do objeto em função do possuidor, mas se propõe que espacialidade e posse são percepções cognitivas distintas ainda que se utilizem do



mesmo elemento linguístico para materializar na língua essas diferentes relações que o ser humano tem com o mundo. Nesse sentido, na gramaticalização, pressupõe-se a teoria dos protótipos, e o que se propõe, portanto, é reanalisar o estatuto teórico da gramaticalização na interface da teoria dos exemplares ⁴².

As construções *só de* e *somente de*, em seu grau incipiente de gramaticalização, cuja forma *advérbio-preposição* circunscreve-se na herança assimétrica de vínculo polissêmico (Goldberg, 1995, p.75), isto é, captura a natureza das relações semânticas entre um sentido particular de uma construção e quaisquer extensões desse sentido. As especificações sintáticas do sentido central são herdadas pelas extensões. Na relação entre os advérbios focalizadores *só*, *somente* e a preposição *de*, verifica-se que a combinação, sem registro na gramaticografia do português brasileiro, ocorre por meio de estratégia morfossintática, na qual as preposições se alinham com outros itens léxico-gramaticais para cumprir com propósitos discursivos, evidenciando o comportamento específico das preposições com relação ao seu domínio de abertura de classe. Reitera-se que o paradigma de abertura nas preposições deve ser tomado não mais pelo paradigma flexional.

A partir de dados do Corpus do Português (Davies, 2006), seção NOW, doravante CPN, entre os anos de 2012 e 2019, as construções *só de* e *somente de* estão com alta frequência de relação com verbos *ver*, *imaginar*, *olhar*, *lem-*

42 A reanálise faz parte da hipótese da pesquisa de mestrado na qual o segundo autor está desenvolvendo.



brar, pensar. Apresentam-se três registros do *corpus*, com enfoque na forma e sentido da construção.

(1) Os organizadores das festas teriam que entrar em um consenso e fazer uma festa de cada vez, desta forma a segurança seria melhor intensificada. Eu fiquei de ressaca somente de ver tanta propaganda semana passada dessas festas com bebida liberada (CPN, BR, 2015, grifo do autor).

(2) [...] conta Dy Souza, que está há 12 anos na [loja] Raio de Sol. “O coração fica a mil só de imaginar que vamos ver todos os integrantes vestidos e preparados para realizar um espetáculo resultado de um trabalho de quase um ano. [...]”, acrescenta (CPN, BR, 2019).

(3) [...] Tom Cavalcante, que em a trama também interpreta Dona Jaula, afirma que foi muito bom atuar novamente com Falabella e fazer as cenas de improviso, uma marca do programa da Globo. “[...] No filme nós somos incontroláveis. Só de olhar um para o outro já rolava a chavinha da improvisação. Faz 17 anos que o programa acabou, mas a química continua a mesma” (CPN, BR, 2019).

Nos dados, a relação de dependência entre as proposições dos enunciados resolve-se pela função pragmática de junção e pela propriedade semântica de causalidade que se dispõem no discurso por meio das construções.



Quadro 3 – Correlação entre as instâncias linguísticas em *só de* e *somente de*

	Categoria sintática	Classe semântica	Função discursivo-pragmática
<i>só de</i> <i>somente de</i>	preposição complexa	causal	junção

Fonte: Autores

O interesse em apresentar essas duas construções incorre na busca por construções prepositivas reanalisadas que apresentam combinações entre alta frequência e potencial de comportamento que evidenciam estabilidade nas formas e polissemia dos sentidos. Isso dá base para tomar as preposições como classe que tem comportamento específico em sua abertura.

REGRAMATICALIZAÇÃO INTRAESTRUTURAL E GRAMATICALIZAÇÃO INTERORACIONAL

Por gramaticalização, assume-se o processo pelo qual novas construções gramaticais emergem de usos novos e especializados de outras construções gramaticais. “Uma vez que uma construção gramatical adquire uma função nova e especializada, ela eventualmente sofre mudanças na estrutura e no escopo morfossintático, e muitas vezes também na forma fonética” (Croft, 2022, p. 697). Diante desses precedentes, retoma-se o encaixe dos advérbios *só* e *somente* no modelo esquemático *advérbio-preposição*, que parece indicar outra especialização semântica da relação entre forma e função desse tipo de preposição



complexa. O padrão recorrente nesse modelo esquemático tem a combinação entre advérbios que denotam a noção de espaço e a preposição “de”, como nas formas *dentro de*, *fora de*, *perto de*, *longe de*, *antes de*, *depois de*, *junto de*, *através de*. A coerência semântica entre advérbios que denotam a noção de espaço e a preposição que também denota a noção de espacialidade favorece o estabelecimento como unidade processual. Contudo, existem outros tipos de encaixes, evidenciando “que a frequência de coocorrência é um fator independente” (Bybee, 2007, p. 332). Nesse sentido, o encaixe dos advérbios *só* e *somente* com a preposição *de* coocorrem de maneira independente dos padrões recorrentes que emergem do modelo esquemático advérbio-preposição. Isso porque *só* e *somente* não fazem parte da função prototípica dos advérbios no português. Ilari *et al* (2002, v.1, p.91-93) e Possenti (2002, v.2, p. 296-300) entendem que esses advérbios não são prototípicos ou não predicadores, e os agrupam em um conjunto denominado advérbios verificadores, subdividindo-os, semanticamente, nas funções de inclusão e de exclusão. Para os autores, esses advérbios não possuem elo sintático e operam apenas como satélites que se estacionam, geralmente, antepostos à oração sobre a qual tomam por escopo. Nesse cenário, a recategorização da construção ocorre em razão da gramaticalização dos advérbios verificadores com a preposição *de* cuja forma desvia-se da função recorrente de espacialidade na forma advérbio-preposição.

Retomando a proposição de Croft (2022, p. 697) para gramaticalização, a qual uma construção gramatical adquire



função nova e especializada porque nela ocorrem mudanças em sua estrutura e em seu escopo morfossintático, o que se percebe no objeto é a regramaticalização dos advérbios *só* e *somente* no interior do *chunk*. Considera-se regramaticalização porque o pareamento dos advérbios com a preposição *de* já é um processo de gramaticalização. A regramaticalização ocorre porque há alteração na gradiência semântica de “verificação” nos advérbios, na qual se verifica a alteração na gradiência [+verificador] para a gradiência [-verificador], alterando a função exclusiva dos “verificadores”, que toma por escopo uma sentença sem modificar seu núcleo. Com a gradiência alterada, verifica-se a regramaticalização cuja motivação está no vínculo de herança distinto, *asymmetric inheritance links*. A proposta de usar o vínculo de herança como método de identificar generalizações é capturar relações de motivação.

Nesse conjunto, compreende-se que os *chunks* só de e *somente de* emergem do modelo esquemático advérbio-preposição que se estabelece na memória do falante como a construção dominante na qual as informações semânticas estão armazenadas, via princípio de redundância. Na reelaboração do *chunk*, o encaixe dos advérbios regramaticalizados com a preposição *de* recebe a herança informacional por meio do vínculo assimétrico de polissemia, no qual se processa o sentido particular que se projeta do domínio semântico de causalidade, portanto, a transmissão de herança assimétrica. Nesse sentido, a emergência dos *chunks* é resultado do processamento do encaixe entre unidades gramaticais que capturam os padrões morfossin-



táticos do modelo esquemático dominante, reelaborando as informações para que seu uso no discurso tenha significado independente. É importante salientar que o processamento *chunking* não é aleatório e tampouco arbitrário. Verifica-se na comparação entre o modelo esquemático de preposições complexas, advérbio-preposição, e o modelo esquemático de locução adverbial, preposição-advérbio, que o objeto da pesquisa é posto como agramatical se enquadrado no modelo preposição-advérbio. Nas construções *longe de* (advérbio-preposição) e *de longe* (preposição-advérbio), ocorrem diferentes sentidos em função da distribuição licenciada dos itens gramaticais. O que não ocorre se se reproduzisse o esquema preposição-advérbio em **de só* e **de somente*.

O que se pretende com gramaticalização interacional é apresentar os *chunks só de* e *somente de* como elementos conjuntivos não prototípicos que estabelecem relação causal entre orações. Para isso, retoma-se a proposição de Croft (2022), em que as classes de palavras são definidas não pela sua semântica, mas pela sua ocorrência particular em construções, disso se compreende que o estatuto categorial das classes de palavras é indeterminado, a pôr em questão o lugar das preposições e das conjunções em zona fronteira porosa, uma vez que preposições e conjunções compartilham a função de juntar palavras e sentenças, mas se diferem nas propriedades semânticas. Na preposição complexa *em razão de*, modelo esquemático preposição-advérbio-preposição, que cumpre função conjuntiva causal no plano discursivo-textual, demonstra-se a



indeterminação das classes em zona de fronteira. Nesse sentido, o vínculo de herança de polissemia rege a produção de sentido particular em *só de* e *somente de*, estabelecendo, via informação armazenada na memória do falante, a propriedade conjuntiva que se projeta do modelo esquemático das preposições complexas. Contudo, a análise do objeto não se restringe à estrutura morfossintática isolada do enunciado. O *chunk* se estende firmando conexão no encaixe com verbos experienciadores na forma infinitiva: pensar, lembrar, imaginar e ver. Esses são os verbos que coocorrem com as construções, em ordem de maior grau de frequência respectivamente. Entretanto, por uma questão de limitação editorial, não se discutem as propriedades semânticas e pragmáticas desses verbos com as construções *só de* e *somente de* em função de causalidade.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na relação entre os advérbios focalizadores e a preposição *de*, verifica-se que a combinação, sem registro na gramaticografia do português brasileiro, ocorre por meio de estratégia morfossintática, na qual as preposições se alinham com outros itens léxico-gramaticais para cumprir com propósitos discursivos, evidenciando o comportamento específico das preposições com relação ao seu domínio de abertura de classe, reiterando-se que o paradigma de abertura nas preposições deve ser tomado não mais pelo paradigma flexional.

Reanalisar o conteúdo epistemológico das teorias que se sustentam na Linguística é pô-lo em debate com o constante conhecimento linguístico produzido permanentemente e moldado pela experiência concreta de uso da língua em contextos reais de comunicação. Disso se propôs apresentar nesse texto a reanálise das noções de classe fechada e aberta, com enfoque nas preposições simples e complexas, que têm comportamento potencial específico na elaboração de pareamento com outros itens léxico-gramaticais, formando construções com formas estáveis e sentidos polissêmicos. A mudança no paradigma flexional e sufixal para abertura de classe só é possível por meio da reanálise das noções de protótipo, de (re)categorização, de armazenamento e de processamento de linguagem. Por meio da Gramática de Construção, a reanálise de conceitos nucleares na Linguística torna-se viável por aquela apresentar a construção como o pareamento entre forma e função, cujo modelo se expande captando informações e reelaborando o conteúdo semântico, mesmo que numa única morfossintaxe. As generalizações ocorrem em função do grau de redundância nas informações para categorizar as coisas no mundo. Uma informação nova amplia outras conexões sem produzir redundância, pois é uma nova informação. No caso das preposições complexas, a redundância está nas formas estáveis cujos sentidos se ampliam em função da entrada ou do bloqueio de outras unidades léxico-gramaticais no interior dessas formas. Essa dinâmica segue o mesmo princípio de *input* e *output* do paradigma flexional dos verbos e nomes, o que sustenta a noção de



abertura de classe. Embora esses argumentos ainda não sejam validados em generalizações tipológicas nas línguas universais, a discussão epistemológica entre classe, categoria e generalização encontra parâmetros que promovem reanalisar o paradigma que sustenta a abertura e o fechamento de classes de palavras e a construção (forma-função) como elemento não ontológico, mas vinculado à rede de significações que se resolvem na redundância, na generalização e no uso da língua em contextos sociais.

REFERÊNCIAS

1) Livros:

BYBEE, Joan. **Frequency of use and the organization of language**. New York: Oxford University Press, 2007.

BYBEE, Joan. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CROFT, William. **Syntactic categories and grammatical relations: the cognitive organization of information**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

CROFT, William. **Morphosyntax: constructions of the world's languages**. New York: Cambridge University Press, 2022.

DAVIES, Mark; FERREIRA, Michael J. **Corpus do português**, 2006. Acesso em <<https://www.corpusdoportugues.org/>>



GOBET, Fernand; CHASSY, Philippe BILALIĆ, Merim. **Foundations of cognitive psychology**. London: McGraw-Hill Education, 2011.

GOLDBERG, Adele E. **Construction grammar approach to argument structure**. Chicago: Chicago University Press, 1995.

HALLIDAY, Michael A. K. **An Introduction to functional grammar**. 2^a ed. London: Edward Arnold, 1994.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike; HIINNEMEYER, Friederike. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

ILARI, Rodolfo; MOURA NEVES, Maria Helena de. **Gramática do português culto falado no Brasil**: vol. II: Classes de palavras e processos de construção. Campinas: Editora Unicamp, 2008.

ILARI, Rodolfo. **Gramática do português culto falado no Brasil**: vol. IV: palavras de classe fechada. São Paulo: Contexto, 2019.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

SOUZA DA SILVEIRA, Álvaro Ferdinando de. **Sintaxe da preposição de**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1951.

SVOROU, Soteria. **The grammar of space**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1994.



2) Capítulo de livro:

BOROCHOVSKY, Esther; REPPEN, Hava. Prepositional phrases as noun modifiers in contemporary Hebrew. *In*: FEIGENBAUM, Susanne; KURZON, Dennis. **Prepositions in Their Syntactic, Semantic and Pragmatic Context**. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2002, p.127-143.

ILARI, Rodolfo *et al.* Considerações sobre a posição dos advérbios. *In*: CASTILHO, Ataliba T.de (org.). **Gramática do português falado: a ordem**. V. 1. Campinas: Unicamp, 2002.


POSSENTI, Sírio. Ordem e interpretação de alguns advérbios do português. *In*: ILARI, Rodolfo (org.) **Gramática do português falado: níveis de análise linguística**, v. 2, Campinas: Unicamp, 2002.

ROSCH, Elenor H. On the internal structure of perceptual and semantic categories. *In*: MOORE, Timothy E. (org.). **Cognitive development and the acquisition of language**. Elsevier Inc. Academic Press, 1973, p. 11-144.



3) Artigo em periódico

SMITH, John David; MINDA, John Paul. (2000). Thirty categorization results in search of a model. *In*: **Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition**, n. 26, v.1, 2000, p. 3-27.



7. *PERO* E *SINO* NO ESPANHOL EUROPEU CONTEMPORÂNEO: UMA ANÁLISE DISCURSIVO-FUNCIONAL DE COMENTÁRIOS EM REDES SOCIAIS

Carolina da Costa Pedro
<https://orcid.org/0000-0003-0130-966X>

Talita Storti Garcia
<https://orcid.org/0000-0001-8695-6086>

INTRODUÇÃO

Diversos autores já se debruçaram sobre a análise e a descrição dos usos de *pero* e de *sino* no espanhol (Bosque; Demonte, 1999; Fuentes Rodríguez, 1998; Flamenco Garcia, 1999; Montolío, 2001). *Pero* corresponde ao uso de ‘mas’, no português, para introduzir uma ideia que contrasta com a proposição anterior, reforçando o ponto de vista do falante, como em *Yo sacaría mi dinero del país pero no me llega ni para pagar los peajes hasta la frontera* ‘Eu tiraria meu dinheiro do país, mas não tenho o suficiente nem para pagar os pedágios até a fronteira’. Por outro lado, *sino* corresponde ao uso de ‘mas sim’ para corrigir ou substituir uma informação que foi negada anteriormente, introduzindo uma nova circunstância ou esclarecimento, como em *El peso que pierdes no es grasa, sino gran cantidad de líquidos* ‘O peso



que você perde não é gordura, mas sim grande quantidade de líquidos.’

No entanto, essas construções carecem de estudos mais recentes, principalmente com foco no estudo do discurso digital, no qual há elementos do discurso oral e escrito. Portanto, um estudo abrangente sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional, que considera as intenções comunicativas do falante, é necessário. Este texto pretende preencher essa lacuna, oferecendo uma análise dos usos de *pero* e *sino* em um *corpus* de comentários em redes sociais, com base no espanhol atual, utilizando o modelo teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008) – doravante GDF -, superando descrições tradicionais e abordagens gramaticais.

As diferenças estruturais e contextuais são fundamentais para a escolha de uso do falante no que se refere a essas conjunções em espanhol. Por esta razão, este trabalho tem como objetivo investigar as diferenças pragmáticas no uso dos jutores *pero* e *sino* no espanhol contemporâneo. Especificamente, a análise irá se concentrar em como essas conjunções são utilizadas para conectar ideias, estabelecer contrastes e substituições em diferentes contextos discursivos, avaliando as intenções dos falantes na escolha destes jutores.

Para tanto, foram coletados e analisados dados do *Corpus del Español del Siglo XXI* (CORPES) a fim de identificar padrões frequentes e distintos contextos de uso. A aplicação dos princípios teóricos-metodológicos da GDF permitirá uma compreensão detalhada de como *pero* e *sino*



funcionam em diferentes camadas do Nível Interpessoal (NI), que lida com as distinções pragmáticas das expressões linguísticas.

Para cumprir a tarefa, este capítulo está organizado da seguinte forma: (1) fornecemos uma breve explicação sobre o uso dos juntores adversativos na língua espanhola; (2) apresentamos os fundamentos teóricos que sustentam este trabalho, incluindo uma explicação e análise de ocorrências que expressam adversidade na Gramática Discursivo-Funcional; (3) detalhamos a metodologia e os parâmetros de análise utilizados; (4) realizamos a análise das ocorrências com *pero* e *sino* identificadas no *corpus*; e, finalmente, oferecemos as considerações finais e as referências bibliográficas que embasam esta pesquisa.

O USO DAS CONJUNÇÕES ADVERSATIVAS PROTOTÍPICAS NO ESPANHOL

Flamenco García (1999) afirma que a adversidade na língua espanhola pode ser dois tipos: restritiva e exclusiva. Dependendo do contraste da oração, a adversidade pode indicar uma oposição total ou parcial, com *sino* e *pero*, respectivamente. Segundo o autor, na adversidade *restritiva*, o segundo membro limita ou restringe o alcance semântico do primeiro (Flamenco Garcia, 1999, p. 3855). Esse uso ocorre com a conjunção *pero*, como vemos em (1) e (2), tanto em contextos positivos, como negativos. Nesse caso, os juntores podem apresentar uma ressalva, uma oposição ou ainda coexistir com outra ideia.



Em contraposição, na adversidade *exclusiva*, o segundo membro, além de se opor ao primeiro, o exclui, o que corresponde a adversidade total, que ocorre caracteristicamente com *sino*, como observamos em (3):

(1) Yo sacaría mi dinero del país **pero** no me llega ni para pagar los peajes hasta la frontera. (2013, Carro, Óscar @elbaronrojo)

‘Eu tiraria meu dinheiro do país, mas não tenho o suficiente nem para pagar os pedágios até a fronteira.’

(2) **No** se enfadó, **pero** estaba muy triste. (2015, @barbijaputa)

‘Não ficou bravo, mas estava muito triste.’

(3) El peso que pierdes **no** es grasa, **sino** gran cantidad de líquidos. (2020, Academia Realfooding @academia.realfooding)

‘O peso que você perde não é gordura, mas sim grande quantidade de líquidos.’

Em (1), *pero* é utilizado para introduzir uma ideia que contrasta com a declaração anterior. O primeiro elemento *Yo sacaría mi dinero del país* expressa uma intenção ou desejo, enquanto que o segundo *no me llega ni para pagar los peajes hasta la frontera* apresenta uma limitação a essa intenção. Neste caso, *pero* quebra a expectativa contrapondo o desejo de retirar o dinheiro do país com a impossibilidade financeira de realizar esta ação, visto que



o falante não tem a possibilidade de nem ao menos pagar o pedágio até a fronteira.

Em (2), *pero* introduz uma ideia contrastante após um elemento negativo. O primeiro elemento *no se enfadó* contrasta com o segundo elemento *estaba triste*. Neste caso, *pero* destaca o contraste entre a ausência de raiva e a presença de tristeza. Isto é, alguém não ficou bravo, no entanto, estava triste.

Por outro lado, o exemplo (3), cujo primeiro elemento também é negativo, utiliza o juntor *sino*. A diferença entre (2) e (3) é que em (3) o uso de *sino* introduz uma substituição à ideia expressa pelo primeiro elemento. A primeira parte, então, é negativa, com *El peso que pierdes no es grasa*. *Sino* é utilizado para apresentar a informação correta que substitui a ideia negada, de que na verdade o peso é *gran cantidad de líquidos*.

Observamos, portanto, que o juntor *pero* pode ser usado tanto após orações afirmativas quanto negativas, visto que se trata de uma conjunção adversativa que introduz uma ideia que contrasta ou se opõe à ideia anterior. Por sua vez, *sino* exige uma negação na primeira parte, pois introduz uma substituição à ideia anterior.

De acordo com Givón (1983, p. 123), as conjunções adversativas desempenham papéis cruciais na organização estrutural do discurso, permitindo aos falantes introduzirem contrastes e correções que ajudam a clarificar a informação apresentada. Anscombe e Ducrot (1977) e Ducrot (1980) analisam os dois usos do conectivo *mais* ‘mas’ em francês,



introduzindo os termos “Mas PA” e “Mas SN”. A sigla *PA* de “Mas PA” tem esta denominação pelo uso do P de ‘pero’, conjunção prototípica que expressa adversidade em espanhol, e pelo uso do A que se refere a conjunção adversativa ‘aber’ em alemão. Por outro lado, *SN* diz respeito a *sino* em espanhol e a *sondern* em alemão, juntores adversativos que são utilizados para substituir uma proposição anterior.

“Mas PA” corresponde ao uso de ‘mas’ para introduzir uma ideia que contrasta com a proposição anterior, reforçando o ponto de vista do falante, enquanto que “Mas SN” corresponde ao uso de ‘mas sim’ para substituir uma informação anterior, como em *El peso que pierdes no es grasa, sino gran cantidad de líquidos* ‘O peso que você perde não é gordura, mas sim grande quantidade de líquidos.’

Em estudos anteriores (Pedro, 2020, 2021), verificamos, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, que a relação contrastiva não existe por si só, pois é estabelecida pelo falante com base em suas inferências e pressuposições. Ao escolher *pero*, o falante apresenta, no segundo elemento, a informação que é comunicativamente mais relevante do que aquela apresentada no primeiro, o que configura, no modelo, uma estratégia interpessoal.

Além de sua função como conjunção adversativa, verificamos que *pero* desempenha um papel significativo na estratégia da interação discursiva, especialmente no início de perguntas. Este uso argumentativo de *pero* não apenas introduz uma ideia contrastante, mas também serve para monitorar e guiar a interação entre os interlocutores. Tal como aponta Briz Gómez (1996, p. 51), este uso de *pero*



tem valor dialógico e fornece uma insatisfação com relação à informação em um contexto conversacional, ao mesmo tempo em que possibilita a mudança ou limitação do tema que segue.

Quando usado no início de uma pergunta, *pero* pode sinalizar ao ouvinte uma expectativa de contraste ou correção em relação a uma informação prévia, preparando a introdução de um novo questionamento, como mostra (4):

(4) Gracias, ¿**pero** qué significa esto? (2015, @barbijaputa)

‘Obrigado, mas o que significa isso?’

Nesta ocorrência, *pero* é utilizado logo após a expressão *Gracias* ‘obrigado’, para introduzir uma pergunta que busca esclarecimento. O uso de *pero* aqui sugere que, apesar do agradecimento, há uma necessidade de esclarecimento ou de resolução para alguma dúvida que persiste. A conjunção *pero*, em (4) atua como um elemento discursivo que prepara o ouvinte para a transição de um ato de agradecimento para uma solicitação de informação adicional.

Assim, a pergunta *qué significa esto?* ‘o que significa isso?’ é introduzida de maneira que contrasta com a gratidão expressa anteriormente, mas também a complementa, ao indicar que a compreensão completa da informação recebida pelo ouvinte ainda não foi alcançada. Este uso de *pero* ajuda a manter a coesão e a fluidez da interação, permitindo ao falante expressar simultaneamente um



agradecimento por uma possível informação dada e a necessidade de maior esclarecimento.

Dentro da tradição funcionalista, Maíz-Arévalo (2015, p.314) denomina este uso de *pero* como *topic shift marker*, visto que se refere a um elemento linguístico ou discursivo usado para indicar uma transição ou mudança no assunto em uma conversa ou texto. Hengeveld e Mackenzie (2008, p.68), como será demonstrado na próxima seção, trata estes usos como *push marker*, elemento que impulsiona um tópico e incentiva a continuação de uma conversa.

Portanto, *pero* não só atua como um conector adversativo em orações, mas também como um elemento estratégico na dinâmica interacional, facilitando a gestão argumentativa da conversa. Este tipo de uso já não ocorre com *sino*. Essa multifuncionalidade de *pero* justifica o grande número de ocorrências encontrado no corpus em comparação com o outro juntor.



A GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL E O NÍVEL INTERPESSOAL

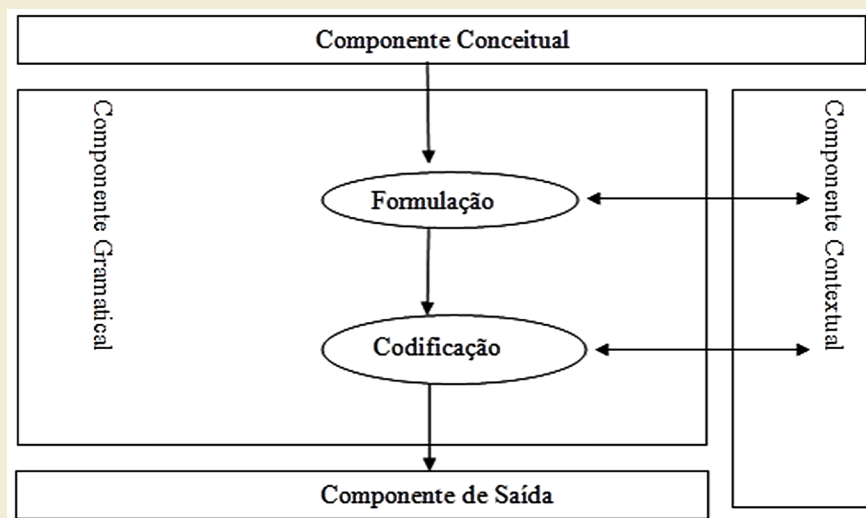
A Gramática Discursivo-Funcional apresenta uma organização descendente (*top down*), que parte da intenção do falante em direção à articulação das expressões linguísticas. O modelo baseia-se em um Componente Gramatical e três Componentes não Gramaticais: o Conceitual, o Contextual e o de Saída. Esses três últimos interagem com o Componente Gramatical.

O primeiro componente, o Conceitual, é aquele que, segundo Keizer (2015, p. 21) contém as informações pré-linguísticas relevantes para a análise e é considerado como a força motriz por trás da Gramática. O Componente Contextual, por sua vez, corresponde à descrição do contexto, isto é, contém informações não linguísticas sobre o contexto discursivo imediato que afeta a forma e conteúdo de um enunciado linguístico. Por fim, o Componente de Saída, responsável pela articulação das expressões linguísticas.

A GDF é o Componente Gramatical de um modelo mais amplo da interação verbal. Esse Componente interage com os componentes não gramaticais (Conceitual, Contextual e de Saída) por meio das operações de Formulação e de Codificação. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 6), a Formulação diz respeito às regras que determinam as representações pragmáticas e semânticas em uma língua, enquanto a Codificação diz respeito às regras que convertem essas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas. Desse modo, a Gramática Discursivo-Funcional propõe que tanto a Formulação como a Codificação são processos específicos de cada língua, como pode-se verificar no quadro abaixo:



Quadro 1 – Componentes da GDF

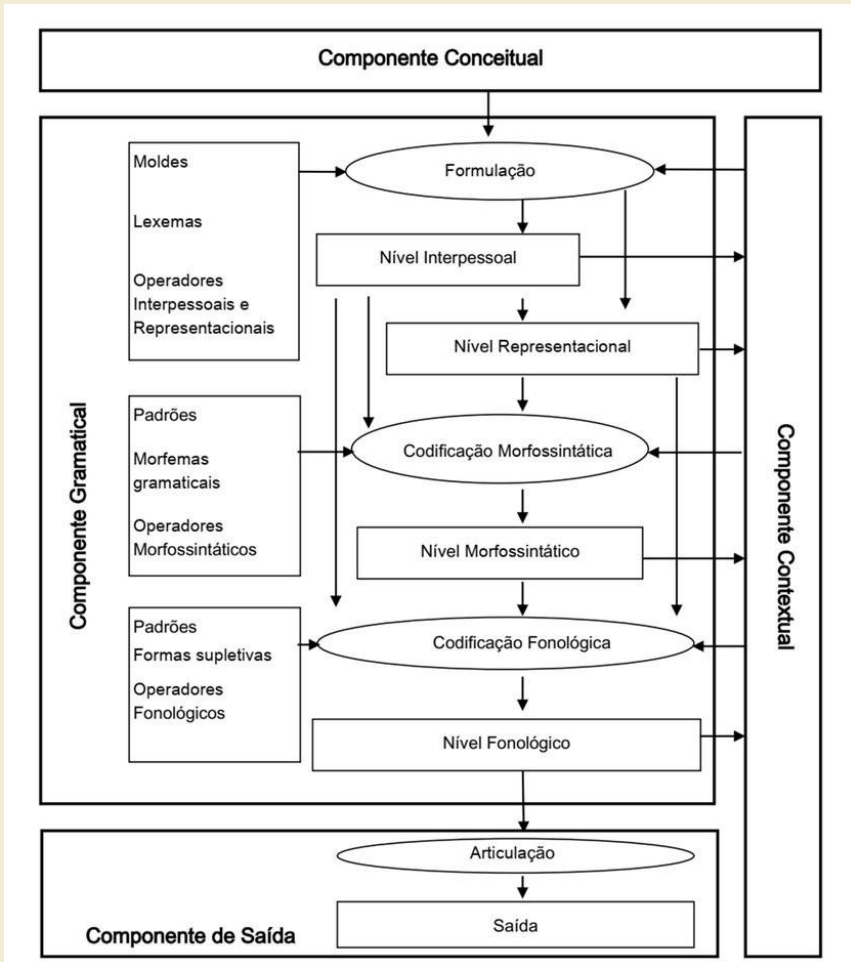


Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p.6)

Essa teoria diferencia níveis de organização linguística: o Interpessoal (relacionado à pragmática), o Representacional (relacionado à semântica), o Morfossintático (relacionado à morfossintaxe) e o Fonológico (relacionado à fonologia), sendo todos eles de natureza puramente linguística.

Partindo do princípio de que todos esses níveis estão hierarquicamente organizados em camadas, a organização do Nível Morfossintático reflete a organização dos níveis Interpessoal e Representacional, isto é, esse nível, de natureza puramente estrutural, é impactado pelas distinções pragmáticas e semânticas. O formato geral do modelo pode ser visto na figura abaixo:

Quadro 2 – A arquitetura dos Níveis da GDF



Fonte: Adaptado de Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 13)

Neste estudo, nos concentramos exclusivamente no Nível Interpessoal. Nossa abordagem se limitará a explicar e analisar a partir desse nível específico, devido à sua

relevância para a compreensão dos aspectos formais da unidade linguística que refletem a interação entre Falante e Ouvinte, de modo que os demais níveis estarão fora do escopo desta discussão. Em uma interação, cada participante tem um objetivo em mente e o Falante moldará seu discurso para alcançar o seu propósito comunicativo.

O Nível Interpessoal apresenta o Movimento (M) como sua maior unidade. Em termos de estatuto interpessoal, o Movimento é definido como uma contribuição autônoma para a interação em desenvolvimento. Veja como podemos identificar um Movimento abaixo:

(5) ¿Sabes cuánta gente ha sufrido en su salud los efectos de la energía nuclear? Fuentes antinucleares hablan de 38 millones de muertos y afectados en diverso grado desde mediados del siglo pasado. (adaptado de Gámez, L. A.: *Dos libros muy recomendables*. CORPES)

Em (5) observamos um Movimento. O Movimento pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos. Cada Ato Discursivo contém uma Ilocução (F_1), que especifica uma relação entre seus Participantes (P), o Falante (S) e o Ouvinte (A), e um Conteúdo Comunicado (C). Em (5), observamos um Movimento composto por dois Atos Discursivos. A primeira Ilocução, Interrogativa, marca um Ato, e a segunda, afirmativa, marca outro Ato.



Os Atos Discursivos podem apresentar uma relação de equipolência ou de dependência. Os Atos em relação de dependência configuram funções retóricas, relacionadas à maneira que o Falante ordena seu discurso para atingir seus objetivos comunicativos. A GDF reconhece as seguintes funções retóricas: Motivação, Orientação, Correção (Esclarecimento), Aposição e Concessão.

A *Motivação* é o que motiva o Ato Discursivo que precede ou segue, como mostra (6). A *Orientação*, por sua vez, aplica-se a um Ato Discursivo para indicar ao destinatário a intenção do Falante de introduzir um referente no discurso, conforme (7). A *Correção* (ou Esclarecimento) ocorre quando o Falante está proferindo um Ato Discursivo de autocorreção, instruindo o Ouvinte a substituir algum elemento, tratando-se de um Ato Discursivo que corrige ou esclarece o que está contido no outro Ato Discursivo, como no caso de (8). A *Aposição* (*Aside*), por seu turno, fornece uma informação de fundo, adicional, sobre um indivíduo introduzido no primeiro Ato. Esclarecem Pezatti e Camacho (2017) que, na forma de uma oração adjetiva, essa informação atua como um aposto do sintagma nominal, como se observa em (9).

A função retórica *Concessão*, por último, expressa uma objeção possível ao que está sendo apresentado no Ato Discursivo anterior, ou seja, o Falante concede algo que poderia interferir no que foi anteriormente expresso, conforme (10):



(6) Watch out, because there will be trick questions in the exam (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 54)

(M_I: [(A_I: -watch out- (A_I)) (A_J: - there will be trick questions in the exam- (A_J))_{Motiv}] (M_I))

‘Cuidado, porque haverá pegadinhas no exame.’

(7) My brother, I promise not to betray him (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 55)

(M_I: [(A_I: -my brother- (A_I))_{Orient} (A_J: -I promise not to betray him- (A_J))] (M_I))

‘Meu irmão, eu prometo não traí-lo.’

(8) I’d like to give your mother - your sister (I mean) - her book back. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 56)

(M_I: [(A_I: -I’d like to give your mother her book back- (A_I)) (A_J: -your sister I mean- (A_J))_{Cor}] (M_I))

‘Eu gostaria de devolver para sua mãe - sua irmã (quer dizer) - os livros.’

(9) Did the students, who after all had worked very hard, pass the exam?

(Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 58).

(M_I: [(A_I: -did the students pass the exam- (A_I)) (A_J: -who after all had worked very hard- (A_J))_{Aside}] (M_I))



‘Os estudantes, que depois de tudo trabalharam muito, passaram no exame?’

(10) The work was fairly easy, although it took me longer than expected (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 54).

(M_I: [(A_I: -the work was fairly easy- (A_I)) (A_J: -it took me longer than expected- (A_J))_{Conc}] (M_I))

‘O trabalho foi razoavelmente fácil, embora tenha demorado mais do que o esperado.’

Para os autores, a função retórica *Concessão* também ocorre com o uso de *but*, equivalente a *pero* no espanhol:

(11) The work took longer than expected, but it was easy. (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 55).

‘O trabalho demorou mais tempo do que o normal, mas foi fácil.’

Pedro (2020) e Garcia et al. (2021) também observam que as construções tradicionalmente analisadas como coordenadas adversativas estabelecem *função retórica Concessão*, pois consistem em uma estratégia fortemente argumentativa cujo objetivo é persuadir o Ouvinte. As autoras constataam que os membros unidos por um juntor adversativo prototípico, como *mas*, no português, ou *pero*, no espanhol, apresentam uma relação interpessoal, em que



cada unidade envolvida constitui um Ato Discursivo, e representa uma estratégia do Falante para colocar em realce um desses dois atos, entendido como Nuclear, em detrimento do segundo, entendido como Subsidiário.

O núcleo configuracional do Ato Discursivo é constituído por uma Ilocução (F), pelos participantes da interação - Falante (S) e Ouvinte (A) - e por um Conteúdo Comunicado (C). Por fim, o Conteúdo Comunicado compõe-se de Subatos, que podem ser Atributivos (T) ou Referenciais (R).

Como se observa, o uso de *but*, para Hengeveld e Mackenzie, não se relaciona diretamente com o contraste. O contraste, para Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 96–99), sinaliza o desejo do Falante de expressar diferenças entre dois ou mais Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis na situação discursiva. Isto é, o Contraste é uma função pragmática, ao lado de Foco e Tópico. Considere este exemplo dado por Keizer (2018, p. 33):

(12) - What's wrong with John?

- John is ill.

‘O que houve com o John? John está doente’

(12') $C_1: [(T_1)_{\text{FOC}} (R_1)_{\text{TOP}}]$ (adaptado de Keizer, 2018)

Em (12), observamos que o Conteúdo Comunicado (C) consiste em dois subatos, sendo um Atributivo (T) e o outro, Referencial (R). Cada Subato carrega uma função pragmáti-



ca. ‘O primeiro Subato, Atributivo (T), carrega a função de Foco (Foc), pois apresenta uma instrução ao Ouvinte. Por sua vez, o segundo, Subato Referencial (R), apresenta a função Tópico (Top), uma informação não focal que pode ser inferida ou contextualmente construída.

Pezatti e Mackenzie (2022, p. 85) propõe a representação da função Contraste a partir de um exemplo com *mas sim*, no português, equivalente a conjunção *sino* no espanhol. Para os autores, a Função Pragmática Contraste ocorre quando o juntor combina Subatos, como o exemplo em (13) e a representação dos autores em (13’) a seguir:

(13) um outro médico, ah, grego, conseguiu demonstrar que o que circula nos nossos vasos **não é ar mas sim sangue**. isto, isto fo[...], teve realmente muita importância. (PT89:Pai Medicina)

(13’) NI: $(V_1)_{\text{Foc}} (V_2)_{\text{Contr}}$

A representação em (13) mostra que a estrutura atua no Nível Interpessoal e o primeiro elemento (negado) V_1 é focalizado na comunicação. Portanto, o segundo elemento V_2 , que será a informação que substitui a primeira, representa a função pragmática Contraste, destacando uma escolha, contrastando com uma proposição anterior.

Como se observa, na Gramática Discursivo-Funcional, as relações contrastivas, introduzidas por juntores adversativos podem configurar funções retóricas e pragmáticas, estratégias que dispõem os Falantes para alcançar seus



objetivos na comunicação. Neste trabalho, a análise das funções retóricas e pragmáticas indicará a distinção dos usos de *pero* e *sino*. Na próxima seção mostraremos o percurso metodológico deste trabalho.

METODOLOGIA

Para a análise qualitativa realizada, foram utilizados dados extraídos do Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES), um *corpus* abrangente e representativo da língua espanhola contemporânea. Para garantir a relevância e a atualidade dos dados, nos restringimos à escolha dos seguintes critérios: i) Região: Espanhol da Espanha; ii) Meio: Escrito; iii) Suporte: Web; iv) Tipologia: Mensagens em redes sociais.

Limitamos o *corpus* à variante do espanhol peninsular, pois este critério nos permite observar características linguísticas específicas deste espanhol regional, que pode diferir de outras variantes faladas em diferentes partes do mundo hispânico. Ademais, selecionamos textos escritos, visto que decidimos concentrar a análise deste trabalho em textos disponibilizados na internet. Como este suporte inclui uma diversidade de conteúdos digitais, escolhemos mensagens em redes sociais como foco, pois elas oferecem uma visão da linguagem cotidiana.

Após aplicar os respectivos filtros como critérios, foram identificadas ocorrências de uso com os juntores *pero* e *sino*. Nesta seleção foram encontradas 22 ocorrências de *sino*. É importante ressaltar que nem todas essas ocorrências



correspondem ao uso correto do juntor *sino*. Alguns usuários utilizam esse juntor de maneira equivocada, quando na verdade deveriam escrever *si no* (equivalente a ‘se não’, em português). Para ilustrar usos que foram descartados, considere a ocorrência abaixo:

(14) Quien te quiere te busca y **sino** te busca es porque no quiere o le importa más su orgullo que tú.
Fin. (Bebi @srtabebi, 2013. CORPES)

‘Quem te quer te procura e **se não** te procura é porque não quer ou se importa mais com seu orgulho do que com você. Fim.’

Três casos como (14) foram desconsiderados por não utilizarem *sino* como uma conjunção adversativa, mas sim como parte da expressão *si no*, que significa ‘se não’ ou ‘caso não’ na língua portuguesa. Portanto, para efeitos da análise de *sino* como juntor adversativo especificamente, é importante selecionar apenas casos em que *sino* é utilizado como tal, para substituir uma informação anterior.

Com relação a coleta de usos de *pero*, revelou-se um uso mais significativo, com 222 ocorrências identificadas.

A análise dos dados foi realizada em duas etapas principais: identificação e filtragem das ocorrências, visto que as ocorrências de *sino* foram revisadas para assegurar que apenas os usos com valores adversativos fossem incluídos na análise. Para *pero*, todas as 222 ocorrências foram consideradas.



Cada ocorrência de *pero* e *sino* foi analisada sob o aparato teórico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF). Isso envolveu, primeiramente, a identificação de níveis e camadas para posteriormente analisar os tipos de funções retóricas e pragmáticas que essas conjunções desempenham nas mensagens de redes sociais.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS FUNÇÕES DE ‘PERO’ E ‘SINO’

A análise das ocorrências do *corpus* permite constatar que a escolha dos juntores investigados no discurso depende das intenções do Falante ao marcar um tipo de oposição específica, seja de adversidade parcial ou total, determinadas no Nível Interpessoal do modelo teórico-metodológico assumido no trabalho. Observe a ocorrência (15):

(15) La herida sana, **pero** la cicatriz te recuerda que estuvo ahí. (2013 Bebi @srtabebi)

‘A ferida sara, mas a cicatriz te lembra que esteve lá.’

Na ocorrência (15), *pero* está em uma relação binária na qual os elementos envolvidos são *la herida sana* ‘a ferida sara’ e *la cicatriz te recuerda que estuvo ahí* ‘a cicatriz te lembra que esteve lá’. Esses elementos não são necessariamente contraditórios, mas são apresentados como contrastantes pelo Falante com base em pressuposições. A relação de contraste entre *la herida sana* e *la cicatriz te recuerda que*



estuvo ahí destaca a existência tanto da cura física quanto da lembrança da ferida, simbolizada pela cicatriz.

O Falante, ao afirmar que *la herida sana*, reconhece que a ferida se cura, mas sente a necessidade de acrescentar uma informação: *la cicatriz te recuerda que estuvo ahí*. O que o Falante deseja comunicar é que, apesar da cura, a cicatriz permanece como uma lembrança visível do ocorrido. Esses dois elementos são colocados em oposição, com o segundo sendo mais relevante do ponto de vista comunicativo.

Trata-se, portanto, de dois Atos Discursivos em relação de dependência: um Nuclear e outro Subsidiário. Cada Ato constitui uma unidade de significado composta por um Conteúdo Comunicado (o que se quer comunicar) e uma Ilocução (F), que especifica a relação entre Falante (S) e Ouvinte (A), caracterizando um Ato Discursivo (A), camada do Nível Interpessoal. Quando o Falante atribui maior relevância a um dos Atos, um deles configura uma função retórica. Observe a representação a seguir:

(15') (M_i: [(A_i: -la herida sana- (AI))_{Conc} (A_j: -la cicatriz te recuerda que estuvo ahí- (AJ))])

(MI))

O primeiro Ato Discursivo (A_i), *la herida sana*, é o Ato Subsidiário, contendo o conteúdo comunicativamente menos importante do ponto de vista do Falante, enquanto o segundo Ato Discursivo (A_j), *la cicatriz te recuerda que estuvo ahí*, é o Nuclear, com o conteúdo mais relevante. Nessa



relação, o Falante inicialmente concede uma informação, para depois ajustá-la ou complementá-la no segundo Ato, atualizando o ouvinte, caracterizando a função retórica Concessão (Conc). Isso indica uma relação desigual entre os Atos Discursivos envolvidos, em que o primeiro Ato concede uma informação e o segundo apresenta algo que o Falante considera mais importante. Portanto, o uso de *pero* é uma estratégia utilizada para alcançar os objetivos comunicativos do Falante.

Observe a ocorrência (16) a seguir:

(16) Me gusta la cerveza **pero** lo que más tomo últimamente son malas decisiones. (2013 Bebi @ srtabebi)

‘Eu gosto de cerveja, mas o que mais tenho tomado ultimamente são más decisões.’

Na ocorrência (16), a conjunção *pero* cria uma relação de contraste entre os elementos *me gusta la cerveza* e *lo que más tomo últimamente son malas decisiones*. Estes elementos, na verdade, não se contrastem entre si, o contraste está na mente do Falante, expresso pelo humor da comparação. O Falante expressa seu gosto por cerveja, mas posteriormente adiciona uma segunda declaração que revela um contexto mais amplo, de que suas escolhas recentes têm sido ruins.

A construção desta oração mostra como *pero* é utilizado para introduzir uma informação que julga mais relevante. O primeiro elemento, *me gusta la cerveza*, é um



ponto de partida que estabelece um contexto positivo. O segundo elemento, *lo que más tomo últimamente son malas decisiones*, quebra a expectativa do interlocutor.

O uso de *pero* não apenas conecta duas ideias distintas, mas reforça a importância da segunda ideia sobre a primeira, fazendo com que o Falante alcance seus objetivos comunicativos de trazer um discurso irônico e até mesmo cômico, com um jogo de palavras com o verbo *tomar* referindo-se apenas às más decisões e não cerveja.

Portanto, *me gusta la cerveza* funciona como uma introdução menor ou menos significativa, enquanto *lo que más tomo últimamente son malas decisiones* se torna o ponto principal do discurso, ganhando maior peso argumentativo. Esse contraste, habilmente introduzido por *pero*, serve para enfatizar a autocritica do Falante sobre suas escolhas. A ocorrência (16) pode ser formalizada da seguinte forma no Nível Interpessoal da GDF:

(16') (M₁: [(A₁: -me gusta la cerveza- (A₁))_{Conc} (A₂: -lo que más tomo últimamente son malas decisiones- (A₂))])
(M₁)

Na representação (16'), vemos uma relação entre os dois Atos Discursivos: *me gusta la cerveza* (A₁) e *lo que más tomo últimamente son malas decisiones* (A₂). Visto que o primeiro Ato é o subsidiário, com menor força argumentativa, contém a função retórica Concessão. O segundo Ato



(A_j), por sua vez, traz a informação mais relevante do ponto de vista do Falante.

Em nosso *corpus* também encontramos usos de *pero* que não constituem dois Atos Discursivos, mas que introduzem um Movimento. Esse tipo de uso foi previsto por Hengeveld e Mackenzie (2008), ao analisarem usos de *but*, no inglês, equivalente a ‘pero’, verificando que alguns usos podem atuar em contextos narrativos como um operador que permite ao Falante fazer digressões sobre o que está sendo narrado, introduzindo informações secundárias. Esse papel caracteriza *pero* como um *push marker*, um operador que introduz uma unidade destinada a apresentar um novo tópico na conversação, como em (17):

(17) Scarlett, si no querías nada conmigo sólo tenías que haberlo dicho en vez de estar creándome falsas esperanzas. **Pero** tú ni mú. (2014 Torre, Gerardo de la @gerardotc)

‘Scarlett, se você não queria nada comigo, só precisava ter dito, em vez de ficar me dando falsas esperanças. Mas você não disse nada.’

Na ocorrência (17), *pero* é utilizado para introduzir um novo assunto na interação, marcando o acréscimo de uma fala/consideração do Falante. O contexto inicial estabelece uma reclamação sobre a falta de clareza de Scarlett: *si no querías nada conmigo sólo tenías que haberlo dicho en vez de*



estar creándome falsas esperanzas. Aqui, o Falante expressa frustração com as ações (ou a falta de ações) de Scarlett.

Em seguida, *pero*, ainda que introduza uma certa relação de contraste, serve para introduzir uma nova contribuição na interação, *tú ni mú*. Esse uso de *pero* atua como um operador que impulsiona a conversação para uma nova direção.

A contrariedade estabelecida pelo *pero* aqui é de natureza interacional, em que o Falante não contrasta dois Atos. Na Gramática Discursivo-Funcional, isso caracteriza um Movimento, definido como uma “contribuição autônoma para uma interação em andamento” (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50), sendo a camada mais alta do Nível Interpessoal.

Neste caso, o Movimento introduzido por *pero* é composto por um movimento nucleado por um único Ato Discursivo que possui uma Ilocução declarativa, conforme mostrado na representação em (17’):

(17’) (M_I: [(A_I: -tú ni mú- (A_I)])

Na representação (17’), observa-se que *pero* serve como um marcador que introduz uma nova unidade de significado na interação. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), o *push marker* permite que o Falante insira uma observação ou crítica adicional sobre o comportamento do ouvinte.

Dessa forma, *pero* em *Pero tú ni mú* funciona para destacar a frustração contínua do Falante com a falta de



comunicação de Scarlett, proporcionando uma transição suave para a introdução dessa crítica específica, tornando-se uma contribuição autônoma e significativa para a interação em andamento.

Em (18), a seguir, *pero* é usado para introduzir duas ilocuções interrogativas que impulsionam a interação. O juntor, aqui, funciona como um marcador que abre uma nova unidade de comunicação, apresentando um Conteúdo Comunicado que contém um Falante, um Ouvinte e Ilocução interrogativa. Essa estrutura também configura um Movimento na Gramática Discursivo-Funcional, representando uma contribuição autônoma para a interação em curso (Hengeveld; Mackenzie, 2008, p. 50):

(18) La carne es seguramente uno de los alimentos que más controversia y dudas genera, **pero, ¿Es saludable? ¿Cuánta puedes comer?** Con el post de hoy intentaré solucionar algunas de estas dudas. (2020 Ríos, Carlos @carlosriosq)

‘A carne é com certeza um dos alimentos que gera mais controvérsia e dúvidas, mas é saudável? Quantas pode comer? Com a postagem de hoje tentarei solucionar algumas dessas dúvidas.’

Ao introduzir as perguntas *¿Es saludable? ¿Cuánta puedes comer?*, o autor não apenas destaca a controvérsia em torno da carne, mas também estimula o leitor a refletir, visto que trata-se de perguntas retóricas, sem necessidade



de respostas. Esse uso de *pero* serve como um ponto de virada que incita uma investigação mais profunda sobre o tema, um *push marker* na Gramática Discursivo-Funcional, que permite ao Falante introduzir um novo tópico ou questionamento, impulsionando assim a interação e a continuidade da discussão.

De acordo com Keizer (2018), um Movimento corresponde frequentemente a um turno de fala, que pode ser complexo, como exemplificado por uma sequência de perguntas em um único Movimento. No caso da nossa ocorrência (18), o primeiro Movimento é composto por um único Ato (A_1). O juntor *pero* introduz o Movimento complexo (M_2), composto por dois Atos “¿Es saludable? (A_1) e ¿Cuánta puedes comer?” (A_2). Outro Movimento (M_3) é realizado para finalizar o comentário.

(18') (M_1 : [(A_1 : - La carne es seguramente uno de los alimentos que más controversia y dudas genera- (A_1))]
 (M_2 : [(A_1 : -¿Es saludable?- (A_1)) (A_2 : -¿Cuánta puedes comer?- (A_2))] (M_2)) (M_3 : [(A_1 : -Con el post de hoy intentaré solucionar algunas de estas dudas- (A_1))]

Assim, o uso de *pero* nesta ocorrência inicia um Movimento (M_2) que busca esclarecer e explorar diferentes aspectos do tema em discussão, seguindo os princípios de interação e continuidade discursiva destacados por Keizer (2018).



Como se observa, na Gramática Discursivo-Funcional as relações contrastivas introduzidas pelo juntor adversativo *pero* configuram funções retóricas, estratégias que dispõem os Falantes para alcançar seus objetivos na comunicação, uma relação entre dois Atos Discursivos de estatuto desigual, no Nível Interpessoal, em que um apresenta a informação comunicativamente mais relevante o outro. Por outro lado, *pero* também pode introduzir um Movimento, impulsionando a conversação.

Conforme a teoria, o Contraste é uma função pragmática que se manifesta quando há uma negação ou correção da informação focal apresentada anteriormente. Em (19), podemos observar o uso de *sino* para fazer uma substituição da informação anteriormente apresentada, usado para destacar uma escolha ou condição alternativa que contrasta com uma proposição anterior:

(19) Sí se nos ‘obliga’ y pide responsabilidad. Por supuesto que tenemos que ser responsables y no llevar a nuestros hijos/as con fiebre. No ahora, covid mediante, **sino** siempre. (2020 Baena, Laura @ *malasmadres*)

‘Sim, somos “forçados” e nos pedem responsabilidade. É claro que temos que ser responsáveis e não trazer nossos filhos com febre. Não agora, por conta do covid, *mas sim* sempre.’



Em (19), o Conteúdo Comunicado é estruturado em dois Subatos Atributivos (T_1) e (T_2), que se refere a *ahora* e *siempre*, respectivamente.

O primeiro Subato (T_1) apresenta a marcação do foco, justificada pelo molde de conteúdo tético de *ahora, covid mediante*, enquanto o segundo Subato Atributivo (T_2) é usado para a reformulação do Falante, dizendo que, na verdade, deve haver a continuidade ou a condição permanente da responsabilidade parental independentemente da situação atual de pandemia (covid). Neste caso, há o acréscimo do Contraste com *siempre*. No Nível Interpessoal, essa estrutura pode ser representada como:

(19') $(C_1: [...(\text{neg } T_1)_{\text{FOC}} (T_2)_{\text{CONTR}}] (C_1))$

Em (19'), o primeiro Subato (T_1) nega a ideia de levar os filhos com febre agora, devido à covid, enquanto o segundo Subato (T_2), introduzido por *sino*, contrasta essa condição com a afirmação de que a responsabilidade deve ser mantida sempre. Portanto, *sino* nesta construção contribui para a estruturação do discurso, introduzindo um elemento de contraste que enfatiza a alternativa ou condição permanente em relação ao contexto específico mencionado anteriormente. O exemplo (20) reforça esse argumento:

(20) Dada la heterogeneidad de esta patología no podemos reducir el tratamiento a un protocolo igual para todos **sino** que tenemos que individualizar



tanto este como el propio diagnóstico. (2020 Piepoli, Antonio @antonio_piepoli)

‘Dada a heterogeneidade dessa patologia, não podemos reduzir o tratamento a um protocolo que seja igual para todos; *mas sim* individualizar tanto o tratamento quanto o próprio diagnóstico.’

O primeiro elemento apresenta uma ideia de homogeneização do tratamento em *reducir el tratamiento a un protocolo igual para todos*, que é negada pelo Falante. O segundo elemento, introduzido por *sino*, corrige e substitui a proposição anterior, defendendo a individualização do tratamento e do diagnóstico (*individualizar tanto este como el propio diagnóstico*). Aqui, *sino* é crucial para estabelecer essa substituição e indicar que a alternativa proposta é necessária devido à *heterogeneidad de esta patología*. No Nível Interpessoal, esta construção seria representada da seguinte maneira:

$$(20') (C_1: [...(\text{neg } T_1)_{\text{FOC}} (T_2)_{\text{CONTR}}] (C_1))$$

O Subato (T1) apresenta uma primeira abordagem rejeitada (protocolo padronizado), com a função Foco, enquanto o Subato (T2) introduzido por *sino* propõe a alternativa de personalização, gerando a função Contraste. Portanto, *sino* introduz um contraste, reforçando a ideia de que a individualização é essencial e não apenas uma escolha



opcional, mas sim uma necessidade imposta pela natureza heterogênea da patologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das ocorrências do *corpus* teve como objetivo mostrar que o uso de *pero* e *sino* em comentários de redes sociais é determinado pelas intenções comunicativas dos Falantes. Os jutores servem como ferramentas discursivas que permitem ao Falante destacar contrastes, sejam eles parciais, com *pero*, ou totais, com *sino*, impulsionar a discussão e organizar o discurso para introduzir informações que julgam mais relevantes.

Isso foi observado nas estruturas discursivas nas quais um dos Atos Discursivos é posicionado como subsidiário e outro, como nuclear. Nestes casos, o jutor *pero* foi identificado como uma estratégia para dar maior relevância à informação que segue no segundo elemento. O primeiro elemento, então, contém a função retórica Concessão, comunicativamente menos relevante.

Por outro lado, *pero* também atua como *push marker*, introduzindo novos tópicos e impulsionando a conversação, quando o Falante busca incluir observações adicionais ou críticas sobre o comportamento do ouvinte, expandindo a interação.

No caso de *sino*, a análise dos dados mostrou que o jutor é empregado para fazer substituições de informações anteriormente apresentadas, contendo a função pragmática Foco no primeiro elemento negado e atuando com um



marcador de Contraste, no segundo elemento, que reforça a correção de uma ideia inicial, enfatizando a relevância da substituição apresentada.

Os resultados das análises contribuem para uma melhor compreensão das estratégias discursivas utilizadas pelos Falantes para alcançar seus objetivos comunicativos. Isto se dá, majoritariamente, no Nível Interpessoal da Gramática Discursivo-Funcional. Além disso, comprova a relevância de uso dos juntores adversativos como elementos fundamentais na estruturação do discurso em comentários nas redes sociais, permitindo a construção de interações complexas.

Espera-se que este trabalho abra caminho para futuras pesquisas que possam explorar outros aspectos do uso de conectores adversativos em diferentes contextos linguísticos, bem como o papel desses elementos na evolução da linguagem nas redes sociais.



REFERÊNCIAS

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa Calpe; Real Academia Española, 1999. (Colección Nebrija y Bello).

BRIZ GÓMEZ, A. **Sintaxis y semántica del español: Un enfoque funcional**. Ariel, 1996

FLAMENCO GARCÍA, L. Las construcciones concesivas y adversativas. In: BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Org.). **Gramática descriptiva de la lengua española**. Madrid: Espasa-Calpe, 1999. p. 3805-3878. v. 3.

FUENTES RODRÍGUEZ, C. **Las construcciones adversativas**. Madrid: Arco Libros, 1998.

GARCIA, T. S.; FANTE, B. R.; AMORIM, C. R.; PEDRO, C. C. Coordenação oracional adversativa. In: PEZATTI, E. G.; CAMACHO, R. G.; DALL'AGLIO HATTNER, M. M. (Org.). **Construções coordenadas nas variedades portuguesas: uma abordagem discursivo-funcional**. Campinas: Editora Mercado das Letras, 2021. p. 305-335.

GIVÓN, T. **Topic Continuity in Discourse: A Quantitative Cross-Language Study**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1983.

HENGEVELD, K. e MACKENZIE. **Functional Discourse Grammar: a typologically based theory of language structure**. Oxford: University Press, 2008.

KEIZER, E. **Discourse grammar: Structure and function**. John Benjamins Publishing Company, 2018.

MAÍZ-ARÉVALO C. Jocular mockery in computer-mediated communication: A contrastive study of a Spanish and English Facebook community. **Journal of Politeness Research**, 2015, 11(2): 289-327.

MONTOLÍO, E. **Conectores de la lengua escrita**. Barcelona: Ariel, 2001.


PEDRO; C. C. **As orações com 'pero' no espanhol peninsular falado sob perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**. 110 f. (Dissertação de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2020.



PEZATTI, E.; MACKENZIE, J. L. (2022). A Coordenação na Gramática Discursivo-Funcional. **Linguistik Online**, 113(1), 59–89.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA: Banco de datos (CORPES XXI) [online]. **Corpus del Español del Siglo XXI (CORPES)**. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em: 01 de julho de 2024.





8. O CAMINHO PARA A APROPRIAÇÃO DA PREPOSIÇÃO “DE” POR UM JOVEM COM A TRISSOMIA DO CROMOSSOMO 21

Nayra Marinho Silva Paz

<https://orcid.org/0000-0001-9017-3316>

Carla Salati Almeida Ghirello-Pires

<https://orcid.org/0000-0001-7950-6001>

INTRODUÇÃO

Este estudo tenciona discutir acerca de algumas particularidades no que tange ao uso das preposições, especialmente *de*, nas produções orais de um jovem, JR, com a trissomia do cromossomo 21, doravante T21. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, longitudinal, de abordagem explicativa, dado que intenta identificar as causas que dão origem a certos fenômenos, não se limitando à descrição de conceitos, segundo Hernández-Sampieri *et. al.*, (2006), baseada no método materialista histórico dialético. Destacamos, ainda, que esta investigação foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP/UESB) e autorizada, sob o número CAAE- 43963915.2.000.0055.



A respeito dos dados que constituem o *corpus* desta pesquisa, trata-se das produções orais e escritas do sujeito participante supracitado. Os dados foram produzidos em situações espontâneas/orientadas, desenvolvidas com JR; quanto à análise, amparamo-nos no *paradigma indiciário* de Ginzburg (1986), dado que nos auxilia a examinar as singularidades do objeto estudado.

Esta pesquisa edifica-se sobre as bases teóricas da Neurolinguística Discursiva (ND), tomando como ponto de partida a interlocução e as relações que se estabelecem entre sujeitos e sobre a percepção linguística acerca das preposições, conforme Castilho (2014), Kleppa (2005, 2006, 2008), Ilari *et al.* (2022). Como hipótese, admitimos que em virtude da entrada tardia de JR na linguagem ele vivencia um processo de aquisição que não se sedimentou completamente, por consequência, o seu funcionamento de linguagem apresenta algumas lacunas, mas por meio do papel do outro, tal como preconizado pela ND, nas situações de interlocuções edificadas na linguagem, tais lacunas serão preenchidas mediante a oportunização das apropriações culturais.

Objetivamos, também, demonstrar o trabalho de intervenção de linguagem elaborado para JR, com base em suas necessidades linguísticas. Desse modo, as propostas construídas para o sujeito participante consistiram em encontros semanais, com duração de uma hora, baseados em situações de linguagem espontâneas/orientadas, com enfoque, especialmente, nos interesses de JR, com vistas a despertar ainda mais o seu interesse pelas atividades propostas.



No que concerne ao sujeito participante do estudo, JR é um jovem de vinte e cinco anos, comunicativo, gosta de fazer amizades, de sair, de assistir a programas na televisão, de futebol, música, e isso aponta os diversos interesses que ele possui. O ingresso de JR no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Neurolinguística (LAPEN)⁴³ ocorreu no ano de 2012. Logo, ele passou a participar dos atendimentos propostos pelo Grupo de Estudos *Fala Down*.

Nesse período, a fala de JR encontrava-se bastante infantilizada, bem como o seu comportamento. Ele não adotava o uso do “eu”, distanciando-se do discurso, ao colocar-se como terceira pessoa em todos os enunciados. As suas sentenças eram truncadas e com uma fala muito reduzida a poucos elementos linguísticos, discutida na literatura por alguns autores como fala telegráfica, Marinho-Silva (2016). Assinalamos a relevância das teorias mencionadas, a ND e a concepção de uma visão linguística direcionada às preposições, posto que estas dialogam para afastar um olhar tradicional e normativo sobre o emprego das preposições, sobretudo o item *de* na fala de JR. A título de exemplo, podemos mencionar omissões, trocas e excessos das preposições mais gramaticalizadas, nomeadamente, *de*, *em*, *para* e *com*, em alguns contextos linguísticos produzidos por JR. Em virtude de um recorte metodológico e para não

43 Localizado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); o laboratório é coordenado pela professora Dr^a Nirvana Ferraz Santos Sampaio. Encontra-se inserido no LAPEN, o grupo de Pesquisa *Fala Down*, ao qual esta pesquisa está atrelada e o grupo é coordenado pela professora Dr^a Carla Salati Almeida Ghirello-Pires



extrapolar a extensão deste texto, discutiremos apenas sobre a preposição *de*.

Conforme foi citado, JR é um jovem com a T21, comumente conhecida como síndrome de Down (SD). A nomenclatura trissomia do cromossomo 21 tem sido mais adotada por descrever de forma mais adequada esta condição, pois expressa a presença de um cromossomo extra em cada célula, em vez das duas normais. Essa anomalia denomina-se ‘trissomia’, pois na maioria dos casos a ocorrência se dá por trissomia simples; em outras palavras, a presença do cromossomo extra no par 21, portanto, T21.

Em relação a esses aspectos, trataremos, a seguir.

A SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down é uma condição genética resultante da trissomia do par cromossômico 21 (T21), não apresentando graus de acometimento e sendo irreversível por sua condição genética, devido à alteração orgânica, na fase de desenvolvimento embrionário (Stratford, 1989). De acordo com Veríssimo (2021), a estimativa para o nascimento de crianças com a SD, no Brasil, corresponde a 1 em cada 700.

No que diz respeito ao diagnóstico, Veríssimo (2021) destaca que pode ser feito pela observação do fenótipo e por meio de exame genético, o qual aponta, também, por qual forma a condição da T21 se deu, por trissomia simples, por translocação ou mosaïcismo. Considerando os três meios de manifestação desta condição, verificamos



que na trissomia simples, esta se define pela presença de um cromossomo a mais, no par 21, o que equivale a 95% dos casos, consoante os apontamentos de Veríssimo (2021). Em relação à translocação, atinge cerca de 3 a 4% dos casos e dá-se pela ligação do cromossomo 21 a outro par, geralmente ao 14. O mosaicismo, por sua vez, corresponde de 1 a 2% dos casos, o indivíduo possui 46 células normais, bem como células trissômicas.

No que se refere às questões de linguagem, a literatura aponta algumas especificidades no processo de aquisição das crianças com a SD. Como salientam Ghirello-Pires e Moreschi (2016, p. 19), comumente as crianças com SD são consideradas de ‘risco’ para aquisição e desenvolvimento da linguagem, em razão dos fatores orgânicos: “hipotonia, déficit cognitivo e, algumas vezes, comprometimentos auditivos”. Em outras palavras, para as referidas autoras, as questões mencionadas não são impeditivas para o desenvolvimento da linguagem dessas crianças, no entanto, necessitam de mais atenção, intervenção precoce e sistematizada para experienciarem a entrada na linguagem.

Diante disso, elas precisam ter acesso à linguagem o quanto antes, porquanto esta edifica a estruturação psíquica para o desenvolvimento global e para a tomada de consciência. Scarpa (2001) expõe que as crianças com síndrome de Down passam pelos mesmos processos de aquisição da linguagem que as crianças que não apresentam a síndrome, no entanto, muito mais lentamente. Assim, reiteramos a necessidade de oportunizar o mais cedo possível o acesso à linguagem para essas crianças. Isso não foi



ofertado para JR, e conforme mencionado, a entrada de maneira tardia, ocasionou algumas lacunas nesse aspecto de seu desenvolvimento. Todavia, as especificidades em sua fala são concebidas como ponto de partida no fomento de intervenções linguísticas para auxiliá-lo na (re)formulação de suas produções orais.

Para tal finalidade, tomamos por base a Neurolinguística Discursiva, pois ela nos oferece o direcionamento para buscar outras vias compensatórias para a estimulação e intervenção das crianças/jovens com a T21. Dessa maneira, torna-se possível trilharmos os caminhos alternativos, como sinaliza Coudry ([1986] 1988).

Em decorrência das especificidades mencionadas, na aquisição das crianças com a trissomia mencionada, é preciso oferecer condições linguísticas para a entrada dessas crianças no funcionamento da linguagem e, para isso, a família tem papel central, dada a relevância de vivenciarem um contexto facilitador. Para tanto, reforçamos quanto à necessidade de informar os pais/cuidadores acerca da importância da linguagem para o desenvolvimento das crianças, como também em relação à precisão de um trabalho sistematizado para ser oferecido a elas.

Essas considerações coadunam com a visão de Benveniste (1989) acerca da linguagem, ou seja, para ele, sua função é a significação, em razão do sujeito, de modo que o sentido se efetiva na própria língua em uso. Nesse sentido, admitimos os pressupostos de Franchi (1992): a linguagem é concebida como trabalho e manifesta-se na interlocução,



nas práticas discursivas, pois é atividade constitutiva e interação humana.

Como foi dito, para assistir JR em suas questões linguísticas, especialmente no que diz respeito ao uso sistematizado das preposições, partimos dos postulados da Neurolinguística Discursiva. Portanto, para melhor compreendê-la e a sua relevância para nosso estudo, passamos a apresentá-la no tópico a seguir.

A NEUROLINGUÍSTICA DISCURSIVA

A ND consiste em uma corrente teórica centrada em investigar a relação existente entre a linguagem e o cérebro, com foco conjunto nas ciências humanas e nas neurociências, como também se interessa pelas patologias cerebrais. Com base em Morato (2001), essa área do conhecimento busca apreender a respeito da cognição humana, especialmente, os aspectos atrelados à linguagem e isso se estende para o estudo de diversos aspectos desta temática. A referida teoria é pertinente para esta pesquisa, devido às concepções da ND sobre o sujeito, em função de um olhar com foco na singularidade, em oposição a uma percepção patológica.

Podemos conceber enquanto aporte da Neurolinguística, uma disposição para uma fundamentação teórico-metodológica geral da ciência da linguagem, assim como uma perspectiva discursiva dos estudos dedicados à linguagem e à cognição, segundo Morato (2001). Em outras palavras, com base nessa abordagem acerca da Neurolinguística, des-



tacam-se as diretrizes voltadas ao uso social da linguagem, assim como, as interlocuções e as situações comunicativas.

Coudry *et al.* (2010) informam que a ND norteia-se por uma perspectiva discursiva para investigar os dados de linguagem, os quais estabelecem conexões com diversas áreas da Linguística, além de outros campos do saber, nomeadamente a Neurologia, a Neuropsicologia, a Fonoaudiologia, dentre outras. Nesse sentido, conforme Morato (2001), importa para a referida teoria o sentido, a heterogeneidade do uso da linguagem atrelado “à análise das interações humanas, às posturas ou gestos interpretativos dos sujeitos, ao debate em torno dos universos discursivos como a questão do normal x patológico” (p. 160).

Sampaio (2016), ao apresentar as contribuições da Neurolinguística Discursiva para o campo de investigação da linguagem, elenca os estudiosos que cooperaram para a sedimentação das bases na ND, em particular: Franchi (1977), Jakobson (1970, 1975), Benveniste (1970), Vygotsky (1984), Luria (1981), Freud (1891). Coudry *et al.* (2010) mencionam, também, os seguintes autores que colaboraram com o arcabouço teórico da presente corrente: Luria (1979), Coudry e Morato (1988, 1990).

Para Coudry (1988), a ação do sujeito sobre a linguagem edifica-se nas práticas discursivas, na interlocução. Portanto, configura-se como espaço de interação, trabalho e atividade, como postula Franchi (1992); logo, para este autor, a linguagem é vista de maneira inacabada, processual, em contínuo trabalho linguístico. Nessa esteira de pensamento, apresentamos um conceito de Coudry ([1986] 1988),



denominado *processos alternativos de significação*, basilar para nossa compreensão sobre os caminhos trilhados por JR no uso da preposição *de*, por exemplo. Nesse sentido, na interlocução existem diversas possibilidades para dizer de outra forma o que (não) foi dito, posto que a linguagem é concebida como incompleta no que diz respeito ao dizer intencionado. Em outras palavras, é possível valer-se na situação comunicativa de gestos, percepções, associações, expressões faciais.

Desse modo, diante das dificuldades na linguagem, nesse exercício da língua em uso, é precípua a presença do outro a fim de oportunizar os modelos linguísticos para o sujeito com especificidades na linguagem e, por conseguinte, transformar o seu dizer com vistas ao desenvolvimento.

Diante disso, torna-se relevante discorrer sobre as preposições, sob uma perspectiva linguística, conforme explanaremos na seção seguinte.



UMA VISÃO LINGUÍSTICA DAS PREPOSIÇÕES

No que tange às preposições, a literatura apresenta esta categoria linguística na condição de elemento que relaciona dois termos, um antecedente e um consequente. Dessa maneira, como pontua Ilari *et al.* (2022), o termo ‘preposição’ originou-se nas palavras latinas *prae* e *positio* ou em seu composto *praepositione(m)*, e significa ‘posicionar a frente’” (p. 163).

As preposições são vistas como uma categoria de classe fechada, pois elas são invariáveis, não possuem

em essência a característica de dar origem a novas palavras. Na visão de Ilari *et al.* (2022), a disposição entre as palavras de classes abertas e classes fechadas acontece do seguinte modo, as primeiras apresentam alta possibilidade de criação, as segundas baixa possibilidade de criação. Destacamos o ponto de vista de Kleppa (2005), quanto às preposições: para ela, o referido termo linguístico “é um elemento relacional que tem sua posição sintática definida pela estrutura argumental do verbo que a introduz” (p. 16). Nessa perspectiva, o item será concebido pela natureza gramatical, porém a investigação da autora mencionada revela que as preposições podem ser analisadas como elementos em diferentes graus de gramaticalização.

Dito de outra maneira, as preposições não são organizadas dicotomicamente em funcionais ou lexicais, mas analisadas pela Hipótese da Gramaticalização, na qual as preposições são classificadas de acordo com os graus. À vista disso, o grau de gramaticalização das preposições tem a ver com a sua ocorrência na língua, assim, estas são mais utilizadas que as preposições menos gramaticalizadas, pela viabilidade para ligar-se a outros elementos linguísticos, devido ao valor semântico e conforme a distribuição sintática, como explica Kleppa (2005).

No que diz respeito à gramaticalização, em conformidade com a literatura, o termo foi cunhado por Meillet ([1912] 2020). Define-se, então, como a mudança de um determinado item lexical para um item gramatical, segundo Kleppa (2005). Constitui-se, também, como a passagem do mais concreto para o menos concreto; assim, os elementos



caminham para conceitos mais abstratos (Martelotta; Votre; Cezário, 1996).

Para Ilari *et al.* (2022, p. 171), trata-se de “um processo que se dá ao longo do tempo, através do qual um item lexical sofre alterações em sua combinação e em sua forma, até se transformar, no limite, em um morfema, como desinência verbal”. Mencionamos, ainda, a assertiva de Lião (2018, p. 84), ao afirmar que gramaticalização é um “contínuo ‘fazer-se’ da gramática, tornando esta dinâmica, emergente, porque o falante, em sua necessidade de expressão, organiza seu discurso, elabora estratégias de interação com os itens lexicais à sua disposição, dispondo-os de maneira funcional”.

Sobre o grau de gramaticalização, citamos os estudos de Ilari *et al.* (2022), pois discorrem a respeito dessa classe linguística nessa perspectiva. Com base na discussão dos autores, aponta-se “de” como uma preposição altamente gramaticalizada e “contra” como a menos. Na concepção de Araújo (2010, p. 9), “A linguagem não atua independente da cognição humana; pelo contrário, aquela estaria incluída nos processos desta”. Essa compreensão apresentada, a qual relaciona a cognição e a linguagem, aproxima-se de nossa perspectiva a respeito da linguagem, posto que a associamos ao cérebro e às suas funções de significação, na Neurolinguística Discursiva.

De acordo com os dados do Projeto Nurc, apresentados por Ilari *et al.* (2022), quatro preposições correspondem ao total de 80% das 5.215 ocorrências registradas no projeto, respectivamente: *de* 31%, *em* 27%, 12% *para*, a 10% – estas apresentam a maior variedade quantos aos empregos. Os



autores retratam também o caso de outras preposições, com 8%, por 5,5% e até 1,7%, as demais não apresentaram registros superiores a 1%. Com isso, os dados revelam que 4 preposições das 17 em nosso sistema preposicional predominam quanto à frequência do uso, comprovando, assim, que são altamente gramaticalizadas.

Como sinalizado acerca da estruturação das produções orais de JR, notamos especificidades no que tange às preposições, por exemplo, omissões, realizações, excessos, trocas entre algumas preposições, como as seguintes: *de*, *em*, *para* e *com*. No intuito de compreendermos essas questões tornam-se fundamentais algumas reflexões a respeito desta classe gramatical supracitada.

Neste estudo realçamos a presença de especificidades no uso das preposições por parte de JR, por exemplo, em relação ao emprego da preposição *de*. Para Lião (2018, p. 137), “A preposição DE tornou-se favorita na latinidade posterior, passando a substituir não somente o ablativo, mas, também, tomando o posto do genitivo na declinação latina”. Sousa da Silveira (1951) apontou a preposição “de” como uma das ou a mais frequente e de mais variados usos nos idiomas românicos. Isto posto, observamos a amplitude de significação, via gramaticalização, que a presente preposição carrega. Assim, interpretamos as particularidades quanto ao uso da preposição *de* por JR, motivadas devido à sua entrada tardia na linguagem, visto que o emprego e os mais variados usos ainda não foram sistematizados em sua completude pelo sujeito participante. Desse modo, isso pode favorecer a omissão da preposição em alguns contex-



tos, assim como suscitar a troca entre as preposições nas produções orais de JR.

Em relação a essas ocorrências, passamos a tratá-las no tópico seguinte.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Interessa-nos, na presente seção, apresentar uma reflexão sobre o uso da preposição *de* por JR. Dessa forma, selecionamos o dado *café de preto*, produzido em uma situação de intervenção de linguagem, em 31/05/2023. Durante um relato espontâneo de JR sobre café, a investigadora NM nota algumas particularidades de JR, como por exemplo, omissões, troca entre algumas preposições e excessos. Com vistas a propor uma intervenção linguística para o sujeito participante, bem como oportunizar os modelos de linguagem para o uso das preposições, a pesquisadora leva para o atendimento café em pó para ser feito por JR, no Laboratório de Pesquisas e Estudos em Neurolinguística, LAPEN.

Nesse sentido, a proposta fomentada realizou-se conforme os seguintes passos: (01) iniciamos com uma conversa sobre o café que faríamos, em nossa reunião, na UESB, para contextualizar e retomarmos o contexto trabalhado no encontro anterior; (02) a pesquisadora orientou JR sobre como fazer o café na cafeteira e o participante o preparou seguindo os passos; (03) JR e interlocutora tomaram juntos o café feito pelo participante; (04) a interlocutora propôs a JR que escrevesse sobre o preparo do café; (05) leitura de JR sobre o escrito; (06) reescrita (quando necessário) e (07)



passeio no café. A Figura 1, equivale ao passo 03 de nossa intervenção.

Figura 1 - Café feito por JR, 31/05/2023



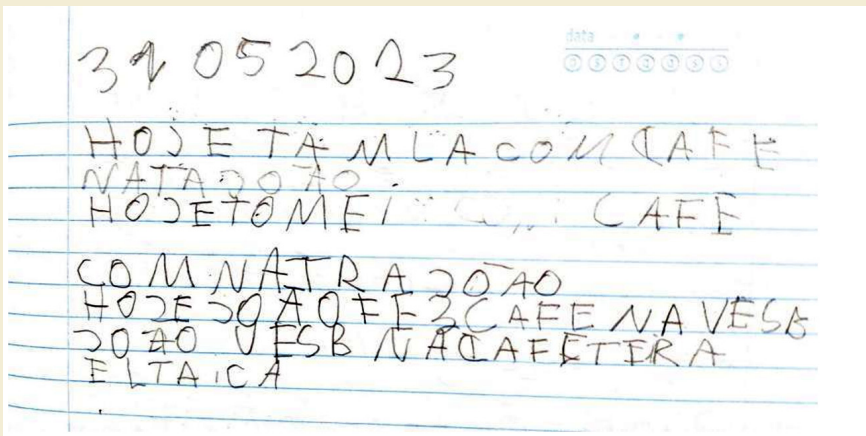
Fonte: Banco de dados das pesquisadoras (2023).

O dado *café de preto* foi produzido por JR para informar que gostaria de tomar café sem leite. A produção configura-se como um excesso de preposição, visto que enunciamos café ou café preto, ao passo que JR inseriu a preposição *de* nesta construção. Interpretamos esta ocorrência como uma estratégia de expressividade formulada por JR. Dito de outra forma, ele procurou salientar a “sua vontade” por meio da produção *café de preto* para café preto, em oposição a café com leite. Assim, ele disse de outra maneira a sua preferência, valendo-se dos *processos alternativos de significação*, buscados na língua (Coudry, 1988). Portanto, interpretamos essa produção oral como uma estratégia linguística do sujeito participante.



Consideramos esta produção positiva, por observarmos que a preposição *de*, omitida em alguns contextos, neste caso foi selecionada e empregada não de forma irrefletida, mas com intenção de marcar a sua vontade, demonstrando, então, o uso significativo da língua. Na Figura 2, adiante, expomos a escrita do sujeito participante JR, equivalente ao passo 04, como citado.

Figura 2 - Escrita de JR, passo 04



Fonte: Banco de dados das pesquisadoras (2023).

No registro ilustrado pela figura anterior temos a escrita de JR:

“HOJE TAMLA COM CAFÉ NAYA JOÃO” - Hoje tomei café com Nayra

“HOJE TOMEI CAFÉ COM NAYRA JOÃO” - Hoje João e Nayra tomaram café

“HOJE JOÃO FEZ CAFE NA VESB” - Hoje João fez café na UESB

“JOÃO UESB NA CAFETERA” - João fez café na UESB na cafeteira elétrica

“ELTAICA”

Ressaltamos a importância da estruturação e da continuidade no trabalho feito com JR, assim como é necessário com as crianças/jovens que possuem a trissomia do cromossomo 21, visto que eles demoram mais tempo para processar e armazenar as informações. Nesse percurso, é indispensável a repetição, a exploração pormenorizada do que é proposto para possibilitar a internalização.

Com base nos indícios observados nas produções de JR, nas singularidades de algumas produções realizadas por ele, as listamos, agora, para complementar a nossa análise. Assim, após verificarmos essas particularidades, sobretudo com a partícula *de*, listamos estes episódios no Quadro 1, a seguir.



Quadro 1 - Usos singulares da preposição *de*

NÚMERO	PREPOSIÇÃO	CONTEXTO DE OCORRÊNCIA
01	DE	<i>Café de forte</i> (Para café forte)
02	DE	<i>Café de leite</i> (Para café com leite)
03	DE	<i>Café de preto</i> (Café preto)
04	DE	<i>Peru de frango</i> (Não identificamos a motivação)
05	DE	<i>Frango de Assado</i> (Para frango assado)
06	DE	Água de salgada (Para Água salgada)
07	DE	Água de boca (Para Água na boca)
08	DE	<i>Dançar de forró</i> (Para dançar forró)

Fonte: Banco de dados das pesquisadoras (2024).



Selecionamos algumas ocorrências apontadas no quadro anterior para discorrermos a respeito. Ou seja, nas linhas 02 e 03, observamos, como foi mencionado nesta seção, dedicada à análise e discussão dos dados, que a estratégia linguística buscada na língua por JR, bem como em relação à expressividade, revela as marcas de sua vontade e de suas preferências.

Os exemplos listados no quadro, nas linhas 01, 02, 03, 05 e 08, revelam o uso do *de* para sublinhar uma vontade. Em outras palavras, utiliza a expressão *café de forte* para apontar gostar de café forte e não fraco (01); *café de leite*

para a indicar que gostaria de tomar o café com leite (02); em 03 também assinalando a preferência neste dia pelo café sem leite, conseqüentemente, preto; ainda, na linha 05, em 17.12.2022, JR informa à interlocutora que gostaria de comer frango no natal, mas o “frango de assado”, não outra receita de frango; e em 08, ao expressar *dançar de forró*, destaca a preferência por dançar forró, não outro estilo musical.

Diante disso, mencionamos o ponto de vista de Kleppa (2005), no qual ela ressalta a importância de nutrir uma visão neurolinguística acerca das preposições, pois, dessa forma, há valorização das estratégias buscadas na língua pela criança – em nosso estudo, pelo sujeito participante, para formular seus enunciados e fazer-se entender. Desse modo, interpretamos as seguintes ocorrências como estratégias encontradas por JR para expressar suas vontades, configurando a preposição *de* na condição de partícula qualificadora para realçar as suas vontades e o seu dizer.

Após apresentar e discutir algumas produções de JR, sublinhamos nossas inferências acerca de possíveis caminhos para explicarmos as singularidades de tais formulações. Logo, não podemos afirmar categoricamente que estas foram as motivações que interferiram nas produções orais de JR, porque, como afirma Widemer (2013), podemos considerar as pistas dadas pelo contexto para inferirmos quanto à intenção do falante, mas nem sempre teremos certezas.

Retomamos a nossa hipótese de que JR vivencia um processo de aquisição de linguagem que não se sedimentou completamente e isso ocasionou certas lacunas, espaços



vazios, digamos, não na língua, mas em sua produção e na organização da linguagem. Ademais, um ponto a ser destacado, não desvinculado de nossa hipótese, relaciona-se à entrada tardia de JR na linguagem, uma vez que, de acordo com a literatura especializada, são conhecidos os danos que o processo de aquisição tardia ocasiona para os sujeitos.

CONCLUSÃO

Com base no que foi exposto, constatamos as modificações no funcionamento da linguagem de JR, o papel do outro que oportunizou para ele as vias compensatórias a fim de que ele percorresse os caminhos alternativos para os seus avanços. Admitimos, também, que as rotas de tais caminhos não avistam ainda o ponto de chegada, dado que necessitamos continuar o trabalho de intervenção linguística sistematizada com foco em suas questões de linguagem.

Almejamos que a discussão proposta neste texto possa colaborar em alguma medida com casos semelhantes a este, pois o estudo realizado com JR demonstra, em seu funcionamento da linguagem, aspectos linguísticos que envolvem dificuldades linguísticas dos sujeitos com a síndrome de Down, conforme apontado pela literatura, ou seja, com as questões de linguagem da T21. E os progressos observados em JR mostram também as inúmeras possibilidades para esses sujeitos.

Ressaltamos, ainda, o papel das teorias adotadas nesta investigação, pois o diálogo estreito entre elas possibilitou a construção de trilhas para as apropriações culturais de JR,



assim como para o despertar da inserção da preposição em seus enunciados. A linguística nos mostrou que a entrada tardia de JR na linguagem ocasionou muitas lacunas em seu funcionamento linguístico. Assim, a ND, associada a uma visão linguística acerca das preposições, atestou-nos as potencialidades para os avanços e o desenvolvimento que todos os sujeitos possuem, ao evidenciar, por intermédio dessas bases, o papel ativo do sujeito no funcionamento da linguagem e o exercício desta no uso significativo da língua.

Assinalamos, ainda, a importância de propiciar para as crianças com a trissomia do cromossomo 21 o acesso à aquisição de linguagem na primeira infância, visto que estas crianças necessitam de maior acompanhamento e intervenção sistematizada para a superação das dificuldades linguísticas. Logo, o trabalho ofertado necessita ser focado de acordo com cada caso, para potencializar os avanços na linguagem pelos sujeitos. Reconhecemos as questões orgânicas presentes na condição trissômica tratada e, por isso, os pais/cuidadores precisam receber as informações adequadas sobre as questões de linguagem para que esta não seja relegada e, por conseguinte, as crianças/jovens acabem vivenciando uma entrada tardia na linguagem, com lacunas nesse funcionamento.

Desse modo, o estudo ora apresentado nos revelou os avanços de JR no caminho trilhado para a apropriação da preposição *de*, bem como nos mostrou que esta trajetória ainda não foi finalizada, porquanto ainda há muitas milhas na/pela linguagem para JR percorrer. Portanto, adotamos a ND e a visão linguística acerca das preposições como



bússolas para conduzi-lo na rota para o desdobramento de suas produções orais e para a sistematização de seu funcionamento linguístico.

REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Èmile. L'appareil formel de l'énonciation. **Langages**, v. 17, p. 13-18, 1970.

BENVENISTE, Èmile. O Aparelho Formal da enunciação. In: **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Pontes, 1989. p. 81-90.

Castilho, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro** / Ataliba T. de Castilho. – 1. ed., 3ª reimpressão – São Paulo : Contexto, 2014.

COUDRY, Maria Irma Haldler. **Diário de Narciso**: discurso e afasia. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

COUDRY, Maria Irma Haldler *et al.* **Caminhos da Neurolinguística Discursiva**: teorização e práticas com a linguagem. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DA SILVEIRA, Sousa. **Sintaxe da preposição “de”**. Ed. da Organização Simões, 1951.

FRANCHI, Carlos. Linguagem – Atividade Constitutiva. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 22, 1992, p. 9-39.

GHIRELLO-PIRES, Carla Salati Almeida; MORESCHI, Sabrina. Especificidades no acompanhamento inicial de linguagem em crianças com síndrome de Down: uma abordagem histórico-cultural. In: GHIRELLO-PIRES, Carla Salati Almeida.



(org.) **Síndrome de Down: Perspectivas Atuais** – Vitória da Conquista, Edições UESB, 2016. p.15-28

GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas sinais: morfologia e história**. Tradução de F. Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

HERNÁNDEZ-SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ-COLLADO, Carlos; BAPTISTA-LUCIO, Pilar. Analisis de los datos cuantitativos. **Metodología de la investigación**, v. 6, p. 270-335, 2006.

ILARI, Rodolfo *et al.* A Preposição. In: ILARI, Rodolfo (Org.) **Gramática do português culto falado no Brasil: volume IV**: palavras de Classe Fechada. São Paulo: Contexto, 2022. p.163-312

JAKOBSON, Roman. **Linguística e Comunicação**. Tradução de I. Blikstein e J. Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970.

KLEPPA, Lou-Ann. **Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem ou ‘Vamo de a pé no carro do vovô?’**. 186f. 2005. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2005.

KLEPPA, Lou-Ann. **Preposições ligadas a verbos na fala de uma criança em processo de aquisição de linguagem e de dois sujeitos agramáticos em processo de reconstrução de linguagem ou “Eu e você? Diferente.”** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2008.

KLEPPA, Lou-Ann. **Repetições e reformulações de preposições na fala de uma criança**. Estudos Linguísticos XXXV, p. 1163-1170, 2006.



LIÃO, Graziela Bonato. **Funções da Preposição de no Português Brasileiro**. 149f. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Pontifícia Unoversidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião Josué; CEZÁRIO, Maria Maura. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Ed: Tempo Brasileiro, UFRJ, Departamento de Lingüística e Filologia, Rio de Janeiro, 1996.

MARINHO-SILVA, Nayra. **A Conquista da Autonomia de JR por Meio de suas Apropriações Linguísticas**. Dissertação. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2016.

MEILLET, Antoine, 1866-1936. **A Evolução das Formas Gramaticais**. Seleção, tradução e notas: Marcos Bagno. 1. ed. São Paulo: Párabola, 2020.

SCARPA, Ester. Mirian. Aquisição da Linguagem. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.). **Introdução à linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 203-232.

SAMPAIO, Nirvana Ferraz Santos. Um olhar para o sujeito com dificuldades na linguagem: contribuições da Neurolinguística Discursiva. In Carla Salati Almeida Ghirello-Pires (org): **Síndrome de Down: Perspectivas Atuais**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. p. 153- 170.

STRATFORD, Brian. **Down's syndrome: past, present and future a understanding and positive guide for families, friend and professionals**. London: Penguin Books, 1989.

VERÍSSIMO, Thereza Cristina Rodrigues Abdalla. Diagnóstico e classificação da Síndrome de Down. In: UNIVERSIDADE



ABERTA DO SUS. UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Atenção à Pessoa com Deficiência I:** transtornos do espectro do autismo, síndrome de Down, pessoa idosa com deficiência, pessoa amputada e órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção. Atenção à Pessoa com Síndrome de Down. São Luís: UNA-SUS; UFMA, 2021. p. 1-18

WIEDEMER, Marcos Luiz. **Varição e gramaticalização no uso de preposições em contextos de verbos de movimento no português brasileiro.** Tese de doutorado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.



9. A EXPRESSÃO DE SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL EM LÍNGUAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Mariany de Alencar Couto

<https://orcid.org/0009-0006-9515-6973>

Gabriela Fasolo Pivaro

<https://orcid.org/0000-0002-7892-7362>

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma análise funcional da subordinação adverbial em quinze línguas indígenas brasileiras, com base em dados sincrônicos. O estudo insere-se no campo da linguística e adota uma abordagem teórica que integra princípios do funcionalismo e da tipologia linguística. Ao observar as línguas indígenas em seu estado atual, sem levar em conta sua evolução histórica, o objetivo é identificar padrões e variabilidade nas estruturas gramaticais, em especial na subordinação adverbial.

A análise de línguas indígenas no Brasil é caracterizada por um enfoque metodológico distinto das abordagens tradicionais da linguística. Conforme apontam Rodrigues e Cabral (2005), os estudos linguísticos sobre essas línguas se aproximam da Tagmêmica, uma metodologia desenvolvida por Kenneth Pike e amplamente utilizada no trabalho



missionário entre povos indígenas. Embora a Tagmêmica não seja mais predominante, seu foco na organização das unidades significativas das línguas ainda influencia análises contemporâneas. Esse legado metodológico é fundamental para a compreensão das estruturas linguísticas das línguas indígenas.

Além disso, a tipologia linguística desempenha um papel crucial na análise dessas línguas, especialmente nas da América do Sul, uma região reconhecida por sua diversidade linguística. Como observa Campbell (2012), os estudos tipológicos são essenciais para classificar e comparar as línguas, identificando padrões e variações. No entanto, a escassez de material descritivo e a complexidade das estruturas gramaticais dessas línguas impõem desafios significativos à pesquisa.

A abordagem sincrônica adotada neste estudo segue a perspectiva de que a língua é um sistema dinâmico e em constante variação. Traugott e Trousdale (2013) e Hopper (1991) argumentam que as línguas estão em contínuo processo de mudança, refletindo variações que ocorrem nas interações comunicativas. Sob o ponto de vista funcionalista, a gramática é moldada pelo uso e pelas pressões comunicativas, o que se torna especialmente relevante na análise de como a subordinação adverbial se manifesta nas línguas indígenas brasileiras.

Por meio da coleta e comparação de dados previamente descritos, este capítulo busca identificar as regularidades e variações na marcação de subordinação adverbial em diversas línguas indígenas. Ao integrar a tipologia linguística



com a análise funcionalista, o estudo contribui não apenas para o avanço do conhecimento linguístico dessas línguas, mas também para a documentação e preservação de suas estruturas, ressaltando a importância de proteger a diversidade linguística, que constitui um patrimônio cultural e científico de inestimável valor.

UM BREVE RESUMO DA FORMAÇÃO DA LINGUÍSTICA INDÍGENA

O interesse por línguas indígenas remonta ao final do século XVI, com a gramática do Tupinambá (Anchieta, 1595) e a do Kariri (Mamiani, 1699). Essas obras tinham o objetivo de aplicar o modelo gramatical greco-latino para converter e controlar as línguas e culturas indígenas, uma prática que continuou mesmo após a independência do Brasil em 1822.

Durante o Período Imperial e a República, o estudo das línguas indígenas foi fortemente influenciado pela atuação do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), uma organização missionária dedicada à tradução do Novo Testamento para línguas ágrafas. O SIL foi parte de um esforço missionário norte-americano que incluía a *Jungle Aviation and Radio Service* (JAARS) e a *Wycliffe Bible Translators* (WBT). Cada instituição desempenhava funções complementares: a JAARS fornecia suporte logístico, e a WBT cuidava da divulgação e financiamento. Essa infraestrutura permitiu que o SIL expandisse suas atividades no Brasil a partir de 1962, contribuindo para o estudo linguístico de diversas línguas indígenas além do Tupinambá.



No entanto, o desenvolvimento pleno da Linguística Indígena no Brasil, como área científica, só ocorreu após a saída do SIL, entre as décadas de 1970 e 1980, através da criação de um centro de pesquisa na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1973. O linguista Aryon Rodrigues foi uma figura central nesse processo, revitalizando o programa de pós-graduação em Linguística da Unicamp e, mais tarde, criando o Laboratório de Línguas Indígenas (LALI) na Universidade de Brasília (UnB), em 1990. Outro marco foi o lançamento, em 1988, do Programa de Pesquisa Científica sobre Línguas Indígenas Brasileiras (PPCLIB) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Ainda assim, a Linguística Indígena permaneceu marginalizada dentro da linguística brasileira, como observado por Seki (1991), sendo frequentemente tratada de forma isolada em eventos acadêmicos. Contudo, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, em 2009, impulsionou uma maior conscientização sobre as perdas linguísticas e identitárias, refletindo-se em iniciativas como as licenciaturas interculturais indígenas em várias universidades brasileiras e na criação do Ministério dos Povos Indígenas, liderado pela ministra Sônia Guajajara em 2022.

O Censo Demográfico de 2010 também trouxe avanços ao incluir perguntas sobre pertencimento étnico e língua falada, permitindo a identificação e localização geográfica dos povos indígenas no Brasil. Os dados revelam que, dos 896.917 indígenas no país, 57,7% vivem em Terras Indígenas, com uma distribuição significativa nas regiões



Norte e Centro-Oeste. Além disso, os números mostram que cerca de 78.954 pessoas se identificam como indígenas, mas desconhecem sua etnia.

Esses dados sublinham a importância do estudo da diversidade linguística indígena, não apenas como um aspecto cultural, mas também como uma questão de direitos humanos e preservação identitária. O estudioso Rodrigues (2005) enfatiza que a diversidade cultural e linguística do Brasil ainda é alvo de hostilidade e violência, alimentadas pela desinformação e ambições econômicas.

O Brasil, com cerca de 210 línguas faladas, possui uma diversidade linguística incomensurável. Segundo a Unesco, 6% das línguas faladas no mundo são indígenas, representando mais de 420 línguas. No entanto, o país enfrenta uma grave crise de extinção linguística, sendo o terceiro no mundo com mais línguas ameaçadas, conforme o “Atlas das Línguas do Mundo em Perigo” (UNESCO, 2010). Cerca de 87% das línguas indígenas no Brasil têm menos de mil falantes, o que as coloca em alto risco de desaparecimento.

Essa realidade destaca a urgente necessidade de mais pesquisas e ações de apoio aos falantes indígenas. Embora existam estudos sobre subordinação adverbial em algumas línguas indígenas, poucos comparam tipologicamente diversas línguas e suas famílias, buscando sistematizar as formas de expressão desse fenômeno gramatical. A presente pesquisa, ao se dedicar a essa tarefa, contribui para a preservação e valorização das línguas indígenas brasileiras, reforçando seu papel como um patrimônio cultural e científico a ser protegido.



QUADRO TEÓRICO

A tipologia linguística, área da linguística que busca classificar as línguas com base em características estruturais, tem como foco o estudo das propriedades universais e particulares das línguas naturais. Uma das principais questões neste campo é a identificação de padrões comuns e recorrentes, bem como de variações nas estruturas linguísticas. Nesse sentido, as contribuições de autores como Greenberg e Comrie são fundamentais para o desenvolvimento de teorias sobre a ordenação de palavras, especialmente no que diz respeito à relação entre o verbo e seus complementos.

No contexto das construções sintáticas, a subordinação adverbial ocupa um lugar central. A subordinação adverbial é estudada sob uma perspectiva funcionalista, que enfoca a maneira como os elementos linguísticos interagem e contribuem para o funcionamento do sistema gramatical. De acordo com Thompson e Longacre (1985), a relação entre orações subordinadas e principais pode ser descrita como um contínuo, no qual as orações complementares, relativas e adverbiais desempenham papéis distintos. As orações adverbiais, que modificam sintagmas verbais ou orações inteiras, são consideradas menos subordinadas em comparação com as orações complementares e relativas, sendo comumente classificadas como combinações hipotáticas.

Uma característica marcante das orações subordinadas adverbiais é a diversidade de dispositivos usados para sinalizar essa relação. Três mecanismos principais são en-



contrados nas línguas do mundo: morfemas subordinativos, formas verbais especiais e a ordem das palavras. Esses dispositivos podem variar de acordo com a estrutura da língua. Por exemplo, enquanto em línguas de ordem verbo-objeto (VO) as orações subordinadas adverbiais costumam seguir a oração principal, em línguas de ordem objeto-verbo (OV) elas frequentemente a precedem.

Além da posição das orações, outro fator importante é o grau de integração entre as orações subordinadas e principais. Hopper e Traugott (1993) sugerem que essa integração pode variar de mínima a máxima, dependendo do grau de dependência entre as orações. Em algumas línguas, como o alemão, a subordinação é marcada pela mudança na posição do verbo, que se desloca para o final da oração subordinada, enquanto em línguas como o coreano e o japonês, a posição da oração adverbial é determinada por suas características tipológicas, com uma tendência a preceder a oração principal.

A subordinação adverbial pode ainda ser classificada em grupos semânticos distintos, com base nas relações que expressam entre as orações. Thompson e Longacre (1985) categorizam essas orações em dois grupos: aquelas que podem ser substituídas por uma única palavra (tempo, localização e modo) e aquelas que não podem (propósito, razão, concessão, entre outras). Essa distinção reflete a complexidade funcional das orações adverbiais, que frequentemente expressam relações circunstanciais mais amplas do que os advérbios monomorfêmicos tradicionais.



A partir das análises de Hengeveld (1996), observa-se que as orações subordinadas adverbiais podem se referir a diferentes tipos de entidades, que vão desde eventos localizáveis no tempo e espaço (segunda ordem) até proposições abstratas (terceira ordem) e atos de fala (quarta ordem). Além disso, o autor propõe uma classificação baseada no grau de factividade dessas orações, distinguindo entre orações factivas, não-factivas e abertas (dubitativas e potenciais), que expressam incertezas ou possibilidades.

O modelo hierárquico proposto por Hengeveld (1996) oferece uma visão detalhada das relações entre orações principais e subordinadas, categorizando-as em termos de dependência e dominância. A subordinação adverbial, dentro desse modelo, é caracterizada como opcional e vinculada a funções circunstanciais, em oposição às orações complementares, que são obrigatórias. Esse modelo, ao lado da abordagem funcionalista mais ampla, permite uma compreensão aprofundada das interações entre as orações e suas respectivas funções no discurso.

Assim, o estudo da subordinação adverbial, quando analisado à luz da tipologia linguística e das teorias funcionalistas, revela a complexidade e a diversidade das estratégias utilizadas pelas línguas para estruturar e expressar relações entre orações. Ao mesmo tempo, destaca a importância de considerar a variação entre línguas no que diz respeito aos dispositivos morfológicos e sintáticos empregados para marcar essas relações.



IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS

A escolha de uma metodologia coerente é essencial para o sucesso de qualquer pesquisa, especialmente em estudos de caráter tipológico e funcionalista, que requerem uma análise detalhada e sistemática dos dados linguísticos. A condução adequada de uma investigação sobre fenômenos linguísticos, como a subordinação adverbial, depende da forma como os dados são coletados, processados e interpretados. Em particular, para este estudo sobre as línguas indígenas brasileiras, a seleção cuidadosa de um *corpus* diversificado e representativo, bem como o emprego de ferramentas analíticas apropriadas, visa garantir a precisão e consistência dos resultados, além de possibilitar a aplicação desses achados em outras áreas da linguística, como a tipologia sintática e a semântica.

A metodologia aqui adotada reflete uma abordagem abrangente e integrada, na qual o *corpus* foi formado a partir de uma revisão detalhada da literatura disponível sobre as línguas indígenas brasileiras. Foram consideradas línguas pertencentes a diversas famílias e troncos linguísticos, a saber: Tronco Tupi-Guarani (Asurini do Xingu, Tapirapé, Kaiowá e Guarani Mbyá), Família Arawak (Apurinã, Ashaninka, Wapixana e Paresi), Família Pano (Shanenawa e Matis), Família Nambikwara (Sabanê), Família Mawé (Saterê-Mawé), Família Nadahup (Dâw), e Línguas Isoladas (Kanoê e Trumai). O processo de seleção foi conduzido com base em três critérios principais: **I.** Localização geográfica das línguas: limitando-se ao território brasileiro; **II.** Diversidade



filogenética: priorizando a inclusão de línguas de diferentes famílias linguísticas; e **III**. Disponibilidade e qualidade dos trabalhos descritivos.

A escolha das línguas do *corpus* foi motivada pelo objetivo de estabelecer uma tipologia dos modos de expressão da subordinação adverbial nessas línguas indígenas. Para isso, foram consultados materiais de referência, como gramáticas, artigos, dissertações e teses, com o intuito de comparar as estratégias sintáticas e morfológicas empregadas por cada uma das línguas no tratamento da subordinação adverbial. Seguindo os princípios de Rijkhoff (2007) e Croft (2001), que defendem a importância de uma ampla coleta de dados para garantir a validade empírica de uma pesquisa tipológica, a presente investigação aborda a subordinação adverbial com base em uma amostra diversificada. No entanto, é importante reconhecer as limitações impostas pela falta de descrições detalhadas para algumas das línguas indígenas brasileiras, bem como a escassez de material disponível em alguns casos. A composição da amostra, portanto, reflete não apenas as línguas mais documentadas, mas também aquelas cujas descrições foram acessíveis durante o processo de pesquisa.

Ao longo da análise, foram identificados e classificados os diversos modos de expressão da subordinação adverbial, com foco nas marcas morfológicas e nas construções sintáticas que indicam essa relação interclausal. Com base na classificação proposta por Thompson e Longacre (1985), as orações adverbiais foram subdivididas em grupos semânticos, considerando tanto aquelas que podem



ser substituídas por um único advérbio quanto aquelas que expressam relações mais complexas, como propósito, razão e concessão. Além disso, as noções de factividade e não-factividade, conforme definidas por Hengeveld (1996), foram aplicadas à análise, classificando as orações adverbiais de acordo com seu grau de dependência em relação à oração principal.

No que se refere à seleção do *corpus*, é fundamental considerar os possíveis vieses que podem influenciar os resultados de um estudo tipológico. Bell (1978) aponta cinco tipos de vieses — bibliográfico, genético, areal, tipológico e cultural — que devem ser cuidadosamente evitados para garantir a representatividade e a validade das conclusões. No entanto, em uma pesquisa com foco em línguas indígenas, muitas das quais possuem pouca documentação, é inevitável que alguns desses vieses estejam presentes. Para este estudo, optou-se por priorizar o viés tipológico, dada sua importância na seleção de amostras linguísticas e sua capacidade de capturar uma ampla gama de variações dentro do fenômeno estudado.

A metodologia empregada aqui segue a abordagem de “amostra de variedade”, conforme descrita por Bell (1978), que investiga todas as possíveis manifestações de um determinado fenômeno linguístico. Tal abordagem é particularmente útil em estudos exploratórios, nos quais se busca identificar padrões comuns e incomuns entre as línguas. A uniformização das glosas dos dados, com base nas *Leipzig Glossing Rules*, foi uma etapa crucial para garantir a comparabilidade dos exemplos, uma vez que as descrições



originais apresentavam grande heterogeneidade em suas anotações e traduções.

Por fim, os desafios encontrados durante a análise — como a disparidade nas descrições disponíveis e a falta de dados para certas línguas — foram compensados pela aplicação de uma metodologia sistemática e rigorosa, que permitiu a identificação de generalizações tipológicas relevantes.

ANÁLISE DA AMOSTRA DE LÍNGUAS INDÍGENAS

A subordinação adverbial em línguas indígenas brasileiras, embora ainda pouco explorada em estudos linguísticos, mostrou-se um fenômeno gramatical expressivo e diversificado. Foram identificados morfemas e construções específicas para marcar relações de causalidade, condicionalidade, temporalidade, concessividade, entre outros tipos de subordinação adverbial. Ao longo dessa seção serão apresentados, de maneira muito breve, alguns exemplos e descrições de como essas línguas expressam essas relações gramaticais.

Para a análise da língua Apurinã, por exemplo, adotamos a definição de subordinação como o processo pelo qual uma frase complexa é constituída a partir de duas ou mais orações, sendo que a oração subordinada desempenha “[...] funções como sintagmas nominais, modificadores de nomes e modificadores de sintagmas verbais ou de proposições inteiras” (Longacre, 1985, p. 237). Sendo assim, a subordinação causal ocorre através da partícula subordinadora adverbial *kotxi* ‘porque’. Quando essa partícula antecede a



cláusula subordinada, ela indica a causa do que é afirmado na oração principal, estabelecendo uma relação de causa e efeito entre as duas cláusulas. Dessa forma, a partícula *kotxi* apresenta-se como posposta ao verbo da oração principal, conforme o exemplo abaixo:

(1) Apurinã (Facundes, 2000, p. 610)

kona nota sa-ru **kotxi** ka-kama-re-wa watxa ata
 not 1.SG go-3.M.OBJ SUB ATR-make-POSS-1.PL.OBJ today 1.PL
 ‘I’m not going because we have a lot of work now’

Enquanto na análise da expressão da noção de causa/razão na língua Paresi, observa-se que a conjunção *hiyeta* é utilizada para introduzir a cláusula causal, posicionando-se no início da oração subordinada. Este padrão é evidenciado pelo exemplo (2), enquanto no exemplo (3) ocorre a repetição da conjunção subordinativa *hiyeta*.

A literatura existente, incluindo o trabalho de Silva (2013), não oferece uma explicação para essa duplicação apresentada no exemplo (3). Nossa hipótese sugere que a repetição da conjunção *hiyeta* pode representar um recurso próprio da oralidade, utilizado para intensificar a noção de causalidade. Esse fenômeno é corroborado pela tradução do exemplo, que mostra como a duplicação pode reforçar a ênfase no sentido causal. Apesar dessa interpretação, é importante notar que tal ocorrência parece desviar da regra geral que estipula a posição obrigatória da conjunção à esquerda da oração que encabeça. Isso indica que a repetição pode ser um caso específico e isolado, não refletindo uma



regra gramatical ampla, mas possivelmente um recurso estilístico ou pragmático específico da língua Paresi.

(2) Paresi-Halati (Silva, 2013, p. 414)

[e-n-aotse=ta aore h=irae-n=e hitiya=ta]
3-EP-lugar=ELAT como 2.SG=dizer-CL-CONCD ITER=ELAT

[**hiyeta**hi=hainahare h=ao-k-ita-re hiye nomita]
por.isso 2.SG=cunhado 2-ao-PRF-CONT-NMLZ ?
eu.digo

‘[como você mesmo disse, estava tudo correto] [por isso que eu digo (quero) para teu cunhado]’

(3) Paresi-Halati (Silva, 2013, p. 415)

[maiha atyo hako-iri heta zini ø=kazai hako-akiya
NEG FOC lugar-? COMPL ENF 3=cuidar lugar-alto

hena=tyo ø=zan-e-ta] [**hiyeta** ehare **hiyeta**]
IMIN=FOC 3=ir-CONCD-CONT por.isso isso por.isso

‘[não é só em lugarezinhas, já está cuidando em diversos lugares] [por isso, é por causa disso]’

Sendo assim, em relação à subordinação adverbial causal, temos as línguas: **i.** Apurinã: em que há a presença da partícula subordinadora *kotxi* para introduzir a oração subordinada; **ii.** Ashaninka: os marcadores sintáticos *tema/kama* ‘porque’ não apresentam posição fixa na oração, enquanto os conectores causais *okaNta/ikaNta* são responsáveis por introduzir a oração subordinada; **iii.** Paresi: na qual o morfema livre *hiyeta* se apresenta introduzindo a oração subordinada; **iv.** Wapixana: a locução conjuncional *ʃaʔapanum iɖi* introduz a oração subordinada, podendo também atuar somente com a conjunção *iɖi* no final da sentença



complexa; v. Dâw: a partícula que denota anterioridade *je?* e a partícula que denota posterioridade *xád* são responsáveis por introduzir a oração subordinada; vi. Trumai: o morfema *iets'* apresenta-se ao final da oração subordinada, enquanto a combinação de sufixo *-ak+3ABS* é utilizado ao final do VP.

No contexto da língua Asurini do Xingu, a expressão de condicionais é realizada por meio da categoria das imaginativas, que é indicada pelos sufixos *-ramẽ* e *-ramũ*. De acordo com a classificação de Thompson e Longacre (1985), as condicionais imaginativas, também referidas como *unreality*, são utilizadas para descrever situações que são hipotéticas ou irreais. Esses autores identificam duas subcategorias de situações irreais: i. Imaginativas: estas são situações que supomos que podem ocorrer ou que poderiam ter ocorrido. Elas não são necessariamente realistas ou factíveis, mas são exploradas hipoteticamente dentro do discurso; ii. Preditivas: estas são situações que se projetam para o futuro, ou seja, previsões ou antecipações do que se espera que aconteça. Estas também são tratadas como imaginativas, uma vez que se baseiam em hipóteses ou especulações sobre eventos futuros.

O uso dos sufixos *-ramẽ* e *-ramũ*, no Asurini do Xingu, para marcar essas situações sublinha a função da morfologia verbal na codificação de diferentes tipos de *irrealis*.

(4) Asurini do Xingu (Pereira, 2009, p. 327)

amyna	r-ur- ame.amũ	kururu	ryryv-amũ
chuva	REL-cair-IRR	sapo	alegre-SUBJ

‘quando/se chove o sapo fica alegre’



Podemos notar que, assim como há a elipse do *-r* diante de consoantes no caso do morfema *-ramẽ*, as condicionais imaginativas também sofrem um processo de perda na justaposição do *-ramẽ* com o morfema *-ramũ*. Além disso, Pereira (2009) considera o exemplo (4) como *irrealis*, no entanto, conforme Comrie (1986): “*Irrealis* é um termo usado para abranger uma gama de modalidades não indicativa, incluindo situações hipotéticas, contrafactuais e vários tipos de situações potenciais ou não realizadas”.

Em outras palavras, o modo *irrealis* refere-se a modos verbais que expressam ações ou estados que não são reais, que são imaginários, hipotéticos, desejados ou contrafactuais. Dessa forma, a frase ‘quando/se chove o sapo fica alegre’ indica uma condição factual, em que: **i.** “quando” sugere que toda vez que a condição de chover é satisfeita, o sapo realmente fica alegre; **ii.** “se” expressa uma condição hipotética que ainda é possível, sugerindo que qualquer situação possível em que chove, o resultado é que o sapo fica alegre. Em suma, esse exemplo permanece dentro das fronteiras da realidade ou de possibilidades plausíveis, sem envolver uma condição que seja desejada, contrafactual ou impossivelmente hipotética.

De maneira resumida, as orações subordinadas condicionais apresentam a seguinte esquematização: **i.** Asurini: há a presença do morfema subordinante *-ramẽ/ -ramũ* como sufixo verbal da oração subordinada; **ii.** Ashaninka: a conjunção temporal *aririka* introduz a sentença, enquanto o clítico temporal *=mi* marca os verbos da oração principal e da oração subordinada; **iii.** Dâw: a conjunção *kɔn* ‘se, caso’



não possui posição fixa na sentença; **iv.** Kanoê: há a co-subordinação de natureza adverbial, em que o morfema *neko* conecta a oração principal à oração subordinada; **v.** Trumai: os advérbios *hat'ke/ ifike* são afixados à oração principal.

A subordinação adverbial temporal, por sua vez, é uma construção gramatical em que uma oração subordinada desempenha a função de um advérbio de tempo, fornecendo informações sobre o período em que uma ação ou situação na oração principal ocorre. Este tipo de subordinação é crucial para a estrutura temporal das línguas, pois permite que se estabeleça um vínculo entre diferentes eventos e suas temporalidades relativas.

Na língua Apurinã, a subordinação temporal se manifesta quando uma cláusula subordinada define o momento específico em que a situação descrita na oração principal ocorre, através da adição do morfema adverbial temporal *-sawaku*. Esse morfema atua como um indicador de que a cláusula subordinada está fornecendo informações temporais que delimitam ou contextualizam a ação ou situação mencionada na cláusula principal. A flexibilidade na posição da cláusula subordinada temporal em relação à cláusula principal é uma característica notável desta construção. As cláusulas subordinadas temporais podem preceder ou seguir a cláusula principal, conforme ilustrado pelos seguintes exemplos:

(5) Apurinã (Facundes, 2000, p. 611)

a-makatzaka	txa-ru	komeru-pe	u-payaka- sawaku
1.PL-take	AUX-3.M.OBJ	manioc-pulp	3.M-be.soft-TEMP
'when it's soft, we take the manioc pulp'			



(6) Apurinã (Facundes, 2000, p. 611)

hãtakoru-panhi-ka a-nha-pê-ka-**sawaku** kona kariwa pirana ata koseka
 youth-IPFV-PRED 1.PL-be-PSV-PRED-TEMP not white language 1.PL pull
 ‘when we were younger we didn’t speak the language of the white people’

Diferente das outras subordinadas, a oração subordinada adverbial temporal possui o maior índice de ocorrência dentro do *corpus*, ou seja, esse fenômeno gramatical apresenta uma marca de expressão em dez das quinze línguas selecionadas. Observe: **i.** Apurinã: há a adição do morfema adverbial temporal *-sawaku* à oração principal ou à oração subordinada; **ii.** Ashaninka: a sucessão temporal é marcada pelos morfemas livres *ironyaaka* ‘agora’ e *oponya/ iponya* ‘depois’; enquanto a simultaneidade temporal é expressa através da conjunção *arika* no início da sentença, o clítico temporal *=ra* sem posição fixa na oração, o advérbio temporal *ovakera* ‘recentemente’ que, associado à oração subordinada, passa a funcionar como a conjunção ‘quando’, o verbo polifuncional *okaNta/ ikaNta* que precede o verbo da oração subordinada, e por fim, a anterioridade temporal é expressa através do conector *irohatzi*, presente na oração subordinada; **iii.** Paresi: o morfema *maika* é sempre localizado à esquerda da oração adverbial; **iv.** Matis: os sufixos *-şun/ -aş* ‘primeiro/ antes’ dependem da prioridade temporal da oração principal para ocorrer dentro da sentença, já os morfemas gramaticais *-kin/ -ek/ -nuk* ‘enquanto que’, anexados ao verbo, expressam relação temporal; **v.** Shanenawa: os afixos verbais *-nun*, responsável por expressar posterioridade ao evento da oração principal, e *-şun* ocupam a posição no final da oração subordinada, já o



afixo verbal *-tan* é responsável por expressar anterioridade ao evento da oração principal e os afixos *-i/ -aj* expressam simultaneidade, todos ocorrendo também no final da oração subordinada; vi. Sabanê: o prefixo *-nat* não possui posição fixa na oração; vii. Sateré-Mawé: o morfema *turan* também não apresenta posição fixa; viii. Dâw: o morfema *ʔujã̃m* ‘quando’ não possui posição fixa na oração, enquanto *tɾʔ* ‘enquanto, quando’ atua no final da oração subordinada, a conjunção temporal anafórica *ʔatɾʔ* ‘nesse quando’ ocorre no início da sentença, o morfema *núíd* ‘só quando’ está presente no final da sentença, o morfema *ten* ‘nesse ou naquele agora’ atua no final da oração subordinada, a conjunção resultante de aglutinação temporal *tenúíd* está presente no final da sentença, o morfema *gid* ‘naquele quando’ ocorre no final da oração subordinada, o morfema *xáx* ‘no mesmo momento’ após o verbo da oração subordinada, o morfema *punʔ* ‘cada vez que’ denota repetição intermitente e ocorre no final da oração subordinada, a locução adverbial temporal *wap-punʔ* ‘todas as vezes que’ refere-se à repetição frequente e habitual, localizada no final da oração subordinada, o morfema *duj* ‘naquela ocasião’ presente no final da oração subordinada e, por fim, a locução *ten-duj* ‘naquele agora’ presente no final da oração subordinada; ix. Kanoê: o morfema *neko* ‘se’ conecta as orações co-subordinadas à oração principal; x. Trumai: o morfema *t’atske* expressa posterioridade em relação ao evento da oração principal e localiza-se no final da oração subordinada, enquanto a combinação *huk*+DAT expressa anterioridade e também é encontrada no final da oração subordinada, já os morfemas



nae e *kaksu* ocorrem após o verbo da oração subordinada, os sufixos *-ki/ -tl* ocorrem no início da sentença, e o morfema *hatt'ke* após o verbo da oração principal.

Em seguida, a subordinação adverbial comparativa é um tipo de relação gramatical que ocorre quando uma oração subordinada estabelece uma comparação entre dois elementos, geralmente expressando que uma ação ou qualidade é maior, igual ou menor que outra ação ou qualidade. Na língua Kanoê, a única do *corpus* que apresenta a manifestação da subordinação comparativa, a inequação comparativa de superioridade ou inferioridade é marcada pelo uso sistemático da negação: uma das orações contradiz a outra.

A posição sintática das orações é crucial para a sua interpretação. Quando a oração negativa é a primeira, ela indica inferioridade, sugerindo que a ação ou qualidade descrita na oração principal é menor. Por outro lado, se a oração negativa é colocada em segundo lugar, ela indica uma relação de superioridade, sugerindo que a ação ou qualidade descrita na oração principal é maior. No caso do comparativo de igualdade, essa relação é expressa pela presença sistemática do termo *maere* ‘também’ no final da segunda oração, estabelecendo que a ação ou qualidade comparada é igual entre os dois elementos.

Em (7) temos um exemplo de comparativo de igualdade, em (8) um comparativo de superioridade e em (9) um comparativo de inferioridade:



(7) Kanoê (Bacelar, 2004, p. 269)

ña	keke	těpũ-nake	e-re
POSS.1.SG	avó	velho-F	DECL-AUX

[pja	keke	těpũ-nake	ma-e-re]
POSS.2.SG	avó	velho-F	também-DECL-AUX

‘minha avó está velha, tua avó está velha também’

(8) Kanoê (Bacelar, 2004, p. 269)

ña	i-ta	more-ta	e-re
POSS.1.SG	?-pele	bom-pele	DECL-AUX

[pja	i-ta	more-ta	ni-k-e-re]
POSS.2.SG	?-pele	bom-pele	3-NEG-DECL-AUX

‘Minha pele é boa, tua pele não é boa’

(9) Kanoê (Bacelar, 2004, p. 269)

ña	vae-nake	ã-nake	k-e-re
POSS.1.SG	primo-F	alto-F	NEG-DECL-AUX

[aj	ã-kỹ	j-õ-e-re]
1.SG	alto-M	1-DECL-AUX

‘minha prima não é alta, eu sou alto’



Outro tipo de subordinação adverbial que apresenta pouca representatividade no *corpus* é a oração subordinada adverbial concessiva, com apenas duas línguas: **I.** Dâw: o morfema *nʔid* ‘mas mesmo assim’ ocorre no início da oração subordinada; **II.** Kanoê: o morfema *něko* ‘embora, ainda que’ também ocorre no início da oração subordinada.

A subordinação adverbial concessiva é um tipo de relação gramatical que ocorre quando uma oração subordinada expressa uma concessão, ou seja, ela introduz uma

ideia que contrasta com a ideia da oração principal. Em Dâw as cláusulas subordinadas adverbiais concessivas são aquelas cujas informações veiculadas contradizem as expectativas da cláusula principal. A relação de concessão entre as orações do período composto por subordinação é marcada pela conjunção *n'ĩd* ‘mas mesmo assim’.

(10) Dâw (Martins, 2004, p.601)

hãp	xáh	m'ê?	bók	n'ĩd/	tih	nõ?-ẽh
peixe	cozinhar	um	panela.AUM	CONJ	3SG	dar-NEG

tih	tog-ũj?
3SG	filha-AFET

‘é uma panelada de peixe; mas mesmo assim ela não dá nem um pouquinho para a filha dela’

De modo semelhante, as orações subordinadas adverbiais consecutivas possuem apenas três línguas enquanto representantes: **i.** Asurini: o morfema subordinante *-rire* ocorre anexado ao verbo da oração subordinada; **ii.** Kanoê: o morfema de co-subordinação *-eko* conecta duas orações; **iii.** Tapirapé: o sufixo *-ire* pode variar como *-re* e não possui uma posição fixa dentro da oração. Na língua Tapirapé, as construções consecutivas *-ire* ~ *-re* expressam consequência ou resultado do que é afirmado na oração principal. O sujeito dessas orações pode variar em termos de correferencialidade com a oração matriz e em relação à sua posição na sentença (anteposta ou posposta).

(11) Tapirapé (Praça, 2007, p. 209)

ã-xepyto'ak	we-karõ- ire
1.SG.I-descansar	1.SG-comer-CONS

‘eu descansei depois que comi tudo’



Por fim, a oração subordinada adverbial final apresenta as seguintes línguas com marcadores de subordinação adverbial: **i.** Sateré-Mawé: com o morfema *hamo* no final da sentença; **ii.** Dâw: a conjunção *nã?* ‘para que’ localizada após o verbo da oração subordinada; **iii.** Kanoê: a cópula *eko* ocorre entre as orações; **iv.** Trumai: o morfema (*a*)*hak* localizado no final da oração subordinada. A subordinação adverbial final é uma estrutura gramatical em que uma oração subordinada expressa finalidade, objetivo ou propósito. Na língua Sateré-Mawé, que pertence à família Mawé, as orações adverbiais de finalidade apresentam uma característica distintiva em relação a outras línguas: elas não são nominalizadas. Em vez disso, essas orações recebem um marcador específico, a partícula *hamo*, que indica claramente a relação de finalidade entre a oração subordinada e a oração principal. Vejamos:

(12) Sateré-Mawé (Silva, 2010, p. 286)

a-ti-kaikai	Eucy	ø-to-to	hamo
1.SG:A-REL-chamar	Eucy	3.SG:SA-REL-ir	PART.FIN

‘eu chamei Eucy para ela ir’

Conclui-se, a partir dos dados apresentados, que a subordinação adverbial em línguas indígenas brasileiras revela uma grande diversidade na forma como essas relações são expressas. O tipo mais recorrente é a subordinação adverbial temporal, presente com marca exclusiva em 66,67% das línguas do *corpus*, seguida pela subordinação condicional, encontrada em 33,33% das línguas. A subordinação



causal aparece em 40% das línguas, enquanto as orações finais possuem uma marca exclusiva em 26,67%. Já a subordinação consecutiva, assim como a concessiva, ocorre em 20% e 13,33% das línguas, respectivamente. A subordinação comparativa, por sua vez, é a menos frequente, com apenas 6,67% das línguas apresentando uma marca exclusiva para este fenômeno, sendo a língua Kanoê o único representante.

CONCLUSÃO

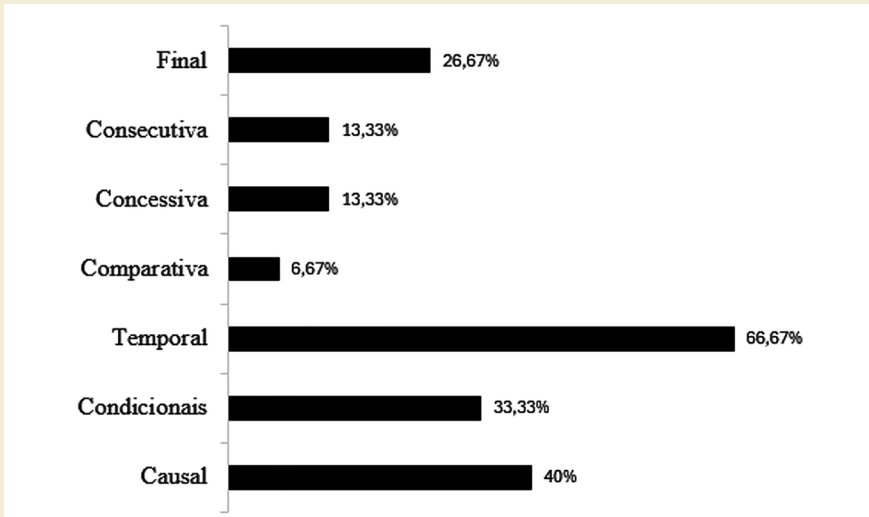
O presente estudo teve como objetivo principal investigar e categorizar os modos de expressão da subordinação adverbial em um conjunto de quinze línguas indígenas brasileiras. Este trabalho se baseou em uma abordagem funcionalista e sincrônica, considerando as implicações discursivas e pragmáticas das construções analisadas.

Através dessa pesquisa, foi possível elencar quinze línguas que possuem presença de subordinadores adverbiais, demonstrando que este é um fenômeno linguístico expressivo, apesar de pouco estudado, entre as línguas indígenas brasileiras. Essa descoberta sugere uma funcionalidade essencial desses elementos na estrutura gramatical e na comunicação dessas línguas. A análise revelou, também, uma grande diversidade nas formas de expressão da subordinação adverbial, tanto no nível morfológico quanto no sintático. Observou-se que, apesar das diferenças estruturais, há uma tendência comum de utilizar morfemas específicos para indicar relações de subordinação adverbial.



Podemos compreender melhor a frequência de ocorrência desses tipos de subordinação em nosso *corpus* através do gráfico abaixo:

Gráfico 1 - Os Tipos de Subordinação Adverbial e sua Frequência de Ocorrência



Fonte: o autor

Dessa forma, este estudo contribui para a compreensão tipológica e funcional das línguas indígenas brasileiras, oferecendo uma visão detalhada das estratégias de subordinação. As descobertas têm implicações importantes para a linguística teórica, sobretudo no que tange à gramática de línguas indígenas e à diversidade linguística. Além disso, ao documentar e analisar aspectos gramaticais dessas línguas, o estudo serve como um recurso valioso para a preservação e revitalização linguística. Considerando o

risco de extinção que muitas dessas línguas enfrentam, a documentação detalhada de suas estruturas gramaticais é um passo crucial para garantir sua sobrevivência e transmissão às futuras gerações.

A pesquisa realizada reafirma a necessidade de investigações contínuas nas línguas indígenas brasileiras, não apenas para enriquecer o conhecimento linguístico, mas também para promover a valorização e preservação cultural. Futuras pesquisas poderão expandir o *corpus* analisado, incluir mais línguas e explorar outras dimensões da subordinação e outras categorias gramaticais. Este trabalho representa um avanço no estudo das línguas indígenas e uma homenagem à riqueza linguística do Brasil. A análise aqui apresentada não apenas enfoca aspectos específicos da subordinação adverbial, mas também destaca a beleza e complexidade inerentes a essas línguas.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rubem Ferreira Thomaz de. **O caso Guarani: o que dizem os vivos sobre os que se matam?** In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). Povos Indígenas no Brasil: 1991/1995. São Paulo: Instituto Socioambiental, 1996. p. 725-8.

ANCHIETA, Joseph de. (1595). **Arte de Grammatica da Língua mais usada na Costa do Brasil.** Coimbra: Antonio Mariz. Edições Loyola, São Paulo, 1990.

ARAÚJO, Gabriel Antunes de. **A Grammar of Sabanê: a nam-bikwaran language.** Vrije Universiteit. Amsterdam, 2004.

BACELAR, Laércio Nora. **Gramática da Língua Kanoê: descrição gramatical de uma língua isolada e ameaçada de extinção, falada ao sul do estado de Rondônia, Brasil.** Katholieke Universiteit Nijmegen. Nijmegen, Holanda, 2004.

BALDUS, H. **Tapirapé: tribo tupi no brasil central.** São Paulo: Companhia editora nacional / editora da USP (coleção brasileira n. 70), 1971.

BELL, Alan. **Language Samples.** In: GREENBERG, Joseph et al. *Universals of Human Language*, vol I: Method and Theory. Stanford: Stanford University Press. 1978. pp. 123- 156.

CAMPBELL, Lily. **American Indian Languages: the historical linguistics of Native America.** Oxford: Oxford University Press, 2000.

_____. **Typological characteristics of South American indigenous languages.** In: Campbell, Lyle e Verónica Grondona (Orgs.). *The Indigenous Languages of South America. A Comprehensive Guide.* Berlin: Mouton de Gruyter, 2012.

CÂNDIDO, Gláucia Vieira. **Descrição Morfossintática da Língua Shanenawa (Pano).** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP), 2004.

CARDOSO, Valéria Faria. **Aspectos Morfossintáticos da Língua Kaiowá (Guarani).** Tese de doutorado. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2008.

COMRIE, B. **Conditionals: a typology.** In: TRAUGOTT, E. C. et al. (Eds.) **On Conditionals.** Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 77-99.



CORBERA MORI, Angel Humberto. **A posse nominal em línguas Arawak do Sul e Arawak central: uma abordagem descritiva.** Estudos Linguísticos XXXIV, p. 263-268, 2005.

CORRÊA-DA-SILVA, Beatriz. **Mawé/Awetí/Tupí-Guaraní: relações linguísticas e implicações históricas.** 2010.423 f. Tese (Ph. D. dissertation) - Universidade de Brasília, 2010.

CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective.** Oxford: Oxford University Press, 2001.

DRUDE, Sebastian. **On the position of the Awetí language in the Tupí family.** In: DIETRICH, Wolf (Ed.). **Guaraní y 'Mawetí-Tupí-Guaraní': estudios históricos y descriptivos sobre una familia lingüística de América del Sur.** Berlin: LIT, 2006. p. 11-46.

FACUNDES, Sidney da Silva. **The language of the Apurinã people of Brazil (Maipure/Arawak).** Tese de Doutorado. The University of New York at Buffalo, 2000.

FERREIRA, Rogério Vicente. **Língua Matis (Pano): uma descrição gramatical.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas (SP), 2005.

FUNAI (2007). Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>>. Acesso em 21 de maio de 2024.

GIJN, Rik van; GALUCIO, Ana Vilacy; NOGUEIRA, Antonia Fernanda. **Subordination strategies in Tupian languages.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 10, n. 2, p. 297-324, maio-ago. 2015.

GUIRARDELLO, Raquel. **Aspectos da Morfossintaxe da Língua Trumai (isolada) e de seu sistema de marcação**



de caso. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas (SP), 1992.

GUIRARDELLO, Raquel. **Trumai reference grammar.** Ph.D. Dissertation, Rice University, 1999.

HOPPER, P. **On some principles of grammaticalizations.** In: TRAUGOTT, E. C. e HEINE, D (Eds.). **Approaches to grammaticalizations.** V.1. Philadelphia: John Benjamins Company, 1991.

HENGEVELD, K. **The internal structure of adverbial clauses.** In: DEVRIENDT, B. et al (Eds.) **Complex structures: A functionalist perspective** (Functional Grammar Series 17). Berlin: Mouton de Gruyter, 1996, p. 119-147.

HOPPER, Paul.; TRAUGOTT, Elizabeth C. **Grammaticalization.** Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

JENSEN, Cheryl. **Comparative Tupí-Guaraní morphosyntax.** In: DERBYSHIRE, Desmond C.; PULLUM, Geoffrey K. (ed.). **Handbook of Amazonian languages.** Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1998. p. 489-618.4 v.

JENSEN, Cheryl. **Tupí-Guaraní.** In: DIXON, R.M.W.; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Ed.): **The Amazonian languages.** Cambridge: Cambridge University, 1999. p. 125-164.

MAMIANI, L. V. (1699). **Arte de Grammatica da Lingua Brasilica da Naçam Kiriri: Miguel Deslandes.** 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1877.

MARTINS, Marci Fileti. **Descrição e Análise de Aspectos da Gramática do Guarani Mbyá.** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2003.



MARTINS, Silvana Andrade. **Fonologia e Gramática Dâw**. Tese de doutorado. Vrije Universiteit. Holanda, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral das Nações Unidas. Paris, 1948. Disponível em: Declaração Universal dos Direitos Humanos - Nações Unidas - ONU Portugal (unric.org). Acesso em: 22 de janeiro de 2024.

PEREIRA, Antônia Alves. **Estudo Morfossintático do Asurini do Xingu**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

PICKERING, Wilbur. **Apurinã grammar**. Associação Internacional de Linguística - SIL Brasil, 2009.

PRAÇA, Walkíria Neiva. **Morfossintaxe da língua Tapirapé (Família Tupi-Guarani)**. Tese de doutorado. Universidade de Brasília (UnB), 2007.

RIJKHOFF, J. et al. **A method in language sampling**. Studies in Language, v. 17, p.169-203, 1993.

RODRIGUES, Aryon D. **Relações internas na família linguística Tupi-Guaraní**. Antropologia, v. 27 e 28, 33-53, 1984/85.

RODRIGUES, Aryon. **Línguas Brasileiras**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

Demografia dos povos indígenas no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. FIOCRUZ; Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2005. P. 155 – 166. (Coleção Saúde dos povos indígenas).

RODRIGUES, A. D.; CABRAL, A. S. A. C. **Novos Estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: editora da UnB. p. 243, 2005.



SEKI, L. **Perspectivas para os estudos linguísticos no Brasil.** Boletim da ABRALIN, 12. Campinas: IEL / Unicamp, 1991.

SILVA, Glauber Romling da. **Morfossintaxe da Língua Paresi-Haliti (Arawak).** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro, 2013.

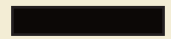
SILVA, Raynice Geraldine Pereira da. **Estudo Morfossintático da Língua Saterê-Mawé.** Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2010.

THOMPSON, S. A. & LONGACRE, R. E. **Adverbial clauses.** In: Shopen, T. (ed). **Language typology and syntactic description. Complex constructions.** Cambridge: Cambridge University Press, Vol 2, 171-234, 1985.

TRAUGOTT, E. C. **Gradience, gradualness and grammaticalization.** In: _____; TROUSDALE, G (Eds.). **Gradience, gradualness and grammaticalization.** Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2013.

UNESCO. **Atlas of the World's Languages in Danger.** 3rd ed., 2010.





PARTE 3
GRAMÁTICA E ENSINO



10. PERÍFRASES VERBAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO: NORMA, USO E ENSINO

Juliano Desiderato Antonio

<https://orcid.org/0000-0002-9816-5852>

Julia Daher Carrara

<https://orcid.org/0009-0001-8563-7814>

Julia Lourenço Pereira

<https://orcid.org/0000-0002-2891-2859>

Sofia Buzinelo Salvi

<https://orcid.org/0009-0005-2635-6640>



INTRODUÇÃO

A sala de aula é palco recorrente de inquietações acerca do processo de ensino e aprendizagem. Embora cada área de conhecimento encontre suas dificuldades particulares, o ensino de línguas parece ser especialmente cercado de desafios, sobretudo o de língua portuguesa como língua materna, dado o conflito criado entre a bagagem com a qual o aluno chega em sala e o conteúdo proposto. A grande controvérsia neste âmbito é a forma de ensinar gramática, que parece ser amplamente entendida como sinônimo de ensinar a língua.

A discussão acerca do enfoque gramatical no ensino de línguas não é exatamente nova e diversos linguistas se debruçam sobre o assunto. Isso não significa, porém, que os impedimentos para a transformação do foco de ensino tenham sido tratados.

A língua, em sua dinamicidade, exige constante reflexão sobre ela, o que só se pode alcançar por meio da análise em contexto. Segundo Neves (2002), ao tomar apenas a gramática como escopo, o solitário reforço de nomenclaturas afasta o aluno da aplicabilidade do conhecimento linguístico, acarretando na percepção de que a gramática “não serve para nada”, tanto por parte de alunos quanto de professores. A compartimentalização das noções linguísticas leva o aluno a crer que se ele não domina e não utiliza constantemente as definições gramaticais, ele não sabe sua própria língua. O aluno passa, assim, a encarar seu desempenho linguístico como permanentemente inadequado.

Para que o aluno expanda seu entendimento sobre a língua que utiliza seria necessário, então, ter a sala de aula transformada em ambiente de reflexão. O que se questiona não é a necessidade da gramática ser trabalhada, e sim o ponto de vista único das classificações e nomenclaturas no conteúdo, que privam o estudante da compreensão de aspectos que vão da Fonologia à Pragmática e que igualmente influenciam a língua em uso. É, afinal, a capacidade de reconhecimento e adaptação aos contextos que deve ser cultivada nos alunos, não inibindo seu conhecimento já adquirido, mas ampliando sua capacidade de atuação linguística.



Um tópico em que se verifica o distanciamento entre o conhecimento linguístico trazido pelo aluno e as lições escolares de gramática é o das perífrases verbais. Em geral, as gramáticas escolares e os livros didáticos trazem apenas algumas perífrases em seus paradigmas de conjugação verbal, mais especificamente as formadas por *ter/ haver + particípio passado* e as formadas por *ser + particípio passado*. De acordo com Ilari e Basso (2008), isso ocorre desde as primeiras tentativas de descrição das línguas românicas. Tais línguas eram consideradas “vulgares” em comparação com o latim, e os gramáticos procuravam nessas línguas características semelhantes às do latim como forma de “valorizá-las”. Ao darem primazia para as formas simples dos verbos, exaltavam a riqueza da morfologia verbal da língua.

Este capítulo tem dois objetivos: 1) confrontar algumas perífrases verbais amplamente utilizadas por falantes com as formas encontradas nas listas de conjugações das gramáticas escolares e das gramáticas tradicionais; 2) sugerir algumas atividades de gramática reflexiva para o trabalho com as perífrases verbais. O foco recairá sobre perífrases temporais, perífrases aspectuais e perífrases modais. Servirão como base para as atividades de gramática reflexiva ocorrências de formas perifrásticas encontradas em letras de música, poemas e entrevistas.



O CONCEITO DE PERÍFRASE VERBAL

Uma perífrase, segundo Longo (2019, p. 175), é “um complexo que reúne um verbo, o auxiliar, e uma forma de infinitivo, gerúndio ou particípio numa só predicação”. De maneira semelhante, Ilari (1997) afirma que uma perífrase é composta por um verbo auxiliar, que pode assumir qualquer flexão de tempo, modo e pessoa disponíveis, e por um verbo de sentido pleno não conjugado, ou seja, no infinitivo, no gerúndio ou no particípio. Dentre as funções das perífrases verbais, estão a expressão de tempo, de aspecto, de modalidade e de voz.

Nas gramáticas tradicionais, o rótulo utilizado é “locução verbal”. Para Cunha e Cintra (2017), os principais verbos auxiliares na língua portuguesa são “ter”, “haver”, “ser” e “estar”, mas outros verbos como “ir”, “vir”, “andar” e “ficar” também são empregados como auxiliares. Embora admitam que esses verbos possam funcionar como auxiliares, as conjugações de tempos compostos encontradas nessas gramáticas (Cunha; Cintra, 2017; Bechara, 2002) são apenas as seguintes:

(a) No modo indicativo, pretérito perfeito composto (tenho cantado), pretérito mais-que-perfeito composto (tinha cantado), futuro do presente composto (terei cantado), futuro do pretérito composto (teria cantado);

(b) No modo subjuntivo, pretérito perfeito (tenha cantado), pretérito mais-que-perfeito (tivesse cantado), futuro composto (tiver cantado).



A AULA DE GRAMÁTICA COMO ESPAÇO PARA REFLEXÃO SOBRE A LÍNGUA EM USO

Em sua proposta para o ensino escolar de gramática, Travaglia (1996) apresenta algumas formas, dentre as quais a gramática reflexiva, que, segundo ele, é baseada na reflexão que é feita a respeito do conhecimento intuitivo da língua que os falantes possuem. Além de levar os alunos a refletirem sobre os recursos linguísticos que já possuem, essa forma de ensino serve também para auxiliar os alunos a adquirirem diferentes e novos recursos linguísticos, havendo dessa maneira um ensino produtivo e não apenas descritivo.

As atividades que são recomendadas/esperadas que sejam utilizadas por essa gramática são atividades que envolvem interação entre os falantes, que farão uso dos seus próprios recursos linguísticos para se comunicarem. Dentro dessas atividades, segundo o autor (Travaglia, 1996), é possível trabalhar as diferentes classes de palavras e seus usos, as categorias da língua (como tempo, modo, voz, gênero, etc.), os elementos que constituem uma frase (assim como suas variações) e os processos de construção de palavras, orações e períodos.

O caso das perífrases verbais pode ser um excelente exercício de reflexão a respeito da tensão entre norma e uso nas aulas de gramática. De acordo com Neves (2003), as primeiras gramáticas ocidentais, oriundas ainda do período helenístico, emergiram em um contexto de conflito e sobrepujamento de culturas, isto é, temia-se a ameaça de sobrepujamento da língua grega pelos falares “corrompi-



dos” dos “bárbaros”. Esse cenário, por sua vez, resultou na criação de manuais de gramática comprometidos com a valorização de um modelo a ser seguido, uma língua comum e regularizada que se distribuiria por todas as cidades da Grécia, e especialmente naquela conjuntura, esse modelo foi buscado nos escritores considerados exemplares, especialmente em Homero. Considerando-se a conjuntura atual da língua portuguesa no Brasil, por exemplo, na qual não existe ameaça de desmonte da língua ou da literatura, por que a gramática continua a veicular padrões? Sabe-se que, com os estudos proporcionados nas últimas décadas pela ciência linguística, a visão de linguagem e, por consequência, de gramática, passaram por algumas alterações no ocidente, dentre elas o aparecimento de estudos variacionistas, que passaram a vincular padrões a usos e o desenvolvimento dos estudos sobre oralidade, que passaram a relativizar o padrão no sentido de obtenção de adequação.

A valorização e o fascínio pela “boa linguagem”, hoje em dia, é mantida sobretudo pelo próprio povo (Neves, 2003). É a comunidade de falantes que, sempre com os olhos no estrato social mais prestigiado, busca adequar sua linguagem a esses padrões e, para isso, busca lições explícitas nos manuais de gramática normativos. Daí, a fixação com a norma; ela ainda representa, para a sociedade atual, um modelo - modelo esse cuja execução é valorizada social e politicamente, mesmo que essa valoração não se explique em termos internos da língua. Ainda segundo Neves (2003), foi à escola, como espaço de parametrização social, que tradicionalmente se confiou o papel de guardiã dessa



norma regrada e valorizada. Além disso, o bom uso se fixou, durante muito tempo, na modalidade escrita, por um certo apelo aos escritores clássicos, como se a língua falada não fosse regida pelas leis da gramática.

A partir desses apontamentos, cabe refletir sobre o distanciamento que há entre as poucas conjugações verbais perifrásticas trazidas pelas gramáticas escolares e pelas gramáticas tradicionais e o amplo uso que os falantes fazem desse recurso linguístico. É disso que tratarão as próximas seções deste trabalho.

SOBRE O CORPUS DE ANÁLISE

As ocorrências de formas perifrásticas apresentadas nas próximas seções foram retiradas de um *corpus* formado por 8 aulas de ensino superior e de curso pré-vestibular com duração de aproximadamente 90 minutos cada. As aulas são de áreas e disciplinas variadas, como Literatura, Matemática, Metep, Geografia, Farmácia, Educação Física, Economia e Biologia e foram gravadas entre 2004 e 2008.

AS PERÍFRASES TEMPORAIS

O termo *tempo* é utilizado neste trabalho no mesmo sentido da tradição gramatical, ou seja, para se referir ao conjunto de flexões do verbo (Ilari; Basso, 2008). No *corpus* formado por aulas de ensino superior e de cursinho pré-vestibular, encontraram-se 870 ocorrências de futuro perifrástico, como em (1), contra apenas 4 ocorrências do futuro simples, como em (2). Essa enorme diferença na



quantidade de ocorrências sinaliza uma tendência de os informantes do *cópus*, todos com curso superior e a maioria deles com doutorado, preferirem as formas compostas em detrimento das formas simples para a expressão do futuro.

(1)

Eu *vou mandar* esses dois artigos para vocês sobre exercícios

(2)

.. mas .. com o passar dos anos .. vocês .. vocês também .. *chegarão* ao estágio de países desenvolvidos .. tá?

No mesmo *corpus* de aulas também foram encontradas ocorrências do chamado “pretérito perfeito composto” (Ilari; Basso, 2008; Castilho, 2010), utilizado para expressar eventos que ocorreram em um passado recente e tiveram início no passado e que continuam ocorrendo até o momento da fala, como no exemplo (3). Esse tempo composto não é normalmente apresentado nas listas de conjugações das gramáticas tradicionais nem das gramáticas escolares, mas é utilizado pelos falantes, de forma que é importante que os alunos conheçam seu uso. A ausência de formas como essa demonstra o distanciamento entre os modelos trazidos pelas gramáticas tradicionais e pelas gramáticas escolares em relação aos recursos efetivamente empregados pelos falantes.

(3)

.. então substâncias dotadas de sabor desagradá::vel .. *têm dimi-
nuí::do* .. o gosto produzido



Nas gramáticas elaboradas por linguistas, há farta exemplificação de perífrases verbais utilizadas na fala culta. Longo (2019, p. 178), por exemplo, apresenta ocorrências das perífrases temporais encontrados no *corpus* de sua pesquisa:

1. Perífrases de pretérito

Acabar de + pres + infinitivo:

para complementar isso que você: acaba de dizer... (EF REC 337)

Ter + pres + participípio

pelo que eu tenho acompanhado pelo que eu tenho lido há uma determinada há uma certa BURLA... (DID POA 45)

Ter + imp + participípio

eu já::já tinha curso universitário já já tinha saído da faculdade (D2 SP 360)

Haver + imp + participípio

eu havia perdido o meu pai (D2 SP 360)

2. Perífrases de futuro

Ir + pres + infinitivo

Nós não sabemos quanto tempo Olinda ainda vai viver (D2 REC 05)

Ir + imp + infinitivo

Nós íamos entrar na concorrência acabamos não entrando (D2 SSA 98)

Estar para + pres + infinitivo

estou para trazê-lo aqui no museu de:::... do homem pré-histórico (D2 SP 360)

Estar + gerúndio

eu, aliás, agora estou saindo para uma viagem que eu não gosto... (D2 SSA 98)



Uma sugestão de atividade de gramática reflexiva que poderia ser feita no que diz respeito ao uso das formas compostas e das formas simples do futuro do presente seria a comparação da letra “Vou deixar”, do grupo Skank, com o poema “Ausência”, de Vinícius de Moraes. Enquanto a letra da música traz apenas formas perifrásticas do futuro do presente (“vou deixar”, “vou ficar”), o poema traz apenas formas simples (“deixarei”, “poderei”, “enlaçarão”, “desabrocharás”, “saberás”, “ficarei”, “possuirei”, “serão”). O professor pode iniciar a atividade tentando auxiliar os alunos a identificarem as diferentes formas de expressão do futuro do presente. Na sequência, pode-se discutir quais formas os alunos costumam utilizar no dia a dia e em quais situações eles costumam ouvir ou ler as formas simples. Por fim, os alunos podem tentar levantar hipóteses para o motivo de a letra da música utilizar formas perifrásticas e o poema utilizar formas simples. Fatores como registro, sonoridade, época em que o texto foi escrito, destinatários dos textos etc podem ser sugeridos durante o debate.



AS PERÍFRASES ASPECTUAIS

Castilho (1967), pioneiro no estudo do aspecto no Brasil (Ilari, Basso, 2008), define essa categoria como “uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou seja, as fases que ele pode compreender” (Castilho, 2010, p. 417). É comum afirmar-se que o aspecto seja uma categoria pouco divulgada nos estudos gramaticais

no Brasil. Embora as gramáticas produzidas por linguistas tragam estudos sobre essa categoria, é nos materiais didáticos voltados para a educação básica que talvez o aspecto ainda não seja devidamente explorado. Em uma rápida busca por estudos sobre o tema em alguns dos materiais mais utilizados no ensino médio, verificou-se que a maioria sequer menciona a categoria, exceção feita a Terra (2017). É possível que a marginalização do aspecto nas gramáticas escolares seja motivada pelo fato de essa categoria não ser expressa flexionalmente, ao contrário das demais categorias verbais, uma vez que o aspecto não dispõe de morfologia própria no português. E uma das maneiras mais utilizadas pelos falantes para a expressão do aspecto é por meio de perífrases verbais.

Castilho sistematiza as perífrases aspectuais, da seguinte maneira (2010, p. 451):

- Perífrases de participípio

Resultativo:

Está acabado, coitado!

Encontra-se pressionado pelas circunstâncias.

Viu-se encurralado pelos próprios amigos.

Achou-se engrandecido no final de sua carreira.

Permaneceu emudecido o tempo todo.

Manteve-se calado.

- Perífrases de infinitivo

Imperfectivo inceptivo: Princípios a/começar a/passar a/pôr-se a/desatar a/dar a, para,

em/cair a/deitar a/romper a/entrar a/pegar a/despejar a/desandar a falar da vida.



Imperfectivo cursivo: Ficar a/deixar a/continuar a/passar a falar da vida.

Imperfectivo terminativo: Acabar por/terminar por/cessar de/deixar de/vir de falar a verdade.

Iterativo: Habituar-se a/acostumar a/andar a/viver a falar mal da vizinhança.

- Perífrases de gerúndio

Imperfectivo inceptivo: Principiou/começou gaguejando, pois não tinha muita certeza.

Imperfectivo cursivo: Ir/estar/vir/ficar/deixar/continuar falando a verdade.

Imperfectivo terminativo: Terminar/acabar falando a verdade.

Iterativo: Viver/andar caindo de bêbado.

No *corpus* de aulas, a perífrase aspectual mais frequente é a de aspecto cursivo formada por estar + gerúndio, com 204 ocorrências, como em (4), chamada por Ilari e Basso (2008) presente perifrástico.

(4)
.. vocês *estão entendendo*?

Também são muito frequentes no *corpus* as perífrases de aspecto progressivo, formadas por ir + gerúndio, como em (5), com 72 ocorrências.

(5)
.. por que *evolução química*?
.. porque é uma *evolução* de compostos químicos,
.. que *foram se agrupa::ndo*,
.. *foram evolui::ndo*,
.. *formando novas estruturas*,
.. até formar .. um .. ser .. capaz de se multiplicar,



O aspecto pode ser discutido com alunos da educação básica a partir de textos motivadores, como, por exemplo, letras de músicas. Talvez não seja necessário trabalhar com os alunos a nomenclatura dos tipos de aspecto em português, mas apenas fomentar uma reflexão a respeito das noções aspectuais, ou seja, como se dá a duração interna das ações e dos processos verbais. Na letra da música “Amiga da minha mulher”, de Seu Jorge, o aspecto iterativo pode ser observado no trecho “Ela é amiga da minha mulher (...) Mas vive dando em cima de mim”. A noção de aspecto iterativo frequentativo pode ser observada no verso “Tenho andado distraído”, da música “Quase sem querer”, da Legião Urbana. O aspecto cursivo durativo pode ser observado em versos da música “Me apaixonei pela pessoa errada”, do Exaltasamba: “Ninguém sabe o quanto eu *estou sofrendo*”, “Morro de ciúme, *estou enlouquecendo*”. O aspecto cursivo progressivo, por sua vez, está presente em vários versos da música “Envelhecer”, de Arnaldo Antunes: “A barba *vai descendo* e os cabelos *vão caindo* pra cabeça aparecer”, “Os filhos *vão crescendo* e o tempo *vai dizendo* que agora é pra valer”. A canção “A Maria começa a beber”, de Clementina de Jesus, pode ser utilizada para tratar do aspecto inceptivo: “A Maria *começa a beber*/ No domingo de manhã/ A Maria *começa a beber*/ E vai até o anoitecer”. Na canção “Evidências”, de Chitãozinho e Xororó, pode-se observar um verso em que o aspecto cessativo é utilizado: “Quando digo que *deixei de te amar*”.

Após ler as letras e ouvir as canções, perguntas sobre as noções aspectuais podem ser elaboradas, como, por



exemplo: Em qual canção é possível observar uma ação ou um processo que:

- a) ocorre habitualmente;
- b) começou no passado e continua ocorrendo até o momento da fala;
- c) está em pleno desenvolvimento;
- d) apresenta o evento em evolução;
- e) exprime o início do evento;
- f) apresenta o evento em sua fase final.

AS PERÍFRASES MODAIS

Tradicionalmente, o termo “modo” é utilizado para se referir à categoria responsável por expressar o indicativo, o subjuntivo e o imperativo. Os gramáticos latinizantes utilizavam esse termo (*modus*) em oposição ao termo *dictum* (Ilari; Basso, 2008). Segundo Castilho (2010), o *dictum* é a informação contida na sentença (conteúdo proposicional), ao passo que o *modus* é a expressão da atitude do falante (certeza, dúvida, ordem etc.) em relação ao *dictum*. Uma das maneiras de expressão do *modus* é por meio de perífrases formadas por verbos auxiliares modais.

A categoria em tela é a modalidade, que apresenta algumas subdivisões:

- a) a modalidade epistêmica, que, segundo Neves (2006), situa-se no eixo do conhecimento e exprime o grau de certeza em relação àquilo que é dito;
- b) a modalidade deôntica, que, segundo Neves (2006), situa-se no eixo da conduta e está relacionada com obrigações e permissões.
- c) a modalidade dinâmica, que, segundo Dall’Aglio-Hattnher (2008), está relacionada à expressão de capacidade e de habilidade.



Neves (2000) trata dos verbos modalizadores na seção dos verbos que não constituem predicados (uma vez que são verbos auxiliares). A autora apresenta exemplos de perífrases das seguintes modalidades:

- epistêmica (possibilidade): Quando reina a ignorância, qualquer pequeno fato pode se transformar em uma catástrofe. (Neves, 2000, p. 62)
- deontica (obrigatoriedade, permissão): Amanhã tenho que romper as estradas para Piranhas. Pode entrar, menino. (Neves, 2000, p. 62)
- dinâmica (capacidade, habilitação): Não se incomode. Sei achar o caminho. (Neves, 2000, p. 62)
- volitiva (volição): Eu também queria viver longe de tudo isso, eu bem que queria ligar ao povo do mestre Jerônimo. (Neves, 2000, p. 63)

No *corpus* de aulas, as perífrases modais mais frequentes foram as deônticas, com mais de 60% das ocorrências, provavelmente em função das obrigações da vida acadêmica mencionadas ao longo da exposição do conteúdo. Os professores mencionaram obrigações como entregar trabalhos, dar aulas, corrigir provas, enviar artigos, resolver exercícios, dedicar tempo para os estudos. Outros fatores que favorecem a alta frequência de perífrases modais deônticas são a expressão da permissão e da proibição de situações em sala de aula, a apresentação que um determinado produto obrigatoriamente deve ter, a necessidade de seguir rigorosamente certas instruções ao realizar procedimentos etc.



A forma de expressão mais frequente das perífrases deônticas é ter que + infinitivo, como em (6), com quase 60% das ocorrências. Perífrases com dever + infinitivo, como em (7), são responsáveis por aproximadamente 10% das ocorrências de perífrases deônticas. Ainda no que diz respeito à modalidade deôntica, a expressão da permissão é realizada, no *corpus* analisado, por perífrases formadas por poder + infinitivo, como em (8).

(6)

.. então você *tem que sacrificar* mais o seu horário de alguma forma,

.. mas você *tem que fazer* os exercícios.

(7)

.. então esse primeiro relatório *deverá conter* .. a folha de rosto,

... folha de rosto,

... resultados,

... e a referência bibliográfica, (...)

.. para o próximo relató::rio .. nós vamos acrescentar mais um item,

... mas para esse relatório .. ele *deve* .. *conter* esses 3 itens .. tá?

(8)

.. e ao mesmo tempo restringe quantidades .. né,

.. quantidades de determinados produtos,

.. vai importar perfume?

.. *só pode importar* dez caixas,

Aproximadamente 23% das ocorrências de perífrases modais do *corpus* são de modalidade epistêmica, com mais



de 97% dessas perífrases sendo expressas por meio de poder + infinitivo, como em (9).

(9)

AGORA AQUI ele *pode morrer*.

Ele *pode*:: ... *ter* uma sí::ncope.

Embora com frequência muito baixa de ocorrência, a modalidade epistêmica também pode ser expressa por dever + infinitivo, como em (10).

(10)

.. olha .. *deve ser* muito jóia,
 .. eles exportam pinga ... pra Europa,
 .. bana::na,
 .. leite .. eles vendem,
 .. ó galera que lá funciona,
 .. lá dá certo,

A modalidade dinâmica é responsável por aproximadamente 16% das ocorrências de perífrases modais no *corpus* de aulas. Sua forma de expressão mais frequente (48%) é conseguir + infinitivo, como em (11). A perífrase poder + infinitivo, como em (12), tem frequência de ocorrência de 41%. Outras perífrases com menos ocorrências são saber + infinitivo, como em (12), dar pra + infinitivo, como em (13), e aguentar + infinitivo, como em (14).



(11)

.. então preste atenção .. né,
.. qual é a MELHOR maneira de fazer,
.. na hora que vai fazer.. né.
.. e aí você vai ver que aí você *consegue fazer* de um jeito que SEMPRE vai dar certo .. né.

(12)

eu fico pensando assim..
tá.. o menino ele quer um burrinho,
.. a pessoa *pode escrever*,
.. só que ele não *sabe ler*.

(13)

... pessoal tá vendo?
.. tá *dando pra enxergar*?

(14)

qual a intensidade que ele tem que correr,
pra ele *aguentar correr* três mil metros?

Coneglian e Antonio (2010) desenvolveram uma atividade de gramática reflexiva para tratar da modalidade a partir de uma entrevista com uma participante de um *reality show*. Dentre outros recursos de expressão da modalidade, os autores trabalham com a polissemia dos verbos auxiliares modais pedindo que os alunos comparem enunciados retirados da entrevista, como “Deve ter uns três milhões de pessoas que gostam de mim” e “Ela devia ter ficado quietinha, na dela”. Na sequência, pedem que os alu-



nos respondam a perguntas do tipo “Qual dos enunciados expressa possibilidade?”, “Qual dos enunciados expressa obrigação?”. Por fim, propõem exercícios nos quais os alunos devem reescrever alguns enunciados utilizando os verbos modais expressando obrigação ou possibilidade.

CONCLUSÃO

Este capítulo teve dois objetivos: 1) confrontar algumas perífrases verbais amplamente utilizadas por falantes com as formas encontradas nas listas de conjugações das gramáticas escolares e das gramáticas tradicionais; 2) sugerir algumas atividades de gramática reflexiva para o trabalho com perífrases temporais, perífrases aspectuais e perífrases modais. As ocorrências de formas perifrásticas apresentadas ao longo do texto foram retiradas de um *corpus* formado por 8 aulas de ensino superior e de curso pré-vestibular com duração de aproximadamente 90 minutos cada. E utilizaram-se como base para as atividades de gramática reflexiva ocorrências de formas perifrásticas encontradas em letras de música, poemas e entrevistas.

As formas verbais perifrásticas foram escolhidas como objeto deste trabalho pelo fato de representarem uma área da gramática na qual se observa um grande distanciamento entre as formas efetivamente utilizadas pelos falantes e as listas de conjugações trazidas pelos livros de gramática.

Por meio das atividades de gramática reflexiva, é possível auxiliar os alunos no reconhecimento da variação entre formas simples e formas compostas para a expressão



de tempos verbais, na identificação das noções aspectuais expressas pelas formas perifrásticas e das diferentes modalidades manifestadas pelas perífrases formadas por verbos auxiliares modais.

REFERÊNCIAS

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. R. de Janeiro: Lucerna, 2002.

CASTILHO, A. T. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. **Alfa**, v.12, p.7-135, 1967.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. S. Paulo: Contexto, 2010.

CONEGLIAN, A.V. L.; ANTONIO, J. D. A sistematização do ensino de gramática na escola a partir da função dos elementos linguísticos: imprimindo marcas no enunciado. In: **Anais do 1º CIELLI. Maringá, 2010**. Disponível em <http://www.dle.uem.br/funcpar/Coneglian_Antonio_ensino_modalidade.pdf>. Acesso em 04 nov. 2024.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 7. ed. R. de Janeiro: Lexikon, 2017.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. Campos semânticos modais: a modalidade dinâmica. In: ANTONIO, J. D. (Org.) **Estudos Descritivos do Português**. História, uso, variação. São Carlos: Claraluz, 2008. p. 133-148.

ILARI, R. **A expressão do tempo em português**. S. Paulo: Contexto, 1997.



ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: R. Ilari; M. H. M. Neves (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil** - volume 2. p. 163-365, 2008. Campinas: Ed. da Unicamp.

LONGO, B. N. O. Auxiliaridade. In: RODRIGUES, A.; ALVES, I. M. (Orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção morfológica da palavra**. vol. VI. S. Paulo: Contexto/FAPESP, 2019. p. 175-187.


NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola?** Norma e uso na Língua Portuguesa. S. Paulo: Contexto, 2003.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. S. Paulo: Contexto, 2006.

TERRA, E. **Curso prático de gramática**. 7. ed. S. Paulo: Scipione, 2017.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação**. Uma proposta para o ensino de gramática. S. Paulo: Cortez, 1996.





11. “ELA NÃO SABIA COMO JOGAVA ENTÃO EU TIVE QUE ENSINAR”: PARA UMA ABORDAGEM DA ESCRITA INFANTIL NA TRADIÇÃO DISCURSIVA PRESCRITIVA

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

<https://orcid.org/0000-0002-9058-3566>

Melissa Gabriela Nunes Chimini

<https://orcid.org/0009-0006-2233-7992>



INTRODUÇÃO

Neste capítulo, apresentamos resultados de uma investigação que focaliza o funcionamento dos mecanismos de junção (MJs) em textos escritos da tradição discursiva (TD) prescritiva, produzidos por crianças do 5º ano do Ensino Fundamental (EF), regularmente matriculadas em uma escola pública no município de Assis-SP.

A investigação caracteriza-se como uma abordagem linguístico-discursiva centrada na concepção de escrita constitutivamente heterogênea, segundo pressupostos de Corrêa (2004). Assumimos, com o autor, que os fatos linguísticos do falado e do escrito, intrínsecos às práticas sociais orais e letradas, materializam-se em textos en-

quanto processo e não produto acabado, a partir do qual se reconhece o histórico atualizado naquilo que é fixo e lacunar nesses textos. Tal entendimento é fundamental para que possamos questionar a delimitação da escrita apenas por seu material gráfico, assim como é fundamental para reconhecemos a relação constitutiva entre a atualização e a experiência naquilo que se repete em termos do linguístico, na superfície textual, considerando a sua vinculação necessária com o discursivo, em associação com o conceito de TD (Kabatek, 2005).

Propomos, no espaço teórico que delimita a concepção de escrita apresentada acima, um diálogo crítico (cf. Lopes-Damasio, 2019) com a concepção de TD, definida, grosso modo, como modelos textuais convencionalizados social e historicamente, que integram a memória de sujeitos enquanto membros de comunidades, podendo corresponder a gêneros discursivos, tipos textuais e construções linguísticas (Kabatek, 2005).

A TD prescritiva, materializada na escrita, será focalizada a partir do funcionamento dos MJs, definidos como quaisquer técnicas usadas para juntar porções textuais (Raible, 2001; Halliday, 1985; Kortmann, 1997), tomadas em/como espaços de repetibilidade, capazes de indiciar a história de constituição dos sujeitos em sua escrita. Assim, os MJs são rastros de TDs, em diferentes tipos de circulação do escrevente pelo que imagina ser a (sua) escrita (Lopes-Damasio, 2022). Trata-se, em complementação, de uma escrita em aquisição, observada, teórico-metodologicamente, em uma tradição de falar/escrever também em



aquisição – constitutivamente heterogênea em sua abordagem a partir do material gráfico. A concepção de aquisição da escrita é pautada nas/pelas TDs. Em outras palavras, não há, da perspectiva linguístico-discursiva assumida aqui, observação de aquisição da escrita possível fora de textos-*processos*, materializados em TDs, o que se define como a aquisição de uma TD no modo escrito de enunciação.

Nessa direção, a concepção de aquisição da escrita é delineada por sua aproximação com a proposta de Lemos (1998), como *movimentação* do sujeito, enquanto transformação e mudança que operam na relação constitutiva entre sujeito-objeto-outro, como efeitos do funcionamento simbólico da linguagem, numa perspectiva não-diacrônica, em que o processo está, portanto, alinhado à movimentação do escrevente na estrutura da língua e não ao seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Para a discussão proposta, este capítulo está organizado em quatro partes: na primeira, são apresentados os seus fundamentos teóricos; na segunda, os aspectos metodológicos; na terceira, os resultados da descrição e análise dos MJs, destacando as tendências de seu funcionamento linguístico, isto é, tático-semântico, e relacionando-as à perspectiva discursiva, para propor reflexões sobre a aquisição da TD prescritiva na escrita. Por fim, se encerra com uma discussão à luz desses resultados e algumas considerações finais.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção, apresentamos o espaço teórico em que se situa o presente trabalho, conforme breve descrição introdutória. Esse espaço se projeta como a base para uma abordagem linguístico-discursiva de dados de escrita, especificamente a partir de um olhar voltado ao fenômeno da junção, via MJs. Para a perspectiva linguística, recorreremos ao Funcionalismo como ferramenta de análise dos MJs, definidos como técnicas que juntam porções textuais de natureza oracional, “podendo corresponder a advérbios e locuções adverbiais, conjunções e perífrases conjuncionais, preposições e locuções preposicionais, e zero (equivalente à justaposição oracional)” (Lopes-Damasio, 2019, p. 148). Essa perspectiva é estendida àquela discursiva, de modo que MJs são tomados como rastro da circulação do sujeito pelo modo escrito de enunciação (Lopes-Damasio, 2019).

A escrita, nessa abordagem linguístico-discursiva, é definida:

como o encontro entre as práticas sociais do oral/falado e do letrado/escrito, considerada a dialogia com o já falado/escrito e ouvido/lido. Como elementos centrais dessa concepção, considera-se a circulação dialógica do escrevente [...] e a imagem que o escrevente faz da escrita, tomada como parte de um imaginário socialmente partilhado, modo de recuperar a presença das práticas sociais na produção discursiva dos seus agentes. Não se trata, pois, no que se refere a esse imaginário, de uma



representação tomada como falsificação do real (falsificação, por exemplo, do que, de fato, seria a escrita). Pelo contrário, por meio dela, materializam-se, linguisticamente, as relações reais entre os agentes sociais e escrita, consideradas as práticas sociais de que, direta ou indiretamente, a escrita faz parte (Corrêa, 2004, p. 9).

Para a observação, por meio das marcas linguísticas, da circulação do escrevente pelo (seu) imaginário sobre a escrita – no que diz respeito ao modo de emergência da escrita e ao modo de constituição do outro/interlocutor e ao próprio modo de constituição do eu/escrevente –, Corrêa (2004) propõe três eixos, diretamente associados ao processo de produção da escrita (entendidos como lugares privilegiados de sua própria observação): o eixo 1 refere-se à apropriação da escrita como representação termo a termo da fala/oralidade. Nesse eixo, o escrevente iguala os modos falado e escrito de realização da linguagem verbal e é caracterizado como o modo de constituição da escrita em sua suposta gênese. O eixo 2 refere-se à apropriação da escrita em seu estatuto de código institucionalizado. Para tanto, é vista como um processo sujeito aos movimentos da história e da sociedade, fixada pelas várias instituições, dentre elas, a escola. Portanto, inversamente à concepção da escrita em sua suposta gênese, conforme se destacou para o eixo 1, as representações do escrevente, no eixo 2, tomam como ponto de partida o que ele imagina ser um modo autônomo de representar a fala, em distintas práticas de oralidade. O eixo 3, por sua vez, é caracterizado pela dialogia entre o já



falado/ouvido e escrito/lido. Nesse eixo, o escrevente aceita sua escrita como um ato inaugural, mas, ao mesmo tempo, se submete às suas experiências orais e letradas, ou seja, às práticas sociais. “Por meio dessa relação, o escrevente põe-se em contato não só com tudo quanto teve de experiência oral, como também com a produção escrita em geral e com a produção escrita particular [...]” (Corrêa, 2004, p. 11).

Corrêa argumenta que a escrita se regula pela circulação dialógica do escrevente por esses três eixos, sendo o terceiro eixo o que direciona o diálogo intrínseco com os demais. Esse terceiro eixo se refere à presença do dialogismo na linguagem. Faz sentido, portanto, propor, na linha de Lopes-Damasio (2022), uma relação crítica entre esse eixo e o conceito de TD (cf. Kabatek, 2005), tal como surge na Linguística Histórica Românica, a partir de estudos alemães de Filologia Pragmática, com um enfoque na perspectiva histórico-pragmática dos gêneros textuais (Aschenberg, 2002) e com fundamento na teoria coseriana. De acordo com essa proposta, a língua não é vista como um produto acabado, mas como uma atividade, um conjunto de modos de fazer, em diálogo com o pensamento aristotélico de Humboldt e diferenciando-se, assim, da proposta saussuriana (Coseriu, 1979).

Nesse viés, Coseriu propõe três níveis do linguístico: o universal, o histórico e o atual/individual. No nível universal, a linguagem é considerada como um fato antropológico, com aspectos universais genericamente humanos. No histórico, consideram-se as línguas particulares (os idiomas históricos, como o português, o espanhol, o alemão etc.),



abrangendo suas variedades. Já no atual/individual, a língua é definida como um ato linguístico de um indivíduo em uma situação específica.

Para Kabatek (2005), uma TD se estabelece a partir de qualquer elemento significável, formal ou de conteúdo, numa ligação entre atualização e tradições textuais, e possui, portanto, valor de signo. Na perspectiva adotada aqui, a TD deixa de ser reconhecida como “signo”, no sentido de um *produto* com significado estático, e passa a ser vista como *processo*, em que os sentidos emergem do acontecimento discursivo (Pêcheux, 2006). Para a continuidade do diálogo crítico com o conceito inicialmente proposto de TD, parte-se da premissa de que considerar a linguagem como modos de fazer (processo) implica vê-la como um sistema de produção que se manifesta parcialmente em produtos materializados linguisticamente, ou seja, em textos falados/escritos. A noção de texto adotada, nessa perspectiva, segue a compreensão da linguagem como um acontecimento, indo além da ideia de adequação (Corrêa, 2007) e levando em consideração o processo de textualização, que não se encerra completamente senão na relação entre falante/ouvinte e autor/leitor.

Considerando a aquisição da linguagem, de um modo mais geral (cf. Lemos, 2002), e da escrita, de um modo mais específico (cf. Lemos, 1998), o outro desempenha um papel fundamental como uma instância de representação do funcionamento convencional da língua. A abordagem dos rastros linguísticos na escrita, associada à individuação do sujeito, refere-se à hipótese da circulação dialógica do



escrevente, conforme proposta por Corrêa. Essa abordagem busca identificar os rastros linguísticos que indiciam a individuação do sujeito e fundamenta a proposta de um olhar direcionado para a aquisição da escrita a partir dos rastros da circulação do sujeito por práticas orais e letradas, no encontro entre o falado/escrito e o oral/letrado.

No reconhecimento desses rastros, pressupomos que os diferentes tipos de TDs podem estabelecer a utilização de formas juntivas específicas: “a observação dessas formas estará voltada aos aspectos linguísticos e discursivos dos MJs, enquanto técnicas que atuam em espaços de combinações de orações” (Lopes-Damasio, 2022, p. 6).

Para uma abordagem linguística dos MJs, enquanto técnicas de junção, definimos, segundo Halliday (1985), que a combinação de orações possui uma dimensão linguística que envolve aspectos sintáticos e semânticos. A dimensão sintática refere-se às relações estruturais, de (inter)dependência, entre as orações, enquanto a dimensão semântica diz respeito às relações de significado que justificam a junção oracional. No modelo sistêmico proposto por Halliday, existem dois tipos de taxa: parataxe e hipotaxe. Na parataxe, as orações têm o mesmo estatuto, são independentes umas das outras. Já na hipotaxe, possuem estatutos diferentes, numa relação de núcleo-modificadora, em que uma oração principal é modificada por uma oração hipotática. O quadro 1 mostra as articulações possíveis



Quadro 1 – Modelo bidimensional de orações

		TAXE	
		PARATAXE	HIPO TAXE
EXPANSÃO	Elaboração	Exposição: P isto é Q Exemplificação: P por exemplo Q Esclarecimento: P de fato Q	Orações relativas positivas
	Extensão	Co-ordenação de orações: Adição (positiva e negativa): P e Q; não P nem Q Adversidade: não P mas Q Alternância: P ou Q	Hipotaxe de orações em: Adição: P além de Q Adversidade: P apesar de Q Alternância: se P não Q
	Realce	Co-ordenação de orações com traço circunstancial Tempo: P então Q Espaço: P e aqui/lá Q Modo: P e dessa maneira Q Causa: P e por isso Q Condição: P ou por outro lado Q Concessão: P ainda Q	Orações circunstanciais Tempo: quando P, Q Espaço: P onde Q Modo: P assim como Q Causa: P porque Q Condição: Se P, Q Concessão: P embora Q

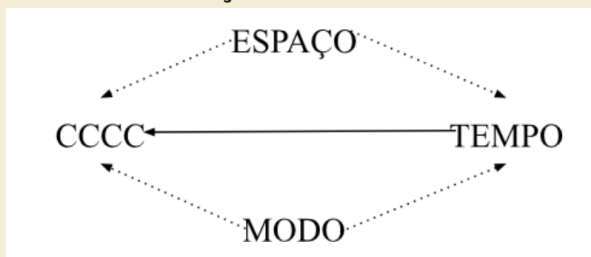
Fonte – Adaptado de Halliday (1985)

Para a observação semântica dos MJs, os movimentos de *elaboração*, *extensão* e *realce*, definidos e descritos por Halliday (1985, cf. quadro 1), são absorvidos em diferentes relações de sentido, de acordo com uma escala crescente de complexidade e abstração semântica, baseada em resultados de estudos filogenéticos, sobre mudança semântica (cf. Kortmann, 1997). Esses estudos indicam uma derivação das categorias *espaciais* e *modais* em direção a *tempo* e a *causa*, *condição*, *contraste* e *concessão* (CCCC). Também há a derivação entre *tempo* e CCCC, considerada como um caminho de forte repetibilidade. Essa derivação entre os sentidos



mais concretos – fonte – e os sentidos mais abstratos – alvo – é definida, pelo autor, como parentescos semânticos entre macrossistemas semânticos. Na abordagem ontogenética que caracteriza o espaço teórico em que se situa este trabalho, os parentescos semânticos são definidos como “trânsitos semânticos” e permitem observar a movimentação dos sentidos (+concreto > +abstrato), em espaços de junção abertos a inferências intrinsecamente associadas ao processo de construção dos sentidos no texto, não definido, ele mesmo, como processo intencional, mas como efeito da relação entre atualização e tradição textual, no jogo entre o que é fixo e lacunar na constituição das TDs.

Esquema 1 – Macroestrutura do universo semântico das relações oracionais



Fonte – Adaptado de Kortmann (1997)

Além dos sentidos explicitados no Esquema 1, também consideramos o sentido de adição, mais concreto, pois habilita a inferência de todas as outras relações mencionadas, dependendo de aspectos discursivo-pragmáticos.

Para uma abordagem discursiva, associada aos MJs, o conceito de *espaço de junção* é proposto no escopo teórico



em que se insere este trabalho e com o qual este trabalho pretende colaborar. Baseia-se na abordagem proposta por Veyne (1971, p. 48 apud Corrêa, 2007, p. 206), que considera a especificidade e a singularidade histórica, e na compreensão de que os MJs podem ser vistos como recursos textuais que possibilitam a verticalização no tempo, sinalizando, retroativamente, certas regularidades linguísticas e construindo uma atualidade de sentido. Esse movimento retroativo, que é ao mesmo tempo histórico e atual, permite antecipar outras possibilidades de ocorrência e de sentido, o que significa dizer que habilita também um movimento prospectivo, dado que aponta para outros espaços de junção que se abrem à atualização daquele sentido e de outros sentidos, a partir dele, de acordo com o fixo e lacunar da TD. Essa abordagem não se limita, ressaltamos, apenas à descrição do co-texto ou contexto linguístico, mas busca uma conjugação teórico-metodológica dos aspectos linguísticos aos discursivos (Lopes-Damasio, 2022). Permite, assim, uma compreensão mais abrangente dos MJs, considerando-os não apenas no seu papel estrutural para a formação do texto, mas também na sua dimensão discursiva. Nesse entendimento, tal dimensão não deve ser compreendida como moldura para esse papel estrutural, mas como intrínseca ao modo como se caracteriza na superfície do texto.



MATERIAL E METODOLOGIA

O universo de investigação deste trabalho é composto de 10 textos escritos por alunos regularmente matriculados

no 5º ano do Ensino Fundamental, na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental “Alides Celeste Razaboni Carpentieri”, localizada no município de Assis-SP. Os textos foram extraídos do *Inicial Write Database (InWrite-Unesp)*, banco de dados em construção como parte das atividades de pesquisa do Projeto *Escrita e Tradição Discursiva no Ensino*, já mencionado aqui.

A produção dos textos ocorreu em uma oficina de leitura, interpretação e produção textual, em que fora apresentada aos alunos uma proposta que lhes solicitava, com base em seu próprio conhecimento, que ensinassem aos leitores uma de suas brincadeiras favoritas, conforme ilustrado na Imagem 1:

Imagem 1 – Proposta apresentada aos alunos do 5º do EF I

NA IMAGEM ABAIXO, PODEMOS OBSERVAR CRIANÇAS BRINCANDO.



Fonte: <https://www.canstockphoto.com.br/crian%C3%A7as-jogo-jogos-tipo-diferente-36808870.html>

AGORA É SUA VEZ: ESCREVA UM TEXTO EM QUE VOCÊ ENSINE UMA DE SUAS BRINCADEIRAS FAVORITAS. NÃO ESQUEÇA DE NENHUMA REGRA E TAMBÉM NÃO ESQUEÇA DE DAR UM TÍTULO AO SEU TEXTO.

Fonte – BDEIn-Unesp

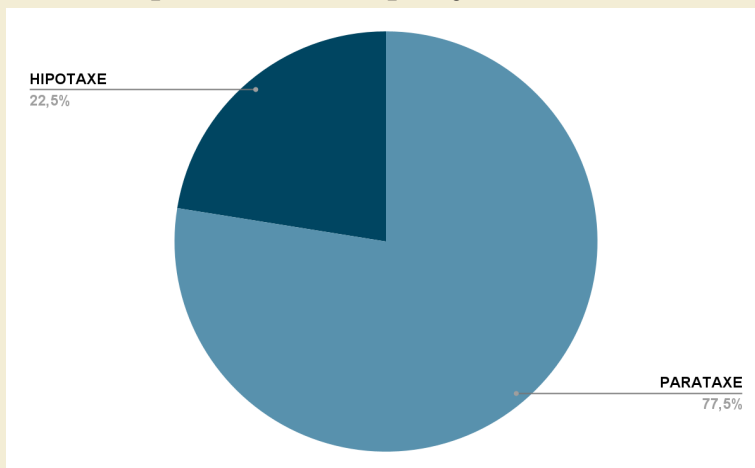
Para a descrição e análise dos textos, conforme o objetivo proposto, seguimos uma metodologia de natureza qualitativo-quantitativa, com levantamento de frequências *token* e *type* (Bybee, 2003) dos MJs, de acordo com os seguintes passos: (i) descrever a interdependência existente entre as porções componentes da oração complexa – nas arquiteturas paratática ou hipotática (Raible, 2001; Halliday, 1985); (ii) analisar as relações semânticas nesses espaços de junção – cf. escala de complexidade crescente (Kortmann, 1997, Lopes-Damasio, 2022), a partir da consideração de trânsitos semânticos, em que um sentido mais abstrato pode ser inferido a partir de outro, considerado mais concreto, de acordo com a relação entre fonte e alvo, em uma quantificação baseada sempre a partir do sentido mais abstrato; e (iii) mobilizar os eixos de observação da heterogeneidade constitutiva da escrita – eixo 1, da gênese da escrita; eixo 2, do código escrito institucionalizado; e eixo 3, da dialogia com o já-falado/escrito e já ouvido/lido (cf. Corrêa, 2004) – para a proposição de relações com a aquisição do modo escrito de enunciar.



DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nos textos da TD prescritiva em aquisição, produzidos por escreventes do 5º ano do EF, foi constatada a predominância de MJs na parataxe (P) em relação à hipotaxe (H): em um total de 240 (100%) MJs, 183 (22,5%) são paratáticos e 53 (77,5%) são hipotáticos, conforme o gráfico 1 e as ocorrências expostas de (1) a (3):

Gráfico 1 – O funcionamento tático dos MJs na TD prescritiva em aquisição – 5º ano



Fonte – Elaboração própria



(1) [...] MAS NENHUMA DELAS SABIAM BRINCAR
E ME PEDIRAM PARA ESPLICAR [...] [5P/5A/S3]

CABRA- LEGA MAS NENHUMA DELAS SABIAM BRINCAR
E ME PEDIRAM PRA ESPLICAR ENTÃO COMECEI:

(2) REGRA 3 - **QUANDO** O ADIVERSARIO JOGAR A BOLA TEMTE REBATER. SE CAIR NO SEU LADO DA CORDA O PONTO É [...] [5P/5A/2S]

REGRA 3 - **QUANDO** O ADIVERSARIO JOGAR A BOLA TEMTE
REBATER. SE CAIR NO SEU LADO DA CORDA O PONTO É

(3) AMINHA BRINCADEIRA É FUTEBOL E FUTISAL
 Ø SÃO AS DUAS COISAS QUE EU MAIS GOSTO DE
 FAZER LÁ PERTO DE CASA [5P/5A/8S]

AMINHA BRINCADEIRA É FUTEBOL E FUTISAL
 SÃO AS DUAS COISAS QUE EU MAIS GOSTO DE
 FAZER LÁ PERTO DE CASA EU E MEUS AMIGOS

Em (1), o MJ “e” articula orações de igual estatuto, com independência sintática, em um espaço de junção que habilita, a partir do sentido mais concreto de *adição*, o trânsito semântico para o sentido mais abstrato de *causa*, conforme mostra a paráfrase: “MAS NENHUMA DELAS SABIAM BRINCAR **PORQUE/POR ISSO** ME PEDIRAM PARA ESPLICAR”). Em (2), o MJ “quando” relaciona as orações modificadora e nuclear, de diferentes estatutos, em espaço de junção caracterizado pela interdependência sintática oracional, na H, e pelo sentido de *tempo posterior*, conforme a paráfrase: “**DEPOIS/ASSIM QUE** O ADVERSÁRIO JOGAR A BOLA, TENDE REBATER”.

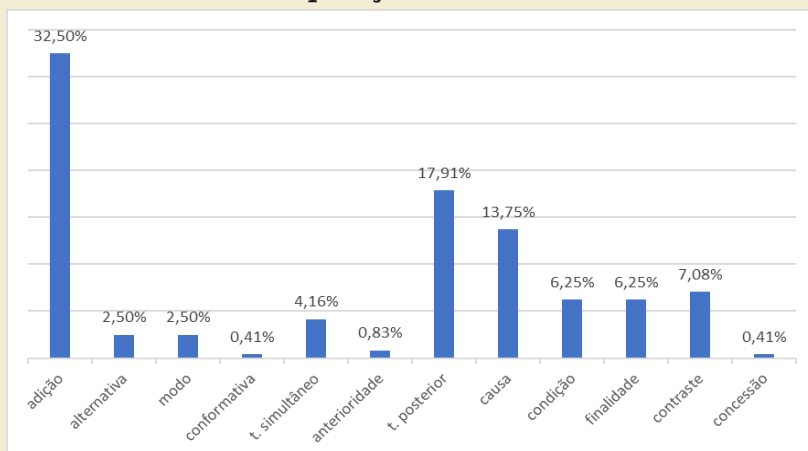
Enquanto a ocorrência em (2) conforma-se ao arranjo sintático-semântico compatível à categorização proposta pela gramática tradicional, equivalente a uma oração subordinada adverbial temporal, a ocorrência em (1) conforma-se apenas a um arranjo sintático, já que, no uso de “e”, ter-se-ia uma ocorrência de coordenação, entretanto, associada ao sentido de causalidade. Por fim, em (3), não temos nenhum dos dois tipos de coincidências entre a perspectiva linguístico-discursiva, adotada neste trabalho, e a perspectiva da gramática tradicional, dado que aqui, em primeiro lugar, o



espaço em branco que caracteriza a “justaposição” é, ele mesmo, tomado como uma técnica conjunta. Além disso, a “justaposição” marca, pelo zero, o sentido mais concreto de *adição*, permitindo, no espaço de junção da tradição prescritiva em que se constitui, o trânsito semântico para o sentido mais abstrato de *causalidade*: a brincadeira favorita do escrevente é futebol e futsal *porque* são as duas coisas que mais gosta de fazer perto de sua casa.

O gráfico 2 apresenta os resultados da descrição semântica, mostrando os MJs e(m) espaços de junção associados aos sentidos mais recorrentes, nos textos investigados, a saber: *adição* (32,50%), *tempo posterior* (17,91%), *causa* (13,75%), *contraste* (7,08%), *condição* (6,25%) e *finalidade* (6,25%) –, conforme exemplificam as ocorrências de (4) a (8):

Gráfico 2 – Os sentidos dos MJs na TD prescritiva em aquisição – 5º ano



Fonte – Elaboração própria



(4) [...]. LÁ TEM DOIS TIPOS DE CARTAS Ø UMA PARA O GRUPO DE PESSOAS QUE ESTÃO JOGANDO E A OUTRA SÓ É PESSOAS QUE A SORTEOU. [...][5P/5A/S1]

LHO) VOCE TEM QUE PEGAR. LÁ TEM DOIS TIPOS DE CARTAS
 UMA PARA O GRUPO DE PESSOAS QUE ESTÃO JOGANDO E A
 OUTRA SÓ É PARA A PESSOA QUE A SORTEOU. NESSAS CARTAS

(5) ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO ENTÃO COMEÇAMOS A JOGAR. Ø JOGAMOS 5 RODADAS Ø 3 EU GANHEI Ø 2 ELA. [5P/5A/S1]

ELA TALOU QUE TINHA ENTENDIDO ENTÃO COMEÇAMOS A
 JOGAR. Ø JOGAMOS 5 RODADAS 3 EU GANHEI 2 ELA.

(6) ESCREVEMOS A MAIOR QUANTIDADE DE PALAVRAS COM AQUELAS LETRAS SORTEADAS Ø QUEM ESCREVEU MAIS PALAVRAS Ø TEM QUE GIRAR A ROLETA DE NUMEROS [...] [5P/5A/S1]

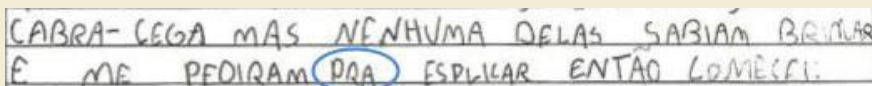
LETRAS SORTEADAS Ø QUEM ESCREVEU MAIS PALAVRAS Ø TEM
 QUE GIRAR A ROLETA DE NUMEROS E O NÚMERO QUE CAIR

(7) NA VERDADE NÃO ERA BEM UMA BRINCADEIRA Ø ERA UM JOGO DE TABULEIRO. [...] [5P/5A/S1]

NA VERDADE NÃO ERA BEM UMA BRINCADEIRA Ø
 ERA UM JOGO DE TABULEIRO. EU ADIVINA MUITO



(8) [...] NENHUMA DELAS SABIAM BRINCAR E ME PEDIRAM **PRA** ESPLICAR ENTÃO COMECEI.
[5P/5A/S3]



CABRA-CEGA MAS NENHUMA DELAS SABIAM BRINCAR
E ME PEDIRAM **PRA** ESPLICAR ENTÃO COMECEI.

Em (4), uma informação/regra importante para a realização do jogo é acrescentada em oração articulada pelo MJ “e”, em uma *adição simétrica* (Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008), na P. Em (5), a “justaposição” insere a oração “JOGAMOS 5 RODADAS”, após a sequência oracional “ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO” e “COMEÇAMOS A JOGAR”, articulada pelo MJ “então”. No espaço de junção da “justaposição”, o sentido mais concreto de *adição*, na P, permite o trânsito semântico para o sentido mais abstrato de *tempo posterior*, uma vez que, apenas “após” saber/conhecer as regras, começaram a jogar. Por sua vez, ainda em (5), o MJ “então”, também atuando na P, habilita o trânsito, a partir de seu sentido mais concreto de *tempo posterior*, para o mais abstrato de *causa*, conforme a paráfrase: “**PORQUE** ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO, COMEÇAMOS A JOGAR” ou “ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO, **POR ISSO** COMEÇAMOS A JOGAR”.

Em (6), as “justaposições” inserem as orações “QUEM ESCREVEU MAIS PALAVRAS” e “TEM QUE GIRAR A ROLETA DE NÚMEROS”. Em seus respectivos espaços de junção, a partir do sentido mais concreto de *adição*, relacionado à inserção de informação nova que garante a progressão



textual, habilitam-se os trânsitos semânticos com *tempo posterior*, na primeira ocorrência, e *condição*, na segunda.

Em (7), no espaço de junção da “justaposição”, o trânsito semântico de *adição*, a partir da inserção de um novo conteúdo no texto, para *causa* (conforme a paráfrase: “NA VERDADE NÃO ERA BEM UMA BRINCADEIRA, **PORQUE** ERA UM JOGO DE TABULEIRO”), se estende também para o sentido ainda mais abstrato de *contraste* (conforme a nova paráfrase: NA VERDADE NÃO ERA BEM UMA BRINCADEIRA, **MAS** ERA UM JOGO DE TABULEIRO), marcado na oposição entre o que “não era” e o que “é”, numa movimentação que se estende entre macrossistemas semânticos distintos (ADIÇÃO > CAUSA) e dentro de um mesmo macrossistema (CCCC). Por fim, em (8), “pra” marca o sentido de *finalidade*, na H, de acordo com seu uso prototípico (sem trânsito semântico).

Nos espaços de junção em que funcionam os MJs, com repetibilidade de trânsitos semânticos, observam-se rastros da circulação do sujeito pelos eixos propostos por Corrêa (2004) – eixo 1, da gênese da escrita; e eixo 2, do código escrito institucionalizado, em intrínseca associação com a TD prescritiva, enquanto réplica discursiva que caracteriza a dialogia entre o já-falado/escrito e ouvido/lido, identificada no eixo 3. Nesse sentido, os resultados da análise dos espaços de junção e da maneira como esses espaços se mostram nos textos, em relação aos eixos, sustentam a heterogeneidade constitutiva da escrita, já que tanto as características observadas nos enunciados falados, em práticas orais, quanto nos escritos, em práticas letradas,



são indícios de uma escrita que mostra, na materialidade linguística dos textos, os diferentes tipos de circulação do escrevente pelo que imagina ser a (sua) escrita.

Seguem exemplos em (9) e (10):

(9) ESPLIQUEI COMO FUNCIONAVA:

- **BOM** NESSA BRINCADEIRA UMA PESSOA FICA COM UMA BOLA E AS OUTRAS FICAM UM POUCO LONGE DELA. Ø A PESSOA QUE ESTÁ COM A BOLA VAI FALAR UM TEMA **EX**: COR [P5/5A/S3]

ESPLIQUEI COMO FUNCIONAVA:
BOM NESSA BRINCADEIRA UMA PESSOA FICA COM UMA BOLA
 E AS OUTRAS FICAM UM POUCO LONGE DELA. A PESSOA
 QUE ESTÁ COM A BOLA VAI FALAR UM TEMA EX: COR

(10) ELA TOPOU JOGAR MÁIS... ELA NÃO SABIA COMO JOGAVA ENTÃO EU TIVE QUE ENSINAR:

- **ENTÃO** YASMIN PRIMEIRO VOCÊ VAI JOGAR O DADO E VER QUAL NUMERO CAIU. DEPOIS **DE ACORDO** O NUMERO QUE CAIU É A QUANTIDADE DE LETRAS QUE VOCE PEGA NO SAQUINHO AI [P5/5A/S1]

ELA TOPOU JOGAR MAS... ELA NÃO SABIA COMO JOGAVA
 ENTÃO EU TIVE QUE ENSINAR:
 ENTÃO YASMIN PRIMEIRO VOCÊ VAI JOGAR
 O DADO E VER QUAL NUMERO CAIU. DEPOIS
 DE ACORDO O NUMERO QUE CAIU É A QUANTIDADE
 DE LETRAS QUE VOCE PEGA NO SAQUINHO AI

As ocorrências dos MJs destacados em (9) e (10) – “bom” e “então”, respectivamente – com sentido de *adição*, articulado na P, ancoram-se no eixo 1, da gênese da escrita, pois apontam para a inserção de um tópico, no início do discurso direto, em que o escrevente ensina o jogo ao destinatário/leitor do texto, numa correspondência exata aos usos descritos como marcadores discursivos em dados de fala (cf. Risso; Silva; Urbano, 2006). Trata-se, pois, de um indício da fala plasmada na escrita.

A circulação do sujeito pelo eixo 2, do código escrito institucionalizado, ancorado na imagem de escrita (escolar) do escrevente, pode ser observada no MJ “ex”, em (9). Em sua forma abreviada, que reforça a interpretação associada a essa ancoragem, o MJ ocupa espaço de junção com sentido de *adição*, no eixo de *expansão*, proposto por Halliday (1985), atuando no processo de elaboração que especifica o significado de parte da oração anterior, articulando parataticamente uma exemplificação. Em (10), o MJ “de acordo [com]” marca o mesmo tipo de ancoragem, num espaço de junção com sentido abstrato de *conformidade*, inserido no escopo de um complexo oracional temporal, articulado na H, como deixa ver a paráfrase: “DEPOIS, **CONFORME** O NUMERO QUE CAIU, É A QUANTIDADE DE LETRAS QUE VOCE PEGA NO SAQUINHO”.

Antes de iniciarmos a análise que se pauta na consideração das marcas linguístico-discursivas associadas, nesta proposta, ao eixo 3, destacamos que, em cada uma das ocorrências de MJs mobilizada para exemplificar a ancoragem nos eixos 1 e 2, devemos reconhecer, na análise



de dados da escrita (ou seja, a partir do gráfico, como base semiótica), a relação *simultânea* entre tais eixos, o que configura a heterogeneidade constitutiva da escrita. Em outras palavras, ao mesmo tempo que os MJs, cujas descrições foram associadas às dos marcadores discursivos, indiciam o eixo 1, também indiciam o eixo 2, pois correspondem, na escrita, a uma dentre as possibilidades de grafar a palavra (escrita), numa delimitação morfológica, em que também os espaços em branco configuram o que reconhecemos, convencionalmente, como palavra da língua portuguesa. Trata-se, pois, de um efeito da circulação do sujeito não só por práticas orais, mas também por práticas letradas. Por sua vez, ao mesmo tempo que os MJs, cujas descrições, quer por sua forma abreviada, no caso de “ex”, quer pela abstração semântica e dependência tática que caracteriza o espaço de junção preenchido pela técnica, no caso de “de acordo o”, foram associadas às de formas juntivas ancoradas em práticas letradas, indiciando o eixo 2, também indiciam o eixo 1, por corresponderem a modos não convencionais de materialização dessa escrita (ver as ausências de “ponto”, na forma abreviada de “ex”, e a da preposição “com”, em “de acordo o”).

Para a consideração do eixo 3, observamos *mesclas* de TDs que constituem a TD prescritiva em aquisição, especialmente, aquelas com as TDs *narrativa* e *diálogo*. A análise será exemplificada a partir do texto 1 e do junto-grama 1, na sequência:



Texto 1**DE LETRA**

EM UMA QUINTA-FEIRA EU ESTAVA BRINCANDO COM MINHA VIZINHA YASMIN. Ø NÓS TINHAMOS ACABADO DE BRINCAR DE ELEFANTINHO COLORIDO **E** JA TAVA CHATO BRINCAR DE CORRER, **ENTÃO** EU CITEI UMA DAS MINHAS BRINCADEIRAS FAVORITAS **QUE** NÃO PRECISAVA CORRER.

NA VERDADE NÃO ERA BEM UMA BRINCADEIRA Ø ERA UM JOGO DE TABULEIRO. Ø EU GOSTAVA MUITO DELE, **PORQUE** AO LONGO DO JOGO TINHA VARIOS DESAFIOS.

ELA TOPOU JOGAR **MÁS...** ELA NÃO SABIA **COMO** JOGAVA **ENTÃO** EU TIVE QUE ENSINAR:

- **ENTÃO** YASMIN PRIMEIRO VOCÊ VAI JOGAR

O DADO E VER QUAL NUMERO CAIU. **DEPOIS DE ACORDO COM** O NUMERO QUE CAIU É A QUANTIDADE DE LETRAS QUE VOCE PEGA NO SAQUINHO **AI** UMA DE NÓS VIRAMOS A AMPULHETA **E** ESCRREVEMOS A MAIOR QUANTIDADE DE PALAVRAS COM AQUELAS LETRAS SORTEADAS Ø QUEM ESCRVEU MAIS PALAVRAS Ø TEM QUE GIRAR A ROLETA DE NUMEROS **E** O NUMERO QUE CAIR

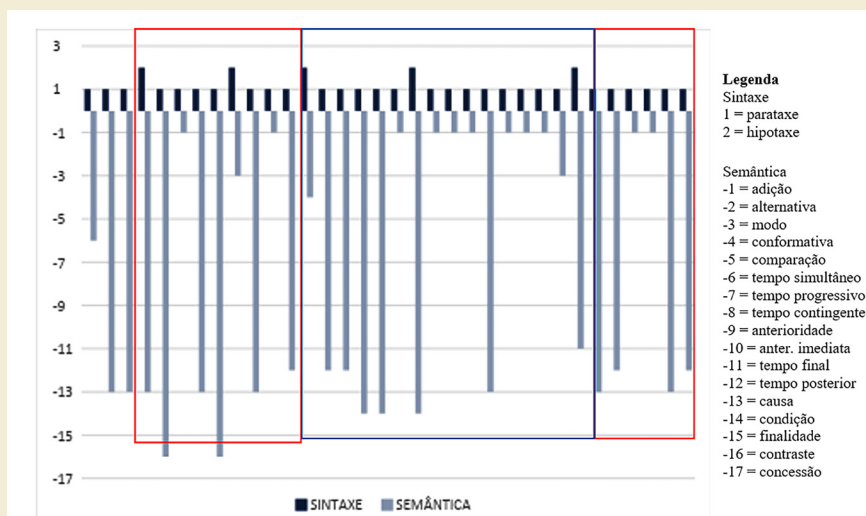
E QUANTAS CASAS VOCE TEM QUE ANDAR **SE** VOCE CAIR EM UMA DAS CASAS ONDE TA ESCRITO (PEGUE UMA CARTA DO BARA-LHO) VOCE TEM QUE PEGAR. Ø LÁ TEM DOIS TIPOS DE CARTAS Ø UMA PARA O GRUPO DE



PESSOAS QUE ESTÃO JOGANDO **E** A OUTRA SÓ PARA O GRUPO DE PESSOAS QUE ESTÃO JOGANDO **E** A OUTRA SÓ PARA E PESSOA QUE A SORTEOU. Ø NESSAS CARTAS TEM VARIOS DESAFIOS **E** VOCÊ TEM QUE COMPRIR. **E É ASSIM ATE** ALGUEM CHEGAR NO FIM DO TABULEIRO.

ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO **ENTÃO** COMEÇAMOS A JOGAR. Ø JOGAMOS 5 RODADAS Ø 3 EU GANHEI Ø 2 ELA. ELA ME DISSE QUE FOI MUITO LEGAL **E** QUE PODERIAMOS JOGAR MAIS VEZES. **ENTÃO** FOMOS BRINCAR DE PATINETE NA RUA.

Juntograma 1 – Texto 1



Fonte – Elaboração própria

A TD prescritiva, no texto 1, é construída em *mesclas* com as TDs *narrativa*, *diálogo*, *listagem* e *explicativa*. O

escrevente inicia seu texto com uma *narrativa*, observada em: “EM UMA QUINTA-FEIRA EU ESTAVA BRINCANDO COM MINHA VIZINHA YASMIN. Ø NÓS TINHAMOS ACABADO DE BRINCAR DE ELEFANTINHO COLORIDO E JA TAVA CHATO BRINCAR DE CORRER”, que se estende até “ELA NÃO SABIA **COMO** JOGAVA **ENTÃO** EU TIVE QUE ENSINAR”, destacada em vermelho no juntograma.

Em seguida, começa a TD *prescritiva*, introduzindo as regras do jogo, em *mescla* com a TD *diálogo*, a partir da estrutura de um discurso direto, marcado por sua pontuação convencional (dois-pontos e travessão): “ - **ENTÃO** YASMIN PRIMEIRO VOCÊ VAI JOGAR O DADO E VER QUAL NUMERO CAIU”, e se estendendo até o enunciado “**E** É ASSIM **ATÉ** ALGUÉM CHEGAR NO FIM DO TABULEIRO”.

A *mescla* com a *listagem* pode ser observada por meio de “e”, que articula os enunciados, com sentido de *adição*, em uma sequencialidade, além de “justaposição”, em espaços de junção que permitem, de acordo com essa sequencialidade de eventos introduzidos, inferir o sentido *condicional* (cf. (6), aqui mesmo). Há, ainda, o sentido de condição em espaços prototipicamente preenchidos pelo MJ “se”, como em “**SE** VOCE CAIR EM UMA DAS CASAS ONDE TA ESCRITO (PEGUE UMA CARTA DO BARA-LHO) VOCE TEM QUE PEGAR”. Por sua vez, a *mescla* com a TD *explicativa*, pode ser observada em espaços de junção com a ocorrência do MJ “e”, como em “TEM VARIOS DESAFIOS **E** VOCÊ TEM QUE COMPRIR”, em que, com sentido mais concreto de *adição*, permite inferir, no espaço de junção que ocupa, o sentido de *causa*. Todas essas TDs consti-



tuem a prescritiva e ocupam o espaço destacado em azul no juntograma.

Com efeito, a partir das exemplificações, observamos que a TD *prescritiva* “compõe” a *narrativa*, num espaço de *mescla* com a TD *diálogo*. Entretanto, essas duas mesclas, subjazem a outras, isto é, às TDs *listagem* e *explicativa*: depois de ensinar quais são as regras e como jogar a brincadeira, para outra personagem que compõe a narrativa, ao final, o escrevente retoma a TD *narrativa*, no trecho que se inicia em “ELA FALOU QUE TINHA ENTENDIDO **ENTÃO** COMEÇAMOS A JOGAR” e se estende até “ENTÃO FOMOS BRINCAR DE PATINETE NA RUA”, no final do texto, em espaço novamente destacado em vermelho no juntograma. Nesse trecho narrativo, o MJ “então” volta ao mesmo funcionamento já destacado no primeiro trecho narrativo analisado, presente nesse texto (cf. também (5), aqui mesmo).

Com essas exemplificações, ilustramos o modo como, nos textos do 5º ano, a TD *prescritiva* “compõe” a TD *narrativa*, e, ao mesmo tempo se compõe num espaço de *mescla* caracterizado pelas zonas de contato entre as TDs *diálogo*, *listagem* e *explicativa*.

CONCLUSÃO

Os resultados alcançados mostraram a tendência de MJs paratáticos em relação aos hipotáticos, nos textos da TD prescritiva em aquisição no modo escrito de enunciação, produzidos por sujeitos do 5º ano do EF. Essa forma de junção, em que há uma menor *coesão estrutural*, mas uma



maior *coesão pragmático-discursiva*, não foi analisada, entretanto, como indício de “pobreza” ou “primitivismo” dos textos em aquisição da escrita. Por outro lado, foi tomada como o primeiro resultado – dentro de uma tendência observada no *corpus* investigado e que reforça tendências constatadas em outros estudos, voltados a outros *corpora*, mais especificamente a outras TDs (cf. lista de trabalhos realizados no âmbito do mesmo projeto, citados aqui) – que aponta para uma relação entre fala/oralidade e escrita/letramento. Tal relação não assume o papel de interferência da fala na escrita, mas de traço imprescindível do que foi assumido, teoricamente, como o caráter constitutivamente heterogêneo da escrita. Esse caráter, no quadro teórico adotado, se complementa com o entendimento de que os textos são caracterizados por traços das tradições que experimentam e que, em si mesmo, constituem.

Em síntese, nos textos do 5º ano, a *mescla* entre as TDs *narrativa* e *prescritiva* mostrou-se consistentemente, de modo que a segunda configura-se em zona de contato também com as TDs *diálogo*, *listagem* e *explicativa*, ou seja, no espaço do discurso direto de uma das personagens da narrativa, que se reporta à outra, para lhe ensinar/explicar uma brincadeira de acordo com listagens de instruções. Essas mesclas de TDs são o efeito, no material linguístico, da circulação do sujeito por práticas discursivas orais, em intrínseca associação com o que imagina ser a escrita a partir da sua circulação também por práticas letradas. Esse imaginário é marcado, pois, pelo convite à participação do outro/leitor para a construção dos sentidos, no processo



de textualização, o que, na materialidade linguística, se mostrou em espaços de junção caracterizados por técnicas juntivas de “justaposição” e “e”, com maior repetibilidade, em espaços de trânsitos semânticos.

Assim, os espaços de junção constatados nos textos foram caracterizados por: (i) sentidos prototípicos, marcados por MJs considerados convencionais para tais sentidos, como “e” para *adição*, “ou” para *alternativa*, “para” para *finalidade*, “porque” para *causa*, “mas” para *contraste*, “se” para *condição*; e (ii) da mesma forma, por uma grande recorrência de sentidos que se constroem em trânsitos semânticos, sempre materializados do [+concreto] para o [+abstrato]. Nessa movimentação, a escrita em aquisição é marcada pela heterogeneidade que lhe constitui e que constitui o próprio escrevente, que, ora deixa rastros de sua circulação por práticas letradas, quando, por exemplo, responde à proposta de produção textual da forma esperada, delimita espaços em branco de acordo com o convencional para escrita alfabética; ora deixa rastros de sua circulação por práticas orais, quando, por exemplo, escreve como se estivesse falando, em que a fala aparece plasmada na sua escrita e vice-versa. Tanto em uma como em outra, o tradicional assume papel relevante porque guia o que se repete no texto, ao se abrir em espaços para o que nele é fixo e lacunar (cf. Longhin-Thomazi, 2011).

Por fim, os resultados obtidos parecem servir para ilustrar as características de uma abordagem linguístico-discursiva da heterogeneidade da escrita por meio da relação entre texto-gramática. É incontestável, nessa



abordagem, que os MJs indiciam a relação entre o falado/escrito e o oral/letrado e podem, por isso, ser considerados sintomáticos da maneira como o sujeito que escreve se relaciona com a representação que faz da (sua) escrita. Sendo assim, não devem ser tomados, no contexto do ensino de língua materna, como uma simples categoria gramatical, discretizada em relação à produção textual, que, mais do que simples *produção de texto* – o que faz pensar a existência de um produtor de texto que se antecipa ao próprio texto como fonte e origem do dizer/escrever –, deve ser compreendida como *processo de textualização*, em que não há certo ou errado, mas há, sim, um escrevente que se torna sujeito na sua própria relação com a escrita.

REFERÊNCIAS

ASCHENBERG, H. Historische Textsortenlinguistik. Beobachtungen und Gedanken. In: **Drescher M. Textsorten in romanischen Sprachvergleich**. Tübingen: Stauffenburg Verlag. S.; 2002. p. 153-170.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). **Caderno de Estudos Lingüístico**. Campinas (SP), v. 19, p. 25-42, 1990.

BYBEE, J. Mechanisms of Change Grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (Ed.). **The Handbook of historical linguistics**. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003. p. 602-623.

CORRÊA, M. L. G. Pressupostos teóricos para o ensino da escrita: entre a adequação e o acontecimento. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, n. 9, p. 201-211, 2007.



CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição da escrita**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

COSERIU, E. **Sincronia, diacronia e história**. RJ: Presença, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. Above the clause: the clause complex. In: **An introduction to Funcional Grammar**. New York: Arnold, 1985.

KABATEK, J. Tradiciones discursivas y cambio lingüístico. **Lexis XXIX**. 2, p. 151-177, 2005.

KORTMANN, B. **Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages**. Berlin-New York, Mouton de Gruyter, 1997.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 41-70, 2002.

LEMOS, C. T. G. de. Sobre a aquisição da escrita. Algumas questões. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

LONGHIN-THOMAZI, S. R. Aquisição de tradições discursivas: marcas de uma escrita heterogeneamente constituída. **Alfa**, São Paulo, 55 (1), p. 225-248, 2011.

LOPES-DAMASIO, L. R. Para argumentar, basta começar: mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, 2022.

LOPES-DAMASIO, L. R. O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita. **Filologia e Linguística Portuguesa**. (USP), v. 21, n.2, p. 147-170, 2019.



LOPES-DAMASIO, L. R.; PEDRO, C. da C. A materialidade linguística pelo viés da opacidade. **Revista da ABRALIN**, [S. l], v. 23, n. 2, p. 797-821, 2024.

LOPES-DAMASIO, L. R.; VOM-STEN, I. S. **Escrita e tradição discursiva no ensino: um olhar para a heterogeneidade**. Araraquara, SP: Letraria, 2023.

OLIVEIRA, G. C. **O papel das tradições discursivas orais na aquisição da escrita em contexto do P.E.J.A.** 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2024.

SILVA, B. P. **O sentido de tempo na tradição discursiva narrativa**. 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos), Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2024.

CHIMINI, M. G. N. **Mecanismos de junção e(m) textos da Tradição Discursiva prescritiva**. 2023. Relatório (Iniciação Científica), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

GAVA, M. F. M. **Mecanismos de junção e(m) textos das Tradições Discursivas narrativa e prescritiva**. 2023. Relatório (Iniciação Científica), Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

PÊCHEUX, M. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Trad. E. P. Orlandi. 4.ed. Campinas: Pontes, 2006.


PEZATTI, E. G., LONGHIN-THOMAZI, S. R. As construções coordenadas. In: ILARI R, NEVES M. H. M. **Gramática do Português culto falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p. 865-936.



RAIBLE, W. Linking clause. In. HASPELMATH *et al.* **Language Typology and Language Universals**. Berlin e New York: Walter de Gruyter, Vol. 1, 2001, p. 590-617.

RISSO, M. S. *et. al.* Marcadores discursivos. *In:* KOCH, I. G. V. (org.) **Gramática do Português Falado**. Campinas: Editora da Unicamp/FAPESP, v.1, 2006, p.21-94.





12.MECANISMOS DE JUNÇÃO E TRADIÇÃO DISCURSIVA: UM OLHAR PARA A AQUISIÇÃO DA ESCRITA DE CRIANÇAS E ADULTOS

Lúcia Regiane Lopes-Damasio

<https://orcid.org/0000-0002-9058-3566>

Anaiza Araujo Carvalho

<https://orcid.org/0009-0008-8763-1812>

INTRODUÇÃO

Este capítulo objetiva apresentar os resultados da descrição e análise linguístico-discursiva do funcionamento dos mecanismos de junção (MJs) em textos da TD *narrativa*, produzidos por crianças e adultos em processo de aquisição da escrita (AE), de modo a colaborar com a proposição de uma discussão inédita – via aproximações e distanciamentos – relativa à AE por crianças e adultos.

O objetivo apresentado relaciona-se à pergunta: *como se caracteriza, sintática e semanticamente, o funcionamento dos MJs em textos da TD narrativa, escritos por sujeitos (crianças e adultos) em processo de AE?* A hipótese é a de que as relações de sentido podem se apresentar, na superfície do texto, via MJ e(m) espaços de junção, a partir de distintas arquiteturas táticas e de diferentes *trânsitos*



semânticos, por meio dos quais se constituem os sentidos no processo de textualização (Lopes-Damasio, 2019). Na base dessa hipótese, há uma perspectiva linguística de abordagem dos dados aquisicionais que sustenta relações com a concepção de escrita constitutivamente heterogênea, assim como com o olhar lançado à AE por crianças e adultos. Trata-se de observar, na materialidade linguística, *rastros* – reconhecidos como MJs em espaços de junção (cf. Lopes-Damasio 2019) – dessa heterogeneidade, relacionados à gênese da escrita, ao código escrito institucionalizado e à dialogia com o já-falado/ouvido e escrito/lido (Corrêa, 1997) e, ainda, à AE, entendida como *transformação* e *mudança* que operam na relação sujeito-objeto como efeitos do funcionamento simbólico da linguagem (Lemos, 1998).

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Este trabalho se fundamenta – como se pôde perceber da leitura de sua seção introdutória – em diferentes quadros teóricos, caracterizando-se, de modo geral, como parte de um esforço teórico-metodológico para a proposição de um espaço próprio de observação da escrita inicial. Não se trata, entretanto, de articulações forçadas ou, ainda, efeito de uma ingenuidade que imagina que tudo conversa com tudo do ponto de vista teórico. Ao contrário, esse espaço de observação tem resultado de um amplo esforço, iniciado, especificamente para o trabalho com a junção em dados de escrita, em 2011, no âmbito do GPEL, e ancorado nos resultados de volumosas descrições de dados empíricos.



Para a caracterização inicial desse espaço, deve-se reconhecê-lo a partir de um conceito central: o da heterogeneidade da escrita (cf. Corrêa, 1997), fundamentado na existência sócio-histórica da linguagem e no cruzamento das práticas orais/faladas e letradas/escritas. Em outras palavras, todas as articulações teóricas – e os diálogos teóricos críticos necessários a tais articulações – fundamentam-se nessa concepção de escrita, em que as materialidades linguísticas não se limitam aos produtos da fala e da escrita, mas abrangem as práticas discursivas orais e letradas, em qualquer ato enunciativo concreto. Dessa forma, a língua é entendida como um espaço em que as práticas discursivas e sociais são mobilizadas nos produtos linguísticos, constitutivamente heterogêneos, do falado e do escrito.

O modo heterogêneo de constituição da escrita, caracterizado conceitualmente por Corrêa (1997), se distingue das avaliações estereotipadas e simplistas sobre a escrita, que frequentemente se baseiam em modelos abstratos, literários ou não, de uma “boa escrita”. Nenhuma visão negativa é atribuída a esse conceito. Pelo contrário, sua compreensão é, sem dúvida, útil para se contrapor aos preconceitos comuns que tendem a menosprezar produções escritas consideradas menos integradas a um padrão supostamente legítimo, entendido, em sua própria medida, como resultado do mesmo modo heterogêneo de constituição da escrita (Corrêa, 1997, p. 86).

Na proposta de Corrêa (1997), a análise do modo heterogêneo de constituição da escrita desencadeia uma reflexão que se contrapõe criticamente à toda forma de



dicotomização entre fala e escrita, seja aquela considerada radical (cf. Koch, 1997; Biber, 1988, dentre outros), seja aquela considerada metodológica ou didática (cf. Koch; Oesterreicher, 2007; Marcuschi, 1997). Embora Marcuschi (1997) afirme as inter-relações entre oral/letrado e falado/escrito, enquanto fenômenos linguísticos (a relação entre fala e escrita) e sociais (a relação entre oralidade e letramento), sugerindo que tanto o falado quanto o escrito são expressões sociais intrinsecamente ligadas à oralidade e ao letramento, propõe, a partir da ideia de contínuo tipológico, um lugar de oposição entre os textos do prototipicamente escrito, de um lado, e do prototipicamente falado, de outro, reconhecendo, apenas entre esses polos opostos, o que seriam os exemplos de textos híbridos. Corrêa (1997), na defesa da concepção constitutivamente heterogênea de escrita, rompe com essa proposição, identificando nela uma dicotomização metodológica ou didática entre fala/escrita e oralidade/letramento.

Altera-se, pois, a perspectiva epistemológica, na proposta de Corrêa (1997), que, numa abordagem dialógico-discursiva da relação constitutiva entre fala e escrita, rejeita a ideia de que ambas possam ser caracterizadas em um contínuo tipológico ou em qualquer forma de dicotomia. Para o autor, no processo de escrita, o escrevente circula por um imaginário sobre a língua, considerando diferentes perspectivas em relação à integração entre escrita/mundo e escrita/fala, as quais são compartilhadas socialmente. Para o autor, a circulação dialógica do escrevente e a imagem que faz da (sua) escrita são os elementos centrais dessa



concepção, enquanto parte de um imaginário socialmente compartilhado e compreendido como uma representação que habilita a observação de relações entre sujeito e escrita, nas práticas sociais.

Com base na compreensão do caráter heterogêneo de constituição da escrita, este trabalho focaliza o processo de AE de crianças e adultos. Para isso, parte de Chacon (2021, p.16), para quem as flutuações e oscilações nos produtos da escrita infantil, tomados frequentemente como segmentos linguístico-discursivos não-convencionais, permitem levantar indícios da relação entre o sujeito e o (seu) objeto (a escrita). A partir de tal perspectiva teórico-analítica, esses indícios permitem que se proponham interpretações sobre o modo como esse sujeito (a criança) e, na mesma direção, outros sujeitos (jovens, adultos, idosos) circulam pela escrita ao se basear, na enunciação, em sua própria subjetividade e historicidade, que, como motor, impulsionam a mudança intrínseca à (sua) subjetivação, ao seu vir a ser sujeito-escrevente (cf. Lemos, 1998).

Ainda de acordo com o Chacon (2017), o que é insólito, na escrita infantil, se manifesta na dinâmica entre estabilidade e instabilidade, inerente ao exercício não controlável da linguagem. As marcas dessa dinâmica – enquanto marcas de um movimento incessante – podem ser observadas na ortografia, nas hesitações, na segmentação da escrita, também na diversidade de formas juntivas – como proposto pelo recorte do fenômeno a ser aqui focalizado –, assim como podem ser observadas em quaisquer outros fenômenos de linguagem/língua, a depender do recorte/do olhar



do analista. Entretanto, para que o movimento entre estabilidade-instabilidade possa ser observado na materialidade linguística dos usos dos MJs, esses mesmos usos devem ser tratados a partir de uma perspectiva não só linguística – da própria materialidade em que se inserem –, mas também discursiva, enquanto rastros da circulação do escrevente por tradições textuais, no processo dinâmico que constitui o sujeito – porque processo de subjetivação – em sua AE (cf. Lopes-Damasio, 2022, 2019).

O entendimento da AE, aqui compreendida em sua heterogeneidade constitutiva, é fundamentado em Lemos (1998), que reconhece a *transformação* e a *mudança* operadas pela escrita no sujeito/nesse processo de subjetivação. Para a autora, é no funcionamento simbólico da linguagem que a escrita é entendida, por meio da movimentação, como efeito da singularidade dos sujeitos e da relação sujeito-linguagem-outro (Lemos, 2002, 1998). A partir dessa perspectiva, ressaltam-se duas posições: (i) o conceito de *transformação* afasta-se da suposição de *desenvolvimento*, referente a um sujeito que constrói um objeto, ao mesmo tempo em que o objeto de conhecimento, em dado momento do processo, será dominado por esse sujeito (cf. o Construtivismo de Piaget ou Vygotsky); e (ii) o conceito de *transformação* reitera a suposição de *mudança*, referente a um sujeito que se move no funcionamento simbólico da língua e cuja movimentação é efeito desse funcionamento.

Nessa perspectiva, Lemos (2002, p. 60), sobre a aquisição da linguagem (entenda-se, da fala!), apresenta uma proposição que integra conceitos relacionados ao outro,



ao sujeito, à língua e à própria relação sujeito-língua-outro. Essa proposta consiste na ideia de mudança de posição na estrutura da língua, de acordo com “uma relação que se manifesta, na primeira posição, pela dominância da fala do outro, na segunda posição, pela dominância do funcionamento da língua e, na terceira posição, pela dominância da relação do sujeito com sua própria fala.” (Lemos, 2002, p. 56). Como aqui a concepção de escrita e da língua baseia-se na heterogeneidade, tais pressupostos são aceitos para as relações com a escrita em aquisição. Aceita-se, pois, a AE, observada como *processo de mudança*, de forma *estrutural e não diacrônica*, nas relações entre sujeito, outro e língua, requisitando a suspensão da *transparência da escrita* e a ênfase na *individuação dialógica*, enquanto elementos cruciais para a compreensão da complexidade dessa mudança.

Para tanto, propõe-se articular o conceito de TD e a AE, definidas [a escrita e a sua aquisição] conforme a exposição anterior, a partir de diálogos teóricos críticos com o modelo tradicional de TDs (cf. Kabatek, 2006; 2008). O conceito de TDs surgiu no âmbito da Linguística Românica alemã, na década de 1980, influenciado pelos estudos da Filologia Pragmática. Essa perspectiva teórica tem suas bases em Coseriu (1981), refinadas por P. Koch (1997) e Kabatek (2008). A concepção coseriana, fundamental para o conceito de TD, baseia-se numa tricotomia, relacionada a três níveis linguísticos: (i) *universal*, em que a linguagem é definida como uma atividade do falar, como um fato antropológico, na medida em que representa aspectos humanos universais; (ii) *histórico*, considerando as línguas particula-



res (português, inglês etc.), incluindo suas variedades; e (iii) *atual* ou *individual*, caracterizando-se como ato linguístico de um indivíduo em determinada circunstância.

Segundo Kabatek (2006, p. 506), não é possível falar de forma *universal* sem empregar uma língua específica (enquanto idioma histórico) e sem criar textos, ao mesmo tempo em que a utilização de uma língua como um sistema de signos só é possível por meio da produção de textos, falados ou escritos. Mesmo com essa diferenciação, os três níveis ocorrem simultaneamente durante o ato da fala e têm origem a partir de ações concretas. O conceito de TD emerge dessa classificação, expandindo-a e detalhando alguns elementos que não estavam inicialmente incluídos. Nessa linha, P. Koch (1997) e Oesterreicher (1997) delinearão a distinção de duas grandezas históricas, culminando na duplicação do nível histórico de Coseriu, para a localização do conceito de *Tradição Discursiva*.

Para Kabatek (2006), a proposta de duplicação do nível histórico coseriano implica afirmar que, nesse nível, existem a *língua*, enquanto sistema gramatical e lexical específico, e as *tradições discursivas*. Em outras palavras, implica afirmar que o ato de fala, realizado com uma finalidade comunicativa concreta, passa por dois filtros simultâneos antes de se tornar o produto de um enunciado: o primeiro filtro corresponderia à língua, ou seja, à estrutura gramatical e lexical da língua em uso; já o segundo corresponderia às TDs, ou seja, às convenções culturais e sociais que incluem normas, práticas, convenções de gênero tex-



tual e outras características que se repetem nos usos das línguas em dadas culturas.

Na concepção coseriana e no conceito inicial de TD, ao se analisar a linguagem de um momento específico (sincrônico), leva-se em conta a dimensão histórica, como parte intrínseca e constitutiva da língua, por meio do próprio idioma – histórico – e das TDs, de acordo com uma noção de historicidade cronológica. Em contraste, Corrêa (1997) apresenta uma concepção de história fundamentada no conceito discursivo de memória. Dessa forma, neste estudo, promove-se um diálogo crítico entre teorias que abordam a historicidade da atividade linguística sob diferentes perspectivas, justificando algumas ressalvas que se fazem necessárias, para, dentre outras questões, extrapolar o aspecto cronológico do tempo e tornar possível a relação teórica entre os conceitos de TD e de escrita constitutivamente heterogênea (cf. Lopes-Damasio, 2019, 2022).

Quanto aos níveis *histórico* e *atual/individual*, reconhecemos que só existe história no nível *atual* e que a história só existe porque o ato linguístico nunca é *individual*. Em outras palavras, distanciamos-nos, inicialmente, de uma separação entre esses dois níveis. Consequentemente, subordinamos o entendimento do nível *atual/individual* à ideia de sujeito da linguagem não como indivíduo, mas como *individuação*. Resulta desses deslocamentos aquele relativo ao nível *universal*, que deixa, pois, de ser universal e passa a ser *sócio-historicamente* determinado. De modo geral, o



caráter histórico – para além de seu viés cronológico – assume papel fundante do que entendemos, aqui, como *linguagem*, *língua*, *discurso* e *sujeito* (Lopes-Damasio, Silva, mimeo).

Kabatek (2006) argumenta que a TD possui valor de “signo”, uma vez que é significável e reconhecível através de outros signos metatextuais, que vão além das fronteiras do texto. A relação de uma TD tem, portanto, duas faces: a própria TD e a rede de comunicação discursiva que a evoca. Assim, o texto, reconhecido como TD, é, em seu caráter de “signo”, reconhecido como produto. Lopes-Damasio (2022, p. 4) ressalta, entretanto, a face processual da TD, fundamentada na relação entre memória e atualidade a cada ato discursivo, dentro das possibilidades do já-dito, do que se diz e do(s) projeto(s) de dizer, considerando o caráter inédito do acontecimento discursivo. Para conceber um ato enunciativo e compreender a TD, é necessário também considerar o princípio dialógico e as práticas discursivas como fatores reguladores, conforme Corrêa (1997), já que desempenham um papel central que lhe é definidor. Além disso, a TD depende tanto de movimentos de reproduzibilidade, relacionados à réplica de tradições linguísticas, quanto de ineditismo, devido aos traços da individuação histórica que o sujeito traz para a tradição, que, ao repetir ou evocar, também atualiza.

Além dos princípios de *repetição* e *evocação*, Kabatek (2006) também destaca o da *composicionalidade tradicional*, que se configura nos eixos *paradigmático* e *sintagmático*. O



eixo paradigmático aborda a “concomitância de referências a diferentes TDs em uma mesma porção de texto” (Kabatek, 2006, p. 9), enquanto o sintagmático trata da sucessão de TDs ao longo de um texto, via encadeamento. Segundo Lopes-Damasio (2014), a composicionalidade paradigmática/sintagmática é responsável pelas *mesclas* de TDs, o que caracteriza um aspecto da heterogeneidade dos textos na constituição de uma tradição: o sujeito se movimenta pelo que é *fixo* e *lacunar* no texto de uma tradição. Essa perspectiva permite associar tais características aos movimentos de ineditismo e repetibilidade presentes nas práticas orais/faladas e letradas/escritas, nas/pelas quais o sujeito circula, baseando-se em uma relação fundamentada na dialogia e na singularidade (Corrêa, 1997).

No âmbito do texto empírico, caracterizado como produto da TD *narrativa*, a análise linguístico-discursiva dos MJs segue uma abordagem funcionalista, tomada, no espaço teórico de observação, como uma ferramenta de descrição linguística dos dados. Para esse tratamento linguístico, adota-se um modelo bidimensional de análise tático-semântica, enquanto, para o tratamento discursivo da junção, os MJs, em espaços de junção, são reconhecidos como rastros da movimentação do sujeito no processo de textualização.

Da perspectiva linguística, Halliday (1985) integra os componentes sintático, semântico e pragmático, considerando dois eixos: o tático e o lógico-semântico. O eixo tático refere-se à interdependência entre elementos (palavras, sintagmas ou orações), abrangendo a *parataxe*, que envolve a relação entre elementos de igual estatuto, e a



hipotaxe, que diz respeito à relação entre elementos de estatutos diferentes, onde há um dominante e seu dependente.

Nas construções paratáticas e hipotáticas, identificam-se dois tipos de orações: (a) *primárias*, sendo a primeira numa construção paratática e a dominante numa construção hipotática; e (b) *secundárias*, as que seguem a primária em construções paratáticas e a(s) dependente(s) em construções hipotáticas. Assim, a ordem é, nessa abordagem, um importante critério de análise. Porsuavez, para a composição do eixo semântico, recupera-se o estudo de Kortmann (1997) que identifica quatro macrosistemas semânticos – *tempo, modo, lugar e causa, condição, contraste e concessão (CCCC)* – que, interligados, permitem explicar padrões de polissemia e *parentescos semânticos* inferíveis a partir de MJs. Para o autor, as relações *temporais* são as mais propensas a alimentar o macrosistema CCCC, embora o inverso não ocorra, enquanto *espaço* e *modo* não apresentam parentescos semânticos entre si e, em vez disso, alimentam os outros sistemas (Kortmann, 1997). Em diálogo com a pesquisa tipológica realizada por Kortmann (1997), propõe-se a adoção do esquema de relações semânticas que se constituem em fonte e alvo, sob uma perspectiva filogenética, para, a partir da noção de movimentação/mudança, explorar, numa visão ontogenética, um espaço observável dos sentidos, em relações tático-semânticas e discursivas, que podem situar a movimentação do sujeito que se constitui na construção de sentidos do (seu) texto.



Para tanto, neste trabalho, os MJs são focalizados, da perspectiva linguística, tomando como base o modelo bidimensional de análise da junção, com a adoção da interseção dos eixos tático (vertical) e semântico (horizontal). O eixo tático é representado pelas relações de parataxe (P) e hipotaxe (H), excluindo o encaixamento (Halliday, 1985). O eixo semântico, por sua vez, reflete uma complexidade crescente nas relações semânticas (cf. Kortmann, 1997). O cruzamento desses eixos é ilustrado no Esquema 1:

Esquema 1 - Critério bidimensional de análise dos mecanismos de junção

	ADIÇÃO	MODO	COMPARAÇÃO	TEMPO SIMULTANEO	TEMPO PROGRESSIVO	TEMPO CONTINGENTE	TEMPO ANTERIOR	TEMPO ANTERIOR IMEDIATO	TEMPO LIMITE	TEMPO POSTERIOR	CAUSA	CONDIÇÃO	FINALIDADE	CONTRASTE	CONCESSÃO
P															
H															

Fonte – Adaptado de Lopes-Damasio (2022)

Da perspectiva discursiva, esses MJs são considerados *rastros* que indiciam a movimentação do sujeito para a construção dos sentidos no processo de textualização. São vistos, portanto, como *rastros específicos* da movimentação do sujeito na constituição textual, uma vez que indiciam a *individualização* que atualiza seus discursos a cada experiência com o já falado/ouvido e escrito/lido, dialógica e historicamente. Considera-se, ainda, a relação entre MJs e o *espaço de junção*, que possibilita observar as técnicas de junção sem perder



de vista o ponto – no texto e no tempo – em que ocorrem.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O universo da investigação constitui-se de 20 textos narrativos escritos por crianças regularmente matriculadas no Ensino Fundamental I (EF I), do 2º ao 5º ano, na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental “Alides Celeste Razaboni Carpentieri” (Assis-SP), e 20 textos narrativos escritos por adultos no contexto do Projeto de Educação de Jovens e Adultos (P.E.J.A.-UNESP/Assis). Os 40 textos narrativos foram extraídos do Banco de Dados de Escrita Inicial (BDEIn-Unesp), *Inicial write database (InWrite-Unesp)*, em desenvolvimento como parte das atividades do PP. Os 20 textos escritos por crianças do EF I foram produzidos a partir da Proposta 1:



Figura 1 – Proposta 1 – EI

LEIA A TIRINHA:



Fonte: portal.educacao.go.gov.br

NA TIRINHA ACIMA, CASCÃO ESTAVA CORRENDO PERIGO!
ESCREVA UMA HISTÓRIA EM QUE VOCÊ CORREU MUITO PERIGO.
USE O ESPAÇO ABAIXO E NÃO ESQUEÇA DE DAR UM TÍTULO AO SEU TEXTO.

Fonte – BDEIn-Unesp (*InWrite-Unesp*)

Os 20 textos escritos por adultos foram produzidos como parte das práticas de escrita que integram as atividades educativas do P.E.J.A.-UNESP/Assis a partir de sete propostas:⁴⁴ Proposta 1: “Quando você se olha no espelho, o que você vê? Conte um pouco sobre quem você é e qual a sua história de vida”; Proposta 2: “Escreva um aprendizado de vida”; Proposta 3: “Escreva sobre uma surpresa ou sobre um dia muito emocionante de sua vida”; Proposta 4: “Escreva sobre suas experiências em sala de aula”; Proposta 5: “Escreva algum relato de sua vida que deseja registrar. Pode ser um momento marcante, algum acontecimento do

44 Em 2023 e primeiro semestre de 2024, o P.E.J.A.-UNESP/Assis oferecia encontros semanais nas instituições: (i) EMEIF Professora Alides Celeste Razaboni Carpentieri (núcleo I); (ii) UNESP/Assis (núcleo II); (iii) Asilo Lar dos Velhos (núcleo III); além de reuniões quinzenais para a organização do trabalho e formação de educadores. Os textos selecionados para este trabalho foram produzidos no núcleo II.



dia-a-dia ou até algo que fizeram em algum momento da vida”; Proposta 6: “O que você faz para fortalecer sua fé”?; Proposta 7: “Conte uma história que você viveu ou que ouviu de seus pais, avós, familiares ou vizinhos que aconteceu na roça ou na mata”.

A metodologia segue uma abordagem qualitativo-quantitativa, com levantamento de frequências *token* e *type* (Bybee, 2003), de acordo com os seguintes passos: descrever e analisar o funcionamento dos MJs a partir da interdependência tática e semântica entre os elementos da oração complexa, portanto, de forma bidimensional, nos eixos: vertical, englobando P e H; e horizontal, englobando relações semânticas organizadas de acordo com um crescente de abstração/complexidade (Raible, 2001; Kortmann, 1997; Halliday, 1985), a partir da consideração de trânsitos semânticos (Lopes-Damasio, 2019) (cf. esquema 1).

À luz dos resultados apresentados, será proposta uma discussão inicial sobre a relação entre o funcionamento dos MJs e a heterogeneidade da escrita na TD *narrativa* em aquisição, de modo a apontar, ainda que não conclusivamente, aproximações e/ou distanciamentos na AE por crianças e adultos, no tocante aos aspectos linguístico-discursivos focalizados.

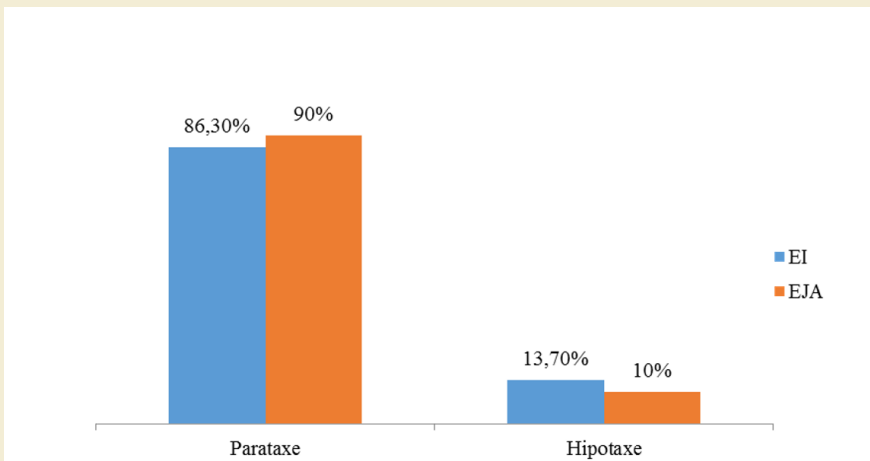
A ANÁLISE TÁTICO-SEMÂNTICA DOS MJS

O gráfico 1 ilustra o funcionamento tático dos MJs observados nos textos de escrita infantil (EI) e de escrita de jovens e adultos (EJA), na TD *narrativa* em aquisição no



modo escrito de enunciação, considerando o eixo vertical, com as arquiteturas paratática e hipotática. No que diz respeito à frequência *token*, quanto a esse eixo, os MJs se apresentaram, predominantemente, em ocorrências de P: dentre os 523 MJs (100%) analisados, 460 ocorrências corresponderam à P (87,94%) e 63 (12,06%), à H.

Gráfico 1 – Funcionamento tático dos MJs em EI e EJA na TD narrativa



Fonte – Elaboração própria

Como mostra o gráfico 1, houve predominância de estruturas paratáticas, na TD *narrativa*, nos textos de EI e EJA (252/86,3% e 208/90%, respectivamente). Conseqüentemente, nos dois conjuntos de textos dessa TD, as estruturas hipotáticas foram menos frequentes (40/13,7% e 23/10%, respectivamente). Embora a comparação geral mostre o mesmo padrão de funcionamento tático dos MJs

nos dois conjuntos de textos da TD *narrativa* em aquisição, com predominância da P, os resultados permitem destacar que essa estrutura é um pouco mais recorrente nos dados de EJA do que de EI, com 3,7% de usos a mais naqueles em comparação com estes, e que, conseqüentemente, também a estrutura hipotática é pouco menos recorrente, com o mesmo percentual a menos.

Em (1) e (2), as ocorrências de MJs extraídas de textos de EI exemplificam, respectivamente, usos paratáticos e hipotáticos:

(1) Ø MORAU DA HISTÓRIA Ø SEMPRE FIQUE DO LADO DOS SEUS PAIS **E** FIQUE DE MÃOS DADAS [P1/T5/2A].

(2) ELA DISSE QUE O MEDICO FALOU **SE** ELA NÃO TIVESE MIDADO O REMEDIO EU NÃO COMSIGI CHEGA ATE O HOSPITAL [P1/T4/4A].

Em (1), o MJ “e” articula a segunda oração “**E** FIQUE DE MÃOS DADAS”, na P, identificada a partir da independência sintática entre essa oração e a primeira “SEMPRE FIQUE DO LADO DOS SEUS PAIS”, portanto, de igual estatuto sintático, em um espaço de junção com sentido de *adição*, associado à inserção de informações novas que fazem o texto progredir. Em (2), o MJ “se”, na H, introduz a oração modificadora “**SE** ELA NÃO TIVESE MIDADO O REMEDIO”, marcando, na superfície do texto, o sentido *condicional*, em seu espaço de junção com a oração nuclear ou dominante “EU NÃO COMSIGI CHEGA ATE O HOSPITAL”, portanto, entre orações de estatutos sintáticos distintos.



Em (3) e (4), as ocorrências de MJs extraídas de textos de EJA também exemplificam, respectivamente, usos paratáticos e hipotáticos:

(3) meu pai nau deixava conversaconigeas pessoas e pesa va qe eu tinha porema decabesa **mas** eu era normal [P2T6E1]⁴⁵

(4) eu levanto e agradeço a Deus pelo dia que o Senhor meu, **comdo** eu esqueço eu volto Ø mepeço a sonhar [P5T28E6]⁴⁶

Em (3), “mas” junta orações independentes do ponto de vista sintático, porque não integradas na mesma estrutura argumental, marcando, entre elas, o sentido de *contraste*. Ambas as orações são, portanto, autônomas/independentes no texto, sendo o vínculo entre elas estabelecido pela sequencialidade dos enunciados, já que uma é a primeira e a outra, a segunda, na P. Em (4), o MJ “quando” (grafado “comdo”) relaciona orações de diferentes estatutos sintáticos, a dependente e a dominante, na H.

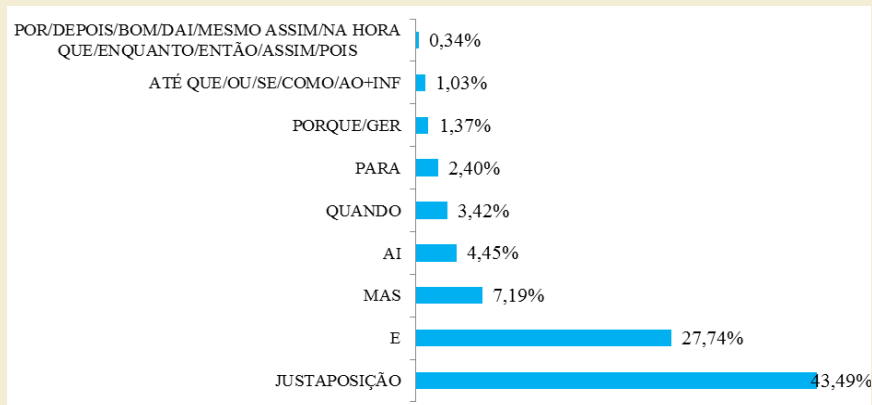
Reconhecida a taxa que predomina nos dados de AE, na TD *narrativa*, os gráficos 2 e 3 apresentam os MJs que preenchem os *espaços de junção* nos textos investigados.

45 Sugestão de leitura: Meu pai não deixava conversar com ninguém e as pessoas pensavam que eu tinha problema de cabeça, mas eu era normal.

46 Sugestão de leitura: Eu me levanto e agradeço a Deus pelo dia que o Senhor me deu. Quando eu esqueço, eu volto e peço perdão ao Senhor.

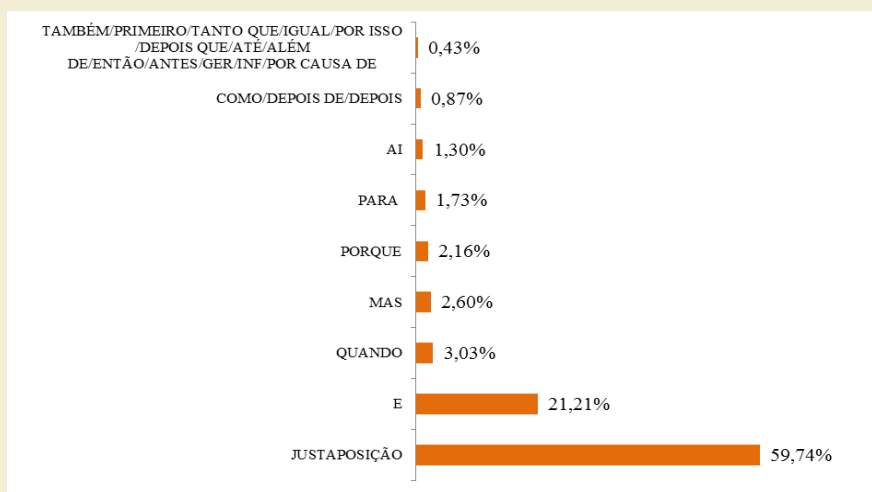


Gráfico 2 – MJs na TD narrativa – EI



Fonte – Elaboração própria.

Gráfico 3 – MJs na TD narrativa – EJA



Fonte – Elaboração própria



Conforme o gráfico 2, nos textos da TD *narrativa*, em EI, os MJs mais recorrentes foram a “justaposição” (127/43,49%), “e” (81/27,74%) e “mas” (21/7,9%), sendo seguidos por “ai” (13/4,45%) e “porque” (4/1,37%). A análise dos dados permite observar a alta frequência de “justaposição”, que representa quase metade (43,49%) de todas as ocorrências juntivas dos textos desse conjunto. O segundo MJ que mais se repete, o “e”, com 27,74% de frequência, apresenta-se com 15,75% a menos se comparado aos casos de “justaposição”. Entretanto, também se distancia muito da frequência dos usos do MJ “mas”, equivalente a 7,9%, de acordo com uma diferença igual a 19,84%. Esses resultados indicam que, em EI, há uma forte circulação dos escreventes por usos de “justaposição” e “e”, que, juntos, correspondem a 71,23% de todos os empregos de MJs constatados nesse conjunto de textos.

De acordo com o gráfico 3, nos textos da TD *narrativa*, em EJA, os resultados mostram que os MJs mais recorrentes foram, novamente, a “justaposição” (138/59,74%) e “e” (49/21,21%), seguidos, agora, por “quando” (7/3,03%), “mas” (6/2,60%), “porque” (5/2, 16%) e “ai” (3/1,30%). A análise dos dados de EJA permite observar, novamente, uma alta frequência de “justaposição”, superior, nesses textos, a 50% (59,74%). Também nesse conjunto, o segundo MJ que mais se repete é o “e”, mas, agora, a diferença quantitativa em relação à “justaposição” é ainda maior: igual a 38,53%. Além dessa diferença, é preciso marcar que há, assim como em EI, uma redução importante entre a frequência de “e” e outros MJs, como “quando”, com 18,18% de diferença. Ou



seja, esses resultados apontam para o fato de que, em EJA, há uma circulação dos escreventes ainda mais forte pela “justaposição”, que se mostra como a principal técnica de junção nos textos analisados.

Em relação aos MJs observados, a comparação dos resultados de EI e EJA sugere uma *aproximação* entre os dois conjuntos de textos da TD *narrativa* em aquisição, uma vez que “justaposição” e “e” são os MJs mais frequentes em ambos; mas sugere, também, um *distanciamento*, uma vez que as ocorrências de “justaposição” correspondem ao funcionamento juntivo que mais fortemente caracteriza os dados de EJA, apresentando maior distanciamento inclusive dos usos de “e”.

Conforme os gráficos 2 e 3, tanto na EI quanto na EJA, observa-se a mesma quantidade de *types* de MJs, correspondente a 23 MJs. Se, por um lado, esse resultado comparativo *aproxima* os dois conjuntos de textos, já que aponta a repetibilidade das formas juntivas que ocupam os espaços de junção em EI e EJA (o *fixo* da própria variação), por outro, também os *distancia*, já que há diferenças observadas em termos de frequência desses MJs em cada conjunto de textos analisados (o *lacunar* da própria variação).

A tabela 1 apresenta os resultados do eixo horizontal de descrição e análise dos MJs:



Tabela 1 – Funcionamento semântico dos MJs em EI e EJA na TD narrativa

	A	AI	M	Cf	Cp	TS	TA	TF	TP	C	Co	Fi	Ct	Cc	Tt
TD narr/EI	71 24,32% 0 (4) E (2) BOM (1)	3/ 1,03% OU (3)	1/ 0,34% E (1)	1/ 0,34% COMO (1)	2/ 0,68% COMO (2)	33 11,30% E (9) E (6) QUANDO (9) SER (4) PRIMEIRO (1) NA TERÇA QUARTA (1) AO = 2º (3)	1/ 0,34% E (1)	3/ 1,03% ATE QUE (3)	66 12,33% E (19) E (12) E (12) AI (2) DAI (1) DEPOIS (2)	71 32,19% E (13) E (13) E (17) PORQUE (4) AGORA (1) ENTÃO (1) POR (1) POSS (1) QUANDO (1)	3/ 1,03% SE (3)	8/ 2,74% PARA (7) O (1)	54 11,64% MAS (20) E (6) MAS (1) ASSIM (1)	2/ 0,68% MAS (1) MESMO (1)	292 / 100%
TD narr/EJA	98 42,42% E (2) E (2) TAMBÉM (1) ALÉM DE (1) FAZER (1)	1/ 0,43% GER (1)	3/ 1,29% COMO (2) SOCAL (1)	4/ 1,73% QUANDO (3) O (1)	3/ 1,29% PRIMEIRO (1) QUANDO (1) ANTES (1)	1/ 0,43% ATE (1)	30 12,98% E (11) E (11) E (12) AI (2) DEPOIS (2) DEPOIS DE (2) ENTÃO (1) DEPOIS QUE (1)	59 25,54% E (4) E (5) PORQUE (3) AI (1) POR BISSO (1) TANTO QUE (1) DEPOIS QUE DE (1)	59 25,54% E (4) E (5) PORQUE (3) AI (1) POR BISSO (1) TANTO QUE (1) DEPOIS QUE DE (1)	3/ 1,29% QUANDO (3)	8/ 3,46% PARA (4) E (2) O (2)	20 8,65% E (7) E (7) MAS (6)	1/ 0,43% ANDA (1)	231 / 100%	
Tt	169 32,31%	3/ 0,57%	3/ 0,58%	1/ 0,19%	5/ 0,95%	33 7,09%	4/ 0,76%	4/ 0,76%	66 12,31%	71 29,25%	6/ 1,14%	16/ 3,05%	54 10,32%	3/ 0,57%	523 / 100%

Legenda: adição; AI: alternativa; M: modo; Cf: conformativa; Cp: comparativa; TS: tempo simultâneo; TC: tempo contigüente; TA: tempo anterior; TF: tempo final; TP: tempo posterior; C: causa; Co: condição; Fi: finalidade; Ct: contrate; Cc: concessão.

Fonte – Elaboração própria

Os resultados apresentados na tabela 1, em destaque amarelo, mostram, de modo geral (considerando, portanto, os dados totais de EI e EJA), a maior frequência dos sentidos de *adição* (169 ocorrências/32,31%), *causa* (153 ocorrências/29,25%), *tempo posterior* (66 ocorrências/12,31%), *contraste* (54 ocorrências/10,32%) e *tempo simultâneo* (37 ocorrências/7,09%). Em relação a EI, os resultados, em verde, mostram que os sentidos mais recorrentes nesses textos são os mesmos, com inversão apenas na predominância de *causa* em relação a *adição*: *causa* (94 ocorrências/32,19%), *adição* (71 ocorrências/24,32%), *tempo posterior* (36 ocorrências/12,33%), *contraste* (34 ocorrências/11,64%) e *tempo simultâneo* (33 ocorrências/11,30%). Por sua vez, em relação a EJA, os resultados mostram, em azul, novamente, os mesmos sentidos, com exceção apenas do de *tempo simultâneo*: *adição* (98 ocorrências/42,42%), *causa* (59 ocorrências/25,54%), *tempo posterior* (30 ocorrências/12,98%) e *contraste* (20 ocorrências/8,65%).



Portanto, os resultados apresentados na tabela 1 apontam os sentidos que são sintomáticos da TD *narrativa* em AE, tanto de uma perspectiva geral (cf. frequência *token* dos sentidos mais recorrentes em EI e EJA, conjuntamente), como de outra, mais específica (cf. frequência *token* dos sentidos mais recorrentes em cada conjunto de textos, EI e EJA).

A partir do quadro 1, serão apresentadas as ocorrências desses sentidos sintomáticos mais frequentes na TD *narrativa*, em EI e EJA, a partir de MJs também mais frequentes em cada conjunto de textos (cf. tabela 1):

Quadro 1 – Funcionamentos semânticos dos MJs em EI e EJA na TD *narrativa*

Sentido	EI	EJA
Adição	(5a) EU ESTAVA DESÇANSO Ø CORRI PARA PEGAR UMA BOLINHA [P1/T3/4A].	(5b) Foi mora Com minha avó Ø eu gostava te brica minha amiga [P2/T10/E5]
Causa	(6a) ELE FALOU QUE EU TORCI O PÉ Ø FALOU PARA EU NÃO PODIA FAZER ATIVIDADE FÍSICA [P1/T3/4A].	(6b) meu marido e Geraldo Ø ele trabalha na rosa e nau quer vin embora Ø qero que veinha Ø esto casada de ficasozinha [P1T1E1]
Tempo posterior	(7a) IMEDIATAMENTE ELA ME LEVOU A RECEPIÇÃO Ø CHAMARAM MEUS PAIS PELO MICROFON MICROFONE [P1/T4/5A].	(7b) eu conheci meu marido através de uma amiga e nós fomos morar juntos [P5/T12/E3]
Contraste	(8a) PERGUNTEI PRA MUITAS PESSOAS MAS NÃO ACHEI NINGUEM QUE SABIA ONDE MINHA MÃE MORAVA [P1/T3/5A].	(8b) e pesa va qe eu tinha porema decabesa mas eu era normal Ø nuqa tive porema Ø ele falava que tinha cin Ø nau era vedadade [P2T6E1] ⁴⁷
Tempo simultâneo	(9a) MÃE E MEU PAI ESTAVÃO DE FRETE PARO OUTRO Ø EU POLAVA DE UM PÉ SÓ PARA LÁ, E PARA, CÁ [P1/T3/4A].	(9b) Quando eu era criança eura artera [P4/T3/E3]

Fonte – Elaboração própria

47 Sugestão de leitura: as pessoas pensava que eu tinha problema de cabeça mas eu era normal Ø nunca tive problema Ø ele falava que eu tinha sim Ø não era verdade.



Em (5a) e (5b), explicitam-se ocorrências de “justaposição” com sentido de *adição*, extraídas respectivamente de EI e EJA. Nos dois recortes textuais, os espaços de junção caracterizam-se pela inserção de informação nova no texto, em P, de acordo com o que se reconhece como *adição simétrica* (cf. Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008), ou seja, em que não é possível inferir outro sentido, mais abstrato, entre as orações do complexo. Distinguem-se, pois, de todos os demais espaços de junção em que, a partir do sentido mais concreto de *adição*, é possível inferir qualquer outro sentido mais abstrato,⁴⁸ em conformidade com o que, neste trabalho, foi denominado como *trânsito semântico*, enquanto rastro da movimentação do escrevente no processo de textualização.

Em (6a) e (6b), explicitam-se ocorrências de “justaposição”, extraídas respectivamente de EI e EJA, em que, a partir do sentido mais concreto de *adição*, infere-se o sentido mais abstrato de *causa*. Em (6a), a primeira oração do complexo paratático insere o conteúdo da fala do personagem “ELE FALOU QUE EU TORCI O PÉ”, que é a causa do conteúdo da segunda oração, em que se vê o efeito, “FALOU PARA EU NÃO PODIA FAZER ATIVIDADE FÍSICA”, num espaço de junção em que a relação *causa-efeito* resulta de um *trânsito semântico*. De forma semelhante, em (6b), no complexo oracional “meu marido e Geraldo Ø ele trabalha na rosa e nau quer vin embora Ø qero que veinha Ø esto casada de ficasozinha”, a primeira oração, na P, “qero que veinha” (quero que venha [embora]) é o efeito do conteúdo da se-

48 Trata-se, nesse caso, de *aditivas assimétricas* (cf. Pezatti; Longhin-Thomazi, 2008).



gunda oração, em que se vê, agora, a causa, “esto casada de ficasozinha” (estou cansada de ficar sozinha), num espaço de junção em que a relação *efeito-causa* também resulta do mesmo tipo de *trânsito semântico*.

Referente ao sentido de *tempo posterior*, a ocorrência em (7a), extraída de EI, mostra a “justaposição” em espaço de junção em que, a partir do sentido mais concreto de *adição*, associado, na P, à inserção de informações novas que fazem o texto progredir, é possível inferir o sentido mais abstrato de *tempo posterior*, de acordo com uma sequencialidade icônica na apresentação dos eventos narrados: primeiro se explicita a ação de ser levada para a recepção e, posteriormente, a de chamarem seus pais. Em (7b), extraída de EJA, o MJ “e” apresenta o mesmo funcionamento, no mesmo tipo de espaço de junção, em que a partir da inserção de informação nova no texto, portanto, do sentido mais concreto de *adição*, na P, toma espaço o *trânsito semântico* para o sentido mais abstrato de *tempo posterior*, novamente de acordo com uma iconicidade entre os fatos narrados e os acontecimentos no mundo: primeiro conhece o marido e, posteriormente, vão morar juntos.

Na ocorrência em (8a), extraída de EI, observa-se o uso de “mas”, explicitado no espaço de junção entre as orações “PERGUNTEI PRA MUITAS PESSOAS” e “NÃO ACHEI NINGUEM QUE SABIA ONDE MINHA MÃE MORAVA”, que, em contexto do advérbio “não” e do pronome indefinido “ninguém”, na segunda oração do complexo paratático, caracteriza o que se reconhece como *contraste* por oposição. Em (8b), as duas ocorrências de “justaposição” destacadas,



extraídas de EJA, também localizam-se em espaços de junção que, a partir do sentido mais concreto de *adição*, permitem a inferência do sentido mais abstrato de *contraste*, também em contexto de oposição entre “nunca tive” x “tinha sim” e “sim” x “não”.

Em (9a) e (9b), explicitam-se ocorrências de “justaposição” e “quando”, extraídas respectivamente de EI e EJA e relacionadas ao sentido de *tempo simultâneo*. No caso da “justaposição”, em (9a), a partir da inserção de informação nova no texto, na oração secundária, habilita-se o *trânsito semântico* em direção ao sentido mais abstrato de *tempo simultâneo*, já que a ação adicionada nessa oração “EU POLAVA DE UM PÉ SÓ PARA LÁ, E PARA, CÁ” ocorre ao mesmo tempo em que a ação apresentada na oração primária “MÃE E MEU PAI ESTAVÃO DE FRETE [um] PARO [o] OUTRO”. Em (9b), a simultaneidade é marcada entre a oração modificadora/dependente, “**Quando** eu era criança”, e a dominante, “aura artera” (eu era arteira), em que o MJ explícito linguisticamente também é prototípico para o sentido *temporal*.

Como já se destacou, para além dos espaços de junção descritos em termos de prototipicidade dos usos, apresentados em: (5a) e (5b), em relação ao sentido de *adição*, em espaço de junção com ocorrências de “justaposição”; (8a), em relação ao sentido de *contraste*, em espaço com ocorrência de “mas”; e (9b), ao de *tempo simultâneo*, em espaço de junção com ocorrência de “quando”, são sintomáticos da AE, no caso dos textos narrativos analisados, em EI e EJA, também aqueles que se caracterizam pela movimentação de



sentidos, denominada de *trânsitos semânticos*, como em: (6a) e (6b), em relação ao trânsito semântico entre *adição* > *causa*; (7a) e (7b), em relação ao trânsito entre *adição* > *tempo posterior*; (8b), em relação ao trânsito entre *adição* > *contraste*; e (9a), entre *adição* > *tempo simultâneo*, todos em espaços caracterizados por “justaposição”.

Nessa perspectiva, nos textos analisados de EI e EJA, houve um total de 259 (100%) MJs envolvidos em *trânsitos semânticos*, conforme apresenta a tabela 2.

Tabela 2 – Trânsitos semânticos em EI e EJA na TD narrativa

Trânsitos semânticos	TP > C	A > TP	A > C	A > TS	A > Ct	TS > C	TP > C	M > TP	M > TS	A > TA	A > Fi	M > C	TS > Ct	Ct > Cc	A > M	M > Ct	TA > C	TC > Co	M > Cp	Total
TD Narr EI	60/26,64%	63/24,30%	57/22,01%	20/7,72%	15/5,79%	8/3,06%	8/3,06%	2/0,77%	2/0,77%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	3/1,16%	1/0,39%	158/100%
TD Narr EJA	12/11,88%	23/22,73%	37/36,63%	1/0,99%	2/1,98%	2/1,98%	2/1,98%	-	-	-	4/3,96%	-	-	-	-	-	-	3/2,97%	1/0,99%	101/100%
Total	60/26,64%	63/24,30%	57/22,01%	20/7,72%	15/5,79%	8/3,06%	8/3,06%	2/0,77%	2/0,77%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	1/0,39%	3/1,16%	1/0,39%	259/100%

Legenda: adição; A: alternativa; M: modo; Cf: conformativa; Cp: comparativa; TS: tempo simultâneo; TC: tempo contingente; TA: tempo anterior; TF: tempo final; TP: tempo posterior; C: causa; Co: condição; Fi: finalidade; Ct: contraste; Cc: concessão.

Fonte – Elaboração própria

De acordo a tabela 2, de modo geral (somando o total de ocorrências em EI e EJA), identificou-se que, dentre os 259 MJs e/em espaços de junção com *trânsitos semânticos*, os mais recorrentes, destacados em amarelo, são aqueles entre os sentidos de *tempo posterior* > *causa* (69/26,64%), *adição* > *tempo posterior* (63/24,30%), *adição* > *causa* (57/22,01%), *adição* > *contraste* (20/7,72%) e, por fim, *adição* > *tempo simultâneo* (15/5,79%).

Ainda de acordo com os resultados apresentados nessa tabela, nos textos de EI, especificamente, os resultados apontaram um total de 158 (100%) MJs e/em espaços de junção com *trânsitos semânticos*, sendo que as frequências



seguem exatamente aquelas mais gerais (cf. apresentadas no parágrafo anterior: *tempo posterior* > *causa* (57/36,08%); *adição* > *tempo posterior* (36/22,8%); *adição* > *causa* (20/12,66%) e *adição* > *tempo simultâneo* (14/8,86%)), com a única exceção de *adição* > *contraste* (com apenas 8/5,06%). Nos textos da EJA, os resultados mostraram um total de 101 (100%) MJs e/em espaços de junção com *trânsitos semânticos*, também com as mesmas maiores frequências observadas de forma geral (*adição* > *causa* (37/36,63%); *adição* > *tempo posterior* (27/26,73%), *tempo posterior* > *causa* (12/11,88%) e, por fim, *adição* > *contraste* (12/11,88%)), com exceção, agora, de *adição* > *tempo simultâneo* (com apenas 1/0,99%).

Conforme apresentado na tabela 1, destaca-se que os sentidos sintomáticos da TD *narrativa*, em dados aquisicionais de EI e EJA, são observados, em repetibilidade, nos espaços juntivos caracterizados por *trânsitos semânticos*. Em outras palavras, significa dizer que, em termos semânticos, a construção da TD *narrativa*, em AE por crianças e adultos, se marca pela movimentação dos escreventes para a construção dos mesmos sentidos do texto. Há aí, portanto, um resultado que *aproxima* a EI e a EJA, a partir da comparação semântica dessas escritas, em aquisição, nos espaços juntivos dos textos da TD *narrativa*. Sem negar tal aproximação, em relação com a repetibilidade dos movimentos semânticos, constatam-se, ainda, especificidades e, portanto, a instabilidade no que se repete, especialmente no que tange a alguns *trânsitos semânticos*, como *tempo posterior* > *causa*, mais frequente em EI, mas não em EJA; e *adição* > *causa*, por sua vez, o mais frequente em EJA, mas



não em EI; e no que tange à presença/ausência de outros *trânsitos semânticos*, como *adição > tempo simultâneo*, observado em EI, mas não em EJA; e *adição > contraste*, observado em EJA, mas não em EI.

CONCLUSÃO

Em relação ao objetivo de caracterizar o funcionamento linguístico – tático e semântico – dos MJs, em textos da TD *narrativa*, escritos por crianças e adultos em AE, observou-se, primeiramente, sobre a taxa e os *types* mais frequentes de MJs nos textos, que os MJs funcionam, majoritariamente, na P, em EI e EJA, e em usos de “justaposições” e “e”. Esse resultado não é tomado, neste trabalho, como sinônimo de uma sintaxe simplificada ou, ainda, primitiva (cf. Longhin-Thomazi, 2011), mas como uma característica conjunta que exige a busca por diferentes pistas (linguísticas e enunciativo-discursivas) para indiciar e, no caso do analista, permitir uma interpretação possível para os *trânsitos semânticos* relacionados ao sentido que se constrói no processo de textualização.

Os resultados mostraram também, em EI e EJA, o *mesmo conjunto de sentidos* observado de forma mais recorrente e com repetibilidade de *trânsitos semânticos*: os MJs ocuparam espaços de junção com um sentido mais concreto de *tempo posterior* e, nesses espaços, permitiram *trânsitos semânticos* recorrentes, com sentidos mais abstratos, especialmente relacionados à *causa*. Mostraram, ainda, que o sentido de *adição*, intrinsecamente atrelado



ao movimento de inserir informações novas no texto e, com isso, fazê-lo progredir (em termos básicos do desenvolvimento textual), assumiu, no conjunto de textos analisados, o papel de principal espaço de junção aberto à emergência de outros sentidos, sempre mais abstratos, como os de *tempo posterior*, *causa* e *contraste*. Assim, ao lado do sentido de *tempo*, com frequência relativamente elevada, seja como o sentido mais concreto (cf. *tempo posterior* > *causa*) ou como o sentido mais abstrato (cf. *adição* > *tempo posterior*) de um *trânsito semântico*, o sentido de *adição* assume papel central no processo de textualização que caracteriza os textos analisados.

Desse modo, é possível propor uma *aproximação* em relação aos sentidos dos textos, no processo de textualização por que circulam crianças e adultos, reforçando, pois, o aspecto sintomático dos MJs, na consideração de seus espaços de junção, na TD *narrativa*. Trata-se, pois, de resultados tático-semânticos que apontam para o *fixo* dessa tradição.

Contudo, os resultados também mostraram *distanciamentos* entre EI e EJA. Em relação à *taxe*, embora “justaposição” e “e” sejam os MJs com maior repetibilidade em ambos os conjuntos de textos, pode-se ver uma distinção quantitativa naqueles de EJA, ao mesmo tempo que a EI deixou ver uma maior circulação dos escreventes, em termos de frequência de usos, por outros *types* de MJs. Em relação aos sentidos mais frequentes e sintomáticos da TD *narrativa*, em aquisição – seja em espaços de usos prototípicos, seja em espaços de *trânsitos semânticos* –, foram



constatadas algumas variações quantitativas, além de uma relação entre ausência e presença referente a *trânsitos semânticos* observados em EI, mas não em EJA e vice-versa. Trata-se, pois, de resultados tático-semânticos que apontam para o *lacunar* dessa tradição.

O *fixo* e o *lacunar* das TDs – no caso deste trabalho, da TD *narrativa* –, observados a partir dos MJs e/em espaços de junção, deixam ver, na escrita em aquisição, o encontro entre o histórico e o atual, entre a experiência e o acontecimento, que marcam, ao mesmo tempo, a AE e a história dos escreventes. Nessa direção, os resultados apresentados, embora ainda preliminarmente, sustentam o distanciamento (cf. Lemos, 1998) da ideia de *desenvolvimento* para a AE, a partir da movimentação da escrita, nesse processo, mostrada na intrínseca relação com os *trânsitos semânticos*, nos usos dos MJs em espaços de junção, e com a ideia de historicidade, que caracteriza a própria TD *narrativa*.



REFERÊNCIAS

BIBER, D. **Variation across speech and writing**. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

BYBEE, J. **Mechanisms of Change Grammaticalization**: the role of frequency. In: JOSEF, B.; JANDA, R. (Ed.). *The Handbook of historical linguistics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2003. p. 602-62.

CHACON, L. **Instabilidades da linguagem**: discurso, língua e suas relações. 2017. 185 f. Tese (Livre-Docência) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017.

CHACON, L. **A relação fala/escrita em dados não-conven-
cionais de escrita infantil.** *Cadernos de Lingüística*, v. 2, n. 1,
2021.

CORRÊA, M. L. G. **O modo heterogêneo de constituição
da escrita.** Campinas. São Paulo. 435f. Tese de doutorado –
Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da
Linguagem, 1997.

COSERIU, E. Creatividad y técnica lingüística. Los tres niveles
del lenguaje. In: ___ **Lecciones de lingüística general.** Madrid:
Gredos, 1981. p.269-286.

HALLIDAY, M. A. K. **Above the clause:** the clause complex.
In. HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Funcional Grammar.*
New York: Arnold, 1985.

KABATEK, J. Tradições discursivas e mudança linguística. In:
LOBO, Tânia; RIBEIRO, Ilza; CARNEIRO, Zenaide e ALMEIDA,
Norma (orgs.). **Para a História do Português Brasileiro VI –
Novos dados, novas análises.** Salvador: EDUFBA, Tomo II,
2006, p. 505-527.

KABATEK, J. Introduccion. Sintaxis histórica del español y
cambio lingüístico: nuevas perspectivas desde las Tradiciones
Discursivas. Madrid: **Iberoamericana**; 2008.

KOCH, P. Diskurstraditionen: zu ihrem sprachtheoretischen
Status und ihrer Dynamik. In: FRANK, B. et al. (Edd.).
Gattungen mittelalterlicher schriftlichkeit. Tübingen: Narr,
1997, p.43-79.

KOCH, P; OESTERREICHER, W. **Lingua hablada en la roma-
nia: Espanol, Francés, Italiano.** Madrid: Editorial Gredos,
2007.



KORTMANN, B. **Adverbial Subordination: a typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages**. Berlin-New York, Mouton de Gruyter, 1997.

LEMOS, C. T. G. Das vicissitudes da fala da criança e de sua investigação. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 42, p. 41-70, 2002.

LEMOS, C. T. G. de. Sobre a aquisição da escrita. Algumas questões. In: ROJO, R. (Org.). **Alfabetização e letramento**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

LOPES-DAMASIO, L. R. Para argumentar, basta começar: mecanismos de junção e tradição discursiva em aquisição. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 64, n. 00, 2022.

LOPES-DAMASIO, L. R. O movimento linguístico-discursivo na aquisição da escrita: uma abordagem dos mecanismos de junção aditivos na construção de sentidos no texto. **Filologia e Linguística Portuguesa**. (USP), v. 21, n.2, p. 147-170, 2019.

LOPES-DAMASIO, L. R. Junção em contexto de aquisição de escrita: uma abordagem das tradições discursivas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v.43, n.3, p.1371-1386, 2014.

LOPES-DAMASIO, L. R.; PEDRO, C. da C. A materialidade linguística pelo viés da opacidade: uma abordagem da aquisição da escrita. **Revista da ABRALIN**, [S. l], v. 23, n. 2, p. 797-821, 2024.

LOPES-DAMASIO, L. R.; VOM-STEN, I. S. **Escrita e tradição discursiva no ensino: um olhar para a heterogeneidade**. Araraquara, SP: Letraria, 2023.



LOPES-DAMASIO, L. R.; SILVA, B. P. Aquisição da escrita na tradição discursiva narrativa: uma abordagem dos mecanismos de junção. **Working papers em Linguística** (mimeo).

MARCUSCHI, L. Oralidade e escrita. **Signótica**, Goiânia, 9, p. 119-145, jan-dez 1997.

OESTERREICHER, W. Zur Fundierung von Diskurstraditionen. In: BARBARA, F; THOMAS, H. & TOPHINKE, D. (Hrsg.): **Gattungen mittelalterlicher Schriftlichkeit**. Tübingen: Narr, 1997.

PEZATTI, E. G., LONGHIN-THOMAZI, S. R. As construções coordenadas. In: ILARI R, NEVES M. H. M. **Gramática do Português culto falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2008. p. 865-936.

RAIBLE, W. Linking clause. In. HASPELMATH *et al.* **Language Typology and Language Universals**. Berlin e New York: Walter de Gruyter, Vol. 1, 2001, p. 590-617.



13. LÉXICO E REFERENCIAÇÃO NO ENSINO- APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA

Beatriz Daruj Gil

<https://orcid.org/0000-0002-9874-167X>

LÉXICO E O PROCESSO DE REFERENCIAÇÃO

A produção e a transformação dos recortes culturais de determinada comunidade linguística são realizadas por meio do léxico, módulo integrante do sistema da língua (Biderman, 2001; Castilho, 2010) que, quando atualizado discursivamente, revela valores ideológicos e visões de mundo dos sujeitos da enunciação, explicitando qual é a percepção que os produtores do discurso têm da realidade.

À medida que conhece seres e objetos, o homem tem a necessidade de categorizá-los e nomeá-los, construindo para isso um sistema classificatório: o léxico. Acumula, então, signos lexicais e desenvolve modelos categoriais de geração de novas palavras para ampliar seu repertório vocabular e designar novos aspectos da realidade dos quais ele se apropria. O progresso tecnológico e científico e as alterações sociais contribuem, assim, para a expansão contínua do léxico, considerado um sistema aberto que se desenvolve junto com o homem e a sociedade (Biderman, 2001).



A apreensão do léxico se dá pelos atos de cognição da realidade e da categorização e organização da experiência (dos objetos mentais ou culturais extralinguísticos) em signos linguísticos, ou, de forma mais abrangente, em materialidade linguística (Biderman, 2001). As escolhas que fazemos nessa materialidade da língua são motivadas por nossas percepções, dinâmicas e em constante movimento, e fazem parte dos eventos discursivos de que participamos.

A cognição transforma, portanto, o que comumente chamamos de real em referentes, que são nada mais que esses objetos da experiência filtrados por nossa interpretação da realidade. As categorias desses referentes utilizadas para descrever o mundo dependem da forma como operamos os objetos da realidade, de modo que se altera constantemente, tanto sincrônica como diacronicamente, sendo naturalmente múltiplas e mutáveis. As entidades designadas, portanto, no processo de referenciação, não são objetos do mundo, mas objetos do discurso (Koch, 2004).

Na construção de referentes no discurso, não há espelhamento da realidade, de modo que as formas de ver o real não são exatamente uma possível realidade pura, mas sim reelaborada no discurso. Ocorre uma reelaboração imposta por condicionantes culturais, sociais, históricos e discursivos (Koch, 2004).

No processo de construção de enunciados, portanto, os usuários da língua negociam esses objetos discursivos que trazem para a enunciação, de acordo com seus propósitos comunicativos. Neves e Coneglian (2023) afirmam que, enquanto a estrutura argumental dos enunciados é preen-



chida, vai-se criando, interativamente, uma rede referencial de conteúdo semântico, mas sustentada pragmaticamente. Essas redes, desse modo, vão pondo em relação diferentes objetos discursivos. E para entendermos com mais nitidez o movimento que se dá, podemos dizer que o usuário escolhe na materialidade da língua (elementos fonológicos, lexicais e morfossintáticos) de acordo com os sentidos que pretende gerar (semântica) e com seu propósito comunicativo (pragmática), sem deixar de avaliar as condições de interação, preocupando-se, assim, com o diálogo que estabelece com outros enunciados, enunciadores e enunciações.

Esse entendimento de linguagem está associado à perspectiva funcionalista dos estudos linguísticos que, por sua vez, articula-se aos objetivos da Escola de Praga, que guiou sua compreensão de linguagem pela competência comunicativa, enfatizando o estudo da língua em função. Nessa perspectiva, toda a organização da linguagem se dá a partir do seu funcionamento e mudança. Para Castilho (2010, p. 72), “esse entendimento da língua como competência comunicativa aparece na teoria da articulação tema-rema da sentença” desenvolvida pelos linguistas de Praga.

Com base nessa teoria, que descreve a organização e apresentação da informação na sentença, podemos verificar esse movimento do enunciador de ajustar o que é dito, o rema, com aquilo que se considera a informação conhecida, o tema, precisando assim a função pragmática das estruturas linguísticas. Segundo Castilho (2010, p. 72)



“a sentença contém duas partes, uma altamente informativa, que é o rema (codificado habitualmente como o predicado, isto é, o verbo e seus argumentos), e outra com baixa informatividade, que é o tema (codificado como sujeito)”.

O que ocorre, de acordo com essa perspectiva, são duas realizações: primeiro o destaque de um objeto de predicação (tema); depois a própria predicação desse objeto (rema) (Castilho, 2010).

Além de contribuir para a compreensão da coesão e coerência de um texto, a distinção entre tema e rema, assim como a relação entre os dois tópicos, associam-se às escolhas léxico-gramaticais e fonológicas para a construção de uma comunicação mais eficaz.

A referenciação, construção e reconstrução dos objetos discursivos, figura nos enunciados como uma rede referencial de retomada de objetos discursivos que são inicialmente instalados, etapa da introdução de um referente, de sua primeira menção no texto, e, posteriormente, mantidos, geralmente por processos de anáfora ou catáfora (Neves e Coneglian, 2023).

O processamento textual se dá em duas direções: a continuidade e a progressão, retomando o que se apresenta na teoria tema-rema em que a um objeto já conhecido vai-se acrescentando a informação nova. Ambos movimentos implicam a existência de um objeto discursivo já instalado e conhecido e algo novo (que pode ser a retomada do objeto já instalado). Essa rede referencial entre os objetos reto-



mados que vão se distribuindo no texto se dá por meio de operações de textualização (Antunes, 2012). A progressão referencial pode se dar por meio de recursos de natureza gramatical (elipses, pronomes, numerais etc) e de natureza lexical (repetição de itens lexicais, uso de sinônimos, hiperônimos, expressões nominais etc), que é o assunto que mais nos interessa nesta discussão e que, portanto, desenvolvemos a seguir.

RECURSOS LEXICAIS PARA A PROGRESSÃO REFERENCIAL E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE VOCABULÁRIO

A tradição de ensino de vocabulário é geralmente restrita ao estudo dos significados expressos pelas unidades lexicais, acreditando-se que a função dos itens lexicais se esgota em seus significados isolados. Observar o papel do léxico no processamento da linguagem e sua contribuição para os arranjos sintáticos e semânticos do texto e verificar como ele colabora na construção enunciativa são formas de rever essa equivocada prática escolar.

Richards (1976) recomenda que, ao preparar um material didático a respeito do léxico, o professor deve começar por um *conceito rico de vocabulário* (Richards, 1976, p. 88). O autor procurou discutir esse conceito, definindo o que significa conhecer uma unidade lexical, como ela é acionada na memória e quais são as dimensões do seu uso, temas que não se traduzem diretamente em procedimentos de ensino, mas que são essenciais para o entendimento da competência lexical. Organizou-os em um conjunto de oito



pressupostos relativos à natureza da competência lexical e, em seguida, mostrou como eles podem servir de orientação para um programa de ensino do léxico. No primeiro pressuposto, atesta-se que o indivíduo não cessa de ampliar seu vocabulário ao longo da vida adulta. Nos outros sete, percebe-se quais são os aspectos e comportamento das unidades lexicais aprendidos ao longo da vida: a) a probabilidade de sua ocorrência na fala e na escrita e o tipo de unidades do léxico que costumam andar acompanhadas; b) as limitações impostas no uso de acordo com a variação de função e de situação; c) o comportamento sintático associado a determinada unidade; d) a sua forma e estrutura de base e suas derivações; e) as suas relações associativas no nível do paradigma; f) o seu valor semântico; g) os diferentes significados associados a unidade lexical.

O que se vê nesses sete pressupostos é que ampliar o léxico, na perspectiva do autor, não significa dar conta de ensinar um determinado número de unidades lexicais por meio de uma lista ou de exercícios de sinonímia isolados de um texto. Significa saber empregar o léxico, o que define uma *dimensão discursiva* do vocabulário; conhecer a formação e as relações sintáticas estabelecidas pela unidade lexical, o que ressalta a *dimensão gramatical* do léxico; e, finalmente conhecer as relações associativas da unidade lexical no nível do paradigma, os traços semânticos e a polissemia, o que amplia a *dimensão semântica* do léxico. São essas várias dimensões que definem a natureza pluridimensional do léxico e que vão aparecer em inúmeros estudos que trataram do lugar do léxico no ensino da língua. Assim,



a definição do que é necessário conhecer sobre uma unidade lexical para que o estudante saiba empregar o léxico com propriedade é um assunto que se estende a muitos estudos linguísticos, já há algumas décadas (Lado, 1955; Richards, 1976; Nation, 1990, 2005; Schimitt, 1997, 2010; Leffa, 2000; Scaramucci, 2007; Antunes, 2012; Travaglia, 2022).

A seguir, mostraremos algumas formas de referenciação, nas quais o léxico tem papel central, que podem ser parte do estudo do vocabulário em aulas de Língua Portuguesa e que consideram essa natureza pluridimensional do léxico.

Começamos pelo recurso da **repetição lexical** como forma de referenciar objetos discursivos.

No processamento textual, há um movimento de ativação e instalação de objetos discursivos e outro de reativação ou reiteração do que já foi introduzido. A reiteração de uma unidade lexical em um texto vai marcando o tema principal do enunciado e serve de pista para que o interlocutor alcance a sua unidade semântica (Antunes, 2012). E isso se contrapõe ao que, em uma tradição escolar reducionista, se defende: que a repetição é um erro e sinal de penúria vocabular. Castilho (2010) dedica mais de uma seção de sua gramática para tratar do tema da repetição, entendendo-a como um “processo constitutivo do texto e da sentença” (Castilho, 2010, p. 234) e destacando seus diversos aspectos funcionais, como no processo de discursivização em que a repetição integra o princípio de reativação (rediscursivização) (p. 137); no seu papel de constituição da sentença e do sintagma (p. 157); e na organização tópica e coesão textual.



As referências feitas por meio da repetição não são erro; são formas de marcarmos nossos objetos discursivos para garantir ao interlocutor o alcance da unidade temática do texto. Vejamos, no exemplo abaixo, como a repetição da palavra “refugiados” e “refugiadas” colabora para a manutenção temática e a concentração do texto no assunto do impacto das enchentes do Rio Grande do Sul nos refugiados:

Quadro 1: Trecho de notícia (repetição lexical)

A Agência da ONU para **Refugiados** (Acnur) disse estar preocupada com o impacto das enchentes no Rio Grande do Sul sobre milhares de **refugiados** e estrangeiros que vivem na região, principalmente haitianos e venezuelanos. (...) A instituição afirmou hoje, em coletiva de imprensa em Genebra, que vem cooperando com as autoridades locais e estima que 41 mil pessoas **refugiadas** ou com necessidade de proteção internacional vivem no Rio Grande do Sul. (...) Segundo a ONU, o Rio Grande do Sul é o terceiro estado brasileiro com maior presença de pessoas **refugiadas** e migrantes, especialmente venezuelanos e haitianos, muitos vivendo em áreas de risco.

Cerca de 100 mil **refugiados** venezuelanos que estavam em Roraima se espalharam pelo Brasil, em cerca de cem cidades. Muitos deles seguiram para o Sul do país (...)

Fonte <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/05/10/venezuelanos-e-haitianos-fugiram-de-seus-paises-e-agora-vivem-drama-no-rs.htm>

A repetição lexical é um recurso de textualização apropriado sempre que for utilizado com um propósito comunicativo para criar determinado efeito de sentido, que pode ser a continuidade, como vimos acima com o uso de “refugiados”.

Um outro recurso lexical que garante a continuidade referencial é o uso de **sinônimos ou hiperônimos**. Os sinôni-



mos garantem essa continuidade estabelecendo um diálogo com a palavra que instalou o objeto discursivo e propiciando, assim, coesão semântica. É bom lembrar que sinônimos não estabelecem equivalência absoluta, mas aproximações semânticas. Não se deve considerar que existam palavras completamente sinônimas, entendendo que seriam intercambiáveis em qualquer contexto, sem que houvesse uma alteração de sentido (Ullmann, 1964). Observe-se a seguir os usos de “auxílio” e “benefício”:

Quadro 2: Trecho de notícia (sinônimos)

Pressionado por aliados políticos, o governo federal estuda prorrogar novamente o **Auxílio** Emergencial. Desta vez, **o benefício** – que foi criado no ano passado para atender famílias carentes na pandemia – seria estendido até 2022, ao invés de acabar em outubro. As informações foram confirmadas por interlocutores do governo ao jornal *Valor Econômico*.

Fonte <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4952533-governo-avalia-prorrogar-auxilio-emergencial-ate-2022.html>

O uso de hiperônimos para retomar objetos discursivos também é um recurso lexical que colabora com a continuidade textual, mas que também revela uma opção do enunciador para generalizar o objeto discursivo, como se vê abaixo na retomada de “cavalo” por “animal”:



Quadro 3: Trecho de notícia (hiperônimos)

O Rio Grande do Sul já contabilizou o resgate de mais de 20 mil animais até o momento, segundo a Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. Um deles, porém, emocionou o país inteiro: o do **cavalo** Caramelo.

O **animal**, que foi localizado em cima de um telhado em meio às enchentes em Canoas, foi resgatado na manhã de ontem (9), de bote. Personalidades como Felipe Neto e Whindersson Nunes se mobilizaram para tirá-lo daquela situação. A mobilização para salvar o **equino** mostra na prática a relação histórica do povo gaúcho com cavalos (...)

Fonte <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/10/relacao-dos-gauchos-com-cavalos.htm>

O que se vê também, no trecho acima, é a utilização de “equino” para fazer uma segunda retomada do objeto discursivo “cavalo”. E, se pensamos na perspectiva do ensino-aprendizagem do léxico, é possível indagar aos estudantes porque o enunciador escolheu “animal” e “equino” para retomar “cavalo”. E também levá-los à reflexão sobre como o léxico da retomada também recategoriza o objeto discursivo, por exemplo, especificando-o ou generalizando-o. E, na generalização, mostrar a diferença entre “animal” e “equino”, e a gradação de generalização entre uma e outra unidade lexical. No caso do uso de “animal”, temos uma generalização bem maior, por meio da qual se inclui o objeto discursivo “cavalo” em um grupo de seres vivos pouco específico. Já na escolha de “equino”, opta-se por uma retomada que mantém o objeto discursivo “cavalo” dentro de uma classe menor (ainda que generalizadora) que inclui apenas a zebra, o burro e o próprio cavalo (que por sua vez são divididos em equinos selvagens e domésticos).



A retomada dos objetos discursivos por meio de **sintagmas nominais** expõe processos de individuação e de recategorização desses objetos, o que deixa visível o papel do léxico como escolha que constrói, reconstrói e difunde visões de mundo. Vejamos o exemplo abaixo:

Quadro 4: Trecho de notícia (sintagmas nominais)

Netanyahu cita a Bíblia para dizer que Israel não aceita cessar-fogo
O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, rejeitou um possível acordo de cessar-fogo com o Hamas em um discurso acalorado nesta segunda-feira (30). Em meio a uma escalada de tensões, **o sionista** enfatizou a necessidade de continuar a luta contra o grupo após o ataque do Hamas em 7 de outubro.

“Mesmo as guerras mais justas têm vítimas civis não intencionais”, afirmou **Netanyahu**, que acusou o Hamas de usar civis como escudos e manipular perdas civis para culpar Israel. Ele também alegou que o grupo terrorista usava instalações como porões de hospitais para esconder suas atividades.

“Você deve se lembrar do que Amaleque fez com você, diz nossa Bíblia Sagrada”, disse durante o pronunciamento. Amaleque, no contexto bíblico, é descrito como inimigo dos israelitas. “Vai, pois, agora e fere a Amaleque; e destrói totalmente a tudo o que tiver, e não lhe perdoes; porém matarás desde o homem até à mulher, desde os meninos até aos de peito, desde os bois até às ovelhas, e desde os camelos até aos jumentos”, diz a passagem I Samuel, 15:3.

O líder sionista também comparou a situação atual a eventos históricos nos Estados Unidos, mencionando os ataques a Pearl Harbour em 1941 e às Torres Gêmeas em 2001, enfatizando que assim como os EUA não aceitariam um cessar-fogo nessas ocasiões, Israel também não concordará com um cessar-fogo agora.

Enquanto **Netanyahu** expressava sua recusa ao cessar-fogo, tropas e tanques israelenses intensificaram os ataques à Cidade de Gaza nesta segunda, ampliando a operação terrestre que já estava em curso há quatro dias. Autoridades israelenses relataram ataques por terra, ar e mar, acenando ainda mais a crise na região.

(...)

Fonte <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/netanyahu-cita-a-biblia-para-dizer-que-israel-nao-aceita-cessar-fogo>



Vemos, no Quadro 4, uma notícia em que se trata de uma das inúmeras tentativas de acordo entre o governo de Israel e o grupo palestino Hamas, no contexto da guerra entre os dois grupos, iniciada em 2023. O objeto discursivo “Netanyahu” é introduzido pelo sobrenome do primeiro-ministro de Israel, que é a forma pela qual é mais conhecido. Para manter esse objeto discursivo, o enunciador utiliza alguns sintagmas nominais que ora categorizam ora individualizam o objeto discursivo: 1) Primeiro-ministro de Israel: uso de sintagma nominal com núcleo substantivo que categoriza o referente, o objeto discursivo, indicando seu importante papel político de líder supremo do governo de Israel; 2) Benjamin Netanyahu: sintagma nominal com núcleo substantivo próprio que individualiza o objeto discursivo, informando o nome completo do primeiro-ministro de Israel; 3) O sionista: sintagma nominal com núcleo substantivo comum que categoriza o objeto discursivo dentro dos sionistas, mostrando a filiação de Benjamin Netanyahu ao movimento político sionista. O sionismo surge no final do século XIX e defendia, na época, a formação de um estado judeu na região da Palestina, em resposta ao antissemitismo (preconceito contra semitas, principalmente judeus). Desenvolveu-se, com apoio internacional, defendendo a colonização de toda região da Palestina, o que transcendia seu caráter nacionalista. A escolha por esse sintagma marca definitivamente a visão de mundo que se quer declarar: de que Benjamin Netanyahu se



opção definitivamente à liberdade dos palestinos; 4) O líder sionista: sintagma nominal que reforça a filiação de Netanyahu ao sionismo, associada ao seu lugar na hierarquia política.

O léxico pode ser estudado, portanto, nessa perspectiva da referenciação para que os estudantes possam conhecê-lo como escolha lexical - uma propriedade discursiva. Acrescentamos, a seguir, mais um exemplo de que aspectos da relação entre o léxico e o processo de referenciação podem ser explorados na leitura de um texto no contexto de ensino-aprendizagem da língua:



Quadro 5: Trecho de coluna jornalística (sintagmas nominais)

Milei pratica estelionato já antes da posse. E ‘carajo’ e ‘Dios’ numa frase

Reinaldo Azevedo

Colunista do UOL

20/11/2023 05h11



Javier Milei e Karina, sua irmã mais nova, comemoram a vitória.

Ela é a estrategista do agora **presidente eleito** e pessoa que mais o influencia

Imagem: La Nación

É claro que **Javier Milei** já descumpriu, antes mesmo de tomar posse, a quase totalidade das promessas que o alçaram à vida pública, tornando letra morta as palavras de ordem da campanha. **O cara da motosserra na mão** vai ter de aprender a se comportar com urbanidade. E terá de dividir o poder com as “castas” que tanto atacou. O mau palhaço que mesmerizou a Argentina perdeu a eleição. O que venceu é **um prisioneiro dos respectivos apoios de Mauricio Macri e Patricia Bullrich**. Ademais, terá de lidar com um Congresso que não lhe será servil.

O destrambelhado (A Liberdade Avança), confirmando os prognósticos da maioria dos institutos de pesquisa, venceu o peronista Sergio Massa (União pela Pátria) no segundo turno da eleição presidencial, realizada neste domingo. Ou talvez se possa dizer de outro modo: o governo foi derrotado por 55,6% a 44,3%, com 99,2% dos votos apurados. Vamos lá. Duas afirmações contra as aparências. (...)

Fonte <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2023/11/20/milei-pratica-estelionato-antes-da-posse-carajo-e-dios-na-mesma-fala.htm> Acesso em 20/05/2024



No exemplo do Quadro 5, temos um trecho da coluna jornalística de Reinaldo Azevedo, publicada no Portal Uol, logo após a vitória de Javier Milei nas eleições presidenciais da Argentina, em 2023. O autor constrói dois objetos discursivos, Javier Milei e seu opositor Sergio Massa, mas dá ênfase ao primeiro, sobre o qual trataremos a seguir. O que nos interessa é observar como o léxico colaborou para essa sofisticada manutenção do referente ao longo da coluna jornalística. Primeiramente, o atual presidente da Argentina é introduzido pelo sintagma “Milei”, que é seu sobrenome, pelo qual é mais conhecido e, em seguida, retomado pelo sintagma “Javier Milei”, seu nome completo, em um processo de individuação. O que chama atenção são as escolhas lexicais feitas nas seguintes referências a Milei e que o recategorizam de modos diferentes e complementares:

1) O cara da motosserra na mão: na campanha eleitoral de 2023 na Argentina, o então candidato Javier Milei, em um comício na cidade de La Plata, exibiu uma motosserra em funcionamento, junto com uma nota de 100 dólares gigante estampada com seu rosto. Seu objetivo era fazer referência à proposta de corte de gastos públicos, o que o aproxima da defesa de um Estado Mínimo. Vê-se que, no período em que essa retomada de Milei aparece, o autor afirma que, como presidente, Milei terá que “aprender a se comportar com urbanidade”, o que revela que o enunciador, com a escolha do sintagma “O cara da motosserra na mão” categoriza Milei no grupo dos que não se comportam adequadamente, quase que zombando dessa figura que gritava com a motosserra na mão em movimento diante de seus correligionários;



2) “Um prisioneiro dos respectivos apoios de Maurício Macri e Patrícia Bullrich”: Milei foi apoiado por dois políticos da direita argentina, inclusive por Patrícia Bullrich, que concorreu com ele e perdeu no primeiro turno. A escolha por “prisioneiro” também coloca Milei em uma típica posição dos políticos que, para ganhar as eleições, fazem coalizões com grupo não tão afinados e que, depois, com a vitória, terão que fazer concessões a esses dois grupos. No caso, Macri é considerado de direita e Bullrich de centro-direita, e não de extrema direita, como é o caso de Milei;

3) “O destrambelhado”: muitas propostas e atitudes de Milei, na campanha eleitoral de 2023, e mesmo antes, justificam a escolha por “destrambelhado” que pode ter como sinônimos: disparatado, descomedido ou amalucado, por exemplo. Sem contar que “destrambelhado” também estabelece diálogo estreito com “o cara da motosserra na mão”. Milei é um ferrenho defensor do livre mercado, definindo-se como anarcocapitalista, com apoio a um modelo de capitalismo sem regulação do Estado. Na campanha de 2023, defendeu o fim do que chamou de sistema político tradicional, a dolarização da moeda nacional, o fechamento do Banco Central, a privatização de estatais, a liberação da venda de armas de fogo e de órgãos humanos, sem contar os inúmeros comentários misóginos que costumava fazer. A escolha por “destrambelhado” resulta, portanto, dessa identidade de Milei construída em seus discursos.



CONCLUSÃO

Tratamos, inicialmente, neste texto, do papel do léxico na produção e na transformação dos recortes da cultura, na categorização e na organização da experiência, assim como da sua contribuição na transformação dos objetos do mundo (experiência) em objetos do discurso.

Mais focados nos objetos discursivos, verificamos que eles se organizam em uma rede referencial, como resultado do preenchimento da estrutura argumental dos enunciados. E, também, observamos como essa rede colabora para o processamento textual, em um movimento de continuidade e progressão, que associamos à teoria tema-remática (Castilho, 2010).

Com o objetivo maior de tratar da função do léxico nessa rede referencial e como essa função pode fazer parte do ensino-aprendizagem do vocabulário, contextualizamos o ensino do léxico, partindo de práticas tradicionais centradas no princípio da equivalência lexical e na associação das palavras a um significado absoluto. Em seguida, avançamos para princípios mais atualizados sobre o ensino-aprendizagem do léxico que o consideram em perspectiva pluridimensional, partindo dos pressupostos de Richards (1976).

Finalmente, apresentamos algumas formas de referenciação em que o léxico tem papel central, como a repetição lexical, os sinônimos e hiperônimos e os sintagmas nominais.



Com esses exemplos, pudemos ver como a categorização dos referentes depende da forma como percebemos e nos relacionamos com os objetos da realidade (que, na atualização da língua, passam a ser objetos discursivos). Percebemos, assim, que as categorias usadas para descrever o mundo, por meio de escolhas lexicais, por exemplo, estão associadas a uma decisão que os enunciadores tomam de acordo com a visão de mundo que possuem (Koch, 2004). Os referentes, introduzidos e depois mantidos em um texto, são assim fabricados pela prática social.

Os sujeitos discursivos mobilizam suas percepções, seus saberes linguísticos, sociocognitivos, seus modelos de mundo, compondo determinada enunciação, aliando a materialidade linguística aos conhecimentos socialmente compartilhados e discursivamente reconstruídos (Koch, 2004). “A discursivização ou textualização do mundo por intermédio da linguagem não se dá como um simples processo de elaboração de informação, mas de (re) construção interativa do próprio real” (Koch, 2004, p. 57).

Concluimos, desse modo, que no ensino-aprendizagem da língua portuguesa, o léxico pode ser abordado dentro do processo de referenciação, em práticas de leitura, mostrando-se aos alunos seu papel na transformação de objetos da realidade em objetos do discurso.



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Território de palavras**. São Paulo: Parábola, 2012.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à linguística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GOVERNO avalia prorrogar auxílio emergencial até 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2021/09/4952533-governo-avalia-prorrogar-auxilio-emergencial-ate-2022.html> Acesso em 20/05/2024

LADO, Robert. Patterns of difficulty in vocabulary. **Language Learning**, vol. 6, n. 1-2, 1955, p. 23-41.

LEFFA, Vilson José. Aspectos externos e internos da aquisição lexical. In: LEFFA, Vilson José (org.) **As palavras e sua companhia**. O léxico na aprendizagem. Pelotas: EDUCAT, 2000, p. 15-44.

MILEI pratica estelionato antes da posse: “carajo” e “dios” na mesma fala. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2023/11/20/milei-pratica-estelionato-antes-da-posse-carajo-e-dios-na-mesma-fala.htm> Acesso em 20/05/2024.

NATION, Ian Stephen Paul. Teaching vocabulary. **The Asian EFL journal**. September 2005, issue 2, p. 231-243. Disponível



em: http://www.asian-efl-journal.com/sept_05_pn.pdf. Acesso em: 01/04/2024.

NATION, Ian Stephen Paul. **Teaching and learning vocabulary**. Boston: Heinle & Heinle, 1990.

NETANYAHU cita a Bíblia para dizer que Israel não aceita cessar fogo. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/netanyahu-cita-a-biblia-para-dizer-que-israel-nao-aceita-cessar-fogo/>. Acesso em 20/05/2024.

NEVES, Maria Helena de Moura; CONEGLIAN, André Vinícius Lopes. **Laboratório de ensino de gramática**. São Paulo: Contexto, 2023.

RESGATE emocionante relação de gaúchos com cavalos é antiga e simbólica. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/05/10/relacao-dos-gauchos-com-cavalos.htm>. Acesso em 20/05/2024.

RICHARDS, Jack. The role of vocabulary teaching. **TESOL quartely**, vol 10, n. 1, p. Mar. 1976.

SCARAMUCCI, Matilde Virgínia Ricardi e GATTOLIN, Sandra Regina Buttros (orgs.). **Pesquisas sobre vocabulário em língua estrangeira**. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2007, p. 73-96.

SCHIMITT, Norbert. Key issues in teaching and learning vocabulary. In: CHACÓN-BELTRÁN, Rubén; ABELLO-CONTESE, Cristián; TORREBLANCA LÓPEX, Maria del Mar. (orgs.) **Insights into non-native vocabular teaching and learning**. Bristol: Multilingual Matters, 2010.

SCHIMITT, Norbert; MC CARTHY, Michael. **Vocabulary**. Description, acquisition and pedagogy. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.



TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Estudo do vocabulário**. São Paulo: Cortez, 2022.

ULLMANN, Stephen. **Semântica**. Uma introdução à ciência do significado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.

VENEZUELANOS e haitianos fugiram de seus países e agora vivem dram no RS. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2024/05/10/venezuelanos-e-haitianos-fugiram-de-seus-paises-e-agora-vivem-drama-no-rs.htm>. Acesso em 10/05/2024





SOBRE OS AUTORES

Anaiza Araujo Carvalho é mestranda em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Oralidade e Letramento, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, câmpus de São José do Rio Preto. Possui graduação em Letras, com habilitação em Português/Francês, pela mesma Universidade. Foi bolsista CAPES no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). Atuou como professora de Língua Francesa no Centro de Línguas e Desenvolvimento de Professores (CDLP) UNESP Assis e como educadora do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA-UNESP Assis), coordenado pela Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio. Atualmente, faz parte do Grupo de Pesquisa “Estudos sobre a Linguagem” (GPEL), coordenado pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon, e tem sua pesquisa de mestrado financiada pela CAPES.

Beatriz Daruj Gil é professora da área de Filologia e Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Realizou seus estudos de pós-graduação na Universidade de São Paulo, em 1997 (Mestrado em Didática-FEUSP) e 2002 (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral-FFLCH), e pós-doutorado na Universidade Federal de São Carlos, em 2018. Atua também como professora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Filologia e



Língua Portuguesa e do Programa de Mestrado Profissional em Letras em Rede Nacional- ProfLetras-USP, ambos na FFLCH-USP. Integra a comissão coordenadora do subprojeto Letras-Português do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência) CAPES-USP. Dedicar-se ao estudo da Lexicologia, com ênfase ao ensino-aprendizagem do léxico, além de outras áreas como formação de professores de língua portuguesa e letramento acadêmico.

Carla Salati Almeida Ghirello-Pires é bacharel em Fonoaudiologia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas/PUCcamp (1984), mestra Mestre em Psicologia, área de concentração Psicologia Experimental, pelo Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo /USP (1997) e doutora em Linguística, área de concentração neurolinguística, pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP (2010). Atualmente, desenvolve pesquisas a partir dos pressupostos da Neurolinguística Discursiva e da Teoria Histórico Cultural.

Carolina da Costa Pedro desenvolve pesquisa em nível de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (conceito CAPES 6) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus IBILCE - São José do Rio Preto, com período de Doutorado Sanduíche (CAPES-Print) em 2023-2024, na Universidad de Santiago de Compostela, sob orientação da Profa. Dra. Hella Olbertz. Mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, com financiamento da CAPES, e graduada em Licenciatura em Letras com habilita-



ção em Português/Espanhol pela mesma instituição. Durante a graduação, realizou período sanduíche na *Universidad de Santiago de Compostela*, Espanha (2013-2014). Desde 2017 é membro do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), liderado pela Profa. Dra. Erotilde Goreti Pezatti.

Cayo Fellype de Sousa Danieli é mestrando em Filologia e Língua Portuguesa pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo (USP). Possui graduação em Letras – Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Estudos da Linguagem e Cognição do Araguaia da Universidade Federal do Mato Grosso (LinCa/UFMT). Atualmente, se interessa por temas como: morfossintaxe do português de uma perspectiva cognitivo-funcionalista e sentenças correlatas na Língua Portuguesa.

Douglas Gonçalves de Souza é docente adjunto de Língua e Literatura Latina / Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Alagoas (Uneal). É licenciado em Letras (Português/Latim) pela Universidade Federal Fluminense (UFF) (2013) e especialista em Cultura, Língua e Literatura Latina pela mesma instituição (2015). É mestre em Estudos da Linguagem pela UFF (2015), na área de concentração em Teoria e Análise Linguística, com dissertação sobre o participio presente em Latim, e mestre em Letras Clássicas (com ênfase em Língua e Literatura Latina) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2016). É Doutor em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) (2021), na área de concentração em Estudos Linguísticos, com



tese sobre as orações hipotáticas condicionais em Latim, e doutorando em Letras Clássicas (com ênfase em Língua e Literatura Latina) pela UFRJ. Lidera o grupo de pesquisa “Camenae: Grupo de Pesquisa em Cultura, Língua e Literatura Grega e Latina, sediado na Uneal e cadastrado no CNPq, e integra o grupo de pesquisa “Linterus – Língua, Interação e Uso”, sediado na Uneal e cadastrado no CNPq. Interessa-se por estudos relacionados à morfossintaxe do latim / do português, à linguística histórica, à linguística funcional, à literatura greco-latina (Ovídio, em especial), à recepção da literatura clássica e ao ensino de língua e literatura clássicas. Integrou a Diretoria da Associação Brasileira de Professores de Latim - ABPL, na qualidade de Primeiro Secretário, na gestão 2019-2022.

Gabriela Fasolo Pivaro é licenciada e bacharela em Física, mestra e doutora em Ensino de Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui especialização em Processos didáticos-pedagógicos para cursos na modalidade a distância pela Universidade Virtual do Estado de São Paulo (Univesp). Foi professora da educação básica na rede pública e privada. No mestrado, estudou sobre processos de ensino e aprendizagem em Museus de Ciência. Sua tese de doutorado, sobre a propagação de discursos de desinformação científica nas redes sociais, entendendo-os a partir de um contexto social e político e analisando-os a partir de referenciais de visões sobre a natureza da ciência e de processos de ensino e aprendizagem em ciências, ganhou o Prêmio CAPES de Tese 2024 na área de Ensino. Atualmente, realiza pesquisa de pós-doutorado em Divulgação Científica na Unicamp com financiamento do CNPq.



Gabriele Pecuch é graduada em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de Maringá/UEM (2020), mestre (2020) e doutora (2024) em Letras, na área de concentração dos estudos linguísticos, também pela Universidade Estadual de Maringá/UEM. Atualmente, desenvolve pesquisas a partir de uma perspectiva funcionalista, com foco na Teoria da Estrutura Retórica.

Guilherme Aragão Cardoso é mestrando em Filologia e Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) – Bolsista CAPES. Bacharel e Licenciado em Letras Português pela mesma instituição.

Gustavo F. Freitas dos Santos é graduado de Letras - Português e Francês na Universidade Estadual de Maringá (UEM). É bolsista como preceptor da oficina de Francês Instrumental no Programa de Integração Estudantil (Prointe). É membro do grupo História da Língua e Formação Urbana (HLinFU/CNPq).

Hélcio Batista Pereira é docente da graduação em Letras, do Programa de Pós-graduação em Letras e do ProfLetras da Universidade Estadual de Maringá. Bacharel em Letras pela Universidade de S. Paulo, realizou o mestrado, o doutorado e o pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa também por essa instituição. É líder do grupo História da Língua e Formação Urbana (HLinFU/CNPq).

Julia Daher Carrara é graduada em Letras - Português/ Inglês pela Universidade Estadual de Maringá, no Paraná. Como graduanda, desenvolveu um projeto de pesquisa em Linguística, no qual descreveu e investigou, sob uma perspectiva funciona-



lista, as perífrases verbais temporais. Na graduação, participou também do programa de iniciação à docência (PIBID) e do programa de ensino de português para estrangeiros (PLA), por meio do qual desenvolveu e lecionou aulas de português e atividades voltadas para migrantes e para o público estrangeiro.

Julia Lourenço Pereira é graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá. Como graduanda, desenvolveu dois projetos de pesquisa em Linguística, nos quais descreveu e investigou, sob uma perspectiva funcionalista, a norma e o uso da voz passiva analítica e das perífrases verbais de aspecto. Na graduação, participou também de dois projetos de escrita criativa, por meio dos quais publicou três contos, um deles em língua inglesa.

Juliano Desiderato Antonio possui graduação em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (1994), mestrado e doutorado em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998/2004), *campus* de Araraquara. Também tem pós-doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2011), *campus* de São José do Rio Preto, e pós-doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela FFLCH-USP (2024). É docente da Universidade Estadual de Maringá. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Funcionalismo, atuando principalmente nos seguintes temas: Funcionalismo, Ensino de gramática e Estrutura Retórica do Texto.

Katia Roseane Cortez dos Santos é professora colaboradora do Departamento de Língua Portuguesa da Universidade



Estadual de Maringá (UEM). Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), campus de São José do Rio do Preto. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e licenciada em Letras - Português/Inglês pela mesma universidade. Seu interesse de pesquisa tem sido a descrição, numa perspectiva funcionalista sincrônica e diacrônica, de aspectos morfossintáticos do português brasileiro.

Lúcia Regiane Lopes-Damasio possui Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, câmpus de São José do Rio Preto (UNESP-IBILCE), Mestrado (2008) e Doutorado (2011) em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL) da UNESP-IBILICE. Atua como professora de Linguística e Língua Portuguesa no Curso de Graduação em Letras (UNESP-FCL Assis) e desenvolve pesquisas no PPGEL/UNESP-IBILICE e no Programa Nacional de Pós-Graduação em Letras (PROFLETRAS/UNESP-FCL), com foco em tradições discursivas, mecanismos de junção, aquisição da escrita, heterogeneidade da escrita e mudança linguística. Atualmente, coordena o Projeto “Escrita e tradição discursiva no ensino: da delimitação conceitual ao seu papel nos aspectos ocultos do letramento acadêmico” (FAPESP processo 2022/02890-0) e integra o grupo de pesquisa Estudos sobre a Linguagem (CNPq).

Marcelo Módolo é professor de Filologia e Língua Portuguesa na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Graduou-se em Letras pela Universidade de São Paulo em 1994, onde também



obteve o mestrado (1998) e o doutorado (2004) em Filologia e Língua Portuguesa. Realizou pós-doutorado em Linguística Histórica e Semântica Cognitiva no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas em 2006. Atualmente, é editor das revistas do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo (Revista do GEL e Estudos Linguísticos do GEL), foi também presidente do GEL de 2021 a 2023. Colunista do Jornal da USP, em parceria com Henrique Santos Braga, dedica-se à divulgação científica de estudos sobre a linguagem. Suas principais áreas de pesquisa abrangem morfossintaxe do português sob uma perspectiva cognitivo-funcionalista, filologia com foco em crítica textual de manuscritos modernos e divulgação científica.

Mariany de Alencar Couto possui graduação em Licenciatura em Letras com Habilitação em Português e Inglês pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul- UFMS (2013). Foi bolsista de Iniciação Científica do programa PIBIC-CNPq/UFMS, durante o período de 2011 à 2012, desenvolvendo um levantamento da Fortuna Crítica de diversos autores, e no período de 2012 à 2013, desenvolvendo pesquisas na área de Funcionalismo Linguístico (Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld; Mackenzie, 2008)), com ênfase na categoria modo nas línguas indígenas faladas no Mato Grosso do Sul. Possui mestrado em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem/IEL, da Unicamp, na área de Línguas Indígenas, sob a orientação da Prof. Dr. Maria Filomena Spatti Sândalo e participou do Programa de Estágio Docente - PED sob a orientação do Prof. Dr. Angel Humberto Corbera Mori e do Prof. Dr. Wilmar D'Angelis. Atualmente faz doutorado pela



Universidade Federal do Mato Grosso do Sul na área de Linguística com ênfase em Línguas Indígenas.

Melissa Gabriela Nunes Chimini é mestranda em Estudos Linguísticos, na linha de pesquisa Oralidade e Letramento, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UNESP – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, câmpus de São José do Rio Preto. Possui graduação em Letras, com habilitação em Português/Inglês, pela mesma Universidade. Foi bolsista FAPESP (Processo 2023/02317-3), em nível de Iniciação Científica, vinculada ao projeto “Escrita e tradição discursiva no ensino: da delimitação conceitual ao seu papel nos aspectos ocultos do letramento acadêmico” (FAPESP processo 2022/02890-0), coordenado pela Profa. Dra. Lúcia Regiane Lopes-Damasio. Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid Inglês), do Programa de Residência Pedagógica, na condição de aluna bolsista, e do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA-UNESP Assis). Atualmente, faz parte do Grupo de Pesquisa Estudos sobre a Linguagem (GPEL/CNPq), coordenado pelo Prof. Dr. Lourenço Chacon, e tem sua pesquisa de mestrado financiada pela CAPES.

Nayra Marinho Silva Paz é graduada em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB (2013), graduada em Letras Libras pela Faculdade Única/ProMinas (2022), mestra (2016) e doutora em Linguística, na área de concentração Neurolinguística, pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB. Atualmente, desenvolve pesquisas sobre preposições a partir de uma perspectiva



da gramaticalização, com foco nas produções orais de sujeitos com funcionamento atípico da linguagem, à luz da Neurolinguística Discursiva.

Sofia Buzinelo Salvi é graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual de Maringá. Durante a graduação, desenvolveu um projeto de pesquisa em Linguística, no qual descreveu e investigou, sob uma perspectiva funcionalista, o uso das perifrases verbais de tempo. Na graduação, participou também dos dois programas de iniciação à docência, PIBID e Residência Pedagógica, tendo publicado com o último um capítulo de livro.

Talita Storti Garcia é graduada em Licenciatura em Letras com habilitação em Espanhol (2003), Mestre (2006) e Doutora (2010) em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É professora Assistente do Departamento de Letras Modernas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/IBILCE), onde ministra aulas na Graduação e na Pós-Graduação. Talita é pesquisadora na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, com interesse na Descrição Funcional de Língua Falada e Escrita (português e espanhol). Em 2021, organizou as obras “Linguística Funcional: retrospectivas, atuações e diálogos: uma homenagem à professora Erotilde Goreti Pezatti” (Editora Pontes) e “Pesquisas em Linguagem: diálogos com a contemporaneidade” (também pela Editora Pontes). Atualmente é vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação (PPGEL) da UNESP/Ibilce (quadriênio 2021-2024).



Este livro tem como objetivo oferecer uma visão abrangente sobre os estudos funcionalistas contemporâneos, abordando história e tradição, processos gramaticais e práticas de ensino, contribuindo para um entendimento mais profundo das dinâmicas linguísticas em diferentes contextos. Oriundos de diferentes perspectivas teóricas abarcadas pelo paradigma funcionalista dos estudos da linguagem, a obra se justifica pela necessidade de trazer à baila novas tendências teóricas e desenvolvimentos da pesquisa sobre o funcionalismo. Além do português, o livro trata também de línguas indígenas e de línguas estrangeiras como o espanhol. O público-alvo do livro é formado pelo pessoal da área de Letras e de áreas correlatas, sendo de interesse para professores e pesquisadores do ensino superior, professores da educação básica, alunos de graduação e de pós-graduação. Para que os conteúdos da obra sejam apresentados da forma mais organizada possível, os capítulos foram reunidos em três seções de acordo com os temas tratados. Desejamos uma ótima leitura a todos!

